

---

# FRONTEIRAS

Revista Catarinense de História

---

ISSN 1415-8701



FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História é uma publicação anual editada pelo Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e pela Associação Nacional de História - Núcleo Santa Catarina.

**Comissão Editorial** Rogério Luiz de Souza (Editor-Chefe), Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro, João Klug, Valberto Dirksen, Valmir Francisco Muraro.

**Conselho Consultivo:**

Adriano Luiz Duarte (UFSC), Ângela de Castro Gomes (UFF), Augustin Wernet (USP), Bárbara Weinstein (New York), Carlos Humberto Corrêa (IHGSC), Cynthia Machado Campos (UFSC), Euclides Marchi (UFPR), João E. P. B. Lupi (UFSC), José Augusto Drummond (UFF), Maria Amélia Schmidt Dickie (UFSC), Maria Célia Paoli (USP), Maria Teresa Santos Cunha (UDESC), Rosângela Miranda Cherem (UDESC), Sandra Pesavento (UFRGS), Selvino José Assmann (UFSC).

**Composição e editoração:** Jó Klanovicz

Capa: Adaptação monocromática da obra "Costa da Lagoa" (Artista Plástica Eliana Maria Rosar 2002 - elianarosar@hotmail.com)

(Catalogação na fonte por Daurecy Camilo (Beto) CRB-14/416)

Fronteiras: Revista Catarinense de História/Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e Associação Nacional de História (ANPUH-SC). - n.12 (2004) -. -. . impresso em 2004.  
v.; 28 cm  
Anual  
Continuação de: Revista Catarinense de História, [199-]/1997, n.1-5.  
ISSN 0101-9589  
1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.

*Endereço para assinatura/Mailing address subscriptions*

Universidade Federal de Santa Catarina/CFH/Depto de História  
Campus Universitário - Trindade - CEP: 88040-900 - Florianópolis/SC  
e-mail: [anpuhsc@cfh.ufsc.br](mailto:anpuhsc@cfh.ufsc.br)  
Fone/Fax: (48)331-9359 ramal 05

## Sumário

### **Editorial**

*Luciana Rosar Fornazari Klanovicz* 005

### **A cidade de Rio de Janeiro e as fronteiras luso-espanholas ao sul da América**

*Christiane Figueiredo Pagano de Mello* 007

### **Reconstruindo as vivências: a memória emergente de um egresso da TFP**

*Gizele Zanotto* 019

### **Radical, tradicionalista, monarquista, abolicionista: a trajetória de Joaquim Nabuco**

*Ricardo Luiz de Souza* 039

### **Sobre o mundo rural e a Escola Fisiocrata**

*Jó Klanovicz* 051

### **Estranhamento: indígenas versus colonizadores**

*Edna Elza Vieira e Ana Lúcia Vulfe Nötzold* 063

### **Encontros transversos: a questão da identidade cultural italiana em Santa Catarina no final do século XX**

*Luiz Felipe Falcão* 075

**Para a civilização da América Portuguesa: povoações no Brasil das primeiras décadas do século XVIII**

*Antônio César de Almeida Santos* 089

**Morro da Boa Vista: segregação social e exclusão territorial**

*Ancelmo Schörner e Eunice Sueli Nodari* 113

**Entre pedras e bananas, uma (?) cidade**

*Emerson César de Campos* 129

**RESENHAS/LIVROS**

**História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina**

*Rogério Luiz de Souza* 141

**Uma história do feminismo no Brasil**

*Lilian Lemos* 147

**Normas para publicação na FRONTEIRAS**

## Editorial

Fronteiras – Revista Catarinense de História chega ao seu décimo segundo número. Fruto de um trabalho de seu conselho editorial, do Departamento de História da UFSC e da ANPUH/SC, esta publicação vem consolidando-se como um veículo que se preocupa em dar visibilidade a trabalhos de pesquisas recentes. São textos que discutem temáticas pertinentes de história política à história ambiental.

Este volume tem como abertura o texto de Christiane Figueiredo Pagano de Mello – **A Cidade do Rio de Janeiro e as Fronteiras luso-espanholas ao Sul da América**, sobre a situação militar da capital do Estado do Brasil, o Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XVIII, quando se iniciava o estabelecimento das novas diretrizes da Coroa portuguesa referentes à militarização da população colonial.

Gizele Zanotto, no artigo **Reconstruindo as vivências: a memória emergente de um egresso da TFP** analisa a memória de José Antônio Pedriali, um ex-membro da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), amparada nas contribuições do debate historiográfico sobre a questão da memória.

Ricardo Luiz de Souza em **Radical, tradicionalista, monarquista, abolicionista: a trajetória de Joaquim Nabuco** estuda a obra de Joaquim Nabuco e sua trajetória política, de líder abolicionista a apologista da monarquia.

No artigo **Sobre o mundo rural e a Escola Fisiocrata**, Jó Klanovicz pontua a emergência do olhar da escola fisiocrata sobre o “mundo rural” europeu da segunda metade do século XVIII, estabelecendo um conhecimento moderno sobre a natureza.

No artigo de Edna Elza Vieira e Ana Lúcia Vulfe Nötzold, a problematização se direciona para a questão indígena. Em **Estranhamentos: indígenas versus colonizadores** as autoras analisam o estranhamento e enfrentamentos entre os colonos e a população nativa durante o processo de ocupação do território catarinense no Vale do Itajaí.

Luiz Felipe Falcão pretende, no artigo **Encontros transversos (a questão da identidade cultural italiana em Santa Catarina no final do século XX)**, discutir os processos de instituição de uma identidade cultural entre

descendentes de imigrantes de língua e/ou dialetos italianos no sul do Brasil, assim como o estímulo da afirmação de valores simbólicos distintivos em relação a outros grupos sociais.

No artigo seguinte, **Para a civilização da América portuguesa: povoações no Brasil das primeiras décadas do século XVIII**, o autor Antônio César de Almeida Santos apresenta uma discussão sobre a institucionalização do povoamento da América portuguesa, na primeira metade do século XVIII. Dentro de um projeto político bastante amplo, as ações de povoamentos se traduzem tanto na instalação física de núcleos de povoação, quanto na definição de seu "traçado".

Em **Morro da Boa Vista: segregação social e exclusão territorial**, os autores Ancelmo Schörner e Eunice Sueli Nodari procuram dar visibilidade ao processo de exclusão territorial e social da população migrante do Morro da Boa Vista, em Jaraguá do Sul/SC. Diversos elementos se confundem dentro dessas exclusões, tais como a degradação ambiental.

No último artigo, **Entre pedras e bananas, uma (?) cidade**, Emerson César de Campos escreve sobre a cidade de Criciúma ao longo do século XX, especialmente em sua última década.

Além desses artigos, a Fronteiras também apresenta duas resenhas sobre temas recentes: a reprodução das elites e a história do feminismo no Brasil.

Neste número é possível perceber o esforço de se constituir uma revista dinâmica e diversificada, assim como levar a discussão acadêmica para outros espaços. Os estranhamentos, olhares, cidades, segregação social, identidade cultural, mundo rural, fronteiras, trajetórias, memórias, a História e Historiografia têm vitrine de exposição de suas questões. Portanto, um convite à leitura aos historiadores e admiradores das múltiplas possibilidades da História.

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

## A CIDADE DE RIO DE JANEIRO E AS FRONTEIRAS LUSO- ESPANHOLAS AO SUL DA AMÉRICA

*Christiane Figueiredo Pagano de Mello*  
Doutora pela Universidade Federal Fluminense

### Resumo:

O presente artigo tem por objetivo o estudo da situação militar da capital do Estado do Brasil, o Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XVIII. Ater-nos-emos mais especificamente ao período do governo do Vice-Rei Conde da Cunha (1763-1767), quando se iniciava o estabelecimento das novas diretrizes da Coroa portuguesa referentes à militarização da população colonial. Tais diretrizes, por suas intensas conseqüências sociais, acabaram por tornar esse período especialmente interessante devido ao impacto que produziu na sociedade.

### Palavras-chave:

Corpos militares - recrutamento - deserção - fronteiras - sertão

### Abstract:

*This article aims at studying the military situation of the capital of the State of Brazil – Rio de Janeiro –, during the second half of the 18th century. More specifically, we shall stick to the government of the Vice Roy Conde da Cunha (1763-1767), when the establishment of the new directives of the Portuguese Crown concerning the militarization of the colonial population was about to start. Such directives, due to their intense social consequences, ended up making such period become especially interesting due to their impact upon society.*

### Keywords:

*Military corps - draft - desertion - frontiers - inland*

### ○ contexto histórico

A segunda metade do século XVIII é um período especialmente interessante para o estudo das forças militares. Eram imperativas as necessidades de uma intensa reorganização militar, tanto no Reino de Portugal, como, também, no Estado do Brasil, sua principal terra colonial, onde se fazia indispensável aumentar a capacidade defensiva. Tais necessidades decorriam das crescentes tensões vividas na Europa, resultantes da celebração, em agosto de 1761, do Pacto de Família, em que os vários Bourbons então reinantes se comprometiam a defender mutuamente seus Estados.

Na ocasião, embora D. José fosse casado com uma princesa Bourbon, não podiam os pactuantes esperar que Portugal aderisse ao Pacto, aliado como era da Inglaterra, então adversária da França e da Espanha na chamada Guerra dos Sete Anos, luta armada que foi travada de 1756 até 1763.

Assim, a Coroa portuguesa, foi forçada a abandonar sua posição de neutralidade e a participar da fase final da Guerra dos Sete Anos. Após o

estabelecimento dos Estados Ibéricos em campos opostos nesse conflito europeu, a contenda entre Portugal e Espanha logo se prolongaria avançando para as indefinidas regiões fronteiriças sulinas. Vale notar que, como observa o historiador Fernando Novais,

ao lado das zonas de tensão entre as potências dominantes em luta pela hegemonia, França e Inglaterra, entre os países coloniais ibéricos se vão formando ao mesmo tempo outras zonas de tensão (sobretudo a região platina). Os dois tipos de conflitos correm paralelos, e se inter-relacionam continuamente (...)<sup>1</sup>.

No caso português, especificamente, o conflito com a Espanha pelos territórios às margens do rio Uruguai havia demonstrado claramente a precária capacidade de resistência de seu exército, sobretudo quando da invasão e conquista pelo governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, da Colônia do Sacramento, em dezembro de 1762, bem como da vila do Rio Grande e da margem norte do canal que conectava a Lagoa dos Patos ao mar. Através do Tratado de Paz de 1763, dando por encerrada a Guerra dos Sete Anos, restituía-se a Portugal a Colônia do Sacramento; todavia, os espanhóis continuaram a sustentar que os territórios à volta da Colônia lhes pertenciam. Assim, Portugal perdera o Rio Grande de São Pedro com seu território, bem como as ilhas de Martim Garcia e das Duas Irmãs.

### **Rio de Janeiro: A nova sede do Vice-Reino do Brasil**

Tensionavam-se as questões da delimitação das fronteiras nas possessões portuguesas ao sul da América; a perspectiva de guerra era flagrante e tornou notória a necessidade de reavaliar o sistema defensivo até então utilizado. Dessa forma, medidas imediatas foram tomadas pela Coroa portuguesa a fim de tornar mais eficiente a defesa de seus territórios americanos. Em 1763, devido a já reconhecida posição estratégica ocupada pela Capitania do Rio de Janeiro na manutenção do Império português na América<sup>2</sup>, determinou-se a transferência do governo-geral do Estado do Brasil de sua antiga sede, na cidade de Salvador, para aquela Capitania que, em outubro daquele mesmo ano, recebia seu primeiro Vice-Rei, o Conde da Cunha.

Em tal momento político e militarmente difícil, o Vice-Rei Conde da Cunha iniciou seu governo na Capitania do Rio de Janeiro, então a nova sede do Vice-Reino do Brasil. Nestes termos, segundo nossas pesquisas, a documentação referente àquele momento tem demonstrado que o período do Vice-Reinado do Conde da Cunha, em que se iniciava o estabelecimento das novas diretrizes régias referentes à militarização da população colonial, acabou por se tornar,

<sup>1</sup> Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, SP, Hucitec, 1983, p.51.

<sup>2</sup> Vale lembrar que a Capitania do Rio de Janeiro situava-se mais próxima das regiões auríferas e mais apta a coordenar as ações militares no território do Rio Grande de São Pedro.



pelo impacto que produziu na sociedade, um período especialmente interessante, posto que capaz de fornecer um panorama expressivo das diversas conseqüências sociais e dos efeitos da política régia em nível local.

Tornou-se possível confirmar uma de nossas questões acerca das conexões existentes entre a perspectiva adotada pela administração régia portuguesa, que apontava para uma política de intensa militarização imposta à população civil masculina e a crescente importância do papel das organizações militares no seio da sociedade colonial. Temos como meta demonstrar que a realização de tais objetivos militares implicava necessariamente uma reordenação da sociedade, sob os aspectos tanto político quanto social e espacial, resultando daí as várias dimensões das dificuldades encontradas em nível local para a concretização de tal política.

### Os obstáculos para o recrutamento

A fim de colocar em prática as Instruções régias referentes à militarização da Capitania, o Conde da Cunha principiou por passar em revista as tropas já existentes. Eis, parcialmente, o resultado da avaliação da situação militar que o Vice-Rei encontrou então na Capitania e que enviou em Ofício ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar: "Em pr.<sup>o</sup> lugar digo q' estão dezordenadas as tropas, o q' succede por dous motivos, o p.<sup>o</sup> por falta de disciplina, e o seg.<sup>o</sup> por falta de homens (...)"<sup>3</sup>. Ainda com relação ao estado das fortalezas, declarou ele: "todas carecem de se lhe regular a sua defença, e de se lhe montar a Artilharia em reparos com as suas justas proporções(...)"<sup>4</sup>.

Assim, ao Conde da Cunha competia, de acordo com as diretrizes político-militares que lhe haviam sido fixadas pela Coroa, tomar imediatas providências no sentido de incrementar o recrutamento de todos os homens válidos ao serviço militar, bem como de estabelecer maior regularização das tropas. Todavia, acerca do recrutamento da população para a Tropa paga, o Vice-Rei deparou com sérios obstáculos ao iniciar a tarefa que lhe fora imposta. Defrontou-se, inicialmente, com dois aspectos sociais que, embora possam ser caracterizados como típicos de uma sociedade do Antigo Regime, apresentavam-se, entretanto, segundo o Vice-Rei, em proporções excessivas. Eram eles a existência de uma densa rede de privilégios "que em todas estas terras se têm permitido aos seus abitantes, era o maior motivo da sobredita impossibilidade, e por que esta importante materia, me tem feito entrar na averiguação da validade dos mesmos privilegios"<sup>5</sup> e, além disso, a incidência de uma enorme quantidade de jovens ordenando-se clérigos, o que,

<sup>3</sup> "Ofício do Vice-Rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. RJ, 16/6/1764", Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), Caixa (Cx.) 77, Documento (Doc.) 77.

<sup>4</sup> *Idem*.

<sup>5</sup> "Ofício do Vice-Rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. RJ, 10/7/1764", AHU, Cx. 78, Doc. 4.

evidentemente "Acresce mais a sobredita impossibilidade, outra que S. Mag.<sup>e</sup> deve prover de remedio, que he o grande numero de Frades que querem ter estas tres religiões que aqui ha de Bentos, Carmelitas e Franciscanos (...) "<sup>6</sup>. Concluía o Vice-rei sintetizando o quadro inicial dos obstáculos encontrados para o recrutamento de homens "ativos e capazes", constatando que "todos tem privilegios, ou metem-se nas Religiões, e ordenão-se Clericos"<sup>7</sup>, restando, assim, somente "os homens ignuteis, são os que se podem meter nos Regimentos"<sup>8</sup>.

Diante de tais circunstâncias, o Conde Vice-Rei iniciava por tomar providências no sentido de criar condições sociais propícias e necessárias à disponibilização da população masculina hábil ao serviço militar. Para atrair e dispor desses homens haveria, portanto, que interferir no âmbito dos privilégios e no do religioso, isto é, eliminar os abusos e os excessos até então impunemente praticados, traduzidos pelo prejuízo ao serviço real que causava o tão grande "consumo de homens habeis"<sup>9</sup>.

Com relação aos privilégios, denunciava o Vice-Rei ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar: "encontre no dos Moedeiros<sup>10</sup> algumas circunstancias dignas de se porem na presença de S. Mag.<sup>e</sup> (...)"<sup>11</sup>. Fundamentava sua acusação na demonstração numérica dos excessos por eles praticados, tanto ao ultrapassarem o número permitido pela ordem régia, "q' só poderão ser 40 os Moedeiros do n<sup>o</sup>, e não 64, como prezentem.<sup>12</sup> ha, sem haver ordem, ou regim.<sup>13</sup> q' os permita"<sup>12</sup>, como também ao incluírem como privilegiados aqueles que não deveriam usufruir de tais direitos, pelo que "se mostra q' este privilegio de Moedeiro, só se deve comprehender aos q' estiverem actualm.<sup>14</sup> com exercício na caza da Moeda, e não em todos os Moedeiros do n<sup>o</sup>, pois q' alguns delles nunca servirão nella"<sup>13</sup>. Solicitava, então, "q' o mesmo S.<sup>r</sup> me determine, o q' devo obrar"<sup>14</sup>.

### O impedimento das uniões consensuais e inter-raciais

Diante do conjunto de homens que inevitavelmente usufruíam dos privilégios, fosse por direitos de fato adquiridos, fosse por não se terem conseguido atalhar de todos os excessos praticados, a todos estes, isto é, a "todos os homens que tem officios e Privilegios, para não poderem ser

<sup>6</sup> "Ofício do Vice-Rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, RJ, 16/6/1764", AHU, Cx. 77, Doc. 77.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> "Ofício do Vice-Rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, RJ, 23/9/1764", AHU, Cx. 79, Doc. 24.

<sup>10</sup> Terminologia utilizada no Brasil colonial para designar aqueles homens incumbidos de fazer moedas.

<sup>11</sup> "Ofício do Vice-Rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, RJ, 10/7/1764", AHU, Cx. 78, Doc. 4.

<sup>12</sup> *Idem*.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> *Idem*.

soldados"<sup>15</sup>, determinava o Vice-Rei que tinham por dever estarem casados, uma vez que "por este modo se poderá multiplicar a gente branca, e averá sold.<sup>os</sup> sem embaraços, e com honra (...)"<sup>16</sup>. Embora convicto dos benefícios de não se consentir que tais paisanos vivessem solteiros ou amancebados, o que se verificava na realidade social daquela Capitania, o Vice-Rei relatava justamente o contrário, pois, "todos se amancebão com negras e mulatas, com estas gastão tudo o que adquirem e não se multiplica a gente branca"<sup>17</sup>.

Diante de tais circunstâncias, decidiu-se o Vice-Rei Conde da Cunha, por meios muito próprios, a intervir na prática de tal costume, utilizando-se, para tanto, de recursos que lhe pareceram capazes de fazer surtir os efeitos esperados. Se não, vejamos: "Pelo que tenho feito publico, que os officiaes mecanicos, e Privilegiados que forem moços e não cazarem os ei de fazer Soldados."<sup>18</sup> Interessante notar-se a associação do serviço militar com a idéia de castigo ou, minimamente, punição, e, a despeito desse fato, a franca expectativa, se não certeza, de absoluto sucesso. Os resultados obtidos com este tipo de estratégia nos foram relatados pelo próprio Conde da Cunha:

vesse que athe o tempo presente pedião os homens grandes dotes para cazarem, e que agora são as mulheres as que duvidão contrair matrimonio sem que se lhe segure os dotes de seus maridos, e parece me que nesta parte tenho feito hum serviço agradável a Deus e util a S. Magestade.<sup>19</sup>

### A suspensão das ordenações sacerdotais

Por outro lado, a fim de reverter outra tendência social bem acentuada na Capitania do Rio de Janeiro de então, configurada no grande consumo de homens pela religião e, naturalmente, os conseqüentes e inevitáveis obstáculos que se impunham ao recrutamento desses mesmos homens, chegando-se tal consumo ao excesso de "q.º se não achão nesta Cid.ª homens moços p.º recruta das tropas; e havendo tantos clérigos (...)"<sup>20</sup>, a Coroa determinou que, em função do "prejuízo q' resulta à Republica"<sup>21</sup>, pelo período de dez anos, não mais se ordenassem clérigos, desautorizando expressamente que se conferissem ordenações sem que para isso houvesse "nova ordem do mesmo Senhor"<sup>22</sup>. Além disso, ordenou que lhe fosse enviado um censo total

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> "Ofício do Vice-Rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. RJ, 23/9/1764", AHU, Cx. 79, Doc. 24.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> "Ofício do Vice-Rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. RJ, 29/1/1765", AHU, Cx. 80, Doc. 32.

<sup>20</sup> "Ofício do Bispo do Rio de Janeiro, Frei Antonio do Desterro, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. RJ, 22/12/1766", AHU, Cx. 86, Doc. 60.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> "Ofício do Provincial da Ordem de N. S. do Monte do Carmo do Rio de Janeiro, Frei Manoel Angelo, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. RJ, 20/8/1764", AHU, Cx. 78, Doc. 21.

apresentando a relação exata do número de "Sacerdotes, Choristas, Leigos e Donatos"<sup>23</sup> existentes em todos os "Mosteiros, Cazas e Residencias"<sup>24</sup>.

Apesar de tais determinações régias tão obviamente rigorosas, no entanto, quer-nos parecer que, inicialmente, ainda não teriam sido suficientemente capazes de sustar o excessivo número de ordenações que continuavam a ser efetivadas. Assim sendo, não restava ao Vice-Rei outra alternativa senão suas recorrentes queixas solicitando à Coroa as devidas providências:

E ainda que vejo estar prohibido ao Bisbo o puder Ordenar, aos Prelados das Religiões o tomarem Noviços com tudo ainda são necessarios maiores providencias p.<sup>o</sup> que os naturaes desta terra, e os milhores della sirvão nas Tropas ao Seu Rei e a Sua Patria.(;:;.).<sup>25</sup>

### A deserção militar

A despeito do constante envio de soldados pagos do Rio de Janeiro para as praças do sul, parecia nunca ser o suficiente para completar, sequer minimamente, o número de soldados necessários para as tropas ali alocadas, sendo sua falta invariavelmente considerável e muito preocupante. A permanente insuficiência de soldados resultava mormente do alto índice de deserção sofrido pelas tropas ali posicionadas. Assim, por exemplo, acerca da Colônia do Sacramento, verificava o Vice-Rei que "a continua deserção dos soldados q' a guarnecem he excessiva"<sup>26</sup>.

Assim, a intensa deserção verificada naquelas praças, e suas insaciáveis demandas por mais soldados, repercutiam negativamente nas Capitânicas do Estado do Brasil, especialmente as do centro-sul – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais -, enfraquecendo-as consideravelmente de seus efetivos militares. Na Capitania do Rio de Janeiro, alarmante era a falta de soldados pagos, o que, conseqüentemente, tornava a ação de recrutamento uma constante. O nível de insustentabilidade atingido por essa situação, representado pelo diminuto número de soldados existentes no Rio de Janeiro e o infatigável trabalho de recrutamento, levava o Vice-Rei a declarar "que os [soldados] que conservo nesta Capitania são já tão poucos que não tem, nem hum só dia de descanso, trabalho este, que se faz quazi impossivel de se puder continuar (...) sendo que tudo he pouco para se puder guarnecer a Colonia, Rio Grande e Santa Catharina"<sup>27</sup>.

<sup>23</sup> *Idem.*

<sup>24</sup> *Idem.*

<sup>25</sup> "Ofício do Vice-Rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. RJ, 27/7/1767", AHU, Cx. 88, Doc. 66.

<sup>26</sup> "Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 17/9/1764", AHU, RJ, Avulsos, Cx.79, doc.11.

<sup>27</sup> "Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 9/9/1767", AHU, RJ, Avulsos, Cx.89, doc.60.

Com o intuito de aliviar os excessivos encargos militares sofridos pela Capitania do Rio de Janeiro e visando, ainda, atender aos constantes apelos do Vice-Rei por efetivos outros que não fossem “os cariocas, porq’ são moles, e faltos de valor”<sup>28</sup>, nem tampouco “os que são do Brasil, não tem prestimo, pela sua excessiva perguça, e negação p.<sup>a</sup> a vida militar”<sup>29</sup>, a Coroa decide-se a enviar para a capital homens recrutados na Ilha de São Miguel. A 9 de agosto de 1766, chegava ao porto da cidade do Rio de Janeiro a recruta de duzentos homens, a qual avaliava entusiasmado o Conde da Cunha que, “por serem todos voluntarios, de boas figuras, e desembaraço, hé própria para o ministério a que vem destinada”. Informava, ainda, à Coroa que “todos elles me segurão, que muitos mais querião vir por sua livre vontade” e concluía considerando que “seria muito util haver outra semelhante recruta”<sup>30</sup>.

### Os baixos salários e as minas de ouro

Não somente continuavam alarmantes as notícias de deserção nas praças do sul, mas, inclusive e continuamente, muitos dos que desertavam passavam aos arraiais inimigos. Desde o início de seu governo, a fim de aplacar tão inúmeras deserções, o Vice-Rei Conde da Cunha entrevia apenas uma solução: “só o aumento do soldo podera ter mão nesta gente, q’ por falta de meios p.<sup>a</sup> puder viver, procura melhorar de fortuna ainda q’ seja em terra alheia”<sup>31</sup>.

Um ano após o Vice-Rei ter advertido acerca do excessivo número de deserções lá verificadas, a Coroa se decide a aumentar o soldo dos combatentes da praça da Colônia do Sacramento. Em carta, o Conde da Cunha agradece o reconhecimento da Coroa e aponta para suas eventuais conseqüências favoráveis, ressaltando, entretanto, que estas somente viriam a se verificar após o efetivo aumento dos soldos das tropas “por sua R.<sup>l</sup> grandeza; mandando acrescentar os soldos aos melitares da praça da Col.<sup>a</sup>, q’ com este beneficio / depois de ser praticado/ me parece, q’ os castelhanos não tornarão a entrar nella”<sup>32</sup>.

Se a questão do soldo, já irrisório, quando não de sua total ausência, recebido pelos soldados nas fronteiras, os levava a tentar “melhorar de fortuna (...) em terra alheia”<sup>33</sup>, aqueles menos próximos da ‘terra alheia’ fugiam, pelo mesmo motivo, para outras terras, as das Minas Gerais que, mesmo não

<sup>28</sup> “Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 15/3/1764”, AHU, RJ, Avulsos, Cx.77, doc.38.

<sup>29</sup> “Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 29/2/1764”, AHU, RJ, Avulsos, Cx.77, doc.25

<sup>30</sup> “Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 6/9/1766”, AHU, RJ, Avulsos, Cx.86, doc.11.

<sup>31</sup> “Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 17/9/1764”, AHU, RJ, Avulsos, Cx.79, doc.11.

<sup>32</sup> “Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 4/7/1765”, AHU, RJ, Avulsos, Cx.82, doc.16.

<sup>33</sup> “Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 17/9/1764”, AHU, RJ, Avulsos, Cx.79, doc.11.

sendo alheia, tornava-se, ainda assim, muito perigosa, pela atração que exercia sobre um imenso número de soldados que, constantemente, desertavam em busca de seu tão cobiçado ouro.

Portanto, da conjunção entre o baixo, ou nenhum, soldo e o ouro das Minas, o resultado, óbvio e inevitável, era a maciça deserção dos soldados. Assim, um ano após a chegada da recruta da Ilha de São Miguel, o Vice-Rei percebia, desolado, os reais objetivos daqueles voluntários de tão "boas figuras, e desembaraço" e tão próprios para "o ministério a que vem destinado"<sup>34</sup>, qual seja, "que todos estes homens que com tanto gosto, e por sua livre vontade vem das Ilhas para o Rio de Janeiro; não he porque queirão servir a S.Mag.<sup>e</sup>, mas sim, e só com o designo de se irem meter nas Minas"<sup>35</sup>. E, segundo o Conde da Cunha, todos os fazem "por dous motivos; o primeiro he o não ser possivel sustentarem-se com o soldo que S.Mag.<sup>e</sup> lhe dá; e o segundo he saberem a abundância que naquelas terras [de Minas] há"<sup>36</sup>. Além do que, não somente os soldados provenientes da Ilha, "como os desse Reino dezertão prezentemente todos os dias para Minas"<sup>37</sup>.

### A amplitude do Estado do Brasil

Ao Conde da Cunha parecia a deserção uma insolúvel irregularidade, a cujas razões, ainda, somava-se uma outra, a atuar peremptoriamente : a "vastidão incomprheensível deste Estado"<sup>38</sup>. Operando amplamente como fator de reforço e estímulo à deserção, sua ampla vastidão garantia a proteção e a imunidade dos muitos que a praticavam, de tal modo que

não he possivel achallos para os castigar, e trazer aos seus corpos: São tantos os caminhos, que prezentemente ha, para aquella capitania [Minas Gerais], e a de S.Paulo, e por povoados, que já não cabe no possivel que este danno se evite com guardas<sup>39</sup>.

Não obstante serem os soldados desertores, e, quando encontrados, enviados à prisão e sentenciados com os devidos castigos, parecia, ainda assim, que punição nenhuma seria capaz de surtir qualquer efeito corretivo sobre aqueles homens, pois, "nem assim tem emenda. Pelo que me persuado, que o castigo lhes não faz termos, e que antes querem sugeitar-se à elle, do

<sup>34</sup> "Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 6/9/1766", AHU, RJ, Avulsos, Cx.86, doc.11.

<sup>35</sup> "Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 1/11/1767", AHU, RJ, Avulsos, Cx.90, doc.2.

<sup>36</sup> *Idem*.

<sup>37</sup> "Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 9/9/1767", AHU, RJ, Avulsos, Cx.89, doc.60.

<sup>38</sup> "Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 1/11/1767", AHU, RJ, Avulsos, Cx.90, doc.2.

<sup>39</sup> "Ofício do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 9/9/1767", AHU, RJ, Avulsos, Cx.89, doc.60.

que a regularidade Militar"<sup>40</sup>. O serviço militar para esses homens representava uma penalidade de tão grandes proporções que dificilmente os castigos seriam capazes de intimidá-los, e muito menos de evitarem suas constantes fugas das fileiras.

Quanto à questão dos recrutados fora do Estado do Brasil, como, por exemplo, os da Ilha de São Miguel, passou a considerar o Conde de Cunha, devido à excessiva deserção verificada entre eles, inviável sua vinda. A fim de solucionar o tão grave impasse da falta de soldados, avaliava o Vice-Rei que estes deveriam ser recrutados entre os naturais da cidade. Justificava tal opção da seguinte forma: "só os soldados naturais do Rio de Janeiro, podem viver nelle /ainda que com excessiva miséria/ com os soldos que S.Magestade lhe manda dar, e que para assim os haver, seria preciso que se não pudessem meter frade nem ordenar clericos"<sup>41</sup>.

Ora, encontrava-se, novamente, o Conde da Cunha diante do mesmo obstáculo do início de seu governo – os privilégios – obstáculo não menos difícil de superar do que o anterior – a deserção. Deve-se considerar que, efetivamente, só eram recrutados para soldados das tropas pagas aqueles que, como já visto, não se conseguiam eximir pela via dos privilégios, fossem eles provenientes da Santíssima Trindade, da Bula da Cruzada, dos Familiares do Santo Ofício, dos Moedeiros ou, sobretudo, das Ordens Religiosas responsáveis por ordenar um grande número de jovens que, se assim não fosse, estariam habilitados ao serviço militar. Em outros termos, referimo-nos não somente aos direitos de privilégios, mas, mais especificamente, ao uso alargado destes, indevida e fartamente utilizado na Capitania do Rio de Janeiro, e que se constituía nada menos que um dos magnos problemas concernentes ao recrutamento militar.

### Os vagabundos e os trabalhadores itinerantes

Sendo assim, os que realmente se tornavam passíveis de serem recrutados para soldados eram mormente os vagabundos e os trabalhadores itinerantes, que não logravam obter a proteção de qualquer rede de isenção, em suma, todos aqueles que, por inexcelência, viviam fora de qualquer 'sociedade civil'.

Deste modo, pode-se verificar que, embora árdua e de difícil execução, tornava-se imperativo, uma vez concluídos os recrutamentos nas vilas, cidades, e em suas respectivas cadeias, adentrar "nas estradas dezertas, e sertões"<sup>42</sup> da Capitania, posto que era ali que se arregimentava o maior número dos efetivos para compor as tropas coloniais. Apreciemos, parcialmente, o relato do capitão

<sup>40</sup> "Conde de Azambuja para Francisco Xavier Mendonça Furtado, R.J., 18/5/1768", AHU, RJ, Avulsos, Cx.91, doc.67.

<sup>41</sup> "Ofício do Vice-Rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. RJ, 9/9/1767", AHU, Cx. 89, Doc. 60.

<sup>42</sup> "Requerimento do Capitão de Ordenança à pé de Itaboraí a D.José, RJ, 27/2/1765", AHU, RJ, Avulsos, Cx.80, doc.75.

de Ordenanças do distrito de Itaboraí, que, a fim de recrutar “gente para sold.<sup>os</sup> da Infant.<sup>a</sup> da mesma cid.<sup>e</sup> [do Rio de Janeiro]”<sup>43</sup>, fora incumbido de uma diligência de “evidente perigo”<sup>44</sup>, qual fosse o de penetrar pelos sertões, posto que era o lugar para onde iam “os que fogem para não serem prezos p.<sup>a</sup> soldados, e se animão a rezistir a toda a qualid.<sup>e</sup> de pessoas q’ os procurão”<sup>45</sup>.

Ressalte-se que, para todos aqueles que vissem dispersos pelos sertões ou matos e que não se congregassem em povoações civis, as determinações da Carta Régia de 22 de julho de 1766<sup>46</sup> eram extremamente severas em suas punições. Prescreviam-se, ali, as medidas acerca dos meios e das penalidades que sofreriam todos os que se encontrassem pelos sertões: os trabalhadores itinerantes, bem como os vadios eventualmente encontrados “nos caminhos e matos”<sup>47</sup>, a quem determinava fossem indiscriminadamente “tratados como salteadores de caminhos, e inimigos comuns, e como tais punidos com a severidade das leis”<sup>48</sup>. Para a exata consecução de tal objetivo, a Coroa concedia poder de polícia a particulares, outorgando a “roceiros, rancheiros e tropas de bandeiras” toda a “necessária autoridade para prenderem, e remeterem às cadeias públicas das comarcas que estiverem mais vizinhas, todos os homens que acharem dispersos”<sup>49</sup>.

Ora, por serem grupos estrategicamente posicionados nos sertões, julgou a Coroa poder contar com a total e irrestrita colaboração dos “roceiros, rancheiros e tropas de bandeiras”, o que em muito facilitaria a tarefa de reconhecimento e de perseguição daqueles homens que, dispersos pelas brenhas, viviam sob a mira das ordens régias, bem como os que fugiam ao risco de recrutamento, e os desertores. Dispondo da “autoridade pública”<sup>50</sup> concedida pela Coroa, aqueles grupos, em última análise, poderiam prestar-se à difícil tarefa de arregimentação, dentre aquele contingente que se encontrava pelos sertões, de homens para soldados.

Entretanto, complexo era o mundo colonial. Se, por um lado, nem sempre a autoridade pública confiada àqueles grupos resultava de fato nos propósitos previstos pela Coroa, acabava, por vezes, gerando o contrário: o acoutamento de homens que deveriam tornar-se soldados. Por outro, se de fato remetidos à prisão, e, em seguida, às tropas, nada tampouco garantiria sua permanência naquelas, muito pelo contrário.

---

<sup>43</sup> *Idem.*

<sup>44</sup> *Idem.*

<sup>45</sup> *Idem.*

<sup>46</sup> “*Edital, em que fez. Ordenar S.Mage. que todos os homens que se acharem vagabundos nos Sertoens, ou em Sítios Volantes desta Capitania, sejam logo obrigados a viverem em Povoações civis, Ajuda, 22/7/1766.*” ANRJ, Cod. 73, vol. 2, fl. 14

<sup>47</sup> *Idem.*

<sup>48</sup> *Idem.*

<sup>49</sup> *Idem.*

<sup>50</sup> *Idem.*



Dessa forma, vale observar que um interminável círculo vicioso se produzia, posto que, uma vez encontrados nos sertões, levados à cadeia e, em seguida, remetidos para as tropas, esses homens, militarizados à força, voltavam fatalmente a escapar para os amplos espaços do sertão. Tal ocorrência fazia com que especialmente as tropas, tanto de auxiliares como regulares, no que concerne a seus efetivos, fossem tão efêmeras, e se dissolvessem tanto quanto se movimentassem, alimentando-se contínua e inexoravelmente desse, e nesse, inacabável movimento vicioso pelo qual os homens militarmente úteis se viam enredados: sertão-prisão-tropa-sertão.



## RECONSTRUINDO AS VIVÊNCIAS: A memória emergente de um egresso da TFP

Gizele Zanotto<sup>1</sup>

### Resumo:

Este trabalho pretende historicizar a memória de um ex-membro da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). O objetivo é tentar problematizar e interpretar o testemunho, o trabalho da memória na reconstrução do passado de José Antônio Pedriali, enfatizando sua vivência intra muros e as transformações na percepção do mundo e da vida a partir de sua adesão à esta sociedade.

### Palavras-chave:

Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) - memória - aliciamento

### Abstract:

*This work aims to historicize the memory of a former-member of the Brazilian Society for the Defense of Tradition, Family and Property (TFP). The objective is to try to problematize and to interpret the certification, the work of the memory in the reconstruction of the past of José Antônio Pedriali, through emphasizing its experience intra walls and the transformation in the world's perception and of his life since the adhesion to this society.*

### Keywords:

*Brazilian Society for the Defense of Tradition, Family and Property (TFP) - memory - recruitment*

Para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão. Jean Davallon

Em que consiste o recordar? Numa força nostálgica mobilizadora, que traz à tona os bons “velhos tempos”, os inconvenientes, os infortúnios, ou os inesquecíveis momentos traumáticos que obstinadamente apunhalam o coração nas horas mais inesperadas? Acreditamos que sim, mas isto não é tudo; o “papel da memória” vai muito além, e transforma-se numa arma/estratégia para o indivíduo que recorda. O poder da memória é infinito, sua passagem para a fala ou escrita se reveste em armadura contra o esquecimento, contra as inúmeras outras memórias concorrentes, enfim, contra a insignificância desta versão individual. (Re)construir as experiências passadas, portanto, significa

<sup>1</sup> Doutoranda em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação do prof. Dr. Artur César Isaia. Bolsista da CAPES.

infinitamente mais do que podemos supor; significa “marcar” lugar na história como alguém que pode, e quer, ser inesquecível. Perceber que nós, pesquisadores, estamos à mercê destes riscos (e de muitos outros ainda), nos estimula: estimula a conhecer e problematizar mais, a questionar quem fala, para quem fala, o que diz, quem afeta, quem legitima, que poder quer se apoderar, etc. Conceber também nossas fontes como historicamente construídas, como documentos/monumentos<sup>2</sup>, como discursos<sup>3</sup>, é uma de nossas armas contra as atraentes idealizações das memórias. Baseando-nos nesta perspectiva pretendemos nos ater muito mais nas possibilidades das reconstruções do passado do que nos eventuais problemas que estas fontes podem suscitar, problemas estes que também podem ser estendidos a outras fontes e que, portanto, não deslegitimam a sua utilização pela história.

Este trabalho pretende historicizar a memória de um ex-membro da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), amparando-nos nas contribuições do debate historiográfico sobre a questão da memória. O objetivo é tentar problematizar e interpretar o testemunho de José Antônio Pedriali sobre sua vivência *intra* muros, e as transformações na percepção do mundo, e da vida, a partir de sua adesão à entidade. É com base neste testemunho que pretendemos compreender esta vivência *intra institutiones*, ou seja, analisar o trabalho da memória na reconstrução do passado: uma tarefa extremamente árdua para os que foram aliciados ainda jovens por uma sociedade que lhes estimulou a interpretar as relações, crenças, vivências e o próprio mundo de outra maneira. A sustentação desta outra proposta esteve ancorada no catolicismo tradicional e ressaltava a eterna luta entre o bem e o mal, entre os defensores da Luz e dos servos das Trevas, entre os puros e os impuros, enfim, entre os *eleitos* e os bestializados.

### Desvendando a TFP: a memória institucional

A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) é uma associação civil que atua em todo o território nacional, e que também está presente em mais de 20 países através de representações e entidades co-irmãs. Sua fundação, ocorrida em 26 de julho de 1960, derivou da decisão de um grupo de católicos leigos, muito identificados com a doutrina tradicional da Igreja Católica, de obter estatuto jurídico para suas atividades,

<sup>2</sup> Le Goff considera que “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No Limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”. LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 548.

<sup>3</sup> Nossa perspectiva teórica de análise do discurso está baseada nos estudos de Eni P. Orlandi, e compreende discurso como o efeito de sentido entre locutores. A análise do discurso trabalha, portanto, “com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade” ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 3ª edição. Campinas: Pontes, 2001. p. 16.

e de reunir de forma associativa a vasta “*família de almas*” que comungava dos mesmos ideais de seu líder espiritual e doutrinário, Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995)<sup>4</sup>. Conforme seus estatutos, os principais objetivos da TFP são combater o socialismo e o comunismo e ressaltar os valores ditos positivos e pretensamente ancorados na ordem natural, especialmente a tradição, a família e a propriedade. Sua atuação pública junto à sociedade brasileira é efetivada por meio de campanhas voltadas especialmente para a defesa da família monogâmica e indissolúvel e da propriedade privada, contra o comunismo, o desarmamento civil, os casamentos homossexuais, as imoralidades televisivas, e contra o que consideram uma infiltração esquerdista no clero.

A prática social desta sociedade, a rede de sentidos formada e vivenciada pelos seus membros foi baseada, principalmente, em elementos da obra *Revolução e Contra-Revolução* (1959) de Plínio Corrêa de Oliveira, na devoção Mariana, fundamentada na obra de São Luís Maria Grignon de Montfort<sup>5</sup>, *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*, e na mensagem de Nossa Senhora de Fátima (1917). Em *Revolução e Contra-Revolução*, o autor descreveu os problemas que impulsionaram a decadência da Cristandade – a Revolução -, sua forma de atuação, seus agentes bem como as táticas dos contra-revolucionários, os “*arautos da civilização cristã*”. Plínio apresenta a Revolução como sendo um movimento que objetiva destruir uma ordem/poder legítimo e pôr em seu lugar um estado de coisas ou poder ilegítimo<sup>6</sup>. Esse fenômeno político teria surgido em fins da Idade Média, sendo que estaria progressivamente destruindo os ideais cristãos. A sociedade medieval do século XIII seria a que realizou com maior perfeição o ideal de uma sociedade genuinamente católica. O motivo de sua decadência foi a Revolução, cuja causa profunda seria uma explosão de orgulho e sensualidade, que inspirou uma cadeia de sistemas ideológicos contrários aos princípios preconizados pela Igreja, e que se desencadeia até nossos dias. O objetivo desta “*conspiração das Trevas*” é destruir a Igreja, este processo quer impedir que esta cumpra sua missão de salvar almas.

<sup>4</sup> Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo/SP em 1908. Sua militância católica iniciou nos anos 20 como integrante da Congregação Mariana na Paróquia de Santa Cecília, e se estendeu até seus últimos dias, tendo participado ativamente de atividades de inspiração cristã, como a fundação da Ação Universitária Católica (AUC) na Faculdade de Direito, onde estudava (1929); a criação da Liga Eleitoral Católica -LEC (1932); como deputado federal na Assembleia Constituinte (1934-1937); como diretor do jornal *O Legionário*, Órgão da Congregação Mariana de Santa Cecília (1933-1947); como presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista (1940-1943); como orientador e inspirador do mensário de cultura *Catolicismo* (1951-1995); como fundador e presidente vitalício da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP (1960-1995), além de palestras, autoria de livros e artigos. Plínio faleceu em São Paulo, no ano de 1995, “em odor de santidade”.

<sup>5</sup> São Luís Maria Grignon de Montfort nasceu em 1673, na França. Ordenou-se em 1700, e trabalhou essencialmente com os pobres, tendo sido um reanimador da fé e defensor da piedade. Em 1706, Clemente XI lhe conferiu o título de Missionário Apostólico, donde o santo iniciou uma peregrinação pela França anunciando aos pobres o mistério da Sabedoria e o amor de Cristo Encarnado e Crucificado. Também estabeleceu a prática do Santo Rosário e da Escravidão de Amor, ou perfeita Consagração a Cristo pelas mãos de Maria – foi um apóstolo da contra-revolução na França. Em 1716 faleceu na cidade de São Lourenço. Pio IX declarou seus escritos isentos de qualquer erro (1853), Leão XIII o proclamou beato (1888), Pio XII o canonizou (1947) e João Paulo II estabeleceu a data de sua festa – 25 de abril.

A Revolução é entendida como um processo, que se compõe de várias etapas sucessivas. A I Revolução teria sido a Reforma Protestante, que foi preparada pelo espírito humanista e da Renascença, com seu culto ao homem e a visão de gozo da vida – antagônicos com a noção cristã de sacrifício que predominava até então. O orgulho e a sensualidade, e sua defesa pelo prazer da vida pagã, teriam suscitado o protestantismo. Na seqüência ocorreu a Revolução Francesa - a II Revolução -, que se constituiu no triunfo do igualitarismo no campo religioso, com o ateísmo/laicismo, e no campo político com a concepção de que as desigualdades são injustas. A III Revolução se constituiu no comunismo, que transpôs as máximas igualitárias e atéias para os terrenos social e econômico. A IV Revolução vai nascendo, ocorre agora no campo cultural, e teve como grande marco as manifestações de maio de 1968. Seu objetivo é extinguir os velhos modelos de reflexão e sensibilidade, bem como estimular a liberação moral.

Visando barrar este processo, surge a Contra-Revolução, que faz do amor à ordem cristã o eixo de seus ideais, preferências e atividades. Sua função é conhecer profundamente a Revolução para destruí-la através de todos os meios lícitos, utilizando o concurso de todos os "filhos da Luz". Seu objetivo é a restauração da Ordem, ou seja, *"a paz de Cristo no reino de Cristo (...) a civilização cristã, austera e hierárquica, fundamentalmente sacral, antiigualitária e antiliberal"*.<sup>6</sup> O movimento contra-revolucionário coloca-se como auxiliar da salvação da Igreja frente a esta força poderosa e maléfica que a destrói. Para Plínio, a Igreja é a alma da Contra-Revolução. Esta obra contra-revolucionária está consagrada a Nossa Senhora, a medianeira entre os homens e Jesus Cristo, e a padroeira desta luta. Sua principal mensagem contra-revolucionária foi confiada a três crianças portuguesas na cidade de Fátima, em 1917. A mensagem de Fátima, para Plínio, é considerada o maior acontecimento do século XX, por condenar os desvios da verdadeira religião e os erros do comunismo (lembramos que o autor não conheceu o terceiro segredo, só revelado no ano 2000, portanto, não analisado neste trabalho).

Nossa Senhora apareceu para os pastorinhos portugueses, revelando-lhes os segredos: no primeiro Nossa Senhora mostrou o inferno às crianças, lugar para onde vão os pecadores, e lhes explicou que foram os pecados dos homens que provocaram a I Guerra Mundial (1914-1917); o segundo segredo principia com a afirmação de que a I Guerra irá acabar, mas alerta que se não houver emenda dos pecados outra pior vai acontecer (II Guerra Mundial), além de também prever a difusão do comunismo (castigo divino), caso os homens não reparassem seus erros<sup>8</sup>. A partir desta mensagem, Plínio partiu

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e Contra-Revolução*. 4ª edição. São Paulo: ARTPRESS, 1998. p. 55.

<sup>7</sup> Idem, p. 93.

<sup>8</sup> MACHADO, Antonio Augusto Borelli. *As aparições e a Mensagem de Fátima conforme os manuscritos da Irmã Lúcia*. 43ª edição. São Paulo: Ed. ARTPRESS, 1996. p.44 a 47.

para a difusão dos segredos de Fátima visando informar aos homens sobre os terríveis males que viriam se estes não se convertessem à verdadeira fé, e não reparassem seus pecados. Plínio ressaltou que toda preservação moral autêntica e toda regeneração moral derivam da graça, portanto, de Nossa Senhora. Assim, a ajuda da Virgem é indispensável para a vitória da Contra-Revolução. Mas, para que o Bem prevaleça sobre o Mal, a devoção mariana deverá ser praticada, ou seja, esta devoção é condição *sine qua non* para que a Luz prevaleça sobre as Trevas. O devotamento à Virgem indicado, e praticado pelos tefepistas, segue o modelo traçado por São Luís Maria Grignon de Montfort.

O método desenvolvido por Montfort consiste em uma devoção sem limites à mãe de Jesus, a medianeira entre os homens e seu filho. A devoção montfortiana é baseada na “escravidão de amor à Santíssima Virgem?”, ou seja, é uma entrega integral, uma renúncia do eu para dedicar-se a Ela. Esta escravidão compreende tanto os bens materiais como os espirituais do homem, é uma devoção sem limites. Plínio lembra que este pode parecer um método radical, antagônico com a exaltação da liberdade dos dias modernos, mas, para os contra-revolucionários, esta devoção – um instrumento real e efetivo de amor a Nossa Senhora – é a maneira mais perfeita de vencer as forças malélicas e derrotar a Revolução. E, quando a Revolução for vencida, reinará a paz entre os homens, será uma época áurea e totalmente influenciada pela religião – será o Reino de Maria (noção montfortiana), inaugurado com o triunfo do Imaculado Coração de Maria (prometido em Fátima).

### Memória emergente: o testemunho de José Antônio Pedriali

Nos anos 80 a TFP sofreu inúmeros “estrandos publicitários”, contra sua atuação e suas práticas. Os autores destas campanhas públicas foram egressos liderados por Orlando Fedeli, um professor secundário de história que, durante sua permanência de quase 30 anos nos grupos ligados ao líder da TFP, Plínio Corrêa de Oliveira, prestou inúmeros serviços à organização. Fedeli passou a integrar o “Grupo” em meados dos anos 50; em 1956 já recrutava novos jovens oriundos especialmente da pequena e média burguesia paulistana<sup>10</sup>. Também se dedicava ao estudo da doutrina católica, da vida dos santos e da conjuntura internacional, como os demais membros. Décadas depois, em 1983/1984, suas denúncias à sociedade que tanto auxiliara foram contumazes. O maior destaque deste “desabafo” foi a publicização do funcionamento interno e secreto da TFP: a organização interna formada por círculos concêntricos<sup>11</sup>,

<sup>9</sup> Conforme as palavras do santo: “pela escravidão, um homem depende inteiramente de outro durante toda a vida e deve servir a seu senhor, sem esperar salário ou recompensa alguma, como um dos animais sobre que o dono tem direito de vida e de morte”. MONTFORT, São Luís Maria Grignon de. *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*. 29ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 74.

<sup>10</sup> SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Meio século de epopéia anticomunista*. 3ª edição. São Paulo: Ed. Vera Cruz, 1980. p. 445.

<sup>11</sup> Pedriali e Fedeli descreveram parte da hierarquia interna da entidade: 1. Correspondentes-esclarecedores (amigos da

onde os membros devem respeitar uma lei de silêncio perante os demais; os cultos prestados a Plínio Corrêa de Oliveira – tido como profeta, Santo, imortal e inerrante – e à sua mãe, Dona Lucília Ribeiro dos Santos; e a sua utilização como entidade de fachada para angariar fundos para uma sociedade secreta (restrita e secreta também para a maioria dos membros) chamada *Sagrada Escravidão*, ou, como foi mais conhecida, a *Sempre Viva*.

Em julho de 1984, outra denúncia contra a TFP surgiu para desvendar ainda mais suas atividades internas e ocultas: Luiz Filipe de Freitas Guimarães Ablas lavrou uma declaração em Cartório relatando o *Ordo da Sempre Viva*, da qual foi membro; o que significa que se consagrou escravo de Plínio Corrêa de Oliveira, ou *Luigi Plínio Elia*, seu nome oficial na sociedade secreta. Na seqüência, em agosto de 1985, um terceiro egresso, José Antônio Pedriali, publicou a obra *Guerreiros da Virgem. A vida secreta na TFP*, relatando sua vivência de quase sete anos na sociedade. Esta obra autobiográfica narra o período anterior ao ingresso na TFP, sua permanência de quase sete anos na entidade e o período imediatamente posterior ao seu afastamento, ressaltando essencialmente os fatos ocorridos durante sua permanência nesta entidade. Ao tomarmos uma autobiografia como fonte, devemos ter cautela, pois este discurso é deliberadamente formulado com o objetivo de refazer os caminhos percorridos pelo indivíduo até o momento de seu registro, assim, suas experiências seriam submetidas a uma lógica discursiva que ressalta a vinculação entre os acontecimentos, produzindo uma unidade coerente onde só existiriam fragmentos<sup>12</sup>. Bourdieu enfatiza que este seria um trabalho de “ideólogo da sua própria história”, e que, esta seleção seguiria uma intenção global de gerar sentidos a partir de uma retórica ordenadora da descontinuidade do real, tratar-se-ia, lembra o autor, de um esforço de representação, da produção de si mesmo<sup>13</sup>.

José Antônio Pedriali nasceu nos anos 50, tendo sido iniciado desde cedo na prática religiosa católica, pela sua família. Na adolescência sentia a ebulição de sonhos e pensamentos de sua idade, cuja exteriorização acontecia especialmente em conversas com Suzan, um romance de adolescente. Com Suzan sonhava com um mundo mais justo e humano, expunha suas ambições, criticava o provincianismo de Londrina, cidade em que moravam, etc<sup>14</sup>. Estas inquietações também foram, acreditamos, fatores potenciais para a adesão de Pedriali na TFP, já que a entidade questionava os valores do mundo moderno,

TFP – não membros); 2. *Membros do grupo* (Apóstolos Itinerantes, Comissão do Movimento); 3. *Eremitas e camaldulenses* (Eremitas, Eremitas Itinerantes, Eremitas Proveedores); 4. *Membros da sociedade secreta Sagrada Escravidão*; 5. Líder espiritual e doutrinário – Plínio Corrêa de Oliveira.

<sup>12</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo histórico: Uma reflexão sobre arquivos pessoais e o Caso Filinto Müller. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, p. 44/45, 1997.

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (Coord). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 184/185.

<sup>14</sup> PEDRIALI, José Antônio. *Guerreiros da Virgem: A vida secreta na TFP*. São Paulo: EMW Editores, 1985. p. 18.



e se propunha a agir em prol da restauração de um modo de vida mais "puro", ideal. A convivência com os tefepistas iniciou quando Pedriali tinha 15 anos, em 1971. Neste ano a TFP já completava 11 anos, já estava solidamente estabelecida em inúmeras cidades de todo o país, beneficiada, também, pelo apoio expresso (mas não incondicional) ao governo militar – o que lhe garantia certa liberdade de ação. Durante anos este novo membro da TFP se dedicou ao estudo da doutrina, à participação em campanhas públicas, ao recrutamento de novos membros, enfim, contribuiu para a expansão física e doutrinária tefepista no país. O rompimento ocorreu em 1977, quando Pedriali completava 21 anos, ou seja, a maior parte de sua adolescência transcorreu *intra muros*, não só distanciado da comunidade, mas também interiorizando uma percepção de vida que preconizava a aversão ao mundo "corrompido" de seu tempo – postura esta baseada na dicotomia entre Bem/Tefepistas e Mal/Mundo moderno. Seu afastamento da TFP marcou o início de uma nova fase na vida de Pedriali, marcada pela reconstrução de seus referências mais elementares, e que partiu da crítica e relativização da visão maniqueísta defendida até então (muito mais por força da convivência em um grupo fechado do que em convicções pessoais). A volta aos estudos (Pedriali graduou-se em jornalismo após seu afastamento) auxiliou nesta reconstrução de referenciais, já que a convivência com o Outro - antes considerado pecador, representante do mal, como veremos adiante - e a possibilidade de crítica puderam fortalecer uma visão mais autônoma da vida, da história e da própria sociedade. Foi somente em 1984 que Pedriali iniciou um trabalho de reconstrução do passado tefepista, possivelmente incentivado pela "onda" de acusações contra a TFP iniciada no ano anterior, ou seja, sete anos se passaram até que esta memória pudesse "emergir" e revelar mais uma versão individual (mas também representativa de um grupo maior de ex-membros) que divergia da memória oficial da entidade. O autor relatou sua vivência cotidiana na TFP, reconstruiu o processo de seu aliciamento, sua doutrinação intensiva, o distanciamento do "mundo" revolucionário a que foi estimulado, o desprezo pela família, o endeusamento de Plínio Corrêa de Oliveira, etc, mas, em especial, ajudou a tornar públicas as atividades internas de uma sociedade importante no cenário político nacional - em especial durante o período militar - que oculta as práticas que fazem parte do dia-a-dia de um *membro do Grupo*. Sua obra foi publicada no ano seguinte, como parte de uma coleção intitulada *Coleção Testemunho*, da editora EMW Editores e, causando ainda mais furor, prefaciada por um ex-comunista, Domingos Pellegrini, que ressaltou a semelhança entre os métodos da direita e da esquerda, citando uma frase do General Golbery do Couto e Silva, "*Esquerda e direita são como as pontas da ferradura: extremos que se julgam opostos, mas quase se tocam*"<sup>15</sup>. O impacto desta obra deve-se, também, ao grande

<sup>15</sup> PELLEGRINI, Domingos. Prefácio: Na ponta da ferradura. In: PEDRIALI, José Antônio. *Guerreiros da Virgem: A vida secreta na TFP*. São Paulo: EMW Editores, 1985. p. VIII.

destaque recebido na imprensa de todo o país – num momento em que a TFP já não contava com o respaldo governamental e de alguns eclesiásticos, como outrora. Atualmente, aos 47 anos, Pedriali atua como jornalista em diários paranaenses e paulistas, como a *Folha de Londrina* e *O Estado de São Paulo*.

Pedriali iniciou o contato com a TFP através da participação em uma palestra sobre política internacional - com ênfase no conflito leste/oestê e nas constantes investidas comunistas no Ocidente cristão -, proferida por membros da sociedade, em Londrina/PR, cidade onde residia com a família. Seu relato ressalta os sentimentos que o dominaram naqueles momentos iniciais: ficou extremamente impressionado com o conhecimento demonstrado pelo jovem palestrante, assim como pela receptividade com que aqueles *membros do Grupo* tratavam os *apostolandos*<sup>16</sup> presentes naquela ocasião:

“Pela primeira vez estava sendo tratado com respeito e consideração, as pessoas aparentavam sinceridade em seus sentimentos, procuravam compreender-me. (...) Esse veterano se dirigia a nós como se fôssemos não só da mesma idade dele, mas como se estivéssemos no mesmo nível. Não havia arrogância e afetação em suas palavras; pelo contrário, uma tonalidade paternal e ao mesmo tempo fraterna<sup>17</sup>.”

As análises anticomunistas, apresentadas com desenvoltura e convicção, muitas vezes o chocavam (estranhamento da visão de mundo apresentada pelos tefepistas), mas, diante da falta de argumentos para defender suas idéias, rendia-se à explanação coerente e lógica apresentada pelos interlocutores, (processo de aliciamento no qual seria instruído mais tarde). O comunismo era apresentado como intrinsecamente mau, perverso, ateu. Seu objetivo seria destruir a civilização cristã ocidental, destruir os valores fundamentais da ordem natural: pátrio poder, família, religião, livre iniciativa, desigualdades naturais, propriedade privada, etc. A missão que era apresentada aos ingênuos *apostolandos* era de que deveriam lutar pela defesa de um ocidente idealizado, lutar para que os demais países livres não mergulhassem na pobreza e escravidão: uma causa que lhe parecia justa naquele momento (início dos anos 70).

Seu aliciamento teria iniciado antes desta palestra, com a chegada de um membro para acompanhá-lo até a sede, o que se repetiu com o fim dos trabalhos, “o que não sabia era que, antes de aceitar o convite para participar da reunião, já estava sendo estudado minuciosamente e já engrenara num processo meticuloso e científico de aliciamento...”<sup>18</sup> Após a “enxurrada” de novas informações e perspectivas de vida, ação e pensamento, Pedriali narra um período de conflito interno balizado pela hesitação em pertencer a TFP,

<sup>16</sup> Para a TFP, são considerados *apostolandos* os membros potenciais da sociedade.

<sup>17</sup> PEDRIALI, José Antônio. p. 12.

<sup>18</sup> Idem, p. 14.

uma entidade idealista e que lhe fascinava, ou permanecer com sua rotina pré-recrutamento, com sua família, amigos, precoce boemia, etc. Neste entremeio, entre a reunião e a decisão de entrar definitivamente para a sociedade, o processo de aliciamento continuara, e já mostrava resultados. Pedriali já assimilava com menos resistência às novas idéias, passara a vestir-se de maneira mais formal e sentia que as conversas com os colegas e amigos externos a TFP eram "vazias, frustrantes". Nilda Teves lembra-nos de que a apreensão do mundo pelo homem é intencional, ou seja, é definida pelos desejos, interesses, sonhos e expectativas individuais. Portanto, o mundo conhecido é instituído seletivamente, é orientado pelo nosso "olhar", olhar este que sempre parte de uma perspectiva e de um imaginário social<sup>19</sup>. Desta forma, consideramos que o aliciamento de novos tefepistas apresenta, em grande medida, a busca da realização de desejos, o compartilhamento de visões de mundo ou a crença num imaginário comum entre tefepistas e *apostolandos*. A opção pelo pertencimento à TFP, conforme os depoimentos, ocorreu em grande parte pela fascinação exercida pelo discurso que lhes era apresentado. Pedriali tomou sua decisão durante a *Semana de Formação Anticomunista (Sefac)*, e Fedeli descreve sua adesão ao grupo de Plínio pela sua capacidade envolvente de convencimento:

no final da Sefac, assistia à palestra do professor Plínio com interesse, quando, por impulso, olhei para os olhos dele e os encontrei olhando para os meus. Dominus Plinius falava sobre a crise da Igreja, a decadência dos costumes e a necessidade de um esforço conjunto que restaurasse a fé cristã. Em determinado momento, lembrou a Paixão, citando uma frase do profeta Jeremias que pode ser aplicada a Cristo em seus últimos momentos de agonia. Plínio, então levantou um dos braços com o indicador em riste e exclamou, com voz pausada e grave: O vos omnes qui transitis per viam, attendite et videte si est dolor sicut dolor meus. ("Oh! Vós.homens, que passais pelo caminho: para e vede se há dor semelhante a minha dor." Lamentações 1, 12) Esta frase soou como um gongo que me convocava para reparar, através da adesão à TFP, as dores sofridas por Cristo. E somar meu esforço ao sangue derramado pelo Filho de Deus para que todos os homens fossem fiéis ao seu ensinamento<sup>20</sup>.

Conheci Plínio na PUC onde era aluno (...). De fato, naquele tempo, ignorava praticamente tudo, de modo que não foi difícil, a Plínio, me convencer, visto que ele tinha muito talento, era então, um prof. Brillhante, embora – contastei-o depois – ele contasse mais o que ele romanticamente imaginava, do que os fatos realmente acontecidos na História. (...) Eu era jovem e ignorante. Ele sabido e labioso. Eu, ingênuo. Ele experiente ex deputado, e, principalmente, ex aluno "jesuíta". Com esses dados do problema, a equação só podia ter uma resposta: fui engazopado<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> TEVES, Nilda. O imaginário da configuração da realidade social. In: TEVES, Nilda (Coord). *Imaginário Social e Educação*. Rio de Janeiro: Gryphus: Fac. de Educação da UFRJ, 1992. p. 03-33.

<sup>20</sup> PEDRIALI, José Antônio, 1985. p. 39.

<sup>21</sup> FEDELI, Orlando. Espaço do Leitor. *Montfort - Associação Cultural*. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/perguntas/tfp5.html/>> Acesso em 11/agosto/2002.

Aos poucos o novo membro também percebia que teria de mudar muitos dos hábitos que mantinha, pois estes seriam inconciliáveis com a doutrina da TFP, e com a missão a que estava sendo convocado a defender – uma verdadeira graça divina, já que pouquíssimos cristãos eram escolhidos para pertencer a esta elite guerreira, uma elite contra-revolucionária: “Acima de tudo, um militante precisa assimilar por completo os princípios da TFP (o que, enquanto estive lá, nem sempre acontecia na prática) e ordenar sua vida, seus hábitos e suas idéias a esse modo de pensar, sentir e agir”<sup>22</sup>. Sem esta adaptação exterior e principalmente interior, jamais seria um legítimo representante dos valores preconizados pela TFP, jamais poderia estar imune às influências do mundo moderno, às influências revolucionárias.

O membro do grupo - disse ele [instrutor] – tem de ser um homem corajoso, hábil em seu raciocínio quanto ligeiro e contundente com seus punhos. Temos de estudar e rezar muito, porque sem estudo não seremos capazes de compreender a TFP em todo o seu espírito; sem oração, não teremos forças as necessárias para adquirir as virtudes que nos são exigidas. Porém, isto apenas não basta; precisamos moldar nosso físico à semelhança de um soldado. Ou melhor, de um cruzado. Pois os cruzados, homens de convicção e fé contagiantes, foram também os protótipos do verdadeiro guerreiro.<sup>23</sup>

Gestos, postura, aparência, comportamento, deveriam ser moldados para a luta entre o Bem e o Mal. A indumentária dos tefepistas também deveria refletir sua sobriedade; Pedriali recorda que aos poucos, conforme aumentava seu envolvimento com a sociedade, suas calças foram alargando, suas camisas foram adquirindo tonalidades mais discretas, seus sapatos esportivos foram substituídos pelos sociais e seu cabelo tornou-se bem aparado<sup>24</sup>. Chico Buarque, que flertou com a TFP quando tinha 14 anos, mudou rapidamente seus hábitos; sua mãe recorda que o filho ficou sério, solene, que andava de roupa engomada, ia para a Igreja, comungava, concluiu que seu filho “apareceu com uma mania religiosa típica da aristocracia”<sup>25</sup>. Os tefepistas também vestem uma capa vermelha indicando a filiação a TFP, tanto nas sedes como nas campanhas públicas promovidas.

A atitude de diferenciação (postura, corte de cabelos, vestes, hábitos, etc) é uma característica da TFP que, expressando a negação do mundo e da adaptação da Igreja a este mundo, procura se distanciar de qualquer contato mais direto. A idéia difundida *intra* muros é de que os membros são *eleitos*<sup>26</sup>,

<sup>22</sup> PEDRIALI, José Antônio, 1985. p. 36.

<sup>23</sup> Idem, p. 58/59.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>25</sup> ZAPPA, Regina. *Chico Buarque: Para Todos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 1999. p. 95.

<sup>26</sup> Pedriali revelou que a *tau* (letra hebraica, o T do nosso alfabeto), descrito na Bíblia como o sinal sagrado com que Deus assinalou os eleitos, está presente no símbolo da TFP. Assim, os membros da organização acreditam possuir um grau de santidade e devoção a Deus superior ao dos demais cristãos, resultando daí sua auto eleição como preferidos pelo Senhor. PEDRIALI, José Antônio, 1985. P. 37 e 45.

formam uma elite religiosa, portanto estão em um nível mais santificado que os demais. Fedeli recorda que os tefepistas, quando em contato com os demais membros da sociedade, como em uma celebração religiosa, procuram sempre se diferenciar dos demais, pois crêem que são distintos, melhores, mais puros:

nas Igrejas, eles sempre se isolam. Nunca rezam com os outros: ou rezam antes, ou mais alto, ou mais depressa. Jamais com os outros. Na atuação pública, jamais ela age aliada a outros movimentos. Aceita isso só se ela aparecer como a organizadora e líder da ação. O bem que é feito por outros, a TFP não apóia. Só ela, isolada, sozinha, faz o bem perfeito.<sup>27</sup>

Após a aceitação da visão de mundo tefepista – embasada na luta entre o Bem e o Mal -, da mudança de alguns hábitos cotidianos, do aprimoramento espiritual e intelectual, do afastamento de muitos amigos do colégio e, especialmente das mulheres<sup>28</sup>, estava na hora de dar mais um importante passo: o afastamento da família. O discurso era de que a TFP precisava de homens corajosos (argumento que afetava diretamente os brios dos *apostolandos*), idealistas e abnegados, pois a causa - a luta contra a Revolução - era grande demais para admitir meios termos. O mundo tinha se tornado espúrio, contagiante, um “perigo”, portanto, tinham de manter distância de tudo o que não se relacionasse com a causa e os hábitos da TFP, tidos como modelo ideal. Para referir-se a família os *membros do Grupo* utilizam a sigla “F.M.R.”, que significa *fonte de minha revolução*, assim como para designar os poucos momentos em que os tefepistas retornam a suas casas para breves visitas utilizam “C.D.G.”, *casa daquela gente*<sup>29</sup>. Na entidade a família era considerada uma influência deletéria para os membros, a ponto de exorcizarem as correspondências e outros materiais enviados aos filhos nas sedes:

Tudo o que tem a ver com a F.M.R. contém as impressões digitais do Demônio. (...) os filhos das Trevas sabem muito bem como agir para afastar-nos da TFP. Somente os mais idiotas deles é que recorrem a atos de força ou pressões explícitas para induzir-nos à apostasia. Os mais espertos são justamente aqueles que se dizem nossos amigos, simulam simpatia para nossa causa, mas, no fundo, só querem mesmo a nossa desgraça. E não há tática mais eficaz para enfraquecer-nos do que a demonstração de carinho da F.M.R...<sup>30</sup>

<sup>27</sup> FEDELI, Orlando. Espaço do Leitor. Montfort - Associação Cultural. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/perguntas/reinodemaria.html/>> Acesso em 07/setembro/2002.

<sup>28</sup> Na TFP as mulheres são consideradas fontes de sensualidade, encarnação dos vícios, pecado em forma humana. Conforme Pedriali: “Deus, quando criou o homem, colocou a mulher em posição de inferioridade em relação a ele. Eva foi fruto de uma costela de Adão, complemento dele. Sem Adão, Eva não teria existido. E foi ela quem o induziu a comer o fruto proibido, causa da expulsão de ambos do paraíso, causa do primeiro e dos demais pecados, causa, enfim, da atual situação em que vive o mundo. Todas as mulheres, em consequência, têm essa tendência para o mal, esse poder diabólico de conduzir o homem ao pecado, à perdição eterna”. PEDRIALI, José Antônio, 1985. p. 43.

<sup>29</sup> FEDELI, Orlando. HERSCHANDER, Hermann. A TFP (parte I). Programa A Hora de São Jerônimo. Disponível em <<http://sites.uol.com.br/horasaojeronimo/>> Entrevista do Prof. Carlos Ramallete. Acesso em agosto/2002.

<sup>30</sup> PEDRIALI, José Antônio, 1985. P. 75.

Para evitar tal "infecção" pelo mal, fazia-se o sinal da cruz e ungia-se o pacote, ou carta, com água benta, bem como se recitava uma fórmula do exorcismo adaptada pela TFP: "*Sancte Michael Archangele, defende nos in proeliis contra nequitas et insidias diabolis Revolutionis et malarum Inclinationem nostrarum...*"<sup>31</sup> Neste ponto tornara-se latente o antagonismo entre os ideais públicos da sociedade e sua prática: Pedriali recorda que tal atitude foi "explicada" apontando que a defesa da TFP é da instituição família, e não a simples defesa da família moderna, que se desviou da verdadeira tradição e ensinamentos da Igreja, portanto, o relacionamento com a família deveria ser apenas formal e distante, conforme as orientações recebidas pelos demais *gi[m]embros do Grupo*. Fedeli concluiu que o verdadeiro objetivo da TFP não é defender os valores cristãos, entre eles a família, a ênfase neste discurso é utilizada para obter prestígio – e autoridade<sup>32</sup> – entre os católicos; o real objetivo da TFP é venerar Plínio Corrêa de Oliveira<sup>33</sup>. A verdadeira família, a partir da adesão efetiva era a TFP, cujo pai seria *Dominus Plinius*, e a mãe a Virgem Maria. Acolhido por esta nova família, a *família de almas* da TFP, Pedriali deixava muito para trás, mas era regozijado com a previsão de um futuro esplendido, onde poucos iriam ser salvos<sup>34</sup>, ou seja, "*entregar-se à TFP corresponde a rejeitar todo o passado individual, romper os vínculos com o presente e dedicar-se ao futuro, previsto como repleto de glórias e de santidade cristãs*"<sup>35</sup>.

Que futuro era este, esperado pela TFP, diante de uma sociedade decadente em seus costumes cristãos; diante de sistemas políticos opressores, democráticos e sem respaldo espiritual; diante da "autodemolição da Igreja", impulsionada pelos setores progressistas e esquerdistas, diante das iniquidades do homem, de sua decadência moral, ética e espiritual? Este futuro seria a implantação de um novo reino de fé e virtude: o Reino de Maria. Plínio anunciou, como um profeta, a eminência de uma catástrofe de proporções mundiais que castigaria os ímpios e beneficiaria os puros, esta catástrofe foi chamada *bagarre*, termo francês que significa luta, tumulto, briga, confusão. A *bagarre* era compreendida como os castigos anunciados nos segredos de Fátima,

<sup>31</sup> "São Miguel Arcanjo, defendei-nos em nossas lutas contra as iniquidades e insidias do demônio, a Revolução e as nossas más inclinações..." Idem, p. 75.

<sup>32</sup> Em análise do discurso a autoridade refere-se à legitimidade atribuída ao enunciador e ao status que lhe é reconhecido. MAINGUENEAU, Dominique. *Termos Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 18.

<sup>33</sup> FEDELI, Orlando. HERSCHANDER, Hermann. A TFP (parte I). Programa A Hora de São Jerônimo. Disponível em <<http://sites.uol.com.br/horasaojeronimo/>> Entrevista do Prof. Carlos Ramallete. Acesso em agosto/2002.

<sup>34</sup> Chico Buarque também recebeu tal doutrinação, o músico revelou detalhes das reuniões que acompanhou na TFP, "*éramos uns doze, e íamos para a casa do professor* [Prof. Carlos Alberto Koch de Sá Moreira] *em Higiênópolis, onde ele mostrava uns negócios de audiovisual com imagens do Monte Sr. Michel. Tinha história e música, com pompa e circunstância. Não tinha um proselitismo ideológico visível, mas subliminar. Só aprendia que o mundo ia acabar e apenas uns poucos iam se salvar. E, claro, eu estava querendo ser um dos predestinados. Opa, pensava, tô nessa aba*". HOLANDA, Chico Buarque. Apud: ZAPPA, Regina, 1999. p. 95.

<sup>35</sup> PEDRIALI, José Antônio, 1985. p. 37.

essencialmente, a bagarre, estima a TFP, será o acontecimento mais terrível da História do Universo, só superável pelo Apocalipse: astros desviarão sua rota normal, colidindo-se uns com os outros, provocando o terror na humanidade; esta, por sua vez, será atingida pelas forças estranhas desencadeadas pelo furor da Natureza. A Terra sofrerá abalos intensos, o chão se abrirá, formando enormes fendas onde serão soterrados os pecadores. Os demônios aparecerão e, em hordas avassaladoras, carregarão para o mais profundo dos infernos, ainda em vida, os pecadores irredutíveis; insetos devastarão o pouco de vida que relutar em subsistir, gritos pavorosos serão ouvidos por toda parte. E, em meio a essa catástrofe, a fé, a coragem e a virtude dos membros do grupo, os “santos dos últimos tempos”, serão as luzes que brilharão sobre a Terra, os faróis que guiarão aqueles que se arrependem de seus pecados.<sup>36</sup>

E, Dr. Plínio, a pedidos, descrevia a Bagarre: chuvas de dejetos nojentos, anjos ceifando multidões, sangue por toda a parte, fogo que cai do céu, gritos de horror e de desespero, mais sangue, os anjos precipitando os maus no inferno, depois de tê-los esfaļalhado... E os bons — leia-se, os tefepistas — se alcandorando, esvoaçando lindos, embelezados, angelizados... assistindo de camarote a Bagarre.<sup>37</sup>

Esta previsão deriva das profecias de Plínio — um homem dotado do “dom” do discernimento dos espíritos e de visões proféticas sobre o futuro. Baseando-nos nos estudos de Bourdieu, consideramos que a força deste profeta depende da aptidão de seu discurso e de sua prática para mobilizar os interesses religiosos virtualmente heréticos. Este profeta, completa o autor, deve efetivar com maestria a dessacralização do sagrado e a sacralização do sacrilégio. O “profeta de Higienópolis”, como também era chamado Plínio nos recintos da TFP, estaria apenas utilizando elementos do discurso tradicional para defender um ponto de vista próprio,

o profeta (ou o heresiarca) e sua seita, pela ambição que têm de satisfazer eles mesmos suas próprias necessidades religiosas sem a mediação ou a intercessão da Igreja, estão em condições de contestar a própria existência da Igreja colocando em questão o monopólio dos instrumentos de salvação, estando obrigados a realizar a acumulação inicial do capital religioso pela conquista (e/ou pela reconquista incessante) de uma autoridade sujeita às flutuações e às intermitências da relação conjuntural entre a oferta de serviço religioso e a demanda religiosa de uma categoria particular de leigos<sup>38</sup>.

Fedeli lembra que foi o próprio líder da TFP que passou a se intitular profeta, ainda nos anos 60. Mais tarde teria ampliado suas qualidades declarando-se a encarnação do Imaculado e Sapiencial Coração de Maria, pois seria ele o escravo perfeito de Maria, e teria sido escolhido por Ela para aniquilar a Revolução e implantar seu Reino — evento sucessivo à *bagarre* descrita acima. Plínio também se declarou inerrante, proclamou-se o maior

<sup>36</sup> Idem, p.79.

<sup>37</sup> FEDELI, Orlando. Espaço do Leitor. Montfort - Associação Cultural. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/perguntas/reinodemaria.html/>> Acesso em 07/setembro/2002.

<sup>38</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 60.

santo de toda a história, fez crer que era imortal (mas faleceu em 1995) e prometeu fundar o Reino de Maria, "de tal forma milenarista, que nele haveria ruas de porcelana, e a "angelização" de seus sequazes. Os outros – os que ele apodava de "fumaça preta", e os pecadores – seriam animalizados"<sup>39</sup>. Este Reino idealizado, nos recintos da TFP, foi convertido num futuro a ser alcançado, no qual a TFP e Plínio teriam um papel decisivo:

Após a Bagarre, seria instaurado o Reino de Maria. Cristo e a Virgem Maria viriam à terra para essa instauração. (...) Haveria então um cortejo de triunfo, com os eremitas da TFP – (...) – à frente cantando o hino *Lève Toi*, no qual se afirma que os dois poderes, a Igreja e o Estado, na pessoa de um Papa santo e do grande Monarca do qual falam as profecias dolcinianas e joaquimitas, se prostrarão diante de Dr. Plínio, "lèchant la terre" = lambendo o chão -, proclamarão Dr. Plínio como o grande vencedor da guerra, na defesa da Igreja. Então o próprio Jesus Cristo proclamará Dr. Plínio como Profeta e Fundador do Reino de Maria, sendo apoiado pela Virgem Maria. Durante a cerimônia, o Papa e o Monarca ficarão assistindo...<sup>40</sup>

Implantado o 'Reino de Maria', Plínio seria levado num carro de fogo, escoltado por legiões de anjos, à Montanha dos Profetas, onde permaneceria até a luta final entre Deus e o anti-Cristo. E nós, seus discípulos – discípulos do Profeta de Maria – ficaríamos encarregados de zelar pela integridade do Reino. Como os Templários, nossa missão seria a de lutar contra todos os que, consciente ou inconscientemente, rejeitassem o *modus vivendi* do Reino. Como os monges de Cluny, nosso dever seria o de irradiar para os moradores do Reino a *sã doutrina*, os *hábitos imaculados*, a *religiosidade perfeita*. Na condição de fiscalizadores e protótipos do Reino, teríamos, então, *ascendência sobre papas, reis e legisladores*, - sobre todo o mundo, portanto<sup>41</sup>.

Este Reino de fé e virtude, conforme Plínio, só seria destruído com o Apocalipse, "destruído o Reino de Maria, Deus dará por encerrada a função do homem sobre a Terra"<sup>42</sup>. A partir daí, a moradas das almas seria o paraíso ou o inferno. Esta postura é bastante próxima das convicções de movimentos milenaristas, ou seja, movimentos religiosos que esperam uma salvação coletiva eminente, total, última e terrena<sup>43</sup>. Plínio anunciou, como um profeta, a eminência da catástrofe – a *bagarre* -, que castigaria os pecadores; após este caos, seria instaurado o Reino de Maria, mencionado acima. Fedeli acrescenta que esta expectativa apocalíptica é comum em grupos minoritários e conclui:

é natural que um grupo religioso minoritário, perseguido, se feche sobre si mesmo, passando a viver num verdadeiro gueto. Esse isolamento faz com que as idéias e reações emotivas repercutam dentro desse ambiente fechado, e se influenciem

<sup>39</sup> FEDELI, Orlando. Espaço do Leitor. Montfort - Associação Cultural. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/perguntas/ftp3.html>> Acesso em 11/agosto/2002.

<sup>40</sup> FEDELI, Orlando. Espaço do Leitor. Montfort - Associação Cultural. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/perguntas/reinodemaria.html>> Acesso em 07/setembro/2002.

<sup>41</sup> PEDRIALI, José Antônio. O Estado de São Paulo – 30/06/1985. Apud: OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Guerreiros da Virgem – A réplica da autenticidade: A TFP sem segredos*. São Paulo: Vera Cruz, 1985. p. 237.

<sup>42</sup> PEDRIALI, José Antônio, 1985. p. 80.

<sup>43</sup> TALMON, Yonina. Milenarismo. In: SILLS, David L. (Dir). *Enciclopedia de las Ciencias Sociales*. Vol. 7. Madrid: Aguilar, 1975. p. 105/106.



mutuamente. O isolamento do grupo não permite confrontar as conclusões e as idéias geradas no gueto com nenhum parâmetro externo. Nessas circunstâncias, perde-se facilmente o pé da realidade e se começa a delirar, a ver miragens, a tomar as elucubrações internas do grupo como a verdade absoluta. Os fantasmas dos pesadelos e as miragens do sonho se projetam numa realidade imaginada. Deseja-se a libertação do gueto e a vitória. Ambas passam a ser esperadas por meio de uma intervenção sobrenatural. Anseia-se pelo castigo dos inimigos e pela instauração do modo de vida do gueto em toda a parte e para todo o mundo. Quando o mundo se tornar como o gueto, dar-se-á o triunfo da Causa. Passa-se a viver numa expectativa escatológica e apocalíptica: a de universalizar o gueto: a de "enjaquetar" a humanidade e o mundo. Todo o mundo usando a jaquetinha da TFP. Todos gritando unânimes Tradição! Família! Propriedade!<sup>44</sup>

Para melhor desempenhar sua função na instauração e consolidação deste futuro idealizado, os tefepistas deveriam estar preparados física, intelectual e espiritualmente. Uma das maneiras de auxiliar a causa era a consagração dos membros à Virgem Maria, por meio da escravidão de amor. Como já lembramos, a devoção mariana era estimulada pela TFP, como forma de barrar as forças maléficas da Revolução. Para tanto, a devoção ideal para um "guerreiro da Virgem", deveria ser baseada no método de São Luís Maria Grignon de Montfort, *"o verdadeiro devoto da Virgem tem, necessariamente, de ser seu escravo. E um escravo é alguém que não tem direitos, que perdeu a liberdade de escolher seu próprio destino. O escravo da Virgem pertence a "Ela"- e "Ela" pode dispor dele como e quando quiser"*<sup>45</sup>. A consagração era feita ao seu superior, ao "escravo perfeito de Maria", Plínio Corrêa de Oliveira, recitando o texto de Montfort, no qual o futuro servo se declarava infiel pecador e entregava-se e consagrava-se à Santíssima Virgem na qualidade de escravo.

Outra forma de devoção dos tefepistas era o culto à *Dominus Plinius* e à sua mãe, Dona Lucília, praticada através da recitação de ladainhas em seu louvor, da adaptação de orações católicas em sua homenagem, da obtenção de suas relíquias (unhas, cabelos, pedaços da roupa), da veneração de suas imagens, etc. Dona Lucília e Plínio recebiam homenagens interessantes, como a utilização de uma linguagem secreta que citava Santa Mônica ou Maria para falar de Dona Lucília, sem que o público externo percebesse (Plínio era chamado cifradamente de Santo Agostinho, Jesus Cristo, Coração Imaculado e Sapiencial de Maria)<sup>46</sup>. Além destas práticas, a mãe do profeta recebia também consagrações de tefepistas como filhos seus, na presença de Plínio, sobre sua tumba no Cemitério da Consolação<sup>47</sup>. Para justificar tais práticas devocionais,

<sup>44</sup> FEDELI, Orlando. Espaço do Leitor. Montfort - Associação Cultural. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/perguntas/reinodemaria.html/>> Acesso em 07/setembro/2002.

<sup>45</sup> PEDRIALI, José Antônio, 1985. p. 44.

<sup>46</sup> FEDELI, Orlando. HERSCHANDER, Hermann. A TFP (parte I). Programa A Hora de São Jerônimo. Disponível em <<http://sites.uol.com.br/horasaojeronimo/>> Entrevista do Prof. Carlos Ramalhe. Acesso em agosto/2002.

<sup>47</sup> ABLAS, Luiz Filipe de Freitas Guimarães. Dichiarazione. In: VARELA, Cosme Beccar. <<Se un cieco guida un

recorria-se aos inúmeros títulos autoproclamados de Plínio (santo, inerrante, profeta, encarnação do Imaculado e Sapiencial Coração de Maria, etc), bem como dos qualificativos delegados à sua mãe. Esta devoção, portanto, possui dois níveis: o primeiro refere-se às manifestações de admiração dos *membros do grupo*, e o segundo dá conta das súplicas dos membros da sociedade secreta *Sempre Viva*, práticas mais intensas e profundas. Pedriali recorda que foi estimulado a venerar seu líder através de práticas cotidianas e relativamente simples, para absorver o “espírito do Dr. Plínio”:

devenos olhar o maior número de vezes possível par ele ou suas fotos, estar junto dele o maior tempo possível, ouvir suas reuniões ou as gravações delas com toda a abertura de alma. Para que? Para que, lentamente, quase imperceptivelmente, nos deixemos dominar e transformar por suas palavras, por seus gestos... enfim, por seu modo de pensar, agir e sentir. (...) Deixando nossas almas ser penetradas pela dele, inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, o vírus da Revolução que nos corrói se extinguirá e, aí sim!, os conformaremos à alma de Dominus Plinius e encontraremos, na realidade, as nossas próprias almas criadas para ajustar-se inteiramente à alma dele<sup>48</sup>.

Outro nível pôde ser constatado na devoção praticada pelos membros da *Sempre Viva* ao seu líder - considerado como tendo o mesmo espírito de Maria. Nesta sociedade secreta, oculta no interior da própria TFP, os membros se consagravam como escravos de *Dominus Plinius* – que aqui recebia o nome de *Luís Plínio Elias*, numa clara referência, e homenagem, à São Luís Montfort, à si próprio e ao Santo Elias. O ingresso na *Sempre Viva* acontecia durante uma cerimônia, onde o futuro *escravo* estendia-se no chão, como morto, em frente de seu futuro Senhor. A simbologia representada era de um servo que, morto, ressuscitava para uma nova vida, como escravo do profeta. Após a consagração, Senhor e Escravo deveriam ser considerados um só, um vivia no outro, o escravo era um novo Plínio, por isto adotava outro nome, compondo-o ainda com o de um patrono e um título de Nossa Senhora. Ablas passou a chamar-se Plínio Bernardo Dimas Longinos de Nossa Senhora, Rainha Santa dos Apóstolos dos últimos tempos – mas era conhecido como Plínio Dimas. Aos escravos também era solicitado que pedissem uma graça à *Dominus Plinius*, como Cosme Beccar Varela Hijo (na época um dos líderes da TFP argentina, hoje egresso) o fez em sua consagração, pedindo a graça de tornar-se viúvo. As práticas dos membros da sociedade secreta incluíam também a confissão dos pecados ao seu Senhor, cuja penitência habitual consistia em receber três tapas no rosto, para depois merecer a benção. Seus *escravos*, rezavam cotidianamente utilizando várias orações católicas adaptadas à

---

altro cieco...>> Analisi della Familia de Almas e dell'associazione brasiliana TFP condotta sotto il profilo del diritto canonico. Milano: Società Editrice Barbarossa, 2000. p. 13.

<sup>48</sup> Idem, p. 110.

situação, como por exemplo esta paródia da Ave Maria e a jaculatória que iniciava os trabalhos na *Sempre Viva*:

Ave Luís Plínio Elias, pleno de amor e de ódio, a Santíssima Virgem está contigo, bendito sois Vós entre os fiéis, bendito é o fruto de Vosso amor e ódio a Contra-Revolução. Ó sacral Luís Plínio Elias, pai admirável e catolicíssimo da Contra-Revolução e do Reino de Maria, rogai por nós capengas e pecadores, agora e na hora de nossa morte. Amém<sup>49</sup>.

Ave Luís Plínio Elias, pai admirável e catolicíssimo da Contra-Revolução e do Reino de Maria! Ave Luís Plínio Elias, escravo fidelíssimo do Imaculado e Sapiencial Coração de Maria!<sup>50</sup>

A vivência em tal sociedade, formada por círculos concêntricos, que se apresenta como defensora dos valores cristãos, que alicia jovens de todo o país para aderirem à “nobre” causa da contra-revolução (e veneração e Plínio), que afasta os membros do convívio social e familiar em busca de uma pureza só encontrada nas sedes da entidade, etc, torna-se uma experiência muito intensa, mesmo para jovens que, como Pedriali, não pertenciam aos círculos centrais da entidade. Ao ser recrutado, o *apostolando* deve reconstruir todos os seus referenciais de vida a partir dos elementos defendidos pela TFP, e, ao pretender sair, tem de se deparar com um sistema de crenças, vivências e sentimentos totalmente diverso, onde “virtudes” como a obediência cega, a sujeição e a abnegação não são definidores de condutas. Em outras palavras, entrar na TFP é redefinir seu mundo, sair dela é encarar um mundo novo – desprezado internamente como impuro – a partir da construção ou reconstrução de relações sociais e familiares já há muito rompidas, é redefinir a própria noção do Outro. Este passo foi extremamente difícil para Pedriali; o grande fator que o precipitou a questionar sua vivência na “sociedade dos eleitos” foi a constatação de sua doença nervosa e a descoberta de inúmeros tefepistas que sofriam de problemas mentais, casos devidamente ocultados do restante dos membros “sadios”; “*minhas convicções se enfraqueciam sob o efeito da crescente desconfiança de que o modo de pensar e de agir da TFP poderia ser a causa da minha doença e da loucura de alguns companheiros*”<sup>51</sup>. Nesta sociedade o afastamento era visto como *apostasia*, ou seja, abandono da verdadeira fé católica. O apóstata era ridicularizado, execrado, odiado, repellido com repulsa,

o apóstata, acreditávamos, carregava em si toda a herança da maldição divina. Ao renegar a missão profética para a qual nascera, ele jamais encontraria a felicidade. Ao renunciar ao Bem, ele se tornara escravo do Mal – e entre todos os pecadores não

<sup>49</sup> FEDELI, Orlando. HERSCHANDER, Hermann. A TFP (parte II). Programa A Hora de São Jerônimo. Disponível em <<http://sites.uol.com.br/horasaojeronimo/>> Entrevista do Prof. Carlos Ramalhete. Acesso em agosto/2002.

<sup>50</sup> ABLAS, Luiz Filipe de Freitas Guimarães, 2000. p. 12.

<sup>51</sup> PEDRIALI, José Antônio, 1985. p. 178.

haveria pecador maior que ele: pois ele conhecera a Luz e se entregara à Treva. A apostasia seria o pesado fardo que carregaria o resto de seus dias, obrigando-o a arrastar-se na lama do pecado e da traição<sup>52</sup>.

Seu afastamento aconteceu em fases sucessivas, conforme progredia seu problema de saúde e o tratamento dedicado a sanar o problema. De períodos de descanso em lugares afastados ou sedes do interior, Pedriali foi “regredindo” quando enviado novamente para Curitiba onde cometeu um “pecado mortal”, e, de lá, para Londrina. Após tornar-se um pecador, mas por um momento realizado sexualmente, foi despojado dos símbolos da entidade deixando de ser um militante para reduzir-se a simpatizante, mas continuara com contatos coma TFP e não apostatara, seu grande temor, pois,

Abandonando a TFP, era-me apresentada como certa a perdição eterna; e também pairava no ar a ameaça de que todo apóstata corria sérios riscos de ser vítima de uma grande tragédia... ou passar o resto de seus dias corroído pelo remorso, que neutralizaria suas potencialidades e o transformaria num inútil...<sup>53</sup>

O rompimento ocorreu após um longo período de afastamento psicológico, intelectual e religioso, que foi beneficiado pelo seu retorno à casa dos pais (a perigosa C.D.G.) e o tratamento médico que lhe foi financiado. Outras atividades também auxiliaram na reconstrução de um *modus vivendi* há muito abandonado, mas recuperado aos poucos, conforme se solidificava sua autonomia em relação à vida e imaginário da TFP. Esta vivência anterior haveria de ser esquecida, vencida com o tempo, mas, como as tramas da memória estão muito além de nossas vontades (e mesmo nossas vontades se modificam continuamente), Pedriali, assim como Fedeli, Herman Herschander, Cosme Becar Varela, Luís Filipe Ablas, etc, fizeram suas memórias aflorarem, deixaram seu discurso/sua versão emergir – numa tentativa de questionar a memória institucional da TFP e revelar as inúmeras experiências silenciadas do grande público.

Estas memórias demonstraram que têm poder<sup>54</sup>: geraram de imediato refutações da TFP, publicadas para defender a ortodoxia da entidade e suas práticas. Mas este poder das memórias emergentes foi além: veiculado em inúmeros meios de comunicação de todo país, foi conferido às suas experiências um estatuto de legitimidade, um estatuto de veracidade, e até hoje emergem como sendo exemplos de testemunhos sobre as atividades da TFP. Seixas salienta que a memória é ativada objetivando o controle do passado e do presente, *“reformato o passado em função do presente, via gestão de memórias significa,*

<sup>52</sup> Idem, p. 183.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>54</sup> Foucault salienta que o discurso não é simplesmente um meio de expressão das lutas e sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, é o poder do qual queremos nos apoderar. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 10.

*antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (...). Noção de que a memória torna poderoso(s) aquele(s) que a gere(m) e controla(m)*<sup>55</sup>. Seus discursos foram sobre o presente, muito mais do que sobre o passado, o poder de suas memórias foi, em certa medida, arrasador para a memória oficial e divergente apresentada até então, e que teve de defender-se para não sucumbir internamente às acusações. Como uma força poderosa, irresistível, a memória emergiu para Pedriali com toda sua carga emotiva; foi uma (re)vivência de um período, de uma memória que o autor se predispôs a esquecer, mas que demonstrou que não é irrelevante, e que não quer ser esquecida.

---

<sup>55</sup> SEIXAS, Jaci Alves de. Percursos da memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia (Orgs). *Memória e (Res)sentimentos. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. p. 42.



## RADICAL, TRADICIONALISTA, MONARQUISTA, ABOLICIONISTA: a trajetória de Joaquim Nabuco

Ricardo Luiz de Souza

Doutorando em História pela UFMG. Professor da FEMM e FACISA

### Resumo:

O texto analisa a obra de Joaquim Nabuco e tem como objetivo definir algumas das diretrizes que a nortearam. Analisa, ainda, a trajetória política do autor, de líder abolicionista a apologista da monarquia em pleno regime republicano, bem como as diferentes características de seu pensamento, ao mesmo tempo radical e tradicionalista, crítico intransigente da escravidão e saudosos em relação à valores específicos de uma sociedade conservadora.

### Abstract:

The text analyzes the Joaquim Nabuco workmanship and has a objective to define some of the lines of direction that has guided it. It analyzes, still, the trajectory politics of the author, referring to abolitionism leader the apologist of the monarchy, in full republican regimen, as well as the different characteristics of its thought, at same time time radical and traditionalistic, critical intransigent of the slavery and nostalgic in relation to the specific values of a society conservative.

### Palavras-chave:

Escravidão - abolicionismo - modernidade

### Keywords:

Slavery - abolicionismo - modernity

Joaquim Nabuco foi descendente de família patriarcal, embora não opulenta: *Uma formação, a de Nabuco, que se processou- este o ponto a ser aqui destacado- à sombra de um tipo brasileiríssimo de casa: a casa-grande de engenho patriarcal do Nordeste do Brasil* (Freyre, 1971:43). E ao mesmo tempo que foi um crítico intransigente da escravidão e um paladino da abolição- um dos mais lúcidos dentre eles-, Nabuco manteve sempre uma imagem idealizada dos valores e do comportamento dos membros da elite da qual descendia e da qual, para ele, seu pai foi o protótipo e o ideal.

O abolicionismo de Nabuco foi um diálogo mudo com seu pai; como um acerto de contas com sua sombra. Como acentua Graham, Nabuco levou uma existência fútil de jornalista e literato diletante até a morte de seu pai, só dedicando-se ao abolicionismo e dando um sentido à sua vida após este acontecimento. E antes de sentir-se à vontade para aderir ao regime republicano, sentiu necessidade de escrever um livro que foi, ao mesmo tempo, a biografia de seu pai e do império (Graham, 1973:185). Só após ter fechado este livro, ele pôde abrir, sem desassossego, o livro da República.

A crítica do autor à escravidão iria evoluir e sofisticar-se com o passar do

tempo. Em seus primeiros escritos, mesmo condenando a escravidão, é interessante constatar que Nabuco repete o argumento básico de seus defensores: *nossa fortuna donde vem? De nossa produção escrava. Suprimi hoje a escravidão, tereis suprimido o país* (Nabuco, 1988: 32).

Nabuco define a escravidão, inicialmente, como um agente de corrupção moral das elites, sendo este o principal malefício por ela acarretado (Nabuco, 1988: 67). E descreve ainda, com precisão, a evolução da ideologia abolicionista: de uma preocupação quanto às consequências morais da escravidão para a compreensão de suas consequências sócio-econômicas (Nabuco, 1949a: 94), descrição que corresponde à sua própria trajetória enquanto líder abolicionista.

Só mais tarde ele iria privilegiar suas consequências sócio-econômicas. Para ele, a escravidão criou uma *nação de proletários* (Nabuco, 1977:124), o que significou, em termos econômicos, a impossibilidade de acesso do homem livre às riquezas nacionais monopolizadas pelo senhor de escravos e, em termos políticos, o bloqueio à disseminação do conceito de cidadania, bloqueio este que teve, como consequência, a imaturidade política do povo brasileiro.

Ele deu, contudo, consistência ímpar a uma reflexão sobre os fundamentos e a legitimidade da escravidão, cujas origens Vainfas localiza no início no século XVII (Vainfas, 1986:93)

E esmerou-se, por outro lado, na descrição de uma elite cujos valores, para ele, referiam-se a uma época na qual os padrões dominantes eram incompatíveis com os padrões capitalistas, e Nabuco os idealizou a partir desta incompatibilidade. Isso embora a defesa do trabalho compulsório feita repetidas vezes pelos senhores de engenho, pouco antes da abolição, exprimisse, antes de tudo, a dificuldade destes em adaptarem-se às relações capitalistas baseadas no trabalho livre. (Eisenberg, 1977:213).

Defendendo a existência histórica de tais valores, Nabuco estabeleceu uma dualidade que seria retomada, entre outros autores, por Florestan Fernandes, ao estabelecer uma dicotomia entre o fazendeiro interessado primordialmente na manutenção do status senhorial e o fazendeiro cujo comportamento pautou-se pelo interesse na obtenção de lucros (Fernandes, 1975:111).

Tais valores tendem, ainda, ao desaparecimento; são antiquados, inviáveis, e esta constatação, em Nabuco, é tingida de uma nostalgia melancólica. Realçando o acento evidentemente nostálgico do autor, Scwharz afirma que: *Nabuco buscava decantar a parte boa da experiência brasileira, que em seu argumento prosperava quando a economia brasileira se apartava do espírito comercial* (Scwharz, 1997:137).

E mesmo do escravo ele sente uma nostalgia traduzida por ele na *saudade do escravo* (Nabuco, s.d.: 231); uma nostalgia derivada da maneira também



idealizada com a qual ele sempre o viu. Uma idealização presente na maneira como Nabuco descreve a atitude do escravo perante o trabalho: *a índole do escravo brasileiro sendo submissa e humilde, o leva a trabalhar como se nascesse para o trabalho servil* (Nabuco, 1988: 51). Neste retrato do escravo de índole submissa está a origem de uma tradição analítica que levaria à crença na coisificação do escravo, expressa por vários historiadores posteriores ao autor, e coisificação que Nabuco traduz em generosidade. Para ele

O escravo tornou-se um símbolo como o cordeiro...a raça generosa entre todas, que a desigualdade da sua condição enternecia, em vez de azedar, e que, por sua doçura no sofrimento, emprestava até mesmo à opressão de que era vítima um reflexo de bondade...Oh! a nobreza autêntica das gerações de mártires que se sucederam no cativeiro, os santos pretos (Nabuco, s.d.:239)

Em tal descrição, o simbolismo conferido ao escravo escamoteia a violência intrínseca à sua condição. Descrevendo ainda o *velho Rebouças* (pai de André Rebouças), Nabuco estabelece sua hierarquia racial. Rebouças era

Homem de duas raças, pertencendo à raça branca como o mais puro caucásico, pela inteligência, pela consciência moral, pela intuição jurídica, e tendo orgulho dessa procedência, ele sentia-se o protetor natural da raça inferior de que também lhe corria o sangue nas veias (Nabuco, 1936: vol. I. 39).

Mencionando esta descrição, Graham salienta o caráter racista de muitas das análises e atitudes de Nabuco (Graham, 1979:1237), mas este racismo precisa ser melhor matizado. Nabuco deslocou o eixo interpretativo até então vigente, transformando a escravidão como sistema sócio-econômico na base de sua análise sobre a realidade brasileira, não utilizando as teorias raciais predominantes em sua época como instrumento de análise.

Fazendo isto, ele deu a seu pensamento uma característica de pioneirismo e inovação em relação à cultura de seu tempo, e evitou cair na armadilha da qual o liberalismo monárquico não soube escapar. A adoção concomitante do liberalismo e de teorias raciais gerou uma contradição apontada por Schwarcz, que nasce do fato de ser o primeiro fundado no indivíduo e o segundo no grupo biológico no qual este se dissolve, o primeiro garantindo os direitos do indivíduo na esfera pública, o segundo negando-os enquanto membro deste grupo biológico na esfera privada (Schwarcz, 1995: 14.246).

Nabuco negou, entretanto, a existência de racismo no Brasil, onde *a escravidão, ainda que fundada sobre a diferença das duas raças, nunca desenvolveu a prevenção da cor* (Nabuco, 1977: 158).

Mas ele foi filho de seu tempo, e acreditou na superioridade da raça branca. Tal crença fica patente, por exemplo, quando Nabuco critica o indianismo de José de Alencar, em meio à polêmica travada por ambos através

da imprensa. Para o indianismo, o negro é fator de atraso e elemento inassimilável enquanto, ao índio, é reservado o papel de elemento fundador da nação (não sendo colocada em questão sua eventual assimilação à sociedade contemporânea, nem o papel a ser por ele desempenhado nesta sociedade). É a crítica a esta dualidade que fundamenta a crítica de Nabuco a Alencar. Seu indianismo tornou, para Nabuco, a literatura deste anti-nacional. Segundo ele

Quando leio o teatro do Sr. J. De Alencar, ponho-me a pensar que foi por estar dominado pela idéia de fundar a literatura tupi que ele quis desacreditar a sociedade brasileira, a vida civilizada do nosso país, os elementos de poesia que pode ter em si a raça européia que o povoou e que, pela ação lenta do meio exterior, já se tornou verdadeiramente americana (Coutinho, 1978:114).

E, ao criticar o que chama de literatura indígena, Nabuco afirma

Sem dúvida quem estuda os dialetos selvagens, a religião grosseira, os mitos confusos, os costumes rudes de nossos indígenas, presta um serviço à ciência e mesmo à arte. O que porém é impossível, é querer-se fazer dos selvagens a raça, de cuja civilização a nossa literatura deve ser o monumento (Coutinho, 1978:190).

Já surgem na polêmica com Alencar características e contradições que iriam manter-se ao longo de todo o pensamento e ação abolicionistas do autor. Este, segundo Ventura, *apesar de lutar pela supressão do cativo, concebia a arte como expressão idealizada da sociedade branca e cosmopolita, cujo domínio político e cultural seria a pré-condição para a civilização moderna* (Ventura, 2000:335).

O negro deve ser educado para que possa inserir-se na sociedade dos brancos. Deve ser ressaltada, neste sentido, a importância dada por Nabuco à questão da educação, importância já evidente em projeto por ele encaminhado, em 1880, no qual definia-se o estabelecimento do ensino primário em todas as cidades e vilas, e a obrigatoriedade dos senhores de escravos mandarem todos seus escravos e ingênuos para nelas estudarem (Conrad, 1978:170).

E como o negro enquadra-se na modernidade? Escravidão e modernidade são, para Nabuco, absolutamente incompatíveis. Para ele, como resalta Gomes

A escravidão corrompia a moral da família e os valores religiosos do povo, corrompia a moral da família e os valores religiosos do povo, aviltava o valor do trabalho, retardando o aparecimento e o desenvolvimento da indústria e o próprio avanço técnico da agricultura (Gomes, 1988:46).

A modernização proposta por Nabuco é intimamente associada à emergência de uma sociedade liberal e relativamente autônoma em relação à ação estatal, e a abolição é, então, o caminho incontornável para a

modernidade. Através dela, a sociedade brasileira estaria sendo transformada a partir de seus alicerces. Estaria sendo erradicada sua característica fundamental já que, em carta escrita em 1882, Nabuco afirma: *Para mim, a escravidão é a característica da nossa vida nacional* (Nabuco, 1949b:Vol. I. 79). De fato, toda sua análise toma a escravidão como ponto de partida. Pensar o abolicionismo proposto por Nabuco implica, então, em reconhecer que a abolição, para ele, deveria ir além do fim da escravidão, para atingir a sociedade brasileira em seus fundamentos

Ao legislar sobre a escravidão, o Estado já coloca em cheque os seus fundamentos, que implicam no poder autônomo do senhor de escravos. Isto porque, ao restringir os direitos do senhor de usar a violência, e ao ampliar e regulamentar os direitos dos escravos, a legislação busca levar para a esfera jurídica um relacionamento cujos principais pressupostos eram o direito à violência, na prática, irrestrito. Com isto, o próprio sistema é colocado em cheque.

Mas a crítica ao escravismo, mesmo em seus contornos mais radicais, não vai além disto, e não derivou, em momento algum, para a crítica ao direito de propriedade: a escravidão, não a propriedade, era um roubo. O abolicionismo manteve-se isento de qualquer verniz socialista. A inserção do negro na modernidade deveria ser feita, então, dentro destes limites. Uma sociedade moderna, sim, mas onde a propriedade e o poder de tutela do homem branco deveriam permanecer inquestionados.

O abolicionismo de Nabuco derivou da sua vontade de libertar os escravos e de libertar o Brasil da escravidão, evidentemente, mas derivou, também, de um sentimento que não era só dele, mas de parcela significativa das elites de seu tempo: o medo de uma rebelião escrava. Como salienta Chalhoub, *Nabuco estava exprimindo um medo visceral, que não era só seu e que fazia parte da própria "alma" dos homens poderosos da época* (Chalhoub, 1997:172).

Nabuco combateu a escravidão e temeu o escravo. No imaginário das elites, Palmares e a rebelião escrava do Haiti ficaram como símbolos do perigo, imagens do medo. O medo da revolta escrava, a revolta como o pesadelo do tempo na expressão de Reis e Silva: eis um fator da mentalidade escravista de fundamental importância (Reis e Silva, 1999:70). E este foi compartilhado pelo autor.

Nabuco fez questão de deixar claro que seu abolicionismo visava a conciliação, não a revolta, e dirigia-se ao branco, não ao negro. Para explicar seu método e sua ação, ele tomou como epígrafe de um dos capítulos de *O abolicionismo* um trecho de W. Channing: *Não é por ação direta e pessoal sobre o espírito do escravo que lhe podemos fazer algum bem. É com os livros que nos devemos entender; é com estes que devemos pleitear a causa daquele* (Nabuco, 1977:71).

Seu abolicionismo tomou posições relativamente moderadas como ponto de partida. No projeto de emancipação por ele proposto, em 1880, chegou a constar uma cláusula, segundo a qual, escravos fugitivos antes do prazo marcado para a abolição ficariam fora da lei e teriam que prestar serviços pelo dobro do tempo que estiveram fugidos (Gorender, 1991:169). E em 1883, ano de redação de *O abolicionismo*, Nabuco ainda concedia o princípio que o Estado deva entrar em acordo para indenizar a propriedade escrava, legalmente possuída (Nabuco, 1983:188).

O mandato abolicionista- fundamento evocado por ele para sua luta- tem por pressuposto a inconsciência do escravo, a impossibilidade deste de lutar autonomamente por sua própria libertação, e dirigir-se diretamente aos negros seria, ainda, um convite à insurreição. A luta pela abolição deveria ser travada no parlamento (Nabuco, 1988: 71.2).

Sua perspectiva do movimento foi, por outro lado, bastante restrita. Nabuco falou de um eclipse do abolicionismo, que definiu como fruto de uma derrota parlamentar, e responsabilizou o Imperador por tal situação (Nabuco, 1949b: 253); isto a poucos anos da abolição, num momento em que o movimento ganhava as ruas e os escravos abandonavam maciçamente as fazendas. Vendo no parlamento o único campo possível para o movimento, Nabuco torna-se incapaz de perceber quando e o quanto o abolicionismo daí extrapola, e confunde uma derrota parlamentar com o declínio do movimento.

Como abolicionista, Nabuco foi um liberal brasileiro do século XIX, buscando delimitar o processo de transformação social a partir dos rígidos parâmetros da ordem constituída. E como liberal, ele foi abolicionista, tentando unir liberalismo e abolicionismo. Desta forma, em artigo publicado em 1886, ele define liberalismo e abolicionismo como entidades indissociáveis, e afirma: *O país não tem mais paciência para ouvir falar em liberais que não são abolicionistas. Um Partido Liberal que não repudia a escravidão é um Partido de nome suposto* (Rodrigues, 1976:139).

Por outro lado, o projeto de transformação social defendido por Nabuco- assim como por André Rebouças, seu inseparável companheiro de lutas- foi radical. Implicou na democratização da propriedade rural, e em um processo ainda mais amplo de mudança de mentalidade, valorização do trabalho livre e universalização do acesso à educação (Machado, 1994:371). Um projeto que implicaria em uma reformulação básica, e não apenas cosmética, da sociedade brasileira. E que, por isto mesmo- bloqueado- não vingou.

No contexto do abolicionismo, assim, as idéias de Nabuco propunham uma radicalização em termos de propostas, por exemplo, para a reorganização da estrutura fundiária brasileira, e Chacon ressalta a radicalidade das propostas de Nabuco para o setor:

Nabuco chegou a avizinhar-se do socialismo, na modalidade agrária sob imposto único segundo se vê no seu opúsculo, pouco conhecido, Henry George (nacionalização do solo- apreciação da propaganda para abolição do monopólio territorial na Inglaterra), como então, 1884, também se chamava o latifúndio (Chacon, 1988:41).

Mas Nabuco primou pela moderação em termos de prática abolicionistas. O tribuno popular que foi José do Patrocínio, sempre disposto a inflamar seu público, destoa, e muito, do comedido e racional Nabuco. São diferenças de método e temperamento que Carolina Nabuco assinala: *Ao temperamento aristocrático de Joaquim Nabuco teria repugnado acender a faísca revolucionária que Patrocínio trouxe e que contribuiu poderosamente para a campanha final* (Nabuco, 1952:vol. I.168). Encontramos nele, portanto, a radicalização programática acomodando-se com a moderação em termos de prática política.

Fundamento e reflexo desta moderação foi o fato de a ação abolicionista de Nabuco em momento algum ter sido direcionada ao escravo. O público alvo de *O abolicionismo* foram os senhores de escravos, e o autor buscou falar a seus interesses. Nabuco, como salienta Prado, *procurava demonstrar as desvantagens econômicas da manutenção da escravidão, de modo a tocar mais de perto os interesses dos grandes senhores nt:*(Prado, 1999:251).

Feita a abolição, segue-se a euforia, mas à luta, porém, advém a frustração após a vitória: cinco anos depois do 13 de maio, Nabuco faz um balanço desiludido do movimento abolicionista, declarando estar convencido que *não havia uma parcela de amor ao escravo, de desinteresse e de abnegação em três quartas partes dos que se diziam abolicionistas* (Nabuco, 1949b: vol. I. 223), e proclama a bancarrota e a decadência moral e política como consequências, em lugar da modernização pretendida.

O abolicionismo não foi, ainda, além do fim da escravidão, e este fim, por outro lado, transformou o escravo em liberto, mas não transformou o negro em cidadão reconhecido como tal em uma sociedade regida pelo trabalho livre. Pelo contrário, a situação anômica na qual o negro viu-se lançado após a abolição ajudou a cristalizar os argumentos nos quais embasou-se a teoria racial, na medida em que fortaleceram o estereótipo do negro incapaz de viver em uma sociedade regida pelo trabalho livre (Costa, 1969:451).

E como Nabuco pensa o homem livre na sociedade escravista?

Para respondermos a esta questão, é preciso compreendermos, mesmo que a nível preliminar, a inserção do homem livre nesta sociedade. Segundo Franco, o relacionamento entre senhor e homem livre implicou na dependência e na impossibilidade de construção de uma personalidade social autônoma por parte do segundo, na medida em que o senhor é tomado por ele como referencial (Franco, 1969:90). O homem livre e o mulato recusaram, ainda, qualquer associação com o escravo, associação esta que seria fatal para o

status social que buscavam construir. Em termos culturais, isto significou a recusa, por parte deles, de valores identificados com a escravidão e a ansiosa assimilação da cultura ligada às elites. (Ianni, 1962:157).

Por outro lado, a relação vertical entre o homem livre e o senhor de escravos foi complementada pelas relações horizontais entre os próprios homens livres, mas relações estas que não chegaram a criar, entre eles, uma perspectiva desvinculada do escravismo. Vivendo à margem do sistema (não era escravo nem senhor de escravos), o homem livre não elaborou um ponto de vista alternativo a este. Mas sentiu necessidade de afirmar sua liberdade, e a mobilidade espacial ou, pelo menos, sua possibilidade, identificou-se, em seu imaginário, com a liberdade. Com isto, tal mobilidade tornou-se instrumento de busca de uma reinserção mais favorável do homem livre na sociedade escravista e de criação de novos laços sociais.

Posseiros e foreiros formam o perfil característico do homem livre na sociedade escravocrata. A existência de um trabalhador livre vivendo em uma sociedade pré-capitalista criou um impasse característico de um processo de acumulação de capital, qual seja: ou mantém-se o *modus vivendi* pré-capitalista e economicamente marginal de uma dada população, ou desenvolve-se a região a partir de padrões capitalistas com o conseqüente sacrifício deste *modus vivendi* e incorporação forçada desta população. (Martins, 1973:97.103).

O alijamento do homem livre do sistema de produção, alijamento produzido pela própria dinâmica do sistema, tornou este homem, aos olhos da elite escravista um ser imprestável para o trabalho produtivo (Kowarick, 1987:32-4). É anômalo, uma vez que viver como branco indica não viver do próprio trabalho. Apenas ser branco e ser livre não são suficientes para classificar vantajosamente o indivíduo em um universo social rigidamente dualizado, e daí a predominância da mentalidade escravista em uma sociedade na qual o senhor de escravos constituía a única camada social reconhecida como classe dominante.

A crítica comum ao homem livre é que este, seja pobre ou rico, entregue-se ao trabalho *com excessiva lentidão e incompetência* (Davatz, 1972:26), e é sintomático que mesmo um crítico da escravidão como Thomas Davatz refira-se ao trabalhador livre desta forma. Tal crítica, porém, tem uma função: mantém, a nível ideológico, a estrutura dual senhor X escravo. Neste sentido, a desqualificação do liberto, comum após a abolição, foi a maneira encontrada de manter intacta a estratificação social anterior à mesma. (Dean, 1977:148).

Tal desqualificação é característica de uma sociedade estamental. Tal sociedade caracteriza-se pela cisão entre uma classe devotada ao trabalho manual e outra inteiramente alheia à este tipo de atividade. Tal ruptura no campo do trabalho consumou-se, segundo Apostolidès, na França de Luís XIV quando consolidou-se a distinção entre o mundo nobre da razão e o mundo vil

da execução. (Apostolidès, 1993:36), e tal desprezo ao trabalho manual foi comum a outros países latino-americanos no período. Escrevendo sobre o Equador, Hurtado lembra que um *branco podia muito bem ser pobre mas de alguma maneira dava um jeito para sobreviver sem trabalhar, de tal modo que não existiam no Equador trabalhadores manuais brancos, a não ser que fossem estrangeiros* (Hurtado, 1981:91).

Também neste ponto, a mentalidade das elites escravistas é a mentalidade do autor. Nabuco toma como ponto de partida a dualidade senhor X escravo, com o homem livre aparecendo de forma marginal em seu esquema explicativo, embora tal dualidade pressuponha a concentração da posse de escravos nas mãos de uma elite, o que historicamente não ocorreu. A posse de escravos não era privilégio dos grandes proprietários; era, antes, largamente distribuída pela população e fonte de subsistência para setores expressivos da mesma. A democratização da posse de escravos disseminou, concomitantemente, o apoio à escravidão (Scwhartz, 1988:370.6.). E sua elitização foi um dos fatores que a inviabilizou, na medida em que tornou-se virtualmente impossível ao homem livre, no período final do escravismo, tornar-se senhor de escravos, o que rompeu o que Mattos chama de *identidade branca* entre este e o senhor de escravos (Mattos, 1997:95). O consenso quanto à manutenção do escravismo desapareceu e, com isto, o homem livre passou a derivar seu status de seu próprio trabalho e a valorizá-lo como gerador de status.

A estrutura partidária brasileira compromete-se irremediavelmente, então, devido à virtual inexistência de uma população formada por cidadãos ativos politicamente, e que serviriam de fundamento indispensável à representação partidária: pela ausência de povo. Com isto, o abolicionismo deveria ser um movimento apartidário por uma questão de necessidade. Comprometidos com o *status quo*, os partidos de pouca ou nenhuma valia seriam para a causa. Daí a necessidade de passar ao largo das instâncias partidárias.

Nabuco foi abolicionista, mas foi monarquista, também: monarquista e federalista. Em suas palavras: *Acredito ser de vantagem para o país que o ensaio da federação, julgo uma fortuna para o país, seja feito sob a forma monárquica* (Nabuco, 1983:366), e seu federalismo deve ser pensado no contexto de seu abolicionismo, assim como seu monarquismo deve ser pensado no contexto de seu arraigado tradicionalismo.

Referindo-se à luta norte-americana pela emancipação dos escravos, Rosa Luxemburgo associa o regionalismo à defesa da escravidão, enquanto atribui ao centralismo capitalista à luta pela abolição (Luxemburgo, 1988:90). No Brasil, o processo se deu de forma invertida e foi, certamente, um dos fatores que condicionaram a defesa do federalismo feita por ele.

Mas não foi o único: a distância entre as províncias, sua diversidade de interesses e necessidades e a impossibilidade de impedir a absorção das

províncias pelo Estado a não ser que fosse dada a elas autonomia absoluta foram fatores que justificariam, igualmente, a implementação do sistema no Brasil (Nabuco, 1949a:170).

O projeto político de Nabuco previa a compatibilização entre monarquia e federalismo. Definia-a, mesmo, como indispensável à vida política brasileira. Seu projeto, segundo Vianna, previa não apenas a descentralização, mas a federação ampla, e tinha como ponto essencial a eletividade dos presidentes provinciais. Mas era intransigentemente monarquista, diferindo, neste aspecto, do federalismo de um Rui Barbosa: *Rui queria a federação, mas era indiferente à monarquia; Nabuco, ao contrário, idealizava a federação com a monarquia e temia aquela sem esta* (Vianna, 1990:45).

E com a abolição, o abolicionista e monarquista torna-se, nas palavras de Nogueira, apenas monarquista (Nogueira, 1984:130). A percepção crítica do papel da monarquia transforma-se em apologia desta. Nabuco sente-se à vontade, por exemplo, para retratar-se, em *Minha Formação*, como o aristocrata europeizado que nunca deixou, efetivamente, de ser.

O tradicionalismo do autor reflete-se, ainda, em sua formação cultural. Se ele foi um reformista em termos sociais, ele foi um conservador no que tange à cultura. Nabuco repudiou o surgimento do mercado cultural e proclamou os escritores a darem as costas à ele. Para ele, o mercado de livros matou a obra literária. Desde que as letras se tornaram fonte de renda, era forçoso transformar-se o literato também em industrial. E a profissão de escritor é, talvez, a que mais deforma o talento. Sua obra torna-se odiosa como a tarefa ao escravo (Nabuco, 1949c: 111.3).

Nabuco não demonstrou ainda, na construção do mosaico de idéias algumas vezes pouco compatíveis que forma a sua obra, a preocupação tão comum a seus contemporâneos de manter-se a par da última moda européia, mesmo que tal moda tivesse pouco ou nada a ver com a realidade brasileira, e nem fosse tão última assim. Apesar disto, seu pensamento é assumidamente europeizado. Neste sentido, Nabuco é antiquado porque sua sensibilidade é antiquada, e não era mais de bom tom a partir dos padrões nacionalistas afinal imperantes na cultura brasileira. Como acentua Mello

Boa parte do interesse de *Minha Formação* consiste precisamente em exprimir a antiga sensibilidade brasileira da Monarquia e da República Velha, repudiada pela sua sucessora, a cultura que se tornou hegemônica a partir dos anos vinte e trinta do século XX e que atualmente ainda é a nossa, embora caiba indagar por quanto tempo ainda (Mello, 2002:234).

Rebouças define a França como *minha pátria científica* (Rebouças, 1938:185): sua formação, como a de Nabuco, foi essencialmente européia e, neste ponto, o autor define-se como representativo da elite brasileira ou, pelo



menos, de seu imaginário:

Nós, brasileiros, o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos, pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser européia (Nabuco, s.d.:47).

Nabuco menciona *a construção francesa do meu espírito* (Nabuco, s.d.:56) e define sua frase como uma *tradução livre*. Para ele, *nada seria mais fácil do que vertê-la outra vez para o francês do qual ela procede* (Nabuco, s.d.:77).

Não é à toa, assim, que a habilidade com a qual ele se expressa em francês é reconhecida por Émile Faguet, um escritor francês contemporâneo de Nabuco, citado por Fréches:

Na verdade, teremos a agradável surpresa de descobrir um estrangeiro que maneja nossa língua com facilidade, habilidade, vigor e elegância. Quase seria preciso remontar ao século XVIII para encontrar um escritor não francês capaz de se exprimir com esse virtuosismo (Fréches, 1969:117).

E Nabuco foi, como intuiu Tristão de Athayde, uma expressão literária dedicada à política: *Ele veio como uma expressão literária palpável e viva, dessa longa inspiração desperdiçada para as letras entre as paredes das duas Câmaras* (Athayde, 1990:241).

Nabuco, enfim, foi radical: A escravidão não foi criticada por ele apenas por ser desumana mas, também, por ser economicamente irracional. Não era apenas um crime, era também um erro, e o combate a ela deveria limitar-se não apenas a eliminá-la, mas a criar as bases de uma democracia social. Foi tradicionalista: filho das elites nordestinas, manteve-se sempre ligado à uma visão idealizada dos valores que considerava próprios à esta elite. E se foi abolicionista, jamais- mesmo quando aderiu ao regime republicano- deixou de lado seu apreço pela monarquia. Movendo-se em meio a tais contradições, Nabuco fundiu-as em sua obra: um mosaico de seu tempo, de raro fascínio e lucidez.



## SOBRE O MUNDO RURAL E A ESCOLA FISIOCRATA

Jó Klanovicz

Doutorando em História – UFSC

Bolsista CAPES\*

### Resumo:

Este artigo pretende historicizar a emergência do olhar da Escola Fisiocrata sobre o “mundo rural” europeu da segunda metade do século XVIII. A Escola Fisiocrata influenciou a constituição do conhecimento científico sobre a natureza, oferecendo a esse saber apoio filosófico. A história do pensamento fisiocrata constitui-se, dessa forma, como exemplo do conhecimento moderno sobre a natureza.

### Palavras-chave:

Fisiocracia – mundo rural – conhecimento moderno sobre a natureza

### Abstract:

*This article aims to historicize the emergence of the Physiocratic School's view on the european "rural world" of the second half of the eighteenth century. This had had influence in the constitution of a scientific knowledge on nature, offering to this one phylosophical support. Physiocratic though's history is due to an example of modern knowledge about nature.*

### Keywords:

*Physiocracy – rural World – modern knowledge about nature*

O fraco desenvolvimento da agricultura se deve sobretudo aos poucos recursos dos camponeses, os únicos na França que se dedicam à lavoura e são oprimidos pelos tributos do regime senhorial e do fiscalismo real (Henri Sée)

A agricultura é o trabalho mais próximo, em parentesco, da filosofia. Varro diz que os princípios desse trabalho são os mesmos que Ênio enquadrou como sendo os princípios de toda a natureza: terra, água, ar e sol. Isso compreende, certamente, a maior parte da filosofia. [...] Cícero diz que os prazeres do lavrador “*mihi ad sapientis vitam proxime videntur accedere.*” Não existe outra forma de vida que possa ser tão louvada para um panegírico: a utilidade da agricultura para o próprio homem; sua praticidade, sua necessidade para todas as outras atividades; sua inocência, seu prazer, sua Antigüidade, sua dignidade. (Abraham Cowley)

Este artigo pretende dar visibilidade à interpretação que os fisiocratas possuíam com relação ao mundo rural europeu entre meados e o final do século XVIII. Minha convicção é a de que o pensamento fisiocrata serviu, em um determinado momento da história do ocidente, para conduzir seus receptores

\*Orientado pela Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari - UFSC.

à dimensão ambiental do sistema econômico, na medida em que propôs uma filosofia radical de "governo da natureza". Dessa forma, a chamada Escola Fisiocrata voltou-se ao mundo rural, revalorizando a agricultura frente à manufatura, impulsionando políticas de estado voltadas ao aumento da produtividade dos campos (embora se questione a possibilidade de reformas sociais desse movimento) e, com isso, re-elaborando, no plano teórico, algumas das relações entre a sociedade e o meio natural. Nesse sentido, acredito que a Fisiocracia pode ser interpretada através de uma História Ambiental.

O mundo rural europeu do século XVIII era marcado pela prevalência da rotina, pela força de conceitos como herança regidos por direitos consuetudinários, pela tradição e pela manutenção de saberes que passavam de geração em geração por meio da vitória de um "comportamento coletivo".<sup>1</sup> Marc Bloch e Fernand Braudel enfatizaram que a marca desse espaço-tempo era o império da rotina, das transformações as quais, muitas vezes, "*demoram anos e até séculos para serem incorporadas à vida cotidiana do camponês.*"<sup>2</sup> Nesse sentido, as técnicas de produção e até os instrumentos de trabalho utilizados pelo agricultor europeu ocidental naquela época eram os mesmos existentes há séculos, com pequenas modificações.<sup>3</sup>

O principal produto agrícola cultivado era o trigo, capitalizado tanto no sentido material, quanto simbólico. Nas palavras de Braudel, "*o trigo é, antes de tudo, o Ocidente [...].*"<sup>4</sup> Sua presença se fez sentir em toda a Europa, ocupando não somente campos aráveis, físicos, mas também campos imaginários. Inúmeros quadros retratavam, a partir daquele momento, o trigo, seus campos, sua disposição, suas cores que representavam o ouro; além disso, Van Gogh retratava também o ceifeiro, em 1885, uma figura grandemente representada na iconografia desde as iluminuras da Idade Média. No entanto, é importante ressaltar que Braudel enfatiza o caráter ambíguo do trigo naquele momento: "*O pecado imperdoável do trigo é o seu fraco rendimento: alimenta mal a sua gente.*"<sup>5</sup> Historicizando as práticas de alimentação entre os séculos XV e XVIII o autor apontou para a dificuldade de produção do trigo ("*onde quer que as sondagens operem, os resultados são decepcionantes*"), constatando a ineficiência das colheitas ("*para cada grão semeado, a colheita é muitas vezes 5, às vezes muito menos*") "A produtividade, relação entre o que é produzido e a soma dos esforços despendidos para esse efeito (não sendo o trabalho o único em causa) é um valor difícil de estimar, é seguramente uma variável"<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Cf. BLOCH, Marc. *A terra e seus homens*. Bauru/São Paulo: EdUSC/Edusp, 2002; BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Edusp, 1999.

<sup>2</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. p. 303.

<sup>3</sup> Idem, ibidem.

<sup>4</sup> idem, p. 104.

<sup>5</sup> Idem, ibidem.

<sup>6</sup> idem, ibidem.

Para além do esforço para produzir vegetais, a segunda metade do século XVIII é caracterizada, na Europa, pelo início da revolução industrial na Inglaterra, marcada pela constituição das *enclosures*, dos progressos técnicos na agricultura, do desenvolvimento dos meios de transporte e da pressão demográfica.

No continente, entretanto, é difícil falar de revolução industrial, como afirma Michel Niveau.<sup>7</sup> De acordo com o autor, a França está mais para uma “transformação lenta das técnicas de produção e das estruturas do que por uma decolagem do crescimento.”<sup>8</sup> Uma baixa do coeficiente de natalidade, muito mais importante do que nos demais países europeus, ao passo que o coeficiente de mortalidade diminui menos depressa do que nesses mesmos países, fez com que a França fosse caracterizada como o segundo país mais populoso da Europa e marcadamente rural. A nação tinha meios de transporte insuficientes, restrições de impostos entre uma província e outra e regulamentação das culturas.

Para muitos intelectuais, era necessário desenvolver mecanismos que possibilitassem a melhoria das condições da agricultura francesa e continental. Nesse sentido que Niveau afirmava não ser por mero acaso que a “escola dos fisiocratas pregavam as virtudes do desenvolvimento agrícola”.<sup>9</sup>

Mas se, do ponto de vista econômico, os fisiocratas afirmavam a importância da agricultura para a potencialização das riquezas das nações, eles também tornaram-se representantes de um pensamento que se esforçava em homogeneizar representações sobre o mundo rural, sobre os agricultores, sobre a natureza.

Dessa forma, a Escola Fisiocrata – e tomo aqui fisiocracia, *grosso modo*, como “governo da natureza” – representava o esforço conceitual e histórico de delimitar, nomear, *dar status de existência* ao que hoje podemos compreender, no *sensu comum*, como “mundo rural”. Em outras palavras, penso que a Fisiocracia estabeleceu o território da nossa compreensão atual (ocidental, urbana) sobre os papéis paradoxais do agricultor (atrasado/moderno, ignorante com relação ao saber técnico/possuidor do saber local), da agricultura (desenvolvida/atrasada, poluente/despoluente, pobre/rica) e do mundo rural (próximo/longínquo, selvagem/domesticado).

A Escola Fisiocrata teve implicações para o campo da economia política. Ao se debruçarem sobre o estudo da situação econômica francesa, autores como François Quesnay (1711-1774), Anne-Robert Turgot e Charles de Secondat, Marquês de Mirabeau, não somente teceram críticas à política mercantilista contemporânea, como também propuseram – ainda que com muitas

<sup>7</sup> NIVEAU, Michel. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. Lisboa: Europa-América, 1969. p. 47-48.

<sup>8</sup> Idem, p. 48.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*.

contradições – um novo conjunto de crenças e de valores para a sociedade européia. O principal deles, e talvez o mais ambíguo, foi um novo entendimento da idéia de “natureza” – conceito-raiz do movimento filosófico – o qual foi, durante muito tempo, “superficializado” pela história do pensamento econômico.

Os fisiocratas tomaram a *natureza* como a governadora do mundo. Nada excepcional para uma Europa “vegetal”, porém importante para o debate em torno do sistema econômico mercantilista.

Os fisiocratas não desenvolveram sua teoria sobre a natureza de forma espontânea. O diálogo sistemático com a filosofia de sua época posicionou seus discursos no rol do desenvolvimento científico e da certeza de que a ciência poderia contribuir para a melhoria das condições de vida e do bem-estar das populações européias. Nesse sentido, o próprio termo *laissez-faire* alcançava dimensões ambientais na medida em que não seria pelas leis humanas que fluxos econômicos e processos produtivos seriam regrados, mas pelas relações de poder que a própria natureza carregava em si. Se a natureza apresentava relações desiguais de forças entre espécies e para com as populações humanas, podemos inferir, tomando de empréstimo uma postura aproximada à da fisiocracia, que o agricultor era o ator social mais próximo e apto a conhecer e interpretar essas relações, devido ao seu ofício. Essa interpretação se origina da filosofia natural moderna, que circulava desde os séculos XVI-XVII.

### “Controle da natureza” em perspectiva

Ao que tudo indica, a realidade da vida penosa e brutal que enfrentava o lavrador e o agricultor teve sua premissa questionada a partir do processo de união entre a filosofia natural e a produção, entre a ciência e a prática cotidiana, pelo menos em teoria. Francis Bacon (1561-1626) defendeu arduamente a idéia de que o comércio de mentes e de coisas favoreceria progressos enormes nas letras, na arte militar e na arte da navegação, além de possibilitar a criação de exemplos concretos das vantagens que seriam possíveis de obter através da aplicação do saber científico ao viver prático.<sup>10</sup> Ao lamentar que em sua época a *“tradição filosófica nada mais é senão uma sucessão de mestres e de discípulos, e não uma sucessão de inventores e de aperfeiçoadores de inventos.”*<sup>11</sup>

Bacon desejava empreender pesquisas para, entre outras coisas, *“acelerar o amadurecimento e garantir a conservação de frutas e hortaliças, explorando desse modo, empiricamente, a possibilidade de realizar, já durante sua vida, fragmentos da grande utopia científica e tecnológica por ele idealizada na New Atlantis.”*<sup>12</sup> Dessa forma, os modernos questionavam e pretenderam

<sup>10</sup> DE MASI, Domenico. *A sociedade pós-industrial*. São Paulo: Ed. do SESC, 1999. Introdução.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>12</sup> DE MASI, D. op. cit. p. 13.

transformar costumes do mundo rural, através da promoção da modernização.

Após a primeira geração de cientistas modernos, alguns escritores dedicaram-se de forma direta ao mundo rural, pontuando melhor e de maneira mais efetiva suas discussões. É o caso do poeta inglês Abraham Cowley (1618-1667) que considerava a modernização da agricultura como uma necessidade central das sociedades burguesas européias. Seu ensaio intitulado *Of Agriculture*, publicado em 1650 pode ser inserido no que Marshall Berman considera como sendo ainda a primeira fase da época moderna, período no qual as pessoas *"tateiam, desesperadamente mas em estado de semicegueira, no encaço de um vocabulário adequado; têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados."*<sup>13</sup> Entretanto, embora possamos contextualizar Cowley nesse momento histórico, não podemos ignorar a objetividade de sua crítica com relação à situação do mundo rural inglês e, por conseguinte, observar sua narrativa que escapa à semicegueira proposta por Berman.

Ao sustentar o prestígio da agricultura, Cowley expressava preocupação com relação à desqualificação desse ofício pela burguesia inglesa de seu tempo. Do ponto de vista utilitarista, A Inglaterra Cowley não necessitava da modernização ou do incremento da sua produtividade agrícola, na medida em que tinha no seu sistema colonial o fornecimento de alimentos garantido e assegurava-se economicamente pela acumulação primária proporcionada pelo comércio de escravos, pela pilhagem de navios espanhóis e pela distribuição das terras pertencentes às ordens monásticas. Entretanto, Cowley se aproximava de Bacon quando enfatizava o papel da reformulação do saber e das universidades escapando de uma filosofia antiquada para uma filosofia voltada às questões cotidianas e, entre elas, ao desenvolvimento de soluções modernas para a agricultura. Cowley descreve a preocupação com a agricultura dentro da Universidade de Oxford, instituição que possuía

Somente quatro professores para discutir técnicas agrícolas que são as seguintes: aração e as coisas relativas à ela; prática de pastoreio; jardinagem: pomares, vinhedos e florestas e, por último, economia rural (que diz respeito a técnicas de apicultura, criação doméstica de porcos, criação de aves, armadilhas para caça, técnicas de construção de lagos e de reservatórios. [enfim] tudo o que Varro chamou de *villaticas pastiones* junto com os *esportes de campo* (que incluem economia doméstica) e a conservação doméstica de tudo o que é produzido.<sup>14</sup>

Cowley, depois de concluir que esses professores não direcionavam suas leituras para a agricultura propriamente dita (*"o assunto desses professores não deveria, no entanto, dirigir-se à leitura de obras pomposas e superficiais,*

<sup>13</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 16.

<sup>14</sup> Idem.

longe das *Georgicas* de Virgílio, ou Plínio, Varro ou Columella”), os repudiou para propor uma reorganização dos conteúdos voltados explicitamente à questão agrícola (“*deveriam instruir seus alunos nos vastos métodos agrícolas, num curso de um ou dois anos e também criar um corpo contínuo e ininterrupto de profissionais que não tivessem formação ostensiva em livros legais e criminais, mas sim que soubessem do que estão falando na prática*”).<sup>15</sup> Contudo, é importante observar que a postura em prol do “desenvolvimento” da agricultura para Cowley ainda estaria presa à prática agrícola registrada pelos escritores latinos.

Esse primeiro momento da defesa da agricultura se deu por meio da aproximação com a filosofia antiga, porém as aspirações de Cowley escapavam à especulação medieval na medida em que estavam vinculadas ao compromisso com a criação de novas formas de ciência e de uma nova prática dessa ciência com relação à vida cotidiana. Podemos conceder a Cowley, assim como a Bacon o crédito de terem idealizado um salto qualitativo com relação à agricultura, por meio da aproximação dessa prática com a ciência e com a especulação. No século seguinte, os processos produtivos estarão aproximando-se da realidade, imaginada por esses dois autores.

De acordo com os geógrafos David Briggs e Frank Courtney, um dos principais agentes da promoção da modernização agrícola europeia no século XVIII foi o inventor Jethro Tull.<sup>16</sup> Esse inventor buscou escapar à idéia de agricultura clássica escrevendo algumas obras sobre sistemas de produção trienais que se contrapunham aos sistemas bienais antigos, bem como buscou experimentar novas técnicas de adubação e condução de plantas. Briggs e Courtney enfatizaram a repercussão de Tull na Europa como um todo: lançando seu primeiro livro no início do século XVIII na Inglaterra, dois anos depois esse livro já tinha sido traduzido e comercializado na Holanda e também estava a ser traduzido na França e na Espanha.<sup>17</sup>

Se, entre os séculos XVI e XVII a agricultura passou de uma preocupação tangencial na filosofia para um espaço de maior visibilidade no campo das ciências modernas, o próximo momento marcará a incorporação e a apropriação da agricultura no rol das novas ciências, diluída entre a economia política, a física, a história natural e a agronomia. Espaço de História Natural, a segunda metade do século XVIII também era perpassada por filósofos que se direcionavam à Economia Política. Essa área das ciências que logo se tornará consolidada encontra na agricultura espaço privilegiado de atuação, teorização, descrição e de diferentes formas de ordenação. Não nos interessa aqui o detalhamento das escolas de economia política e o que seus principais autores

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> BRIGGS, David J.; COURTNEY, Frank M. *Agriculture and environment*: the physical geography of temperate agricultural systems. Harlow: Longman Scientific & Technical, 1985. p. 265.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*.



falam sobre a agricultura, mas é importante salientar que desde a Economia Política Clássica, todos os autores têm-se debruçado de forma efetiva ao tratamento da "questão agrícola." Contudo, talvez a principal vertente que direcionou sua atenção à agricultura com mais ardor tenha sido a Escola Fisiocrata da França do final do século XVIII.<sup>18</sup>

Os fisiocratas argumentavam que as velhas políticas Colbertistas de apoio ao comércio e às corporações industriais estavam, no mínimo, equivocadas quanto a possibilidade de sustentar a economia francesa. Esses filósofos não trataram de despedaçar o desenvolvimento industrial, mas sim de buscar uma política contrária ao monopólio de estado sobre a indústria, revisando os controles e as tarifas protecionistas. Para François Quesnay, o principal produto de uma nação não seriam manufaturas ou serviços, mas sim a agricultura. Nesse sentido as políticas de governo deveriam proporcionar a maximização da valoração dos produtos agrícolas nacionais. Para isso, era necessária a reformulação de práticas e técnicas agrícolas existentes na França e na Europa como um todo ainda no último quartel do século XVIII.<sup>19</sup>

A agricultura francesa na época, de acordo com o historiador Michel Niveau, estava baseada em pressupostos medievais de cultivo; havia nas cidades o monopólio das guildas que dificultavam aos fazendeiros deslocarem sua produção para as grandes praças comerciais.<sup>20</sup> Outro grande obstáculo para o desenvolvimento e para a promoção da agricultura, eram as tarifas internas sobre o movimento de grãos nas estradas interprovinciais.

Os trabalhos públicos essenciais à agricultura, tais como a manutenção de estradas e a drenagem eram deploráveis. Sendo um estado de pouca mobilidade social, a França impunha também inúmeras restrições à migração de trabalhadores agrícolas entre suas províncias, fazendo com que o mercado de mão-de-obra estagnasse. Por causa do problema da migração, os fazendeiros que possuíam áreas produtivas tinham mão-de-obra escassa e cara, fazendo com que as safras não tivessem incremento. Por outro lado, nas regiões improdutivas, aglomeravam-se massas de desempregados rurais, sendo que os fazendeiros não eram então econtraçados a plantarem ou promoverem novas técnicas.<sup>21</sup>

Os fisiocratas buscavam sem sucesso, remover as restrições à migração de trabalhadores, exigiram a abolição da corvéia e a diminuição da abrangência e do poder do sistema de guildas. A teoria natural dos excedentes, que enfatizava que a produção para a subsistência só geraria uma pobreza homogênea tornou-se a tônica dos teóricos fisiocratas.

<sup>18</sup> Cf. KUNTZ, Rolf. *Capitalismo e natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>19</sup> NIVEAU, Michel. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. São Paulo: Europa América, 1969. p. 245.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

Quesnay reconhecia no sistema mercantilista um desprezo desmedido em relação à terra e seus produtos, uma vez que assentava a economia no artesanato e na manufatura e porque *“através de excessiva procura de um comércio concorrencial, pretendemos prejudicar os nossos vizinhos [...] mas, devido a semelhante política, extinguímos, entre eles e nós, um comércio recíproco que nos beneficiava largamente.”*<sup>22</sup> Nessa época, as relações capitalistas começam a se inserir dentro da agricultura, num movimento no qual a feudalidade se aburguesa e a burguesia adota ares feudais.

Embora os fisiocratas não tenham conseguido que suas idéias se tornassem, efetivamente, políticas de estado, alguns de seus autores tiveram reconhecimento na economia política que cientificizava-se com maior dinamismo no século XIX. Karl Marx reconheceria na metade desse século que François Quesnay poderia ser considerado um dos fundadores da teoria econômica moderna na medida em que negou a propriedade imperfeita feudal a favor da sustentação teórica da noção de propriedade perfeita e excludente das relações econômicas.<sup>23</sup>

### Agricultura, natureza e a “desigualdade natural”

Os fisiocratas impeliam à modernidade não somente a discussão em torno da dinamização, do melhoramento e da especialização das relações econômicas, também sustentavam diferentes abordagens sobre a natureza, a paisagem, a agricultura e a influência e importância das ciências na vida cotidiana.

A começar pela pretensão do movimento, denominado de Fisiocracia, ou seja, *p:governo da natureza*. Em certa medida, significava que natureza e todos os conceitos a ela relacionados teriam sentidos específicos dentro da construção epistemológica do movimento e que se baseariam principalmente em uma das versões sobre o Direito Natural iluminista.

Nesse sentido, os fisiocratas veicularam e buscaram difundir a idéia de desigualdade natural. Parafraseando Mirabeau, *“não é a desigualdade das fortunas que é monstruosa; pois o monstruoso está fora da Natureza, é a sua própria definição, e a desigualdade das fortunas está na Natureza.”*<sup>24</sup> Assim, os fisiocratas basearam-se no controle sobre o mundo natural através de uma atitude utilitarista frente ao meio, na medida em que a resistência dos homens com relação à sobrevivência não estaria mais estribada na sua oposição constante ao mundo circundante – pois agora ele possui técnicas e instrumentos

<sup>22</sup> Cf. QUESNAY, François. *Quadro económico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>24</sup> ORTEGA Y GASSET, José. *História como sistema: Mirabeau ou o político*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

<sup>25</sup> Cf. BENTHAM, Jeremy. MILL, John Stuart. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

para controlar seus problemas – mas sim nas necessidades de prazer inerentes às sociedades. O controle do mundo natural favoreceria o resultado sempre positivo da equação utilitarista, baseada na diferença entre prazer e sofrimento.<sup>25</sup>

O prazer do Estado, ou seja, a riqueza, encontrava-se no equilíbrio da equação utilitarista no campo, na visão dos fisiocratas. A prática agrícola passou a ser impulsionada no sentido do incremento da produção de excedentes, o que favorecia um maior desenvolvimento de instrumentos agrícolas, de técnicas agropecuárias e de formação de profissionais envolvidos nesse processo, com o objetivo de capitalizar o campo.

O camponês revalorizado a partir de escritos como o de Abraham Cowley, Francis Bacon, Jethroo Tull e dos fisiocratas através da ênfase na agricultura como única fonte de renda nacional fez com que a Europa do século XVIII começasse a dar publicidade a esse agente social, bem como à agricultura sob diversas formas, em especial através dos movimentos românticos.<sup>26</sup> Ao que tudo indica, a sustentação teórica dos fisiocratas, bem como a “revolução industrial e agrícola” da Inglaterra a partir de 1760,<sup>27</sup> forneceram à agricultura a possibilidade de reinserção nas pautas políticas, econômicas e culturais do Velho Mundo. Faltaria apenas um passo para a modernização agrícola e para a acomodação dos saberes técnicos dentro do mundo rural, que, no plano ideal os fisiocratas ainda não conseguiram promover como movimento intelectual. Era necessária a promoção da fuga do conceito de mecânica clássica, ainda presente nessas novas ciências modernas.

A afirmação equivocada que impediu os fisiocratas na promoção certa da idéia de modernização da agricultura foi a interpretação da natureza como celeiro inesgotável de riquezas, o que faria com que o homem fosse apenas um gerente das forças naturais, as quais já possuíam uma força motriz essencial, um conceito clássico formulado por Aristóteles. Entretanto, o desenvolvimento militar do final do século XVIII e início do século seguinte fornecia território para profundas críticas à idéia aristotélica de mecânica, na medida em que novos armamentos eram experimentados e a balística se desenvolvia aproveitando as novas ciências.

Com o aparecimento da Teoria da Termodinâmica Moderna,<sup>28</sup> a Teoria da Mecânica Clássica perdeu gradativamente sua influência. A Termodinâmica veio considerar a natureza como um *reservatório*, no qual a força motriz era obrigatoriamente reproduzida pelo homem. Cabe ao homem criar a diferença entre calor e frio e a diferença entre temperatura produtora de movimento e

<sup>26</sup> Cf. SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

<sup>27</sup> TOYNBEE, Arnold. *Lectures on the Industrial and Agricultural Revolution in England*. [mimeo]

<sup>28</sup> A Termodinâmica originalmente compreende uma única etimologia: as relações entre calor e trabalho mecânico. De modo restrito, o desenvolvimento da Termodinâmica Moderna pode ser caracterizado por dois níveis: o primeiro iniciado em 1824, quando o jovem engenheiro militar francês Nicolas Leonard Sadi Carnot, com a obra *Reflexions sur la puissance motrice du feu et sur les machines propres à développer cette puissance*.

força motriz. Para o historiador Hermetes Araújo, o aparecimento da Termodinâmica fez com que a produção infinita de potência fosse inserida na esfera social.<sup>29</sup>

A produção infinita de potência era visualizada nos armamentos cada vez mais potentes, principalmente espingardas e canhões, além de outras máquinas diversas. Nesse novo e poderoso capítulo da trajetória humana, as máquinas pertenciam a praticamente todas as esferas cotidianas e, com elas, também novas categorias profissionais tais como cientistas e técnicos, pelo menos do ponto de vista imaginário.

De acordo com Eric Hobsbawm,

A tecnologia com base na ciência já se achava no âmago do mundo burguês do século XIX, embora as pessoas práticas não soubessem exatamente o que fazer com os triunfos da teoria científica, a não ser, nos casos adequados, transformá-las em ideologias: como o século XVIII fizera com Newton e o final do século XIX com Darwin. Apesar disso, várias áreas da vida humana continuavam sendo governadas, em sua maioria, pela experiência, experimentação, habilidade, bom senso treinado e, na melhor das hipóteses, difusão sistemática do conhecimento sobre as melhores práticas e técnicas existentes. Foi visivelmente o que aconteceu com a agricultura, construção civil e medicina, e na verdade com uma vasta gama de atividades que proporcionavam aos seres humanos suas necessidades e luxos.<sup>30</sup>

Uma sociedade que aceitou a presença de novas categorias profissionais não correspondia, no entanto, a uma sociedade disposta a alterar técnicas e hábitos simplesmente pelo fato de a ciência passar a fazer parte da vida cotidiana.

Marc Bloch lembrava que muitas vezes o agricultor se negou a adotar uma nova prática agrícola, por saber que ela poderia acarretar a diminuição de seu comércio habitual, que já possuía um fluxo, um público consumidor e um local específico para a venda.

A sistematização do conhecimento sob a forma de saber técnico apresentava conseqüências por vezes funestas também para o proprietário da terra. A partir da segunda metade do século XVIII, a França apresentava na administração categorias profissionais como agrimensores e engenheiros agrônomos. Em tese, eles estariam voltados à promoção de novas técnicas e a disciplinarização dos espaços.

Os agrimensores eram responsáveis principalmente pela realização de levantamentos das terras do reino, visando a cobertura total da taxaço. Embora a resistência à taxaço existisse tanto através do trabalhador assalariado quanto do proprietário de terras (lembremos que Marc Bloch estudou longamente esse processo e afirmou já em 1929 que "as resistências opostas à medição foram

<sup>29</sup> ARAÚJO, Hermetes dos Reis. Da mecânica ao motor: a idéia de natureza no Brasil do final do século XIX. In Projeto História: natureza e poder. São Paulo: Ed. da PUC, nov. 2001. p. 152.

<sup>30</sup> HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 507.

<sup>31</sup> BLOCH, Marc. A terra e seus homens. Bauru/São Paulo: EdUSC/EdUSP, 2002.

às vezes tão vivas que, pelo menos numa paróquia, que tinha sido devidamente mensurada e tarifada, pôde-se ver, ao cabo de alguns anos, os cônsules voltarem, por sua própria autoridade, às práticas antigas<sup>31</sup>), a agricultura foi alvo constante e sistemático de modernização agrícola.

Modernizar a agricultura, do ponto de vista dos Fisiocratas, tornou-se uma atividade de cunho prático e não somente filosófico, de acordo com as concepções sonhadoras de Francis Bacon, Abraham Cowley ou Jethro Tull. Com a industrialização da Europa já marcada por características de transumância, de formação de grandes cidades, da formação da classe operária e, no caso da Inglaterra, dos cercamentos, os processos rudimentares de produção agrícola necessitavam ser modernizados para o próprio abastecimento interno europeu. Em nenhum outro momento da história, e de forma tão rápida, a técnica tornou-se alvo de apropriações e de fetichização das sociedades, na medida em que passou a ser a base de tudo, onde, conforme afirmou Fernand Braudel, *tudo é técnica*.

A técnica, nesse sentido tornou-se

[...] o esforço violento, mas também o esforço paciente e monótono que os homens exercem sobre o mundo exterior. [...] todos esses gestos que são frutos de um saber acumulado. [...] a técnica tem, afinal, a própria dimensão da história e forçosamente a sua lentidão, as suas ambigüidades; explica-se por ela e ela explica-se por sua vez sem que a correlação dê, num sentido ou noutro, plena satisfação. Nesse domínio, alargado até as margens extremas da plena história, não há uma *ação*, mas *ações*, *múltiplas* e *múltiplos retornos*, "engrenagens múltiplas."<sup>32</sup>

Ao que tudo indica, para Braudel, sociedade e história estavam tangenciadas por movimentos lentos, pela longa duração do tempo histórico, por uma estrutura que move-se no mundo sutilmente. Assim também ocorreria com a agricultura, na qual, *"uma invenção que bata à porta tem de esperar anos ou mesmo séculos para ser introduzida na vida real."*<sup>33</sup>

Pensar a presença do saber técnico na agricultura a partir do século XVIII não significa tornar homogêneo seu governo sobre as práticas agrícolas contemporâneas. Os fisiocratas trouxeram essa preocupação para a esfera da economia política, buscando uma alternativa efetiva de modernização através da valorização da imagem do homem do campo, da sua condição humana, para a posterior transformação de sua realidade.

Embora seja questionável o caráter da reforma fisiocrata, a qual não trouxe efetivamente mudanças significativas para a vida no campo, sua presença teve sucesso no que Lawrence Buell denomina de "imaginação ambiental" do mundo moderno.<sup>34</sup> Nesse sentido, a crise de produção agrícola que impeliu a

<sup>32</sup> BRAUDEL, F. op. cit. p. 303.

<sup>33</sup> Idem, ibidem. p. 305.

<sup>34</sup> BUELL, Lawrence. *Writing for an endangered world: literature, culture and environment in U.S. and beyond*. Massachusetts: Belknap/Harvard press, 2001. p. 11.

escrita do *Quadro Econômico* por Quesnay pode ter representado não somente uma preocupação com a crise econômica, mas também com a busca de uma nova visão científicizada e "controladora" do ambiente comum.

## ESTRANHAMENTOS: Indígenas *versus* colonizadores

Edna Elza Vieira

Mestre em História da UFSC  
integrante do LABHIN - Laboratório de História Indígena

Ana Lúcia Vulfe Nötzold\*

Professora do PGHST-UFSC e  
Coordenadora do LABHIN

### Resumo:

A partir da análise das fontes primárias arroladas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, documentos pesquisados no IHGSC, esse artigo pretende analisar os enfrentamentos entre os colonos e a população nativa durante o processo de ocupação do Vale do Itajaí-SC.

### Abstract:

*Through primary resources of the Santa Catarina's State Archive, and other documents researched at the IHGSC, this article aims to analyse confronts between native population and settlers during the occupation process of Itajaí Valley – SC.*

### Palavras-chave:

Indígenas - colonização - enfrentamentos

### Keywords:

Indians – settlement – confronts

A partir da análise das fontes primárias arroladas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, documentos pesquisados no Instituto Histórico e Geográfico, periódicos e demais fontes secundárias pretendemos versar sobre o estranhamento e enfrentamentos entre os colonos e a população nativa durante o processo de ocupação do território catarinense no Alto Vale do Itajaí.

Em 1850, com a promulgação da lei n.º 601, regulamentada pelo Decreto n.º 1318 de 1854, o Governo Imperial dispõe sobre as terras devolutas do Império, visando instalar no país agricultores livres e estimular a vinda de imigrantes europeus.

A região do Vale do Itajaí começou a ser ocupada por imigrantes em 1850, após a concessão de compras de terras devolutas por Hermann Blumenau e seu sócio, para o estabelecimento de uma Companhia Colonizadora.

A partir do estabelecimento das primeiras frentes pioneiras ocorreram os primeiros contatos entre os colonos e a população nativa. A concessão de terras aos imigrantes, desconsiderando a presença do indígena, fatalmente levaria ao estranhamento, seguido pelo 'enfrentamento', o que pode ser considerado como uma maneira defensiva de ambas as partes, frente ao diferente, ao desconhecido.

A atual região ocupada pelo município de Rio do Sul era território histórico<sup>1</sup> dos Xokleng<sup>2</sup> sendo que estes ocupavam toda a área existente entre o litoral e o planalto desde as proximidades de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, às proximidades de Paranaguá, no Paraná<sup>3</sup>. Sendo um povo caçador-coletor tinha a necessidade de deslocar-se por um extenso território. No mapa a seguir, pode-se verificar a mobilidade geográfica das populações indígenas.

Desde a chegada dos primeiros europeus em terras brasileiras, houve por parte dos indígenas e colonizadores e estranhamento, seguido do enfrentamento, ambos lutando pela posse do mesmo território. Conforme o contingente europeu aumentava, aumentavam também os embates. Esses embates aumentaram tanto que em 1836 o Governo Imperial criou a Companhia de Pedestres, cujo principal objetivo era atuar nas áreas de conflito, protegendo tropeiros e colonos. Essa Companhia era composta por 31 pedestres e recebiam a quantia de 330 réis diários para dar proteção aos colonos. A quantia dispensada para tal serviço parece ser bastante pequena, mas para a época em questão representava uma quantia bastante significativa se compararmos com o pagamento de um soldado de cavalaria 20\$200. Um sargento ganhava 22\$000 e o comandante 30\$000.<sup>4</sup>

Em 1850, com a promulgação da Lei nº 601, regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 1854<sup>5</sup> o Governo Imperial dispõe sobre as terras devolutas<sup>6</sup> do Império, sobre as possuídas por títulos de sesmaria, sobre o regime de registro de posses e titulação de terrenos rurais, versando também sobre o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, visando instalar no país agricultores livres e estimular a vinda de imigrantes europeus.

<sup>1</sup> A área geográfica ocupada historicamente pelo grupo indígena Xokleng situa-se, aproximadamente, entre 26° e 29°30' de latitude sul e 50°30' e 29°30' de longitude oeste, englobando áreas do litoral, contrafortes da Serra Geral e do Mar e do Planalto Meridional Brasileiro, compreendendo atualmente partes dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul." LAVINA, R. *O Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. São Leopoldo, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Área de Concentração: Estudos Ibero-Americanos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. p. 9.

<sup>2</sup> Optamos pelo termo Xokleng para designar a população nativa da região. Segundo SANTOS, S. C. dos. *Índios e brancos no sul do Brasil. A experiência dramática dos Xokleng*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Min./Pró-Memória/INL, 1987, p. 30-31, Xokren significa taipa de pedra, da mesma maneira que Xokleng, ou ainda, segundo SIMERMAN, D. *Em Busca de um mesmo caminho. Palavra de Jornalista*. Itajaí, n.º 2, p. 30-36, out. 1998, os Xokleng, também chamados de "Lankânô" nome que significa "o povo que conhece todos os caminhos." p. 30.

<sup>3</sup> SANTOS, S.C dos, 1987, op. cit. p. 33

<sup>4</sup> s/a Indígenas do Itajaí. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, tomo. VIII, nº 6/7, jan./mar., 1967. p. 104.

<sup>5</sup> SEYFERTH, G. *A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito*. In: *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 279.

<sup>6</sup> De acordo com o art. 3, da Lei 601, de 1850, são consideradas terras devolutas: "1º. As terras que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal. 2º. As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. 3º. As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta lei. 4º. As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei". Coleção das leis do Império de Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo XI, parte I, 1909, p. 232.



A região do Vale do Itajaí começou a ser ocupada por imigrantes em 1850, após negociações com os governos imperiais, Hermann Blumenau e seu sócio Fernando Hackradt, obtiveram a concessão para a compra de uma porção de terras devolutas com o objetivo de estabelecer em território catarinense um Companhia Colonizadora.

Esse tipo de ocupação não podia mais ignorar a presença do indígena; prática freqüente entre as Companhias Colonizadoras, que minimizavam a existência do nativo em detrimento da propaganda para conseguir mais imigrantes.

Por volta de 1852, a partir do estabelecimento dessas primeiras frentes pioneiras, ocorreram os primeiros contatos entre colonos e a população nativa, quando relatam o fato dos Xokleng terem atacado a casa do Dr. Hermann Blumenau, então diretor da colônia que mais tarde veio a receber o seu nome.

O ataque realizado em 28 de dezembro por seis indígenas no Ribeirão da Velha em Itajaí, foi repellido por dois habitantes do lugar. Nessa ocasião, três indígenas foram feridos, sendo que dois morreram e seus corpos foram encontrados nas imediações da casa, os agredidos nada sofreram, tendo a casa apenas algumas portas arrombadas.<sup>7</sup>

A partir dessa data, numerosos relatos começaram a ser registrados sobre o embate entre a população nativa e os colonos que estavam a fixar-se no Vale do Itajaí, pois o fluxo de imigrantes no território aumentou consideravelmente

A Lei de Terras de 1850, no artigo XII – “trata da reserva de terras para a colonização dos indígenas e para a fundação de novas povoações”<sup>8</sup>, demonstrando que o Estado estava consciente com relação a ocupação do espaço pelos grupos indígenas, no entanto, o conteúdo do artigo denota a condição que é assegurada aos indígenas na interpretação da lei, onde o status de proprietário natural da terra passa à condição de expropriado.

A concessão de terras aos imigrantes, desconsiderando a presença do indígena, fatalmente levaria ao enfrentamento, seguido pelo ‘enfrentamento’, o que podemos considerar como sendo uma maneira defensiva de ambos os lados, frente ao diferente, ao desconhecido.

Quando encontravam algum grupo indígena, as medidas tomadas eram de despojá-los de forma violenta do território. As populações nativas reagem à presença do “branco”, mas sua resistência apresentava-se ineficaz para evitar a expansão dessas frentes na ocupação de seu território. Não houve por parte do Governo Imperial ou das Companhias Colonizadoras adoção de medidas que pudessem garantir espaços territoriais para os Xokleng, logo o

<sup>7</sup> COUTINHO, J. J. Falas e Mensagens do Presidente da Província para a Assembléia Legislativa. Blumenau, 1º de março de 1853. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>8</sup> PIAZZA, W. F. A colonização de Santa Catarina. Porto Alegre: BRDE/Pallotti, 1982. p. 122.

embate entre colonos e indígenas tornou-se inevitável, ambos à sua maneira, defendendo o território que segundo suas concepções eram donos.

Os ataques praticados pelos indígenas ocorriam quando não tinham mais para onde recuar ou para obtenção de alimentos, já que essas frentes pioneiras foram ocupando os espaços onde obtinham a caça e coletavam seus alimentos. Os assaltos e correrias praticados pelos nativos nem sempre eram com o intuito de matar, o que eles queriam era apoderar-se dos artigos que eram de seu interesse como: objetos de ferro (facão), tecidos, entre outros objetos. A medida que as Companhias Colonizadoras foram ocupando o território pertencente aos Xokleng os assaltos tornaram-se mais freqüentes, os indígenas entravam nas casas e levavam o que era de seu interesse.

Os relatos existentes sobre os assaltos e correrias praticados pelos indígenas eram contados procurando demonstrar um certo requinte de crueldade praticado pelos nativos, devemos levar em conta que os Relatos produzidos expressavam a opinião de pessoas ligadas a Colonização. O Presidente da Província João José Coutinho em sua "Falla" em 1856, versa sobre a "índole bárbara" dos indígenas propondo a formação de um aldeamento para evitar os ataques aos colonos que estavam estabelecendo-se em território catarinense, porém não passou de tentativas, diferente de outros locais do país não houve a formação de reduções com a fixação dos indígenas nesses locais. O Presidente João José Coutinho relata o seguinte:

Esses bárbaros, que não poupam nem mulheres, nem crianças, e que só pensam em roubar-nos e assaltar-nos de emboscada, segundo o meu modo de ver, não poderão nunca ser tratados com bondade e condescendência. Usar desses meios e sofrer-lhes as conseqüências é o mesmo que estimulá-los no seu barbarismo, em grande dano a civilização, e proteger o roubo contra o trabalho e a propriedade. Cada vez me convenço mais que o prático, senão até mesmo necessário, é arrancar os selvagens á força das florestas e colocá-los em lugar onde não possam escapar. Dessa forma poderíamos proteger os agricultores contra esses assassinos e poder-se-ia, pelo menos, dos filhos desses bárbaros, fazer cidadãos uteis.<sup>9</sup>

A princípio tentaram catequizá-los, em 1868 com os Padres Capuchinhos, Virgílio Amplar e Estevam de Vicenza, porém os resultados não foram satisfatórios e a medida que as frentes de colonização avançavam, aumentavam os embates entre indígenas e colonos. Foi então, que em 1877, diante da ameaça que os nativos representavam para o processo de colonização, o governo resolveu adotar medidas mais enérgicas organizando um sistema para retirar os indígenas da floresta, com a formação de uma Companhia de "batedores de mato" que saíam em perseguição os indígenas capturava-os, castigava-os ou afugentava-os. Não se pode dizer que os Xokleng foram apenas

<sup>9</sup> COUTINHO, J. J. Falas e Mensagens do Presidente da Província para a Assembléia Legislativa. Blumenau, 1856.

vítimas nesse processo, houve por parte deles uma grande resistência que resultou numa luta sangrenta de ambas as partes, prevalecendo a força das armas de fogo dos colonizadores. Em 23 de agosto de 1879 por Aviso Ministerial a Companhia de Pedestres foi dissolvida, por questões econômicas.<sup>10</sup>

Como medida para evitar os assaltos e correrias, as Companhias Colonizadoras e o Governo Provincial adotaram medidas mais econômicas que foi a contratação das “Patrulhas de Bugreiros”, cujo objetivo era “afugentar os bugres”, atuando no caminho de tropas,<sup>11</sup> local onde geralmente ocorriam os ataques tendo como comandante Frederico Deeke.

Para legitimar a ação das “patrulhas de bugreiros” criaram todo um sistema ideológico no qual os indígenas eram representados como “vadios”, “assassinos”, “ladrões”, entre outros estereótipos que se criaram como forma de legitimação do discurso das Companhias Colonizadoras e do próprio Governo Imperial que defendiam a ocupação de forma sistemática, estabelecida pelo incentivo para a vinda de imigrantes alemães a partir de 1850, e italianos a partir de 1877. Os indígenas apresentavam-se como uma ameaça à concretização dos ideais de “progresso” e “civilização”, dentro desse sistema ideológico divulgado, onde a figura do bugreiro aparece como “herói”, capaz de estabelecer a paz.

Em 24 de setembro de 1885, as autoridades foram avisadas de que os indígenas haviam atacado a casa de um colono em Lontras, matando e saqueando, “[...] no Domingo, dia 20 do corrente, a uma hora da tarde, o italiano Antônio Cerati, quando caminhava pelas suas plantações, recebeu uma flechada nas costas, pondo-se a correr, perseguido por dois bugres, até que caiu e foi por êstes massacrado a pauladas. Ao mesmo tempo, seu filho Francisco de 15 anos, que estava ocupado junto de monjolo, foi flechado e morto [...]”<sup>12</sup>

Em 3 de outubro de 1885 foi publicado nos jornais locais um relato sobre a ocorrência de um assalto na região denominada Ribeirão das Lontras, relatado por “Blumenau Zeitung”. O autor relata que os indígenas assaltaram no Ribeirão das Lontras as propriedades de dois italianos, matando-os. O assalto ocorreu em 20 de setembro de 1885 e repetiram os ataques em 21 e 22, os indígenas encontravam-se em número de 40 a 60 indivíduos aproximadamente, provavelmente para recolher o restante dos animais que foram abatidos. O Delegado da região comunicou o ocorrido ao Chefe de

<sup>10</sup> s/a Indígenas do Itajaí. Blumenau em... op. cit. pp. 103-104.

<sup>11</sup> TAUNAY, A. D'E. Relatório do vice-presidente da Província de Blumenau para a administração da Província de Santa Catarina. Blumenau, SC, 1877. “[...] grande quantidade d’elles pertencentes às tribus dos Botocudos, Coroados e Puris, vagam ainda pelas florestas da serra de Lages, e são visto ora na estrada d’aquelle nome, ora nas picadas abertas ultimamente com o desenvolvimento das colonias Blumenau e Joinville. Parecem frequentar mais habitualmente a Serra do Trombudo, Tayó, o valle do Itapocú, apparecendo também ás vezes ao sul da Província, em Araramguá.[...]”

<sup>12</sup> s/a Indígenas do Itajaí. Blumenau em... op. cit. pp. 107-108.

Polícia, que recebeu ordens para contratar seis "guardas de mato" para perseguirem os indígenas no meio da floresta. Após o episódio em Lontras foram publicados nos jornais locais outros assaltos em localidades próximas.<sup>13</sup>

Os ataques continuaram e em abril de 1904 os indígenas voltaram a assaltar nove famílias no Fundos Warnow, o mateiro José Bento com 12 homens, pôs-se a perseguí-los. Essa incursão parece ter dado resultado positivo, pois os homens voltaram com 52 flechas, 5 lanças e muitas outras coisas que haviam tomado dos indígenas.<sup>14</sup>

A ação dos bugreiros teve como principal figura Martinho Marcelino de Jesus ou Martinho Bugreiro como ficou conhecido, dedicava-se à criação e ao comércio de gado; começou a atender os pedidos de particulares e do governo para "afugentar" os indígenas.

Em suas incursões pelas matas em perseguição dos indígenas trazia consigo para apresentar à população apenas algumas mulheres e crianças. Martinho foi responsável pelo extermínio de grande parte da população indígena. Em alguns casos essas crianças trazidas pelos "bugreiros", eram adotadas por habitantes da localidade. Em 1905, Martinho trouxe de uma incursão a menina Korikã, que foi adotada pelo médico alemão Hugo Gresh, tendo recebido o nome de Maria.<sup>15</sup>

A perda de espaços utilizados para coleta e caça resultante do desmatamento para a construção de estradas e desenvolvimento de pequenos núcleos de colonização, resultou no enfrentamento, tendo em vista ainda que o indígena era visto como 'problema, obstáculo' que atravancava o desenvolvimento o qual era representado pela figura ordeira do imigrante-trabalhador.

Os registros existentes sobre os ataques realizados pelos indígenas segundo os Relatórios dos Presidentes de Província e, posteriormente publicado nos jornais locais mencionam a realização de 61 assaltos, sendo que desses assaltos foram registrados 41 mortos e 22 feridos, desses 22 feridos uma grande parte morreu em consequência dos ferimentos. Cabe ressaltar que os assaltos realizados abrangem o período de dezembro de 1852 a julho de 1914, além de ter sido feito o levantamento desde a fundação da Colônia Blumenau.<sup>16</sup> Devemos levar em consideração o fato de que o município de Rio do Sul, que anteriormente era denominado Braço do Sul só foi fundado 39 anos mais tarde.

Em 16 de julho de 1913, o jornal "O Dia" noticiou que "os bugres, em grande número atacaram ante-ontem a 1 hora da tarde, na estrada a Carlos Reuter e ao trabalhador José Moser, matando este".<sup>17</sup> A notícia do ataque

<sup>13</sup> s/o Ataque dos Índios na Colônia Blumenau e Bacia do Rio Itajaí. Blumenau em Cadernos. Blumenau, tomo XVIII, nº 3, março de 1977, p. 93.

<sup>14</sup> s/o Ataque dos Índios na Colônia Blumenau e Bacia do Rio Itajaí. Blumenau em... op. cit. p. 111.

<sup>16</sup> s/a Indígenas do Itajaí. Blumenau em... op. cit. p.132.

<sup>17</sup> Jornal O Dia. Florianópolis: 16/07/1913.

alarmou os colonos que ficaram temerosos de novos ataques e lamentava-se que embora "havendo um serviço organizado tenham recrudescido nos últimos tempos os assaltos à propriedades da população civilizada."<sup>18</sup>

Verificando-se que o 'serviço' organizado para conter os indígenas gerava enorme violência de ambas as partes e toda a repercussão que isso acarretava, havia a preocupação de que fossem acautelados os interesses dos colonos<sup>19</sup>, evitando-se as constantes depredações praticadas pelos indígenas, inclusive aos trabalhadores da Estrada de Ferro de Santa Catarina.<sup>20</sup>

### As tentativas de catequização, a "pacificação" e o aldeamento

Na segunda metade do século XIX, iniciaram-se as tentativas para "pacificação" e catequização dos Xokleng. O Governo Imperial enviava verbas<sup>21</sup> para a contratação de padres Capuchinhos que deveriam ficar responsáveis pela catequização e formação de um aldeamento através da atração desses indígenas. O objetivo era acabar com a violência praticada contra os Xokleng pelas "patrulhas de bugreiros"; a estratégia era "civilizá-los" para inseri-los na sociedade regional.

A catequese era vista como sin nimo de civilidade e teve seu início previsto com a chegada   Província de dois Religiosos Capuchinhos, Frei Estevão de Vicenza e Frei Virgílio de Amblar, mandados pelo Governo Imperial para assentarem dois aldeamentos em local a ser escolhido de acordo com os Directores das Colonias Itajahy e Blumenau, próximos dessas ditas col nias. Após tomarem conhecimento da localidade, das facilidades e embaraços que poderiam encontrar no desempenho de sua missão, Frei Estevão de Vicenza, escolheu para assentamento de seu aldeamento o ponto denominado - Braço do Sul do Alto Itajahy-ass m,<sup>22</sup> porém esses trabalhos resumiram-se em tentativas frustradas e em nada diminuíram as tensões entre os colonos e os Xokleng.

Em 1908 realizou-se em Viena, o Congresso Internacional de Americanistas, ocasião em que a situação dos Xokleng foi amplamente conhecida e discutida pelos etnólogos. Alberto Vottech Fric que havia realizado estudos no país relatou no Congresso a situação dos Xokleng, enfocando as relações entre a população nacional e os indígenas, responsabilizando o Governo central e as Companhias colonizadoras pelo incentivo e manutenção da a o dos bugreiros. Ao final solicitou que se protestasse contra essa situação e que lutassem em defesa dos indígenas.<sup>23</sup>

<sup>18</sup> *Jornal O Dia*. Florianópolis: 01/07/1913.

<sup>19</sup> *Jornal O Dia*. Florianópolis: 01/11/1913.

<sup>20</sup> *Id.*

<sup>21</sup> PINTO, C de C. *Correspondência do Vice-Presidente da Província ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*, datada de 13/11/1868.

<sup>22</sup> ABREU, C. A. F. de. *Falas do Presidente da Província a Assembléia Legislativa*. Blumenau, SC, 22 de Junho de 1869.

<sup>23</sup> GAGLIARDI, J. M. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 68.

As declarações de Fric repercutiram internacionalmente e também no Brasil, atingindo representantes da Alemanha que haviam se estabelecido no Brasil e responsabilizaram o Diretor do Museu Paulista, Dr. Hermam von Ihering que pretendeu demonstrar que eram os colonos que precisavam de proteção. No Brasil, as repercussões das declarações ocorridas durante o Congresso de Viena, resultaram na publicação de vários protestos de intelectuais brasileiros a favor dos indígenas.

Como medida para evitar a violência praticada contra a população indígena "foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais pelo decreto nº 8072, de 20 de julho de 1910, e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano"<sup>24</sup>, como consequência da ação positivista no país com o apoio das principais camadas urbanas, sendo que o general Cândido Mariano da Silva Rondon designou para atuar como Inspetor em Santa Catarina o tenente José Vieira da Rosa<sup>25</sup>.

"No ano de 1910 foi criado oficialmente o Serviço de Catequese Leiga e, como inspetor em Santa Catarina, foi nomeado o então Primeiro Tenente José Vieira da Rosa."<sup>26</sup> Os trabalhos realizados por Vieira da Rosa não obtiveram os resultados esperados. O Governo Federal com o intuito de melhorar o Serviço de Catequese Leiga enviou o Inspetor do Rio Grande do Sul, Raul Abbot para reorganizar o Serviço. Abbot localizou na foz do Ribeirão Plate o "posto de atração" que a Sociedade Colonizadora Hanseática havia construído para aldear os indígenas segundo o sistema de catequese adotado pelo Coronel Rondon, fundando logo após outro posto semelhante na região Krauel.<sup>27</sup>

O Serviço de Proteção aos Índios foi concentrando-se mais em Hansa, a sede da Inspetoria foi transferida par Hammônia. Por solicitação da Inspetoria vieram mais funcionários e a Companhia Colonizadora desistiu de uma área de 30.000 hectares para que os indígenas pudessem ser aldeados no Alto rio Hercílio.

Diante de várias tentativas frustradas dos outros funcionários que assumiram a direção do posto, o sub-diretor do Serviço de proteção aos Índios, Dr. Manoel Miranda resolveu assumir a frente da "pacificação" dos Xokleng, trazendo consigo 30 indígenas coroados "mansos" do Paraná para ajudarem nos trabalhos de pacificação, porém as dificuldades para estabelecimento de contato e consequente aldeamento permaneciam, chegaram a acreditar que seria impossível catequizá-los.<sup>28</sup>

<sup>24</sup> RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 157.

<sup>25</sup> Correspondência do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura e Commercio, nomeando o Primeiro Tenente José Vieira da Rosa para exercer o cargo de Inspector do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, no Estado de Santa Catarina, datada do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1910.

<sup>26</sup> s/a. *Índigenas do Itajaí. Blumenau...* op. cit. p. 119.

<sup>27</sup> SANTOS, S.C dos, 1987, op. cit. pp. 136-137.

Nos postos de atração foram colocados gramofones em direção das matas que soltavam melodias, cujo objetivo era atrair os indígenas para os postos. "(...) Então o gramofone tocava o hino nacional e a bandeira nacional era hasteada solenemente, ocasião em que formava todo o pessoal do posto. Na opinião do Dr. Miranda, tudo isso havia de fazer, com o tempo, impressão sobre os indígenas e ele costumava repetir: "É tudo uma questão de tempo. Haveremos de chegar á meta desejada.""<sup>29</sup>

A concessão das terras foi efetivada em 3 de abril de 1926, pela assinatura do Decreto nº 15 pelo Governador do Estado em exercício, Antônio Vicente Bulcão Viana,<sup>30</sup> que se comprometeu a fazer as devidas indenizações aos proprietários. Em resposta a essa medida a Sociedade Colonizadora Hanseática emitiu o seguinte parecer: Por decreto de 3 de abril de 1926, sob nº 15, foi desapropriada a esta Sociedade, pôr utilidade pública, para usufruto dos indígenas aldeados no Vale do Rio Plate, uma área de terras com 4.143 hectares ou sejam 41.430,000 m<sup>2</sup> (...) ficando, como é óbvio, o Governo do Estado de entrar oportunamente em acôrdo com a Sociedade, quanto à indenização a que têm direito.<sup>31</sup>

"Em agôsto de 1914, aconteceu em Santa Catarina o feliz epílogo de uma luta secular, a verdadeira guerra dos bronzeados filhos das selvas contra os colonos brancos"<sup>32</sup>, dessa maneira foi descrito o período que foi denominado como "pacificação dos indígenas" pelo Dr. Paulo Aldinger em artigo publicado em "Kalender fuer die Deustchen in Brasilien", de 1918, referindo-se ao feito no Rio Plate, afluente do Rio Hercílio, no Posto de atração que ali forá instalado no perímetro da Colônia Hansa.<sup>33</sup>

Para a realização do contato foi formada uma pequena equipe liderada por Eduardo e composta por um indígena do Paraná de nome Preié, trazido para servir de intérprete, porém o mesmo não conseguiu estabelecer o contato, pois não compreendia o que os Xokleng diziam e também não era compreendido; assim sendo os contatos foram estabelecidos através de troca de presentes que Eduardo levava consigo por ocasião das incursões pelas matas. Eduardo Hoerhann teve acesso a monografia da jovem Xokleng Maria, que foi publicada pelo médico alemão Hugo Gresh; de posse desse manuscrito Eduardo iniciou novamente as tentativas para estabelecer contato com os Xokleng.

Atraídos para o Posto estabeleceu-se uma relação de dependência, decorrente da falta de conhecimento capaz de criar um sistema autônomo que

<sup>28</sup> s/a. Indígenas do Itajaí. Blumenau em ... op. Cit. pp.123-124.

<sup>29</sup> Ibid., p.125.

<sup>30</sup> GOULART, M. do C. R. K. e FRAGA, N. Vale dos índios, vale dos imigrantes. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000, p. 199.

<sup>31</sup> SANTOS, 1987, op. cit. p. 199.

<sup>32</sup> ALDINGER, P. A Pacificação dos Indígenas de Santa Catarina. Blumenau em Cadernos, Blumenau, Tomo X, nº 2, pp.36-39, fev. 1969.

pudesse garantir a sobrevivência dentro do sistema regional, " [...] nos primeiros tempos, o Eduardo Hoerhann, evidentemente teve problemas seríssimos. [...] e quando os índios se aproximaram ele começou evidentemente a fornecer alimentos, quer dizer, de vez em quando matava um boi, etc. só que daí faltava dinheiro para comprar o boi."<sup>34</sup>

Através do conhecimento sobre a organização do SPI - Serviço de Proteção ao Índio), podemos perceber que o órgão foi criado muito mais para atender as demandas da "população do entorno", do que para atender as necessidades imediatas dos indígenas. Os funcionários enfrentavam a falta de conhecimento sobre a cultura dos indígenas, associado à falta de recursos dispensados para a manutenção dos mesmos no posto. Juntamente com a falta de recursos diante do qual o SPI pouco poderia fazer, proliferaram várias doenças às quais os nativos não possuíam anticorpos, como: gripe, sarampo, coqueluche, pneumonia e doenças venéreas.

A falta de recursos para obter os medicamentos necessários ao tratamento foram provocando a morte de vários indígenas, já que os mesmos apresentavam pouca ou quase nenhuma resistência às doenças endêmicas. "Em pouco tempo a maioria dos indígenas havia morrido. Hoerhann tinha contatado, em 1914, aproximadamente 400 indígenas. Em 1932, quando o antropólogo Jules Henry começou extenso trabalho de pesquisa entre os Xokleng, só haviam 106 indivíduos."<sup>35</sup>

O SPI procurou evitar que os indígenas mantivessem contato com os colonos adotando o "contato controlado", através do desistímulo das incursões praticadas pelas florestas, evitando o contato direto e dessa forma evitando também que houvesse qualquer tipo de represália ou algum tipo de violência contra os mesmos por parte da população nacional. Eduardo "estava preocupado em resguardar num primeiro momento, resguardar os índios, isso porque era tarefa do Serviço de Proteção aos Índios, [...] ele estava muito preocupado em resguardar os índios fisicamente,"<sup>36</sup> porém, não foi possível impedir que os Xokleng mantivessem contato com a população nacional, pois eles continuavam saindo do posto e realizando incursões pelas matas em busca de caça ou para coletar alimentos.

O povo Xokleng guarda em sua memória esses acontecimentos, pois dentro da tradição oral passada de geração em geração a memória social partilha das vivências, mantendo-se pela tradição e costume; garante, assim, uma passagem regular do passado ao futuro. Na transmissão, indicava o que é necessário reter do passado para lembrar no futuro,<sup>37</sup> assim colaboram na

<sup>33</sup> Id.

<sup>34</sup> SANTOS, S. C. dos. Entrevista do Antropólogo Dr. Sílvio Coelho dos Santos concedida à Rafael C. de Lima e Silva Hoerhann. Florianópolis, agosto de 1999.

<sup>35</sup> SANTOS, S. C. dos. Os Índios Xokleng: Memória Visual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. p. 57.

<sup>36</sup> SANTOS, Entrevista... op. cit.

<sup>37</sup> FÉLIX, Loiva Otero. História e Memória. A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998, pp. 52-3.



construção da história do grupo e manutenção dos liames sociais, “portanto, não é o físico ou o territorial que permite a existência do grupo, e, sim, a dimensão do pertencimento social, criado por laços afetivos que mantêm a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradora de uma memória social.”<sup>38</sup>

Assim, dentro desse contexto de memória, os Xokleng escreveram a “história” do contato com o não-índio, acompanhando com ilustrações os textos publicados em 1999 pela Secretaria de Estado da Educação e do Desporto/SC.

Após a instalação dos indígenas no Posto, as conseqüências dessa nova maneira de viver sedentária levou-os a uma mudança em sua dieta alimentar, pois quando Eduardo Hoerhann constituiu o posto de atração, ele já tinha em torno do local, uma roça de milho, de feijão, batata,<sup>39</sup> restringindo-se assim as alternativas alimentares, bem como as áreas de caça e coleta que estavam sendo ocupadas pelos colonizadores, assim, na falta da caça, os indígenas saíam e flechavam animais (bois) dos colonos.

Aos poucos as incursões foram sendo abandonadas, assim como a realização de vários rituais, como o de perfuração dos lábios inferiores dos meninos para inserção do tembetá, a tatuagem na perna das meninas, a cremação dos mortos. Essa interferência direta na cultura tradicional dos Xokleng causou grande desmotivação pela vida, além do desespero pela perda de parentes e incertezas com relação ao futuro.

O processo de aculturação acontece a partir do contato de dois ou mais sistemas culturais distintos, como podemos verificar após o “estabelecimento” dos Xokleng no Posto, eles passaram de nômades-caçadores a sedentários agrícolas, outro fator bastante importante foi a aculturação promovida através do contato com os Xokleng com a população nacional e também com membros de outras etnias que provocaram a miscigenação.

Tornou-se inevitável a “integração” dos Xokleng à sociedade regional. Aos poucos o Xokleng foram vendo Eduardo de outra forma, “[...] não só o chamaram de mentiroso e ladrão, mas também chegaram a tê-lo como inimigo.”<sup>40</sup> Eduardo era considerado uma pessoa de suma importância para a “pacificação” dos indígenas dos Vale do Itajaí contribuindo para a liberação das terras para conseqüente ocupação sistemática realizada pelos colonos que chegavam naquela região.

Aos poucos Eduardo foi sendo acusado de todos os males que ocorriam no Posto. Tendo permanecido durante quarenta anos como Chefe do Posto, foi afastado do cargo em 1954, acusado de envolvimento na morte de um indígena.

<sup>38</sup> Ibid., p. 42.

<sup>39</sup> SANTOS, Entrevista ... op. cit.

<sup>40</sup> SANTOS, Entrevista ... op. cit.

Foi absolvido, porém, levou anos para obter sua aposentadoria. Seus últimos anos de vida foram tristes. Apesar de assumir posições ambíguas em muitos momentos, não há dúvida de sua dedicação a causa indígena e dos Xokleng.<sup>41</sup>

No Posto, a produção agrícola baseava-se no cultivo do milho, feijão e aipim, sendo que a alimentação dos indígenas passou a ser garantida através do cultivo de produtos agrícolas. Aumentavam ainda seus rendimentos com a extração do palmito<sup>42</sup> e exploração de madeira que existia na reserva. Outra alternativa para aumentar seus rendimentos foi o arrendamento de suas terras à colonos que pagavam com uma parte do que produziam.

O arrendamento das terras para o cultivo por parte de colonos acabou por gerar conflitos, pois estes estabeleceram suas residências em terras indígenas fazendo o pagamento ao chefe do Posto. Esses conflitos com os posseiros que lutavam para permanecer em suas benfeitorias e alguns indígenas que procuravam expulsá-los. Podemos constatar através do seguinte documento: “[...] Tenho a honra de acusar o recebimento do officio nº 1604 de 30 de Setembro p. passado, em V. Excia. Comunica a este serviço o atrito ocorrido entre os índios e arrendatários do Posto Indígena “Duque de Caxias”. Sobre o assunto, tenho prazer de informar a V. Excia, que já designei uma Comissão de Inquérito, afim de que sejam apurada as irregularidades havidas na supra cidade do posto[...]”.<sup>43</sup>

Diante dessa situação o Governador do Estado enviou officio ao Ministério da Agricultura versando que a melhor saída para a solução do problema seria a demarcação das terras ocupadas pelos colonos dando à eles título definitivo das terras, já que os mesmos encontravam-se fixados nessas terras e trabalhando no cultivo, isso evitaria conflitos e conseqüências mais sérias<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> Id.

<sup>42</sup> GOULART, op. cit. p. 200. “Entre 1960 e 1970 inicia-se a exploração de palmito e madeira de lei na Reserva Indígena.”

<sup>43</sup> GUEDES, A. J. I. *Correspondência do Ministério da Agricultura para o Governador do Estado*. Rio de Janeiro, 12 de outubro datada de 1959.

<sup>44</sup> No officio ficou definido que: “[...] em face dos estudos que mandamos fazer, por intermédio da Diretoria de Terras e Colonização, e conforme entrevista que teve o Diretor daquela repartição com o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, achamos que a solução mais viável seria : separação de uma pequena faixa, onde estão localizados os posseiros, para que o Governo do Estado lhes regularize a situação, expedindo-se-lhes, consequentemente, título definitivo; e reserva da área complementar para usufruto dos indígenas.[...]” HULSE, H. *Correspondências do Governador do Estado para o Ministério da Agricultura*. Florianópolis, 09 de Março de 1960.

## ENCONTROS TRANSVERSOS: a questão da identidade cultural italiana em Santa Catarina no final do século XX

Luiz Felipe Falcão  
Professor de História  
UDESC

### Resumo:

Este artigo pretende discutir os processos de instituição de uma identidade cultural entre descendentes de imigrantes de língua e/ou dialetos italianos no sul do Brasil, e interpretar suas implicações no que se refere às tensões e enfrentamentos que promove ao estimular a afirmação de valores simbólicos distintivos em relação a outros grupos sociais.

### Palavras-chave:

Cultura - identidade - italianos

### Abstract:

*This paper intends to discuss the institution processes of a cultural identity involving immigrants descendents of italian idiom or dialects in Southern Brazil, and to explain the implications of this relative to the tensions and confronts it involves about distinctive symbolic valuations face to face another social groups.*

### Keywords:

*Culture - ildentity - italians*

Ao longo das últimas décadas, é possível reconhecer em várias partes do mundo a emergência de preocupações quanto à instituição de identidades culturais, sejam elas relacionadas com etnias, regiões, gêneros, religiões, faixas etárias, etc. Nesta perspectiva, tais identidades culturais passaram a se configurar como um elemento central no panorama das ações sociais e dos discursos e investimentos simbólicos, instituindo diferenças e fronteiras entre tais grupos étnicos, regiões, gêneros, religiões, faixas etárias, dentre tantas outras distinções possíveis.<sup>1</sup>

Em termos de Brasil, esta problemática das identidades tem ocupado pesquisadores de vários campos de conhecimento, como educadores, antropólogos, sociólogos, ou historiadores, tendo em vista a grande variedade observada na trajetória de formação do país e mesmo na composição de sua população. Assim, em que pese a presunção de um "caráter nacional brasileiro", de uma "identidade nacional brasileira", de uma "cultura brasileira" miscigenada, porém relativamente homogênea, diversos estudos

<sup>1</sup> Segundo Bourdieu, a instituição consiste em demarcar uma diferença "atribuindo propriedades de natureza social como se fossem propriedades de natureza natural" (BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Editora da USP, 1996, pág. 98).

contemporâneos têm sublinhado a importância de interpretar mais criteriosamente as significativas diferenças culturais existentes no país.<sup>2</sup>

Nos Estados sulinos (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em especial, esta é uma problemática de grande relevância, uma vez que muitos de seus habitantes buscam na atualidade estabelecer laços com hábitos e tradições atribuídos aos seus antepassados. Além disto, em toda esta região existe um esforço recorrente para estabelecer um perfil identitário para cada cidade (onde instituições públicas e privadas investem fortemente na indústria do turismo promovendo festas, apresentações musicais, comidas ou indumentárias típicas ou folclóricas), ou para cada grupo social que nelas reside (cujos componentes procuram se definir como "açorianos", "alemães", "italianos", ainda que "nascidos no Brasil").

Claro está que seria um despropósito colocar em dúvida a autenticidade dos sentimentos de pertença a uma determinada filiação cultural que estas manifestações exibem, tanto quanto consistiria uma extrema arrogância desprezalas enquanto meros particularismos exóticos postos em circulação como regressismos ou reações às pressões uniformizadoras exercidas pelos centros mais dinâmicos como Rio de Janeiro ou São Paulo. Ao inverso, seja pelo vulto que tais manifestações assumem ao mobilizarem um grande número de indivíduos, seja pela complexidade das tensões que articulam ao esboçarem preconceitos e sentimentos de superioridade, isto constitui um tema instigante de pesquisa e de reflexão. E, como um esboço de análise destes fenômenos culturais, pode-se tomar o caso do município de Nova Trento enquanto indicativo de algumas questões relevantes.

### Reconhecendo a singularidade cultural

Embora esteja ganhando muita notoriedade recentemente devido à canonização de Madre Paulina, disputada pelos respectivos fiéis como a primeira santa do Brasil ou de Trento, na Itália, o município de Nova Trento não é muito conhecido no país. Ele fica situado numa região de relevo acidentado há aproximadamente 80 quilômetros de Florianópolis, capital do Estado, com acesso mediante estradas pavimentadas e cobertura das redes de telefonia estadual e das retransmissoras dos principais meios de comunicação de massa nacionais.

Sua população é estimada em cerca de 10.000 habitantes, a maioria deles residindo em áreas tidas como rurais pelo censo promovido pelo Instituto

---

<sup>2</sup> Não há dúvida que Gilberto Freyre é a principal referência para a noção de uma identidade brasileira miscigenada, mas com predomínio de valores portugueses. Esta tese recebeu acréscimos e correções como a que glorifica a "assimilação" que teria transformado europeus e japoneses em "brasileiros genéticos", para concluir ser este "um dos povos mais homogêneos lingüística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra" (RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, págs. 448 e 454.

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em sua maioria, eles descendem de imigrantes que começaram a se fixar nas então colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro, a partir de 1875, provenientes da parte setentrional da península itálica, com destaque para os trentinos (então chamados também de tirolezes) que eram na época súditos do Império Áustro-Húngaro, muito embora falassem um dialeto de matriz italiana.<sup>3</sup> Para tanto, adquiriram pequenos lotes de terra em plena mata, tendo de abrir picadas e estradas ao mesmo tempo em que se dedicavam ao trabalho agrícola e se deparavam com ataques constantes dos índios que ali viviam. E, motivados pela miséria e pelo desespero com que se defrontaram, eles chegaram a promover um levante armado contra as autoridades responsáveis pela demarcação das propriedades e pela administração geral da colônia, em 1878, obrigando o governo a pleitear o deslocamento do Rio de Janeiro de um contingente armado de 200 homens para assegurar a ordem vigente.<sup>4</sup>

Desde então, os sobressaltos vivenciados pelos imigrantes e seus descendentes, quer em Nova Trento, quer em outras zonas de colonização, tiveram como causa principal a árdua luta pela sobrevivência. Assim, para a maioria deles o cotidiano era regido por um trabalho contínuo, duro e estafante, e por tudo aquilo que se interpunha a ele, como o temor das enchentes ou secas prolongadas impostas pela natureza, ou o recrutamento forçado durante conflitos armados como a Revolução Federalista (1893-1895) ou o movimento militar de 1930. As alternativas de evasão, afora aquelas propiciadas pela religiosidade, limitavam-se quase sempre, para os homens, ao consumo de álcool na *esbórnia* (ou *farra*), quando litros de cachaça entremeados com café eram ingeridos durante dias, ou em pequenos grupos reunidos nas bodegas. Para as mulheres, restava o cuidado com os filhos, alguma costura ou bordado, e os *mexericos* com as comadres e vizinhas nos domingos, o que por vezes acarretava *doenças de nervos*.

Os dissabores de maior relevância, que os mais velhos recordam com mágoa, foram sem dúvida as arbitrariedades e perseguições desencadeadas no Estado Novo contra todos aqueles que não dominavam o idioma português (o uso do italiano, bem como do alemão, foi legalmente proibido, afetando um grande número de indivíduos que desconheciam em parte ou por completo a língua predominante no país) e, em especial, durante o envolvimento do Brasil na II Grande Guerra a partir de 1942, contra os que eram suspeitos de

<sup>3</sup> A região do Trentino Alto-Adige, composta pelas províncias de Bolzano e Trento, só foi incorporada à Itália no fim da I Grande Guerra, em 1918. Para uma análise da grande emigração das últimas décadas do século XIX, ver GRANDI, Casimira. Do país da penúria: ambiente, população e sociedade no país de proveniência (1870-1914), in *Alcance*, ano VIII, no. 6, novembro de 2001 (original de 1998); FRANZINA, Emilio. *La grande emigrazione*. Venécia: Marsilio, 1976; e SORI, Ercole. *L'emigrazione italiana dall'unità alla seconda guerra mondiale*. Bologna: Il Mulino, 1979.

<sup>4</sup> Para informações mais detalhadas deste levante, ver CADORIN, Jonas. *Nova Trento outra vez....* Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992, páginas 33 a 36.

simpatia para com a Itália (ou a Alemanha). Naquela época, em Santa Catarina, quase duas centenas de escolas foram fechadas, muitos livros acabaram sendo apreendidos, vários homens ficaram detidos e obrigados a trabalhos forçados ou a tomar óleo diesel, enquanto que espiões da polícia se esgueiravam para apanhar em flagrante aqueles que utilizavam as línguas proscritas. Entretanto, para Nova Trento, os incidentes registrados ou lembrados não parecem ter sido tão marcantes em comparação aos ocorridos em lugares próximos como Blumenau e Brusque, ou mesmo em Joinville e outras partes do Estado.

Neste ambiente, as referências culturais combinaram uma recorrente exaltação do trabalho como única esperança de alguma fartura para os dias e gerações vindouras; uma onipresente interferência da religiosidade católica pautando a vida cotidiana; uma persistente solenidade voltada para os ensinamentos ministrados pelos mais velhos (estendida aos ancestrais e às tradições que eles teriam deixado;) uma insistente parcimônia como forma de previdência face ao inesperado; lado a lado com a utilização do dialeto trentino na conversação coloquial (ficando o emprego do português para os encontros com forasteiros ou as formalidades da vida pública); com uma certa desconfiança voltada para os *brasilianos* e seus hábitos tidos como merecedores de reduzida confiabilidade; e com uma sinuosa e complexa inserção na sociedade brasileira por meio da aquisição de práticas e valores simbólicos nela existentes.

Com isto, um visitante que hoje em dia percorra as ruas, avenidas e praças de Nova Trento não topará com um ambiente inteiramente estranho ao que pode vislumbrar em tantas outras cidades e municípios do país, caso ele não perceba que os postes do centro da cidade estão pintados com as cores da bandeira italiana (embora por vezes sustentem faixas alusivas a eventos cívicos nacional-brasileiros), que os restaurantes mais importantes anunciam servir *comida típica italiana* (onde a polenta é acompanhada, entre outros pratos, pela mandioca), que diversos estabelecimentos públicos ou comerciais têm dependurados posters com paisagens alpinas (ainda que juntamente com cartazes promocionais de bailes animados por grupos musicais sertanejos ou gauchescos), que muitas pessoas trocam palavras ou conversam numa linguagem para ele insólita (mas entremeada por termos, expressões e referências, sobretudo advindas do futebol e das novelas televisivas, facilmente reconhecíveis).

Contudo, se o mesmo visitante procurar uma aproximação mais estreita com os moradores locais, o que não encerra nenhum esforço desmedido, notará logo que está diante de algumas singularidades culturais saturadas de sentidos cuja interpretação exige combinar reflexão e sensibilidade. Por exemplo, cabe mencionar que os neotrentinos, sobretudo os mais velhos, mas não apenas eles, recorrem a palavras como *hóstia* ou *sacramento* quando fazem uma

imprecação ou xingamento, ao invés dos nossos conhecidos palavrões, como era costumeiro em Trento no século XIX. Ou ainda enfatizar a importância do termo *passion* (paixão em português), que traz consigo um sentimento intenso de sofrimento e perda, quer em relação ao passado (aquilo que não se fez ou que se deixou de fazer, ou os entes queridos que morreram), quer em relação ao presente e até ao futuro (aquilo que se extravia na atualidade, como um grande amor, ou que fatalmente desaparecerá no porvir, como a saúde ou a própria vida), tudo isto sublinhando a dureza de uma existência marcada por um labor custoso mas nem sempre reconfortante ou recompensador.

Todavia, estes artifícios da fala diária não devem ser encarados como simples resíduos de vivências remotas ou meros instrumentos para favorecer a comunicação, pois eles articulam memórias de gerações anteriores e, principalmente, certos modos de orientação no mundo que designam peculiaridades culturais em nítido contraste com as de brasileiros de outras proveniências ou formação. Ou seja, aqueles termos facultam associações a palavras como sangue, origem, família, religião, trabalho, tradição, e língua, expressos de maneira sintética pela noção de *cultura*, cujo significado ultrapassa em muito a mera transmissão de idéias corriqueiras.

É possível que o sentimento distintivo daí advindo tenha começado a se formar no início da colonização, em decorrência das generalizações produzidas pelas autoridades e pelos demais brasileiros que mantiveram algum contato com os imigrantes (transformando *trentinos*, *vênetos*, *lombardos* ou *piêmonteses*, em *italianos*, muitos deles sem vínculos sólidos de identificação entre si ou com o reino da Itália recentemente unificado, entre 1861 e 1871), ou em razão da experiência compartilhada de edificar uma vida nova num cenário desconhecido e por vezes hostil (caracterizado também por uma dura competição com os imigrantes alemães, que se estabeleceram primeiro nos terrenos mais férteis e mais favoráveis para o escoamento da produção)<sup>5</sup>. Mais ainda, é certo que ao menos uma parte deste contingente foi alcançado (e, talvez, seduzido) pelas atividades de cunho nacionalista desencadeadas pelo governo ou por entidades italianas, como a Dante Alighieri (fundada em 1889), mediante a subvenção de escolas, a pregação de sacerdotes imbuídos do dever de conservar a fidelidade dos seus paroquianos, a distribuição de material de propaganda, e o incentivo de intercâmbios comerciais, sobretudo após a ascensão do fascismo em 1922 (quando, inclusive, transmissões regulares da Rádio Roma para o Brasil passaram a ser efetuadas).

Porém, tal experiência não deixou de admitir retrações, acréscimos e soldas ao longo do tempo, integrando também elementos materiais e simbólicos da sociedade em torno e engendrando amálgamas constantemente reorganizados. Assim, nas décadas que se seguiram à II Grande Guerra, onde os pesares da campanha de nacionalização e da derrota dos exércitos italianos

foram sensíveis, diminuiu acentuadamente a preocupação em transmitir certos bens simbólicos como a língua ou o dialeto para as novas gerações, sem que isto, porém, tenha significado um abandono progressivo de todos os legados culturais dos antepassados. E, em decorrência, muitos destes legados, recompostos em mescla com outras interferências (como a crescente influência cultural proveniente da capital federal ou mesmo dos Estados Unidos da América, perceptível por exemplo nas festas natalinas mediante a presença de Papai Noel), continuaram sendo disponibilizados na existência cotidiana.

### Esculpindo a italianidade

Retornando à noção sintética de *cultura* empregada de maneira corriqueira pelos neotrentinos (mas não só por eles), cabe ressaltar que sangue, origem, família, religião, trabalho, tradição e língua não representam categorias distintivas de autodefinição exclusivas dos descendentes de italianos, nem tampouco são encontradas apenas no sul do Brasil. Todavia, é inegável que nesta parte do país tais categorias alcançam uma dimensão especial, e repercutem nas mais diferentes agremiações (como as Academias de Letras e os Institutos Históricos e Geográficos estaduais), movimentos socioculturais (como o dos Centros de Tradição Gaúcha, ou CTGs), ou festejos e comemorações (como as Oktoberfests e suas assemelhadas), motivadas pela experiência histórica de uma região fronteira onde aconteceram numerosos embates internos e externos, pela difusão de um senso de injustiça imputado aos estigmas e prejuízos que os centros mais dinâmicos do Brasil teriam desfechado contra a região, ou pela preeminência econômica, política e cultural assumida pelos imigrantes e seus descendentes.

Nesta perspectiva, a ênfase pela busca e celebração de insígnias capazes de conferir distinção ganha aqui largo curso e valor substantivo para importantes segmentos da população. Entretanto, o que cumpre ressaltar neste ponto é um processo recente de captura ou de colonização desta distinção pelos discursos sobre a italianidade, encaminhado por indivíduos, grupos ou associações, e estimulado por organismos governamentais ou não sediados na Itália, que visa afirmar e realçar uma identidade de perfil étnico cuja matriz estaria na própria natureza e essência dos *oriundi*. Ou seja, mesmo reconhecendo incursões precedentes visando conservar uma presumida identidade cultural comum a todos os imigrantes de língua e/ou dialetos italianos, e a seus descendentes, e a estreitar seus vínculos com a distante Itália, a problemática em apreço diz respeito a movimentos contemporâneos voltados para cultivar uma italianidade que pretendem revigorar antigas usanças (muitas delas postas de lado ou esquecidas), enfatizar qualidades próprias de uma cultura local, alimentar novas solidariedades e sociabilidades, e disputar espaço e legitimidade com outras influências culturais que atraem as gerações atuais.



Em certa medida, o começo desta operação pode ser localizado nos festejos do centenário da imigração italiana para o Brasil realizados em Nova Trento, Rio dos Cedros e Rodeio em 1975. Com apoio das autoridades governamentais e eclesiásticas, ampla cobertura da imprensa e participação de representantes da própria Itália, as comemorações incluíram cortejos de *carros de mola* e velhas carroças, puxadas por pares de bois e cavalos, e desfiles de grupos trajando *roupas típicas*, escoteiros, estudantes, ex-combatentes da FEB (Força Expedicionária Brasileira, que combateu na II Grande Guerra), e tropas do Exército, além de missas solenes, almoços de confraternização, barraquinhas de diversão, disputas de jogos, passeatas e serenatas. E, em Nova Trento, um marco foi fixado na praça central da cidade.

Num caderno especial dedicado ao centenário que circulou em 30 de outubro de 1975, o *Jornal de Santa Catarina*, editado em Blumenau, descreveu o habitante do município de Rodeio em palavras que procuravam também se referir àqueles de Nova Trento e de outras localidades:

Ele descende quase exclusivamente do trentino italiano. Simples, bom, bonito e hospitaleiro, sobejam nele qualidades características de seus antecessores, que lhe dão um caráter de dignidade pessoal: a alegria, o trabalho, e a religiosidade, habituado a uma vida modesta, condicionada ao meio físico natural, o que lhe falta em ostensões, sobra-lhe em higiene, saúde, força, resistência e valor moral. Apesar de sua modéstia, é difícil encontrar um rodeniense em acepção de 'pobre'.

Em suma o rodeniense é um trentino reconhecido pelas próprias autoridades italianas como o verdadeiro tipo trentino de 1875, descoberto em sua plena originalidade 100 anos depois. Uma recente publicação de setembro de 1975, o jornal italiano "Trentino nel mundo", editado em Trento, registra uma profunda análise do caráter dessa gente: 'Língua, costumes, cantos, hábitos, nomes e tradições trentinas: intactas e genuínas', bem mais fiéis que hoje em Trento.

No entanto, apesar de reconhecido como "o verdadeiro tipo trentino de 1875, descoberto em sua plena originalidade 100 anos depois", o descendente de imigrantes precisava se deparar, naqueles idos, com uma ditadura militar implantada em 1964 que mantinha em pleno vigor um nacionalismo exacerbado que nutria as fantasias de muitos habitantes do país com os ganhos efêmeros do *milagre econômico*, embalados por slogans como *eu te amo meu Brasil* ou *Brasil, ame-o ou deixe-o*, enquanto que a Itália apenas ensaiava sua projeção na então Comunidade Econômica Européia. Ou seja, havia tanto fatores internos, quanto fatores externos, que inibiam as possibilidades e os interesses de manifestações voltadas para sublinhar uma identidade cultural italiana no Brasil.

Para corroborar estas afirmações, é possível aproveitar os dados divulgados pelo Ministério dos Negócios Exteriores da Itália (Ministério degli

Affari Esteri), que dão conta da distribuição das entidades italianas no Brasil, para em seguida compor uma periodização do seu estabelecimento em Santa Catarina, conforme apresentado nas tabelas I e II.

Tabela I

Presença italiana segundo instituições localizadas no Brasil

Repres. \ Loc.	BA	BR/GO	ES	MG	PE/NE	PR	RJ	RS	SC	SP	Total
Consulados				1	1	1	1	1		1	6
Vice-Cons.	1	1	1			2		2	1	5	15
Associações	3	3	6	3	9	47	21	64	84	125	365

Fonte: Ministério degli Affari Esteri (Direzione Generale dell' Emigrazione e degli Affari Sociali). *Associazioni Italiane nel Mondo*, Roma, 2000. O vice-consulado é honorário e fica em Florianópolis. Também honorárias, há 3 agências consulares (Criciúma, Joaçaba e Blumenau) e 9 correspondentes consulares (Brusque, Canoinhas, Concórdia, Itajaí, Joinville, Lages, Rio do Sul, Videira e Xaxim).

Tabela II

Período de fundação das entidades italianas em Santa Catarina

Período	Número
1975-1979	1
1980-1984	2
1985-1989	17
1990-1994	38
1995-2000	26
Sem informação	6
Total	90

De imediato, é importante dizer que tais dados merecem ressalvas, pois incluem associações com finalidades bastante diversas (como ensino da língua italiana, ao lado de câmaras de comércio), e mesmo entidades inexistentes ou ainda em esboço, sem nenhuma inserção social efetiva. Por outro lado, utilizando referências contidas na imprensa ou mesmo em folders que divulgam festas ou promoções culturais de vários gêneros, pode-se verificar que sociedades muito atuantes não foram contabilizadas.

Observando estes cuidados, pode-se notar que os números indicam uma presença expressiva de entidades distribuídas por todo o país, mas com forte concentração relativa no sul do Brasil. E, mais ainda, elas foram em grande parte fundadas num período bem recente (mais exatamente, nas últimas duas décadas do século XX) e fazem referência direta a províncias ou cidades do norte da Itália (*Circolo Trentino*, *Associazione Veneta*), que é atualmente a região mais próspera daquele país europeu.

No que tange a Santa Catarina, conferindo-se os dados, chega-se a 90 entidades confirmadas, as quais praticamente não se implantaram durante a ditadura militar, sendo sua expansão concomitante à reimplantação da democracia liberal no país, bem como ao agravamento dos indicadores econômicos (inflação, desemprego, etc), às crises políticas que desprestigiaram os poderes centrais da República nos governos Sarney e Collor, e à decolagem da prosperidade conseguida pela Itália no contexto europeu (despertando, certamente, um fascínio junto aos descendentes de imigrantes). Isto é, a constituição destes organismos acompanhou eventos econômicos, políticos e socioculturais que foram sentidos naqueles anos pela população brasileira, tendo contudo incorporado um fator peculiar que foi a ativação de uma identidade cultural cujas amarras estavam consubstanciadas, por um lado, no recurso à ancestralidade (sangue, origem, tradição, língua), e por outro lado no apelo a modos de vida distintivos (trabalho, familismo, religiosidade) e contíguos a uma Europa respeitável, sóbria e opulenta.

Por tais motivos, não é de surpreender que tais entidades sejam predominantemente integradas por empresários, profissionais liberais de formação universitária e funcionários públicos ocupando, ou tendo ocupado, postos de destaque em seus municípios. Além disto, não admira que se esmerem para afirmar uma identidade étnica singular e para estabelecer os mais diversos laços com a Itália: criação de espaços culturais como museus, programas de rádio (são hoje pelo menos 12, com mais de 15 horas de transmissão semanal) e áreas de lazer temáticas (como a Praça d'Itália construída no centro da cidade de Joinville); organização de grupos *folclóricos* de coral, música e dança (em cujas performances muitas vezes é solicitada a tarantella, que é inequivocamente napolitana); promoção de eventos como *encontros* de família, festas e gincanas de cunho étnico (como a FestItália, de Blumenau, cujos promotores são os mesmos da Oktoberfest, e onde é servido o *cheesepolenta* objetivando atrair os jovens); articulação de contatos com indivíduos, famílias e instituições italianas (para buscar documentação indispensável visando obter a dupla nacionalidade, elaborar árvores genealógicas, ou reatar com parentes distantes); introdução do italiano na matriz curricular das escolas e colégios situados em municípios ou distritos que concentram grande número de descendentes; preparação de viagens objetivando turismo, instrução técnica para produção de queijos e vinhos, ou cursos universitários de curta duração; criação de empresas financiadas e supervisionadas por agências de fomento italianas; difusão de propostas de emprego na Itália, etc.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Há indícios de que a diversidade cultural dos *italianos* tinha como única referência comum o catolicismo: ver POSSAMAI, Paulo César. Igreja e italianidade: Rio Grande do Sul (1875-1945), in *Revista de História*, no. 141, São Paulo, Depto. de História da USP, 2º semestre de 1999, e DALLABRIDA, Norberto. Trentinos e Italianos na Colônia Blumenau e a "Sociedade da Capela", in PIAZZA, Walter F. (org.) *Italianos em Santa Catarina* (vol. 1). Florianópolis: Lunardelli, 2001.

<sup>6</sup> *Insieme*, publicação mensal em português e italiano editada em Curitiba, publicou em setembro de 2000 uma

## Impasses e desafios da italianidade

Para o sucesso destes empreendimentos contribui sobremaneira a educação e o sistema escolar, ou mais propriamente os processos educativos, sejam eles formais ou informais, criados pelo Estado ou desenvolvidos no âmbito familiar, na medida em que eles englobam tanto a inculcação de discursos normativos produtores de sujeitos, quanto a socialização de conhecimentos e de profissões de fé, religiosas ou não, que dão provisão a um entendimento partilhado da existência num certo meio social. De acordo com isto, torna-se imprescindível refletir como um certo modo de formação favoreceu uma mentalidade que tornou possível e legítimo, para descendentes de imigrantes, descobrir-se italiano no Brasil passadas três ou quatro gerações, dando margem a tentativas de resgatar o que se supõe a verdadeira cultura dos ancestrais: a epopéia do desbravamento e da colonização (onde são ressaltados o arrojo, a labuta diária, o sofrimento inicial); a importância da família (origem, sangue), da língua e da religião; a nobreza de caráter, e sobretudo o aporte ao Brasil de uma efetiva civilização.<sup>7</sup>

A Escola Básica Francisco Mazolla, situada na área central de Nova Trento, faz parte da rede pública de ensino fundamental e médio, atendendo a quase totalidade das crianças e adolescentes do município (são quase mil e trezentos alunos matriculados nos períodos matutino, vespertino e noturno). Sua arquitetura acompanha, em linhas gerais, a estrutura comum a este tipo de estabelecimento, com um grande pátio central rodeado por salas de aula e de administração, com algumas alas e edificações anexas, o que contrasta com o maciço prédio retangular de dois pavimentos que abrigava a antiga escola paroquial, construção colonial recentemente demolida.

Seus estudantes foram alguns dos primeiros em Santa Catarina a se beneficiarem, a partir das últimas duas décadas, da oferta regular do italiano no currículo escolar, o que recebeu amparo de um convênio assinado pela Secretaria de Estado da Educação e pelo governo italiano, em 1996, visando inserir o ensino daquela língua nos municípios ou distritos que concentram grande número de descendentes (abrangendo, na atualidade, mais de 400 turmas em todo o Estado). Todavia, desde sua introdução, a disciplina ministrada

---

reportagem com o título de "Trabalho na Itália", segundo a qual a região do Vêneto procuravam trabalhadores, de preferência homens, 18 a 35 anos, espírito de sacrifício, noções de italiano ou dialeto, podendo ganhar entre 1150 a 1650 reais por 40 horas semanais de segunda a sexta: esta seria a convicção de seu presidente, Giancarlo Galan, para quem a primazia seria dos *nostros emigrados*, seguidos pelos demais italianos no exterior, os italianos do sul da Itália, e por fim os extra-comunitários (estrangeiros).

<sup>7</sup> Como por exemplo o seguinte: "... os imigrantes povoaram as terras vazias, cultivaram as fazendas de café, fundaram vilas e *impuseram* à cultura brasileira os ideais do familismo e uma ética de trabalho que não estava fundada num substrato religioso, mas na condição de provedor de família e participante de um destino comum: estavam todos relegados à própria sorte num contexto ecológico e social hostil, onde a sobrevivência impunha o espírito de pioneirismo e o de desbravamento.", in COLBARI, Antonia. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH e Humanitas, no. 34, 1997, página 69, grifo meu.

sempre foi o italiano gramatical, e não o dialeto falado por muitos dos educandos e seus pais, sem que isto deixasse de atrair num momento inicial grande número de interessados (situação esta que, aliás, vem se repetindo em outras localidades), cujas motivações misturavam a ambição de um trabalho bem remunerado no exterior e uma aproximação maior com suas próprias peculiaridades culturais.

O italiano, em verdade, jamais competiu em todo este período com o português (obrigatório em todas as séries ou ciclos), e sequer abalou a preponderância do inglês como língua complementar, tendo em vista os objetivos futuros de emprego ou de fazer vestibular para ingresso numa universidade. E, nos últimos anos, sua demanda tem se reduzido de maneira drástica na escola, mesmo quando comparada à procura pelo espanhol (decerto impulsionado pelas expectativas depositadas no MERCOSUL), o que suscita interrogações sobre o grau e os modos de aceitação da italianidade pelos indivíduos que, em tese, deveriam abraçá-la com fervor, ou um questionamento acerca das ressonâncias obtidas pelas ações dos *circoli* e *associazioni*.

Atualmente, penetrando nos corredores e nas salas de aula, e dialogando com professores e colegas, outros achados intrigantes são logo feitos. Nas fases mais elementares da escolarização, as docentes delas encarregadas (pois são, como em todo o país, basicamente mulheres) propõem e realizam pesquisas sobre as *origens* da família e de certas *tradições*, solicitando para isto a colaboração dos pais e demais parentes. Em paralelo, são incrementados corais e grupos de dança *folclóricos* que ensaiam apresentações em datas festivas e desfiles comemorativos, acompanhados pela Banda Padre Sabbatini, fundada em 1890 com o nome de Società Filarmonica di Nova Trento, pelo sacerdote Angelo Sabbatini a fim de abrilhantar os cultos religiosos (os desfiles e passeatas, aliás, são executados amiúde, talvez inspirados nas costumeiras procissões religiosas e festas cívicas como o aniversário do município ou o 7 de setembro).

Estas atividades, obviamente, geram satisfação e orgulho em todos os envolvidos, além promover o encontro com pistas de uma auto-estima calcada nas práticas e realizações dos antepassados e das gerações mais velhas, muitas das quais estão vivas no dia a dia de meninos e meninas, de rapazes e moças. Porém, a medida em que a escolarização se desenrola em fases subseqüentes, avolumam-se as solicitações acerca de estudos sobre o Brasil, sua História e seus desafios mais urgentes, tendo como tema os problemas ambientais, a dívida externa, as carências sociais, em suma, um contato íntimo com uma realidade brasileira que os estudantes (e seus familiares) vivenciam a todo instante. Assim, o ensino escolar reforça referências similares àquelas que se pode discernir entre jovens de tantas outras partes do país, o que é também visível em detalhes como as tatuagens de henna, os bonés virados do avesso,

as predileções musicais (cantores ou conjuntos sertanejos e gauchescos, de pagode, forró, axé ou rock progressivo), os modimos derivados de programas televisivos (roupas e cortes de cabelo inspirados em novelas ou ginástica em academia para esculpir físicos espelhados nos participantes do Big Brother Brasil), que convivem com o gosto pelas massas e pela polenta ou com as imprecações em dialeto trentino.

Uma pequena amostra disto está contida numa enquete realizada em 2002 com 110 alunos do 1o.º ciclo do ensino médio desta escola, concentrados na faixa de idade entre 14 e 16 anos, e que correspondem a quase todos os estudantes matriculados nesta fase. Os dados obtidos mostraram um decréscimo na utilização do dialeto trentino pelas gerações mais jovens: deles, 74 falavam dialeto ou italiano (11 freqüentemente), para 83 pais (30 freqüentemente) e 77 mães (24 freqüentemente) que também o faziam. Mais ainda, 77 educandos não sabiam onde fica Trento na Itália, e apenas 16 consideravam-se diferentes dos demais brasileiros (11 deles em parte). Em contrapartida, pouquíssimos sonhavam com alguma perspectiva de emigração para a Itália, corroborando as frustrações de muitos *orjundi* com o tratamento que lhes é dispensado naquele país.<sup>8</sup>

Portanto, para além das preocupações com autenticidade e pureza dos costumes formuladas pelos cultivadores da italianidade, ou da oferta de nichos exóticos pela indústria do turismo e do lazer, os desejos, esperanças e inquietações da juventude neotrentina, partilhados em muitos aspectos por seus parentes, amigos e conhecidos que nasceram ou residem no município, exprimem mais propriamente uma cultura local que combina diversas influências e tensões em gradações variáveis e instáveis, mas inserida e adaptada ao Brasil. Ou seja, no amplo repertório de elementos simbólicos disponível para esta população, e ao qual ela recorre a todo instante, existe uma mescla cultural onde são valorizadas as lembranças e os vestígios dos legados recebidos de (ou creditados a) antepassados, o que coincide em muitos pontos com outras culturas locais derivadas de processos assemelhados de colonização e de integração à sociedade brasileira. No entanto, tais lembranças e vestígios não são uniformes e monolíticas, como de resto também não o são as práticas sociais dos participantes daquela cultura local, e com isto carregam consigo oposições nada desprezíveis, como o demonstram os estigmas dos habitantes do núcleo urbano em relação aos residentes nas zonas rurais (que ou *não falam corretamente* o português, ou *não sabem se arrumar direito*). E, por

<sup>8</sup> As esperanças e infortúnios de brasileiros(as) que foram trabalhar naquele país ganharam uma boa análise em SAVOLDI, Adiles. *O caminho inverso: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania*. Florianópolis: UFSC, 1998, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Sobre isto, ver também BÓGUS, Lúcia Maria Machado e BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. *Brasileiros(as) na Itália: cidadini ou extracomunitari?*, in *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001, páginas 409 a 425.

outro lado, ao apresentar uma nítida composição de interferências variadas, aquela cultura local implica em negociações simbólicas complexas e contempla hibridismos análogos aos existentes em vários outros recantos do país e do mundo contemporâneo.

De acordo com isto, o que constitui um grande desafio para a compreensão destes fenômenos sociais, é a impossibilidade de trabalhar com referências conceituais estáticas e supostamente aptas a fornecer desenhos exatos e precisos. Ou seja, o ponto de partida está em recusar uma definição da identidade cultural portada pelos neotrentinos, bem como de qualquer outra, como algo único (no sentido de inteiramente exclusivo, excepcional e incomparável) e petrificado a ponto de tolerar um contorno geométrico perfeito dos sujeitos que enuncia em seus discursos.<sup>9</sup> E a conseqüência imediata desta negativa é a exigência de combinar, na observação empírica e na análise teórica, a noção de fronteira enquanto limite que separa as diferentes culturas, com a noção de fronteira enquanto limiar que permite passagens e trocas entre as culturas, e mesmo enquanto interseção que consente arranjos e justaposições inusitadas, cujo esboço dúbio e pleno de borrões seria admissível apenas para uma cartografia das subjetividades dos homens e mulheres que as conduzem consigo.

## Considerações finais

O lugar da cultura, ou a cultura local como apresentada aqui, corresponde então aos espaços construídos historicamente onde foi se produzindo, a cada instante, a diferença cultural, designando pontos de inflexão tecidos em grades ou redes apoiadas, superpostas, tangenciadas e atravessadas por outras grades ou redes, num amálgama que se modifica a cada movimento em decorrência de relações assimétricas de poder (e não de mera imposição) que instituem e hierarquizam as diferenças culturais.<sup>10</sup> Nesta ótica, os sinais de singularidade (ou de diferença) que tal lugar demarca não derivam da suposta essência de uma cultura, ou de um processo natural que a teria inscrito num determinado

---

<sup>9</sup> "(...) as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas (...) escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação... Identidades são, pois, identificações em curso." (SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, Identidade e Cultura de Fronteira, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, número 38, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, dezembro de 1993). Ou, como propõe uma abordagem psicanalítica: "Em contrapartida à identidade, a psicanálise fala de identificação, marca simbólica a partir da qual cada sujeito adquire, não sua unidade, mas sua singularidade." (SOUZA, Octavio. *Fantasia de Brasil (as identificações na busca da identidade nacional)*. São Paulo: Escuta, 1994, Anexo, pág. II).

<sup>10</sup> "Aproximar a diferença (...) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é um fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças - diferenças que são irreduzíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina...". (SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença, in SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença (a perspectiva dos estudos culturais)*. Petrópolis: Vozes, 2000, pág. 100. Sobre isto, ver também BAHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

contexto, nem muito menos do caráter único, exclusivo, que se atribui a ela, e sim dos jogos de força através dos quais, ao longo do tempo e em cada situação concreta, foram suturadas suas amarrações com outros referentes culturais.

Ignorar ou subestimar os trajetos sinuosos e as feições equívocas da cultura local acalenta, decerto, os discursos que pretendem incrementar uma identidade cultural italiana em território brasileiro, ou a qualquer outra particularidade cultural que seria inerente a um determinado país, região, etnia, classe, grupo, religião, ou gênero, e tende a reforçar apreensões quanto aos perigos que ameaçam sua pretensa pureza. E isto, diante das numerosas indicações de entrelaçamentos culturais ainda mais complexos, assume para seus defensores uma dimensão dramática. Afinal, os trabalhos para sustar a erosão dos padrões habituais de comportamento, que introduz modismos e desejos de consumo vulgarizados pela publicidade, ou que coloca em xeque as posições ocupadas pelos jovens frente aos mais velhos (ou pelas mulheres frente aos homens), parecem condenados ao fracasso também quando se assiste emocionado a novelas como *Terra Nostra* ou *Esperança*, ou quando se é compelido a recorrer à sedução de estar vizinho e conectado a uma Itália *desenvolvida e civilizada*.

Seja como for, e para além destas preocupações e intervenções, os moradores de Nova Trento, como os de qualquer outra parte deste mundo, seguem cozendo e desfiando formas de vida e de pensar acerca delas que afrontam todas as tentativas de subordiná-las a um molde rígido e impecável, ainda que este lhes seja oferecido na forma confortável e apaziguadora da identidade cultural. E, desta sina fortuita e por vezes incoerente, mas nem por isto incognoscível, nenhuma presunção categórica de permanência e estabilidade logra escapar ilesa.



## PARA A CIVILIZAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA: povoações no Brasil das primeiras décadas do século XVIII\*

Antonio Cesar de Almeida Santos  
Professor do Departamento de História  
da Universidade Federal do Paraná

### Resumo:

Este artigo apresenta uma discussão sobre a institucionalização do povoamento da América portuguesa, na primeira metade do século XVIII. Institucionalização que pode, e deve, ser entendida como parte integrante do processo de centralização do poder e da administração portuguesa, estando, portanto, inscrita em um projeto político bastante amplo: a efetivação da posse dos domínios lusos na América. Quanto às ações de povoamento, entende-se que elas se traduzem tanto na instalação física de núcleos de povoação, inclusive com a definição de seu "traçado", como na fixação de um contingente populacional regido por normas gerais de convívio, comuns a todos os súditos portugueses.

### Palavras-chave:

Política Ultramarina portuguesa - cidade colonial - Brasil setecentista

### Abstract:

This article - "Civilizing Portuguese America; settlements in Early 18th Century Brazil" - presents the discussion on the institutionalization of settlements in Portuguese America in the first half of the 18th Century, which can and should be understood as part of the power centralization process of the Portuguese administration and therefore inscribed in a vast political project: the effectuation of ownership of the Portuguese lands in America. As for the settlement actions, it is understood that they translate themselves both in the physical installation of settlements, including the definition of boundaries and city plans, as well as in the establishment of a real population ruled by general law, common to all Portuguese subjects.

### Keywords:

Portuguese colonial administration - settlements policies - 18th Century Brazil

As cidades do Brasil colonial, posto que se diferenciem, por muitos aspectos, das que Portugal erigiu em seu solo metropolitano e em Marrocos, África Meridional e Ásia, conservaram, sob as mais diversas condições, o cunho inequívoco da mãe-pátria, que as características regionais não conseguiram apagar; e podem, por isso, a justo título, ser consideradas antes como cidades portuguesas do Brasil do que como cidades brasileiras. (Paulo F. SANTOS, *Formação de cidades no Brasil colonial*.)

Desde, pelo menos, a década de 1930, as cidades instaladas no Brasil colonial despertam a atenção de nossos historiadores. O texto referencial dessa preocupação encontra-se em *Raízes do Brasil*.<sup>1</sup> Sérgio Buarque de Holanda, interessado em apresentar elementos que caracterizassem a mentalidade do colonizador português (e do brasileiro de sua época), teceu interessantes considerações acerca da morfologia das cidades espanholas e portuguesas instaladas na América, estabelecendo um ponto de vista que, fundado na contraposição da "fúria centralizadora, codificadora, uniformizadora de Castela"

\*Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES/MEC.

<sup>1</sup>HOLANDA, Sérgio B. O sementeiro e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.93-138.

a uma maneira de “deixar estar” portuguesa, influenciou diversas gerações de estudiosos, tornando-se mesmo um lugar-comum. Assim, para S. B. de Holanda, na instalação das vilas brasileiras, “a rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses”.<sup>2</sup> Seguindo esse raciocínio, é fácil perceber que, mais do que a cidade em si mesma, e suas funções em relação ao processo colonizador, ela foi vista como o testemunho de uma “mentalidade” considerada característica do modo de ser lusitano.

De outra parte, a dimensão político-institucional dos núcleos de povoação coloniais recebeu as atenções de autores como João Francisco Lisboa, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, entre outros. Suas abordagens, com larga aceitação, mas gerando correntes divergentes, colocaram em pauta a discussão acerca da autonomia, ou subordinação, municipal em relação ao estado central português. Segundo Edmundo Zenha, o primeiro autor a focar a atuação dos municípios no Brasil colonial foi João Francisco Lisboa,<sup>3</sup> para quem o município constituía-se em “um fenômeno de jogo de influências, de lutas por satisfações de desejos em geral egoístas e prejudiciais ao povo”.<sup>4</sup>

Com João Francisco Lisboa, alinharam-se aqueles que entendiam os municípios como expressão de um poder local independente em relação à Coroa portuguesa, mas subordinado aos interesses dos grandes proprietários de terras. Capistrano de Abreu, porém, considerando as municipalidades “corporações meramente administrativas”, assumiu posição contrária, declarando: “nada confirma a onipotência das câmaras municipais descoberta por João Francisco Lisboa”.<sup>5</sup> Esse entendimento privilegiou uma visão dos governos locais como delegação e representação do poder régio. De maneira ainda mais contundente, Oliveira Viana afirmava que “em nosso povo, a organização política dos núcleos locais, feitorias ou arraiais, não é posterior ou mesmo concomitante à sua organização social: é-lhes anterior. Nasce-lhes a população já debaixo das prescrições administrativas”.<sup>6</sup>

Nesse mesmo espírito, Raymundo Faoro, embora muitas vezes lembrado para demonstrar a vinculação entre poder oligárquico, patrimonialismo e mandonismo local e as câmaras municipais, é um dos autores que reconhecem que “com as vilas se instaurava, nas praias e no sertão, a palavra rígida, inviolável e hierática das Ordenações”.<sup>7</sup>

Contudo, nos anos 1940, Caio Prado Jr., parecendo oscilar entre as duas interpretações, mediatiza tal embate de posições. Para ele, até meados do

<sup>2</sup>HOLANDA, p. 109.

<sup>3</sup>Consultar *Obras*, v. 2, 1901 [sob edição de Antonio Henrique Leal].

<sup>4</sup>Ver ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: IPE, 1948, p.34.

<sup>5</sup>ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1982. p.138.

<sup>6</sup>VIANA, Francisco José Oliveira. *Populações meridionais do Brasil & Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. p.228-229.

<sup>7</sup>FAORO, Raymundo. *Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro*. 7.ed. Porto Alegre: Globo,

século XVII, a administração municipal ainda não estava organizada em bases urbanas e “o poder das câmaras é pois o dos proprietários [rurais]”. A metrópole se amoldava a essa situação “de inferioridade, sancionando, raras vezes contrariando, o poder de fato dos colonos”. Entretanto, com o século XVIII, profundas transformações nas “condições sociais e políticas da colônia” iriam agir no sentido da consolidação da autoridade régia e do cerceamento das atribuições “das câmaras municipais, até então soberanas”. Nesse novo contexto da empresa da colonização, o antigo poder de que as câmaras se revestiam “vai dando lugar ao da metrópole”.<sup>8</sup>

Segundo Brasil Pinheiro Machado, no século XVIII, “os poderes municipais que, na opinião de J. F. Lisboa, tinham sido usurpados pelas Câmaras à Coroa, são restituídos ao Governo Colonial, muito além da usurpação. Este Governo, agora apoiado na força militar que se reorganizava, iria destruir todas as autonomias locais, reduzindo a cidade, com suas Câmaras, justiças, vereadores, a órgãos de execução de decisões do Estado Colonial Português”.<sup>9</sup>

Essa interpretação política acerca das cidades e municípios coloniais brasileiros, embora venha recebendo renovada atenção, especialmente no que diz respeito à atuação das municipalidades no contexto do Império Colonial Português,<sup>10</sup> não foi ainda substancialmente superada.<sup>11</sup> O mesmo ocorre em relação aos estudos que tomam a morfologia das cidades como elemento a ser priorizado. Arquitetos e urbanistas foram os que mais privilegiaram tal concepção, e a produção desses especialistas tem se apresentado como valiosa ajuda para o historiador interessado no estudo da cidade portuguesa instalada no Brasil.<sup>12</sup>

Ainda que a presença da dicotomia construída por Sérgio Buarque de Holanda tenha permanecido (permaneça!) entre nós por largo período de tempo, desde a década de 1970 surgiu, se não uma crítica, uma reinterpretação dessa visão.<sup>13</sup> O brasileiro Paulo F. Santos, em seu trabalho *Formação de cidades no Brasil colonial*, tomando partido de formulações propostas por Camilo Sitte, optou por inverter o sentido da equação

1987, v.1, p.149.

<sup>8</sup>PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1963, p.28-29.

<sup>9</sup>MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.10, p.3-23, jun. 1985. p.20.

<sup>10</sup>Entre outros, veja-se, nessa questão, BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da USP; e, GOUVÊA, Maria de Fátima S. Os homens da governança do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e início do XIX. In: VIEIRA, Alberto (org.). *O município no mundo português – Seminário internacional*. Funchal: CEHA; Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998, p. 545-562.

<sup>11</sup>Ver HESPANHA, António M. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.161-188. p. 167-168.

<sup>12</sup>Merece menção o trabalho de Murilo MARX que, aos poucos, ameniza a radicalidade da visão dicotômica enunciada por S. B. de Holanda. Ver, *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989; e, *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991.

<sup>13</sup>Um breve comentário sobre “estudos inovadores” em urbanismo colonial pode ser visto em BICALHO, Maria

regular+racional+evolução versus não-regular+empírico+atraso, valorando positivamente o traçado orgânico medieval detectado no arruamento das cidades coloniais brasileiras, em detrimento da racionalidade presente nos planos das espanholas.<sup>14</sup>

A urbanística colonial brasileira, porém, não é objeto restrito à produção de especialistas nacionais. Com maior ou menor intensidade, autores portugueses também enveredaram pelo tortuoso caminho de diferenciar e contrastar as experiências lusitana e espanhola. Ao final dos anos 1950, tratando das cidades instaladas pelos portugueses no Brasil, Luís Silveira adota a denominação de "criações orgânicas" para as cidades lusas na América, diferenciando-as das hispânicas, nas quais "o traçado rectangular, em xadrez, desenhado, por assim dizer, sobre uma superfície plana ideal, domina francamente". Embora Silveira acabe por criticar "o sistema espanhol", entendendo que ele não considera as "cidades americanas de antes da conquista, como exemplo ou sugestão", defende que as *Leyes de los Reinos de las Indias*, por seus princípios, merecem "elogio franco".<sup>15</sup>

Contudo, para uma melhor compreensão do significado do contraste que vem sendo exposto, pode-se confrontar esse enaltecimento da legislação colonial hispânica às opiniões de dois urbanistas espanhóis. Fernando Chueca Goitia e Leopoldo Torres Balbas, na Introdução ao livro *Planos de ciudades iberoamericanas y filipinas* (primeira edição de 1951), indicam que os espanhóis fundaram suas novas cidades americanas em locais que favoreciam o desempenho das principais funções a que estavam destinadas: comércio, domínio territorial e controle da população indígena local. Assim, ainda que suas localizações levassem em conta as determinações expressas nas *Leyes*, "como sucede en toda expansión imperial, las razones militares y comerciales predominaron desde el primer momento y dieron un sello peculiar a las nuevas ciudades de las Indias Occidentales".<sup>16</sup>

Ou seja, tal como ocorreu no Brasil, as primeiras fundações espanholas, no Caribe e, em seguida, na costa do Pacífico, tiveram nítido caráter marítimo. A exceção deu-se na conquista do México, pois mesmo nos domínios meridionais a ocupação principiou pelo estuário do rio da Prata para, depois, adentrar o interior. Ademais, as "razões militares e comerciais" foram comuns a ambas as experiências, ressaltando, inclusive, a ligação entre metrópole e

Fernanda B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXIV, nº 1, p. 31-57, jun. 1998.

<sup>14</sup>É que naquela aparente desordem, que leva a admitir como o fez o eminente historiador patricio [S. B. de Holanda], a inexistência de um traçado prévio ou de uma idéia diretriz, existem coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade. Genuidade como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida, e que tanta vez falta à cidade regular, traçada em rígido tabuleiro de xadrez". SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968. p.8.

<sup>15</sup>SILVEIRA, Luís. *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar*. Lisboa: Ministério do Ultramar, s/d [195?]. 4 v. v.1, p.11 e 12.

<sup>16</sup>*Planos de Ciudades Iberoamericanas y Filipinas* existentes en el Archivo de Indias. v. 1 - Laminas. 2.ed. s/l : Instituto de Estudios de Administracion Local, 1981. p. ix.

colônia. Chueca Goitia e Torres Balbas, não obstante considerarem que a existência de *ciudades regulares* foi a principal característica da urbanização espanhola na América, avaliam que para os povoadores espanhóis “se imponían, ante todo, las soluciones prácticas, fáciles y expeditivas”. Ademais, no que respeita ao “ladrilhador”, “en gran parte de los dibujos reproducidos aparecen trazados de perfecta regularidad, como hechos con las escuadras y el compás sobre una mesa; si los planos fuesen de las ciudades ya construídas, la regularidad no sería tan perfecta”.<sup>17</sup>

Nos anos 1980, o arquiteto português Nuno Portas, recuperando o debate entre os tipos de cidades instaladas na América por portugueses e espanhóis, indagava: “Porquê esta diferença de prestígio nos meios internacionais dos dois urbanismos coloniais – o luso e o castelhano, se é que são ‘dois’ – e, problema muito mais interessante, porquê as duas culturas ibéricas, sempre a par na aventura descobridora, se afastam tão profundamente na aventura urbanizadora?”<sup>18</sup>

Mesmo aceitando a existência de diferenças entre os dois processos de colonização, Nuno Portas indica que a propalada dicotomia entre uma “urbanização sistemática” (espanhola) e uma outra “casuística” (portuguesa) é muito mais fruto de uma leitura fundada nas “aparências” do que firmada sobre as dinâmicas particulares a cada experiência. Ou seja, deve-se considerar a ocorrência de “dois casos de transposição de modelos de urbanização para os nossos territórios e não de um caso, o espanhol, onde esse modelo é evidente, e outro, o português, onde, por faltar a quadrícula ou outra qualquer forma geral, seria inexistente”.<sup>19</sup>

Esta assertiva faz justiça à fecunda análise de Sérgio Buarque de Holanda, que tomou a cidade instalada na América portuguesa como expressão de uma mentalidade e artefato de uma cultura. Da mesma forma, entende-se que é necessário considerar que a cidade instalada no Brasil, durante o período colonial, só pode ser conceitualmente discutida levando-se em conta o contexto histórico em que ela se manifesta.

“Quem conhece uma cidade, conhece todas...”

Tomando, pois, a cidade como artefato de uma cultura, sua forma e suas funções só adquirem significado no interior da sociedade que a produz. Nesse sentido, as cidades do ultramar português devem ser vistas como uma extensão da metrópole, que pretende inscrever em sua ordem política e cultural as populações dos territórios conquistados. Luís Silveira, entendendo a criação urbana como “sinónimo de civilização”, defende que “as cidades portuguesas

<sup>17</sup>Planos, p. xiv e xi.

<sup>18</sup>PORTAS, Nuno. Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. *Os portugueses e o mundo*. Conferência internacional. Actas. v. 6; Artes, arqueologia e etnografia. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p.25-32, 1989. p.25.

<sup>19</sup>PORTAS, p.29.

a respeito de mudanças nas relações de poder desiguais entre homens e mulheres, discussão que é o centro do livro e para a qual ele é uma contribuição. do ultramar foram, desde o início da expansão e sempre, cidades do “reino” nos “lugares de além”.<sup>20</sup>

Para Marcel Roncayolo, cidade e civilização são termos equivalentes, embora as formas urbanas variem espacial e temporalmente conforme as sociedades que as produzem. Contudo, Roncayolo defende que a cidade é uma “forma que admite conteúdos variáveis”, centro de culto, de comércio, político-administrativo. Mas,

::

a cidade não pode reduzir-se nem a um conjunto de objectos urbanos nem a uma combinação de funções: agrupa uma população caracterizada por uma certa composição demográfica, étnica, ou social; é uma forma de comunidade (em certos casos, de coexistência de comunidades) ou de colectividade; é, por princípio, essencialmente política (recordemos aqui a etimologia: *polis* provém de uma palavra que significa ‘cidadela’ e liga-se a *politéia*. *Civis* evoca originariamente o parente, o compaheiro ou, ainda melhor, a associação, na cultura clássica do ocidente, das noções de *polis* e de cidade).<sup>21</sup>

Seguindo nessa mesma linha de argumentação, encontramos o trabalho de Nicole Loraux, que faz uma reflexão sobre as representações que as cidades gregas produziam sobre si mesmas. Assim, se se considerar para a Grécia clássica a existência de uma autonomia do “político como tal, é preciso aceitar que seja a cidade que, no discurso político dos gregos, pense a Cidade, tendo como fundo a negação, o recalque, o esquecimento, mais do que a consciência”.<sup>22</sup> Nessa proposição, a cidade configura-se como um ‘espaço’ (âmbito) para o exercício da prática política – cidadania, no sentido atual –, e “a Cidade é um modelo de unidade” que representa a vontade de seus cidadãos.

Com isso, ganha nova legibilidade a afirmação de Luís Silveira de que as cidades do ultramar português eram “cidades do reino nos lugares de além”. Pois, na medida em que elas deviam ser estabelecidas debaixo de disposições contidas nas Ordenações do Reino, garantia-se a transposição de um modelo político (expresso nas “justiças d’El Rei”) que era o responsável por uma unidade pretendida. Reunidos em torno de uma mesma vontade, de um mesmo desejo, ou de uma mesma necessidade, os moradores que se dirigiam para as novas fundações passavam a constituir um corpo político único, parte de um outro (e mesmo!) ainda maior.

Conscientemente, ou não, a população de cada uma das muitas cidades dos territórios ultramarinos portugueses partilharia de uma unidade pretendida para todo o Reino (a cidade). Contra a ameaça da dispersão e da dissensão,

<sup>20</sup>SILVEIRA, v.1, p. 9-10.

<sup>21</sup>RONCAYOLO, Marcel. Cidade. *Enciclopédia Einaudi*, v.8: Região. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986, p. 396-397.

<sup>22</sup>LORAU, Nicole. A cidade grega pensa o um e o dois. In: CASSIN, Barbara et alii. *Gregos, bárbaros, estrangeiros*: a cidade e seus outros. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p.75-97. p.96-97.

seria necessário estabelecer um “modelo de unidade” sob o qual as novas povoações se produzissem. Suas existências, sua organização e seu funcionamento, deveriam representar, enfim, a sociedade (o corpo político) que as instituía.

Nesta mesma direção, uma obra publicada na mesma época em que Portugal dava início ao estabelecimento de sua empresa colonial merece espaço nesta discussão. Thomas Morus, descrevendo suas “experiências de viagem” por terras maravilhosas, comparava as situações de Inglaterra, França, Espanha, Itália e Portugal com a ilha de Utopia. A narrativa de Rafael Hitlodeu – um português e *alter-ego* de Morus – descreve a geografia da ilha, suas cidades, os aspectos políticos, sociais e econômicos e suas relações com os vizinhos. O modelo de espaço social que emerge da obra de Thomas Morus é marcado pela busca de uma unidade territorial e de uma identidade coletiva (nacional!) que, sob a égide de um “bom governo”, conduziria o povo de Utopia à plena realização de seu bem estar: “confesso sem dificuldade que há entre os utopianos uma quantidade de coisas que eu aspiro ver estabelecidas em nossas cidades. Aspiro, mais do que espero”.<sup>23</sup>

Dentre as “cinquenta e quatro cidades espaçosas e magníficas” que se espalham pela Ilha de Utopia, uma delas é a principal. Mas, “quem conhece uma cidade, conhece todas, porque todas são exatamente semelhantes, tanto quanto a natureza do lugar o permita. Poderia, portanto descrever-vos indiferentemente a primeira que me ocorresse; mas escolherei de preferência a cidade de Amaurota, porque é a sede do governo e do senado, fato que lhe dá preeminência sobre as demais”.<sup>24</sup> Amaurota, assim, é o modelo, e a regularidade de seus espaços físico e social repete-se nas demais cidades da ilha.

A utopia de Morus coincide, no tempo e no espaço europeu, com a existência de outras formas de textos que propõem a organização de espaços urbanos. Segundo Françoise Choay, esses textos dispõem sobre a organização dos espaços habitados e constróem um percurso que identifica a existência de regras para a constituição de espaços sociais para o início da época moderna. Em maior ou menor grau, tais textos apresentam as bases constituidoras dos Estados Modernos, estando orientados por um sentimento de justiça social. Para Choay, a organização espacial das cidades, desde o período medieval, estaria submetida à existência de duas categorias de textos: os “realizadores”, aqueles que estabelecem os princípios para a produção e organização do espaço urbano; e, os “comentadores”, dos quais o paradigma é *A Utopia*. Esta última categoria transformava em tema de especulação o espaço humano,

<sup>23</sup>MORUS, Thomas. *A Utopia*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d, p. 171. Uma interessante apreciação sobre a obra de Morus pode ser vista em McCLUNG, William A. Projectar Utopia. In: CENTENO, Yvette Kace; FREITAS, Lima de (Coords.). *A simbólica do espaço: cidades, ilhas, jardins*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, p. 87-105.

<sup>24</sup>MORUS, p.78 e 81. (meu destaque).

criando um modelo de assentamento e contribuindo para a percepção do espaço e para o incitamento à realização de ações no edificado e no ordenamento de um território.<sup>25</sup>

A partir do século XVII, Choay refere-se ao aparecimento de textos que vão marcar uma fase de efetiva interferência de um poder central na organização dos espaços físicos urbanos e das atividades neles desenvolvidas, bem como irão destacar a preocupação dos governantes com a gestão espacial de um Estado Nacional. É o momento no qual o Príncipe assume para si a tarefa de produzir o território de sua soberania e, em especial, os núcleos urbanos irão receber sua atenção.<sup>26</sup>

Fundamentalmente, para os séculos XVII e XVIII, a idéia de um Estado Nacional esteve apoiada no exercício de uma soberania "que salientava a centralização do poder [...] em oposição à divisão de poderes entre o rei, a Igreja, e a feudalidade, conforme a teoria política medieval".<sup>27</sup> Os estados nacionais, assim, estariam sendo produzidos por intermédio do controle de uma população colocada sob a tutela de um governo central e centralizado, ao mesmo tempo em que, em relação ao exterior, definiam-se seus territórios.

Nesse sentido, entende-se que a Coroa portuguesa, mais do que instalar cidades no ultramar, buscava construir o seu 'espaço nacional', constituído do reino e de seus domínios ultramarinos. E é nesta porção exterior do território que a noção de cidade como um "modelo de unidade" vai adquirir sua melhor legibilidade.<sup>28</sup>

### "Determineis o sítio mais a propósito para uma Vila"

Segundo o arquiteto José Manuel Fernandes a urbanística portuguesa tem uma longa "tradição", que se firma na época da Romanização, e que atravessa séculos.<sup>29</sup> Com a Reconquista, são incorporadas, em algumas novas fundações, soluções de traçado adotadas nas bastides medievais surgidas ao sul da França, no final da Idade Média.<sup>30</sup> Tratou-se, sobretudo, de um momento voltado para as fixações urbanas nas terras interiores do reino, em uma nítida ação de repovoamento das faixas fronteiriças, o que exprime um desejo de unificação e dominação territorial.

Os assentamentos coloniais dos primeiros anos da expansão marítima portuguesa voltavam-se, sem dúvida, para a metrópole, acentuando uma

<sup>25</sup>CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

<sup>26</sup>CHOAY, p.252-263.

<sup>27</sup>BAUMER, Franklin Le Van. *O pensamento europeu moderno* (v. 1, séculos XVII e XVIII). Lisboa: Edições 70, 1990, p.119.

<sup>28</sup>Essa orientação de investigação recebeu grande impulso por ocasião das Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, com a realização de inúmeros trabalhos e seminários. 'A construção do Brasil urbano' recebeu especial atenção do n° 41 da revista *Oceanos*. Lisboa: CNCDP, jan.-mar./2000.

<sup>29</sup>FERNANDES, José Manuel. A cidade portuguesa: um modo característico de espaço urbano. In: *A arquitetura*. Lisboa: Imprensa Nacional; Comissariado para a Europália 91, 1991, p.91-120, p.95-96.

<sup>30</sup>Sobre a "forma" da cidade portuguesa, ver PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *A forma e o poder: duas agendas da*



vocação litorânea e comercial, bem como preocupações militares para a defesa das conquistas, tal como ocorria com a experiência espanhola.<sup>31</sup> Esse modelo, porém, passou por transformações iniciadas no próprio território metropolitano, especialmente no contexto das guerras da Restauração portuguesa (1640-1668) e das disputas subseqüentes entre os dois reinos ibéricos.

Com o reinado de D. Pedro II (1683-1706), seriam estabelecidas as bases das intervenções urbanísticas do período joanino, de tal forma que, no correr do século XVIII, a presença de “uma estrutura geométrica rígida e centralizada a partir da ‘praça fundadora’ (com uso dos chamados ‘traçados reguladores’)”, vai se tornar mais e mais presente, passando a se constituir como uma regra (a ser observada) nas renovações urbanas processadas no território metropolitano e, principalmente, para as povoações que vêm a ser fundadas nos territórios de ultramar. Assim, desde D. João V (1706-1750), os “planos” de instalação de novas povoações exibem “um depurado traçado geométrico”, e esta intenção também se faz presente nas ordens régias que dispunham sobre essas fundações. Este rigor urbanístico, por sua vez, tem como contraponto político o desejo de “ocupação e controlo do espaço nacional”.<sup>32</sup>

Para o Brasil, as primeiras ordens e resoluções régias relativas à “ereção de novas povoações e vilas” a apresentarem normas explícitas quanto à regulamentação do traçado urbano e à localização de edifícios públicos (igreja, câmara e cadeia) são da década de 1730.

Dom João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné etc. Faço saber a vós Conde de Sarzedas, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, que Eu sou servido por resolução de 7 deste mês presente e ano, em Consulta do meu Concelho Ultramarino passeis às Minas dos Goyas e nelas determineis o sitio mais a proposito para uma Vila e procureis que seja o que parecer o mais saudável, e com provimento de boa água e lenha e perto de um arraial que se ache já estabelecido, para que os moradores delle possam com mais comodidade mudar a sua habitação para a Vila e logo determineis nela o lugar da Praça no meyo da qual se levante pelourinho e se assinale a área para o edificio da Igreja capaz de receber competente número de fregueses ainda que a povoação aumente, e que façais delinear por linhas retas a area para as cazas com seus quintais, e se designe o lugar para se edificarem a Caza da Camara e das Audiencias e Cadeya e mais oficinas publicas que todas devem ficar na área determinada para as cazas dos moradores as quais pelo exterior sejam todas no

cidade de origem portuguesa nas idades Medieval e Moderna. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado em História). Coordenação dos Cursos de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, p.165-354. Ver também PESSÔA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América portuguesa. *Oceanos*. Lisboa, CNCDP, jan.-mar./2000, nº 41, p. 70-81.

<sup>31</sup>No início da expansão atlântica, o modelo urbanístico vigente no reino foi transportado para Madeira e Açores. Cf. AMARAL, Ilídio do. Cidades coloniais portuguesas (notas preliminares para uma geografia histórica). *Povos e Culturas*, Lisboa, 1987, n. 2, p. 193-214.

<sup>32</sup>Ver FERNANDES, p.113-115.

mesmo perfil, ainda no interior as fará cada um dos moradores à sua eleyção de sorte que em todo o tempo se conserve a mesma fermosura da terra e a mesma largura das ruas, e junto da Vila fique bastante terreno para logradouro publico, e parã nele se poderem edificar novas cazas, que serão feytas com a mesma ordem e concerto com que se mendão fazer as primeiras [...]. El-Rey Nosso Senhor mandou pelos dittos conselheiros de seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Antonio de Souza Pereira a fez em Lisboa Ocidental a 11 de fevereiro de 1736.<sup>33</sup>

Esta carta régia, além de dispor sobre a estrutura interna da nova vila que seria fundada (o traçado de suas ruas, a praça 'central' e a disposição de edifícios), também menciona um outro elemento a ser observado na instalação de novas povoações: o sítio, ou terreno, o que define a situação da povoação em relação à paisagem circundante. A questão topográfica faz alusão à possibilidade da vigência de um modelo urbanístico pré-existente, influenciando ainda no próprio desenvolvimento da povoação, que depende do acesso a "boa água e lenha" para sua subsistência.

No caso de Goiás, a indicação de que a vila deveria localizar-se próxima de um arraial anteriormente instalado assinala, além da necessidade de pessoas para povoá-la, a intenção de se levar em conta a sua localização em relação a um território que se quer controlar e do qual não se tem completa informação.<sup>34</sup> De certo modo, o local de instalação da vila prende-se, mais de perto, a considerações estratégicas, que também estão presentes na "vontade regularizadora" manifestada naquela carta régia. Embora o governo português, anteriormente, já houvesse determinado a criação de vilas no Brasil setecentista (especialmente, em Minas Gerais), as ordens dirigidas ao governador de São Paulo (e também ao de Pernambuco, como será visto adiante) inauguraram o momento a partir do qual se pode identificar, com maior precisão, a existência de uma relação entre "a Cidade" – na acepção de Loraux, um "modelo de unidade" – e uma intenção política da Coroa portuguesa em mostrar-se presente em seus territórios.

A presença da praça e a obrigatoriedade de que as casas "pelo exterior sejam todas no mesmo perfil" também expressam a atribuição de uma função simbólica para a nova povoação. Neste aspecto, é interessante comparar as disposições constantes nas *Leyes de India*, em relação ao aspecto físico das cidades espanholas na América: os edifícios deveriam ser construídos de maneira a provocar, quando os indígenas os vissem, admiração, temor e respeito. Segundo Chueca Goitia e Torres Balbas, tal determinação significa a utilização da arquitetura "al servicio de una elevada propaganda política."<sup>35</sup>

<sup>33</sup>Transcrição de Carta régia de 11 de fevereiro de 1736, dispondo sobre a criação de uma vila em Goiás. Apud FERREIRA, Tito Lívio; FERREIRA, Manoel Rodrigues. *História da civilização brasileira*. São Paulo: Biblos, 1959, p. 362.

<sup>34</sup>Uma interpretação acerca da importância do sítio e da localização das cidades nos domínios ultramarinos encontra-se em RODRIGUES, Maria João Madeira. Fundamentos da teoria do urbanismo colonial português. *Belas Artes*, Lisboa, 3º série, n. 7, p. 165-175, 1985.

<sup>35</sup>Ver *Planos...*, p. xiii.

A ereção do pelourinho instaurava as “justiças d’El Rei” e a instalação dos ofícios municipais faria concretizar os cuidados para que a vila conservasse a “mesma fermosura da terra e a mesma largura das ruas”, em todo o tempo. De certa maneira, o “semeador” português estava sendo transformado em um construtor de cidades que deveria observar a ‘geometria’ e o traçado retilíneo das ruas. Ressalte-se, aliás, que a partir do momento em que a Coroa portuguesa retomou a prerrogativa de fundação de novas povoações, os atos legais para suas instalações eram presididos por funcionários especialmente designados. Em algumas ocasiões, o próprio governador, a quem a ordem havia sido endereçada, oficiava a fundação; noutras, concorria alguém especialmente delegado. Onipresentes, todavia, eram os ouvidores gerais, encarregados da direção dos trabalhos de eleição dos oficiais das câmaras municipais e responsáveis pelas instruções de funcionamento da administração e justiça municipais.

A cidade como sinônimo de “civilização” apresenta-se, então, com maior nitidez, mostrando-se como um artefato cultural (institucional) produzido para conter a possível, e provável, dispersão dos habitantes da colônia por seu imenso território. Essa função agregadora, ou melhor, civilizadora,<sup>36</sup> das vilas e cidades nos territórios ultramarinos torna-se mais evidente à medida em que a Coroa portuguesa passa a desenvolver uma política de centralização administrativa, na qual o estabelecimento de povoações organizadas sob o estatuto municipal constitui uma de suas expressões.

Quanto à relação entre a instalação de vilas e cidades e o ordenamento sócio-político de uma dada população, uma indagação de Sílvio Mendes Zancheti é bastante instigante:

o Brasil, no momento de sua independência (1822), contava com um reduzido número de cidades e vilas. [...] O reduzido número de núcleos urbanos pode causar espanto, tanto a especialistas como a desprevidos, entretanto, por outro lado, foi surpreendente a capacidade dos colonizadores e do governo metropolitano para conquistar e ampliar o território do país, garantir sua posse e sua unidade, por tantos séculos, com uma base urbana diminuta. [...] A que se deve atribuir então o tamanho sucesso na tarefa de ocupação e união do território brasileiro?<sup>37</sup>

Uma resposta a esta pergunta poderia ser encontrada em comentário de Roberta Marx Delson, quando ela critica a visão corrente que descreve os “administradores reais portugueses como altamente ineptos” na condução de

<sup>36</sup>A idéia de civilizar tem aqui um sentido bastante amplo; tanto significa a transmissão de valores culturais, como o estabelecimento de uma comunidade política (a *civis*, que “evoca originariamente o parente, o companheiro ou, ainda melhor, a associação, na cultura clássica do ocidente, das noções de *polis* e de cidade”. RONCAYOLO, p. 397).

<sup>37</sup>ZANCHETI, Sílvio M. A cidade e o estado no Brasil colonial : colocações para um debate. *Espaço & Debates*, 1986, v. 3, n. 19, p. 5-29. p. 5 e 7 (meu destaque).

uma política de colonização estabelecida pela Coroa, no século XVIII: “as informações apresentadas aqui comprovam que a Coroa tinha um plano de modernização de grande alcance que abrangia o Brasil inteiro e que foi executado por etapas no decurso do século XVIII. Pombal percebeu facilmente a vantagem de estabelecer conjuntos coordenados de vilas em regiões tão diferentes como o extremo Oeste, o Amazonas e o Sul do Brasil”.<sup>38</sup>

Também é importante considerar que a ação dos funcionários coloniais na instalação de novas vilas não se esgotava no ato de suas criações, quando eram determinados o arruamento das ruas e a localização da praça principal da vila e dos prédios públicos. Mesmo que se considere que as câmaras municipais detinham relativa autonomia na gerência do espaço urbano e das atividades realizadas dentro de seus termos, elas desempenhavam suas funções nos limites impostos pelas Ordenações e sob constante fiscalização. A ação das câmaras estava, portanto, subordinada a um conjunto de determinações que buscavam regular o cotidiano daquelas povoações.

Desse modo, reconhecer que as vilas e cidades instaladas na América portuguesa, a partir do início do século XVIII, foram, antes de tudo, a expressão da vontade e da conveniência régia, pode ajudar a compreender a estranheza manifestada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira quando percorreu a capitania de São José do Rio Negro, entre 1785 e 1787. Ele dizia: “sem gente, sem lavoura e sem comércio, não sei para que servem semelhantes povoações!”. Tais povoações eram as vilas de índios instaladas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, entre 1751 e 1759. Sobre elas, A. R. Ferreira comentava ainda que não entendia o porquê conservavam a denominação de “vilas”, pois “na maior parte tal distinção não merecem”.<sup>39</sup>

Pois, entender “a que se deve atribuir então o tamanho sucesso na tarefa de ocupação e união do território brasileiro?” e “para que servem semelhantes povoações!” – como questionaram, respectivamente, Sílvio Mendes Zanchetti e Alexandre Rodrigues Ferreira – é o que motiva este estudo, na medida em que se considera que as vilas, mesmo que grande número delas apresentasse umas poucas ruas e casas e escassa população, eram a parte tangível das “justiças d’El Rei”.

## Vilas e povoações joaninas no Brasil

Até a Coroa portuguesa decidir assumir o controle da ocupação do *hinterland* americano, tal empresa ficara na mão de particulares. Nas áreas de criação

<sup>38</sup>DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia*: Planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997, p. 98. Embora Roberta M. Delson frise a ação de Pombal, verifica-se que já no reinado de D. João V existiu a intenção de uma ocupação institucional de diferentes regiões da América portuguesa.

<sup>39</sup>FERREIRA, Alexandre R. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, s/d. A “estranheza” de Alexandre Ferreira foi destacada por Emanuel Araújo, para quem o naturalista “deixou um testemunho desolador” sobre as povoações do Rio Negro do século XVIII. ARAÚJO, E. *O teatro dos vícios*: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 41. (Meu destaque).

de gado, as casas de fazendas, currais e pequenas capelas serviam para agregar moradores; nas regiões de mineração, até por ser uma atividade que o estado português buscava controlar com maior atenção, verificou-se o surgimento de diversos núcleos de povoamento: os arraiais. Segundo Diogo de Vasconcelos, os sertanistas recebiam instruções para “fundarem arraiais de espaço em espaço, de 50 léguas pelo menos, a efeito de servirem de apoio à conquista e de viveiros à civilização”.<sup>40</sup>

Muitos dos arraiais mineiros deram origem a vilas, nas décadas iniciais do século XVIII. Em 1711, foram erigidas a vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), a Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar (Ouro Preto) e a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará; em 1713, a Vila de São João d’El Rei; em 1714, a Vila Nova da Rainha e a Vila do Príncipe (do Serro Frio); em 1715, a Vila de Nossa Senhora da Piedade, ou do Infante (Pitangüi); e, em 1718, a Vila de São José d’El Rey (Tiradentes). Minas Gerais teria ainda, em 1730, a criação da vila de Nosso Senhor do Bom Sucesso (Minas Novas do Fanado).

Sede de um município, a vila era governada por uma câmara que detinha como principais competências a aplicação das justiças ordinárias e zelar pelo bem-comum de todos os moradores de seu termo. Como já apontado, as câmaras municipais coloniais deveriam regular seu funcionamento pelas disposições expressas nas Ordenações, e as atribuições dos oficiais municipais estavam ali definidas. Juntamente com a fundação da vila, era realizada a eleição dos juízes ordinários, vereadores e procurador.

TERMO DE ELEIÇÃO QUE SE FEZ PARA OS ELEITORES QUE HÃO DE ELEGER OS OFICIAIS DA CÂMARA DESTA NOVA VILA. Aos oito dias do mês de julho de mil e setecentos e nove (sic), nesta nova Vila Rica de N. S.<sup>ra</sup> do Pilar e Albuquerque, em as Casas em que mora o Senhor Governador e Capitão General Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sendo presentes as Pessoas principais e mais povo deste distrito, depois de se ter deitado pregão para a eleição que se havia de fazer, foi pelo dito Senhor ordenado a todos em geral, que como se devia a dita eleição na forma das Leis do Reino, se votasse, cada um por si em seis Pessoas para eleitores, capazes e de toda a suposição, e zelo, para bem elegerem os Juízes, Vereadores e Procurador [...].<sup>41</sup>

Esta eleição, realizada no dia em que se deu a “ereção” do antigo Arraial das Minas Gerais do Ouro Preto em vila, repetiu os mesmos atos que haviam acontecido no Arraial do Ribeirão do Carmo, em 8 de abril de 1711. Mais tarde, no Arraial e Barra de Sabará, em 17 de julho daquele mesmo ano, sucederia eleição idêntica. Destaque-se que, nas três fundações, esteve

<sup>40</sup>VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*, 1º volume. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 62. Sobre o termo “arraial”, ver FONSECA, Cláudia Damasceno. Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais do século XVIII. *Oceanos*. Lisboa, CNCDP, jan.-mar./2000, n° 41, p.84-102, p. 99.

<sup>41</sup>Termo de eleição da Câmara de Vila Rica. *Revista do Archivo Público Mineiro*, ano II, 1897, p.85. Provavelmente existe uma incorreção na data apontada para a realização da eleição (1709).

presente o governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, dando cumprimento às "ordens de S. Majestade, que Deus Guarde", pelas quais havia determinado "levantar uma povoação e vila".<sup>42</sup>

Processo semelhante dar-se-ia na criação das vilas de São João d'El Rei, Nova da Rainha, do Príncipe, Pitangui e São José d'El Rei. Na primeira, esteve presente D. Brás Baltasar da Silveira, então governador da capitania; nas duas seguintes, foi designado o ouvidor-geral da capitania, e na quarta, um sargento-mor, para presidirem as fundações. Na última, os atos de criação se fizeram com a presença do novo governador, D. Pedro de Almeida e Portugal.<sup>43</sup> A criação de uma vila, mesmo que decorrente de requerimento de seus moradores, deve ser entendida como uma concessão régia. Nesse aspecto, ganha relevância o fato de tais vilas terem sido criadas a partir de determinações expressas do rei português, inclusive com a designação de funcionários encarregados em dar cumprimento à sua vontade. Também é relevante que os textos das atas de fundação tragam especificada a necessidade de se construir igreja, casa de câmara e cadeia.

Embora não se detecte a presença de instruções referentes ao traçado de suas ruas e locação da praça principal, estas vilas mineiras inauguram, de certo modo, as fundações setecentistas brasileiras. A ênfase maior das fundações mineiras parece recair na constituição de uma sociedade política, que passaria a viver sob as "leis e justiças de Sua Majestade". Não é todo descabido – ao contrário –, enxergar nesta disposição do rei português um antídoto contra a desordem que se abatera naquela região em 1708-1709. A pacificação entre as facções envolvidas na 'guerra dos Emboabas' certamente foi levada em consideração.

Com relação ao traçado de ruas e praças dessas novas fundações, Sylvio de Vasconcelos, em seu trabalho sobre Vila Rica, deixa patente que a topografia do sítio em que esta fora instalada era, "por assim dizer, bastante imprópria ao estabelecimento de uma povoação".<sup>44</sup> Esta observação poderia ser generalizada para as demais vilas mencionadas, pois que foram erigidas a partir de antigos arraiais já instalados, aproveitando-se em muito da estrutura previamente existente.

Mas, mesmo que o "traçado regulador" não se fizesse presente,<sup>45</sup> dois outros aspectos merecem ser destacados. O primeiro deles diz respeito ao sítio em que as novas vilas estavam sendo erigidas. Em parte, sua conveniência já estaria dada, muito embora entreveja-se instruções no sentido de sempre se buscar o melhor terreno:

<sup>42</sup>Ver termos de ereção das vilas do Carmo, Vila Rica e Sabará. *Revista do Archivo Público Mineiro*, ano II, 1897, p.81-88. (meu destaque).

<sup>43</sup>*Revista do Archivo Público Mineiro*, ano II, 1897, p.88-92.

<sup>44</sup>VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica : formação e desenvolvimento, residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 66.

<sup>45</sup>Uma discussão recente sobre a regularidade dos traçados das vilas setecentistas de Minas Gerais é encontrado em FONSECA, Cláudia D., op. cit.

Porque supondo não achava o sítio muito acomodado, atendendo às riquezas que prometiam as minas, que há tantos anos se lavram nestes morros e ribeiras, e ser a parte principal destas minas, aonde acode o Comércio, e fazendas, que dele [e]mana para as mais e outras muitas mais que o tempo mostraria, se resolvia executá-lo assim, e que todos deviam, neste pormenor, dar o seu parecer; os quais uniformemente todos convieram em que neste dito Arraial, junto com o de Antono Dias, se fundasse a Vila [Rica] pelas razões referidas, pois era Sítio de maiores conveniências que os Povos tinham achado para o Comércio [...].<sup>46</sup>

O segundo aspecto refere-se à localização das novas vilas. Nesse caso, percebe-se a existência de uma concentração de fundações em região que ainda não detinha, formalmente, qualquer instituição municipal, bem como se caracterizava como área de exploração recente: “em que as Minas começavam, e não havia ainda povoação regulada”.<sup>47</sup> Este aspecto fica evidenciado ao considerarmos outras fundações ocorridas no período: vila de Mocha (Piauí, 1717), vila de Aquiráz (Ceará, 1700), vila de Caravelas (Porto Seguro, 1701), Vila Nova de Benevente (Espírito Santo, 1716) e vila de Laguna (Santa Catarina, 1714).<sup>48</sup> Essas vilas estavam localizadas em regiões que poderiam ser consideradas como ‘vazios’ institucionais. Aquiráz, mesmo depois da fundação da vila da Fortaleza (1726), que passaria a ser sede do governo da capitania do Ceará, manteve-se como cabeça de Comarca. Caravelas, por seu lado, foi uma tentativa para povoar o sul da capitania de Porto Seguro, sempre ameaçada pelos ataques dos indígenas locais. A fundação de Benevente, hoje cidade de Anchieta, no sul do Espírito Santo, deve-se aos mesmos motivos que Caravelas. Laguna, que antecedeu à criação da vila de Santa Catarina (Desterro, 1726), era a mais meridional em terras portuguesas, em que pese a existência da Colônia de Sacramento, na margem oriental do rio da Prata. Seria desnecessário lembrar que a cada uma destas vilas corresponde um município, uma câmara, vereadores, juizes ordinários, enfim, uma forma institucional de organização de uma dada população.

Das vilas mencionadas, Mocha foi a única instalada distante da faixa litorânea, no centro do “sertão do Piauí”, a partir da igreja matriz da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, criada em 1697. Até então, poder-se-ia dizer que o pároco local era, por assim dizer, o único representante do Estado

<sup>46</sup>Termo de ereção de Vila Rica. *Revista do Archivo Público Mineiro*, ano II, 1897, p. 84.

<sup>47</sup>A *Revista do Archivo Público Mineiro*, ano XVI, v.1, 1911, traz o registro de uma Ordem Régia, de 12 de janeiro de 1711, “pela qual se aprova ao Governador de Minas, o Conde de Assumar, o ter criado o Arraial de Rio das Mortes em Vila, com a denominação de S. José, porém se lhe adverte que não faça outra criação sem Ordem de S. Majestade, porque aquela, que ele refere dirigida ao Governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, foi privativa para aquele tempo, em que as Minas começavam, e não havia ainda povoação regulada, M.1, fls.192.” Ver p. 458.

<sup>48</sup>Outras vilas fundadas nas primeiras décadas do século XVIII, foram: Icatu (1708, Maranhão), Santo Antônio do Recife (1709, Pernambuco), Pindamonhangaba (1705, São Paulo), Fortaleza (1726, Ceará), na Bahia, Jacobina (1722), Livramento do Brumado (1724), Maragogipe (1725), Santo Amaro (1727), Cachoeira da Abadia (1728) e Itapicurú (1728), Santa Catarina (1726) e a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1727).

português naquela região, ocupada por uma população dispersa, moradora em fazendas de gado.<sup>49</sup>

Assim, com relação à localização das vilas fundadas no início do século XVIII, na América portuguesa, é possível identificar a existência de uma ação que, originada na metrópole, visava controlar uma ocupação já em desenvolvimento, estabelecendo povoações regulares que contassem com instituições que representavam o poder régio. Nesse aspecto, as vilas mineiras, no interior do território são exemplares. Mesmo no litoral, buscou-se preencher 'vazios' e, ao mesmo tempo, fortalecer as defesas contra possíveis invasores (especialmente os espanhóis, no caso de Laguna). Essa ocupação regular (institucional) serviria, enfim, para afirmar a posse dos territórios contidos nos termos municipais para a Coroa portuguesa.

### Vila Boa de Goiás: "uma vila na forma que dispõe a ordenação"

Acima, foi salientado que as ereções de vilas em Minas Gerais, na segunda década do século XVIII, fizeram-se a partir da existência de ordens expressas do rei português. Observou-se, porém, que as ordens dirigidas para a criação das vilas mineiras não traziam qualquer instrução quanto aos arruamentos e à localização da praça principal da e dos edifícios públicos da povoação. Entretanto, é entendimento corrente que, com o reinado de D. João V, dá-se uma alteração no "modelo tradicional da cidade portuguesa"<sup>50</sup>.

Nesse aspecto, merece comentário a ação que o ouvidor geral de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho, realizou nas vilas de Curitiba e Paranaguá, no início da década de 1720. Pardiniho procurou definir uma forma para essas pequenas vilas do extremo sul do Estado do Brasil, determinando que os vereadores evitassem a existência de construções isoladas ou em ruínas e que obrigassem os moradores a edificarem suas casas uma geminada a outra, constituindo quadras fechadas. O próprio ato de construir ficava condicionado a uma autorização da câmara. O ouvidor fez questão de deixar registrado que as ruas de cada povoação deveriam ser retilíneas, "direitas por corda", para evitar que a vila ficasse "disforme". Embora essas preocupações do ouvidor Rafael Pires Pardiniho com a forma das vilas que visitou parecerem ter sido algo isolado, a menção a ele justifica-se dado ter sido nomeado para o Conselho Ultramarino, quando de seu retorno a Lisboa.<sup>51</sup>

Na mesma capitania de São Paulo, ao norte, as "minas dos Goiazes" tinham sua população distribuída por diversos arraiais de mineração.

<sup>49</sup>Além de fazendeiros oriundos de Pernambuco e Bahia, o Piauí também foi ocupado por paulistas, a partir da segunda metade do século XVII. A situação do Piauí, em finais daquele século, pode ser vista em COUTINHO, [Padre] Miguel. Descrição do certão do Peauhy Remetida ao Ilmo. e Rmo. Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco (1697). In: ENNES, Ernesto. *As guerras no Palmares* (subsídios para a sua história), 1<sup>o</sup> v. – Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra", 1687-1700. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1938. p.370-389.

<sup>50</sup>FERNANDES, p.113 e 115.

<sup>51</sup>Ver *Monumenta* (Provimentos do ouvidor Pardiniho para Curitiba e Paranaguá, 1721), Curitiba, v. 3, n. 10, 2001.



Considerando a grande distância que separava aquelas povoações da sede do governo, dificultando a fiscalização da arrecadação dos direitos reais, bem como a aplicação das justiças, D. João V, por Resolução de 23 de fevereiro de 1731, decidiu instalar um Ouvidor e um Mestre de Campo naquela região. O primeiro deveria trabalhar na administração da justiça e o segundo encarregar-se da manutenção da ordem e arrematar os moradores para os corpos de milícias.<sup>52</sup> Assim, o novo ouvidor-geral de São Paulo, Gregório Dias da Silva, recebeu ordens para se dirigir àquelas minas e, “achando nelas gente e povo suficiente, estabeleçais nelas uma vila na forma que dispõe a ordenação, apontando para ela sítio o novo governador que para elas mando”.<sup>53</sup>

Tal resolução demoraria, contudo, oito anos para ser efetivada. Durante este lapso de tempo, os arraiais goianos receberam uma forma de organização política até então não usual na administração portuguesa. Os arraiais, em geral, contavam com alguns poucos funcionários da Coroa, encarregados de fiscalizar a extração do ouro e de pedras preciosas e do recolhimento dos direitos devidos à Fazenda Real. Nas áreas de mineração, ao lado de governadores e ouvidores, sobressaía a figura do “superintendente das minas”, funcionário com poderes específicos e independentes dos atribuídos aos governadores das capitânicas.<sup>54</sup>

Quanto aos arraiais goianos, uma consulta registrada no Conselho Ultramarino indica que eles, desde 1736, passaram a contar com dois juizes ordinários, além de um tabelião e de um meirinho, oficiais cuja presença não foi verificada em Minas Gerais.<sup>55</sup> Frise-se, porém, que isso não conferia aos arraiais goianos um estatuto de organização municipal.

A adoção de tal medida parece ser decorrência de uma correspondência enviada ao governador de São Paulo, em 1736, que o ordenava dirigir-se a Goiás e informar “de tudo o que naqueles distritos necessitar de providência”, opinando, inclusive, sobre a conveniência ou não de formar um novo governo (uma nova capitania).<sup>56</sup>

Atendendo ao rei, e considerando

a necessidade que padeciam os povos daquelas minas de administração de justiça, pela distância em que ficam umas povoações das outras, se assentou em uma Junta de Ministros que se achava naquela parte, no Serviço de V. Majestade, convocados pelo governador de São Paulo, o Conde de Sarzedas, que enquanto Vossa Majestade se não servia mandar criar vilas nas povoações a que chamiam Arraiais, se elegessem

<sup>52</sup>ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Códice 236*. Carta régia para o governador de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, em 26/2/1731.

<sup>53</sup>AHU. *Códice 236*. Carta régia para o ouvidor geral de São Paulo, Gregório Dias da Silva, em 26/2/1731.

<sup>54</sup>Cf. AHU. *Códice 1238*. Carta régia ao superintendente das minas de São Paulo, em 24/4/1702.

<sup>55</sup>AHU. *Códice 239*, fls. 76-76v. Despacho do Conselho Ultramarino, em 07/7/1739. Este despacho decorre de uma correspondência do superintendente das minas de Goiás, Agostinho Pacheco Teles, de 17/5/1738, prestando contas do que havia sido executado desde sua nomeação em 1736, em substituição a Gregório Dias da Silva.

<sup>56</sup>AHU. *Códice 236*, fls. 163-163v. Carta régia ao governador de São Paulo, em 11/02/1736. Em 1734, o rei já havia consultado o conde de Sarzedas, sobre a conveniência de lá “se levantarem povoações”. (AHU. *Códice 236*. Carta

na forma da lei, dois juizes ordinários em cada um deles, e um tabelião do público, judicial e notas e um meirinho, para servirem com os ditos juizes, considerando-se igualmente que estes tabeliões se fariam precisos para poderem, sem despesa da Real Fazenda, escrever nos livros da matrícula e encher os bilhetes da capitação e do censo naqueles Arraiais, com os Intendentes Comissários que neles se nomeavam, sem ordenado, propinas, nem ajuda de custo para a cobrança e arrecadação dos reais quintos comutados na referida capitação e censo [...].<sup>57</sup>

A “novidade” instituída em Goiás, antes da criação de Vila Boa, teve como um dos argumentos de defesa a opinião do superintendente das minas, afirmando que ela tornaria desnecessária a criação de outras vilas, bem como era bastante adequada ao fato de a população local estar sempre em movimento, buscando novos veios auríferos. Entendia o superintendente que assim se garantiria, ao mesmo tempo, a administração da justiça e o controle da arrecadação dos direitos reais. Por fim, ouvidos o Conselho Ultramarino e o Procurador da Coroa, que se pronunciaram favoravelmente, o rei aprovou a criação daqueles oficiais por Despacho de 31 de outubro de 1739.

Mas, se a justiça ordinária foi assegurada aos moradores dos arraiais goianos por ato do governador, a vila que o rei desejava erigir acabou por promover uma discussão sobre o local mais adequado para a sua instalação. De acordo com a carta régia de 1731, D. João V deixava manifesto que a escolha do “sítio” para a nova vila ficaria ao encargo do governador, e que ao ouvidor caberia a responsabilidade pelos atos legais da mesma fundação.

Ao estabelecer-se em Goiás, Gregório Dias da Silva ocupou o cargo de Superintendente das Minas, e não de ouvidor. Instalando-se no Arraial da Meia-Ponte, “por ser a primeira povoação destas minas e as mais permanentes”, esse oficial considerava que aquele arraial deveria ser elevado à condição de vila, por que, “ainda que a pequena povoação a não permita, poderá ser que a sua ereção a faça mais populosa, e permanentes os moradores que aqui se acham, e se disponham os que andam espalhados, por gozarem das honras da República, a governarem aqui serviços com utilidade da Real Fazenda”.<sup>58</sup>

O mesmo Gregório Dias da Silva propôs ao rei que este ordenasse “que o ministro destas Minas [ele próprio] seja presidente da Câmara para lhe constituir maior respeito e que nos descobertos tenha a mesma Câmara jurisdição”. Não vamos aqui comentar sobre o desejo do superintendente de se apossar da jurisdição municipal, tomando o cargo de presidente da Câmara

régia para o governador de São Paulo, em 09/12/1734.) Nessa mesma carta, o rei ordenava que fosse criada uma Casa de Fundação em Goiás, para tentar controlar a extração e a cobrança dos direitos sobre o ouro.

<sup>57</sup>AHU. *Código 239*, fls. 76-76v. Despacho do Conselho Ultramarino, em 07/7/1739. As Ordenações previam a eleição de juizes vintenários, para povoações, ou “aldeias em que houver vinte vizinhos, e daí para cima até cinquenta, e for uma légua afastada, ou mais da cidade ou vila, de cujo termo for”. Esses juizes de vintena eram eleitos pela câmara municipal em que a povoação estivesse inscrita. (*Ordenações Filipinas*, Livro I, Título 65, § 73) Não foi, contudo, o que se verificou em Goiás.

<sup>58</sup>AHU. *GO; Maço 4*. Carta de 05/01/1735.

– um juiz-de-fora extemporâneo –, afrontando seu próprio Regimento. Mas, com as informações que ele enviou a Lisboa, convém observar que fora dado início à discussão acerca do melhor local para a instalação da vila que ainda haveria de ser fundada.

O Arraial da Meia Ponte também mereceu a atenção e a preferência do segundo superintendente, em detrimento de outro, o de Santa Anna. Sobre este último arraial, dizia-se que ele ficava “em um lado do continente o mais distante das outras povoações, e seis dias mais longe dos caminhos de povoado que a Meia Ponte”.<sup>59</sup>

Não obstante tais opiniões, em 05 de julho de 1739, D. Luiz Mascarenhas, governador de São Paulo, dirigiu-se para Goiás e efetivou a criação de Vila Boa, ao lado do Arraial de Santa Anna.

Senhor. Em observância das ordens que nesta capitania achei de Vossa Majestade de onze de fevereiro de mil setecentos trinta e seis, de que com esta vão as cópias, passei a estas Minas dos Goiás, e depois de haver estado no Arraial da Meia-Ponte quinze dias, cheguei a este de Santa Anna, em cinco de julho do presente ano, aonde em consideração de estar bem estabelecido, ser populoso e salutífero seu território, ter muitas lenhas e boas águas, e ser o sítio, se não de grandezas de ouro no tempo presente, ao menos de permanentes faisqueiras, e estar vizinho a um descobrimento de grandes esperanças, chamado dos Araês, e dos rios Claro e Pilões, e ser também por onde se tem aberto, e creio se há de frequentado caminho do Cuiabá, circunstâncias todas atendíveis, e que excede as que concorriam em qualquer dos outros Arraiais destas Minas, de que me informei exatamente. Erigi junto a ele uma vila, na forma da ordem de Vossa Majestade, expedida pelo Conselho Ultramarino, levantando pelourinho no meio do sítio determinado para a praça, e observando tudo o mais que dispõe a referida ordem, e se intitulou Vila Boa, em que por ora fico, enquanto a grande concorrência do povo para algum descoberto não faz nele mais precisa a minha assistência, de que dou conta a Vossa Majestade, que determinará o que for servido. Vila Boa, 2 de outubro de 1739. Dom Luiz Mascarenhas.<sup>60</sup>

O processo de instalação de Vila Boa de Goiás pode ser assim resumido: 1) em 26 de fevereiro de 1731, foi enviada uma carta régia a Gregório Dias da Silva, nomeado ouvidor-geral de São Paulo, mandando que passasse às Minas de Goiás e que lá estabelecesse uma “vila na forma que dispõem as Ordenações” (Ordem decorrente de Resolução de 23/02/1731); 2) passados alguns anos, em 05 de outubro de 1735, Gregório Dias da Silva, identificando-se como superintendente das minas de Goiás, enviou correspondência à Lisboa, propondo a criação de uma vila no Arraial da Meia-Ponte; 3) no ano seguinte, em 11 de fevereiro, o Conde de Sarzedas, governador de São Paulo, recebeu ordens para dirigir-se a Goiás e que escolhesse o “sítio para se fundar uma vila” (Ordem e instruções decorrentes de Resolução de 07/02/1736); 4)

<sup>59</sup>AHU. Códice 239, fls. 76-76v. Despacho do Conselho Ultramarino, em 07/7/1739.

<sup>60</sup>AHU. GO; Maço 5. Carta de D. Luís Mascarenhas ao rei, em 02/10/1739.

finalmente, em 05 de julho de 1739, D. Luiz Mascarenhas realiza a fundação de Vila Boa de Goiás, junto ao Arraial de Santa Ana, seguindo as instruções passadas ao Conde de Sarzedas em 1736 (ato comunicado a D. João V por carta de 02/10/1739).

Considerando o teor das correspondências trocadas entre o governo metropolitano e os oficiais sediados no Brasil, que estavam encarregados de dar cumprimento à determinação real, o dilatado prazo de oito anos, verificado entre a disposição de estabelecer uma vila em Goiás e sua efetiva instalação, não pode ser atribuído a uma pretensa inépcia dos mesmos oficiais. Ao contrário, as sucessivas consultas, informações e pareceres permitem entrever a realização de um bem cuidado estudo que resultasse em solução mais adequada à vontade do soberano. Destaque-se, à propósito, que o rei, afinal, aprovou a localização da nova vila – “onde se tem aberto, e creio se há de frequentado caminho do Cuiabá” –, corroborando a escolha feita por D. Luiz Mascarenhas, que deu preferência à vizinhança do Arraial de Santa Anna, e não ao da Meia-Ponte,<sup>61</sup> como vinha sendo recomendado pelos superintendentes das minas de Goiás.<sup>62</sup>

### Que se erija uma nova vila no Icó

A carta régia enviada ao Conde de Sarzedas, que continha as instruções de como ele deveria proceder e o que observar para a ereção da nova vila em Goiás, decorreu de uma Resolução de 07 de fevereiro de 1736. Alguns meses antes (em 17 de outubro de 1735), havia sido expedida outra Resolução, da qual resultaria a criação da vila de Icó, no interior da capitania do Ceará. A vontade, e conveniência, de D. João V foi comunicada ao governador de Pernambuco por carta datada de 20 de outubro de 1736. Essa carta continha instruções em tudo semelhantes àquelas passadas ao Conde de Sarzedas.

Enquanto se discutia a viabilidade e a necessidade de se criarem juízes ordinários nos arraiais goianos, o sul do Ceará também recebia as atenções do Conselho Ultramarino, ainda mais em se tratando de uma região tida como propícia à extração de ouro. A Coroa portuguesa, então, mostrou-se interessada em ali estabelecer as “justiças d’El Rei” e, óbvio, instituições e oficiais que garantissem a fiscalização da arrecadação dos direitos que lhes eram devidos.

A freguesia de Icó ficava “oitenta léguas” distante de Aquirráz, a vila na

<sup>61</sup>Note-se que ainda em 1778, os moradores do Arraial da Meia-Ponte solicitavam ao rei que aquele “julgado” fosse erigido em vila, “visto ter câmara e gozar de todos os privilégios concedidos a outras vilas famosas de Minas”. AHU. Códice 340, fl. 219v.

<sup>62</sup>Segundo o superintendente da minas Agostinho Pacheco Telles, “a razão que considerava o dito governador e colegas para o estabelecimento da Vila em Santana consistia em ser o arraial mais antigo, e estabelecido”. Carta do superintendente das minas de Goiás, de 17/05/1738; citada em PALACÍN, Luis et alii. *História de Goiás em documentos*; I. Colônia. Goiânia: Editora da UFG, 1995, p.46.

qual residia o ouvidor geral da capitania do Ceará. Essa distância era o motivo alegado para que o ouvidor justificasse as dificuldades na aplicação da justiça aos moradores daquela região. A administração militar e civil da capitania estava nas mãos de um capitão-mor subordinado ao governador de Pernambuco. Esse oficial estava instalado na vila de Fortaleza, o que também acarretava problemas para combater a presença de “facinorosos” e as “correrias do gentio bárbaro”.

O governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, em carta de 6 de janeiro deste presente ano, dá conta a Vossa Majestade, por este Conselho, em que diz que o ouvidor geral da capitania do Ceará, Pedro Cardoso de Novaes Pereira, lhe escrevera a carta de que remetia cópia, para fazer presente a Vossa Majestade a necessidade que há de mandar criar de novo uma vila naquela capitania, no lugar a que chamam de Icó, onde está a Igreja Matriz do distrito, e não já lhe parecia justo que a houvesse para a administração da justiça, mas era precisa para a quietação dos povos, pela distância de 80 léguas que fica da vila dos Aquirraz, de que é termo, e que isto lhe constava não só pela dita carta mas pelas grandes notícias que tinha de toda aquela capitania. [...] E, dando-se vista ao Procurador da Coroa, respondeu que se conformava com o parecer do governador. Ao Conselho, parece o mesmo que ao Procurador da Coroa. Lisboa Ocidental, 27 de abril de 1735.<sup>63</sup>

Aqui se desenrola processo semelhante ao ocorrido com Vila Boa. Requerimentos, consultas, pedidos de informações, pareceres dos procuradores da Fazenda e da Coroa, do Conselho Ultramarino e, finalmente, o despacho régio:

Dom João &c. Faço saber a vós, Governador e Capitão-General da Capitania de Pernambuco, que havendo visto o que me escrevestes em carta de 6 de janeiro do ano passado [1735], a respeito de ser conveniente criasse uma vila no Lugar do Icó, não só para a boa administração da justiça, mas para a quietação daqueles Povos, pela distância de oitenta léguas que ficava da vila dos Aquirraz, de que era termo, fui servido determinar, por Resolução de 17 de outubro do ano passado, em consulta do meu Conselho Ultramarino, que se erija uma nova vila no Icó, junto aonde se acha a Igreja Matriz. [...] Lisboa Ocidental a 20 de outubro de 1736.<sup>64</sup>

A carta é bastante extensa e, como na enviada ao governador de São Paulo, em fevereiro daquele mesmo ano, contém as instruções que deveriam ser observadas na instalação da nova vila de Icó: escolher o sítio “que parecer mais saudável e com provimento de água”, demarcar o lugar para a praça, delinear as ruas “em linha reta, com bastante largura”, assinalar o local para a edificação da câmara e da cadeia, demarcar os lotes para a construção das casas dos moradores, “na forma que parecer a cada um, como fiquem à face das ruas”.

<sup>63</sup>AHU. Códice 266, fls. 208-208v. Ao lado do registro, lê-se: “Como parece. Lisboa Ocidental, 17 de outubro de 1735. Com a rubrica de Vossa Majestade”.

<sup>64</sup>AHU. Códice 260, fls. 179-179v. Registro de carta régia para o governador de Pernambuco, 20/10/1736.

Também se deixe sítio bastante para logradouro público, do qual em nenhum tempo se poderá alhear parte alguma sem expressa licença minha e, de mais, deste logradouro público se daria ao Conselho uma sesmaria de quatro léguas em quadro, que fazem dezesseis léguas quadradas, juntas ou divididas, a qual sesmaria renda para as despesas públicas e seja administrada pelos oficiais da Câmara, que poderão aforá-la por partes aos moradores, pondo-lhes competente foro com aprovação dos Ouvidores, e com aprovação dos Ouvidores [sic] e confirmação dos Governadores dessa capitania a quem se encarrega o exame para que se façam estes aforamentos [...].<sup>65</sup>

Além da demarcação dos terrenos do Conselho, definia-se também o regime para a ocupação e aforamento das terras livres, aquelas que não “estivessem dadas em sesmarias”, inclusas no termo do município. Ao final da carta, comunicava-se ao governador de Pernambuco que a mesma ordem seria dirigida ao ouvidor-geral do Ceará, sendo que ambos deveriam dar execução a ela no que respeitava à competência de cada um. Ao lado do registro da carta régia enviada ao Governador de Pernambuco, encontra-se a seguinte anotação: “Sobrê a ereção de uma vila no lugar a que chamam do Icó. Ao ouvidor geral do Ceará se escreveu nesta mesma forma, com o acrescentamento porém seguinte no fim = ordenando-vos façais logo eleição das justiças na forma da lei e com elas procedais à demarcação que se vos ordena”.<sup>66</sup>

Apesar das ordens, a determinação régia demorou algum tempo para ser efetivada. Em junho de 1737, os moradores da freguesia do Icó da ribeira do Jaguaribe ainda estavam solicitando que fosse criada uma vila naquela localidade, “com juiz-de-fora e capitão-mór”.<sup>67</sup> Desta forma, em que pesem as distâncias e a conseqüente demora no trânsito das correspondências, somente em novembro de 1737, o ouvidor geral do Ceará comunicava que estava prestes a dar cumprimento ao que lhe fora ordenado realizar.<sup>68</sup> Assim, a instalação da nova vila de Icó prolongou-se até 04 de maio de 1738,<sup>69</sup> e a construção de seus edifícios públicos, como era comum ocorrer, demandaria ainda algum tempo.

Paulo F. Santos, apresentando as “directivas portuguesas no que tange à criação de cidades e vilas no Brasil, objectivadas em exemplos característicos”, reconhece que a fundação de Icó – e podemos incluir Vila Boa – decorreu de “determinação expressa do reino” e que foi precedida de “preocupações urbanísticas notáveis”. Ressalva, no entanto, que a carta régia relativa a Icó

<sup>65</sup>AHU. *Códice 260*, fls. 179-179v. Registro de carta régia para o governador de Pernambuco, 20/10/1736.

<sup>66</sup>AHU. *Códice 260*, fl. 179v. A transcrição da carta régia enviada ao ouvidor-geral do Ceará pode ser encontrada em FERREIRA, T. L.; FERREIRA, M. R., p.382-384. Segundo essa transcrição, a carta do governador de Pernambuco, que dá origem à carta régia em questão, teria a data de “16 de janeiro” (!).

<sup>67</sup>AHU. *Códice 260*, fls. 235-235v. Registro de uma carta ao Governador de Pernambuco, solicitando seu parecer sobre o assunto, de 20/10/1738.

<sup>68</sup>AHU. *Códice 260*, fls. 239v.-240. Registro de carta régia para o governador de Pernambuco, 20/10/1738.

fixava uma série de princípios gerais, mas não indicava “de que modo foi escolhido o local da Vila”.<sup>70</sup> Quanto ao sítio de instalação e à localização de Icó, contrariamente à opinião de Paulo F. Santos, eles estavam já determinados. Bastava que se tivesse acompanhado a troca de correspondências entre metrópole e funcionários coloniais. A determinação do sítio levou em conta a existência prévia de um núcleo de povoação: a anterior freguesia, que contava com uma igreja e, certamente, com algumas moradias e vendas em seu entorno. Em relação à localização, vários fatores concorreram para que a Coroa se decidisse pela instalação de uma nova vila naquele “sertão”: a capitania do Ceará contava apenas com as distantes vilas litorâneas de Aquirráz e Fortaleza, e nas capitanias vizinhas, a ocupação também se dava determinantemente junto ao litoral (apenas a vila de Mocha estava localizada efetivamente no interior);<sup>71</sup> some-se a isso a possibilidade de extração de ouro, a presença de “facinorosos”, a ocorrência de ataques de índios não missionados e a ausência das “justiças d’El Rei” que assegurariam “a quietação daqueles povos”.

Que a dita vila tenha o aumento que se espera

Cidades regulares ... [são] as que, à maneira de um corpo que se anima de uma só alma, se regem e governam por uma só cabeça, isto é, aquelas que o seu supremo poder está em tudo em um só sujeito [...]. Das cidades regulares temos o exemplo no nosso reino. (Tomás Antonio GONZAGA, *Tratado de direito natural*; 1778.)<sup>72</sup>

A “dimensão urbanizadora” do reinado de D. João V não se restringiu, por certo, apenas à criação das vilas de Minas Gerais, de Cuiabá, de Vila Boa, de Icó e de Mocha.<sup>73</sup> Contudo, a localização destas povoações mostra uma alteração no padrão de ocupação até então colocado em prática na América portuguesa. Paralelamente à instalação de vilas “regulares”, outras ações evidenciam a preocupação da Coroa portuguesa em garantir a posse de seus domínios americanos, como a criação das capitanias régias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Ao sul, a manutenção da Colônia de Sacramento, na margem esquerda do Prata, dava o tom de uma ocupação militar, dirigida desde a cidade do Rio de Janeiro e apoiada pelas vilas de Laguna e de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina. A segurança dessa região

<sup>70</sup>A instalação de Icó foi presidida pelo ouvidor-geral do Ceará, Vitorino Pinto da Costa Mendonça, em 04 de maio de 1738. GIRÃO, Raimundo; MARTINS Fº, Antonio. *O Ceará*. 2.ed. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1945, p. 246.

<sup>71</sup>Ver SANTOS, Paulo F., p.40-46.

<sup>72</sup>Na capitania de Pernambuco existiam a cidade de Olinda e as vilas de Formosa, São Francisco, Madalena, Bom Sucesso, Igarassu e Santo Antonio do Recife. Havia ainda a vila de Goiana, na capitania de Itamaracá, e as cidades de Natal, no Rio Grande [do Norte] e da Paraíba.

<sup>73</sup>Citado em DIAS, José Sebastião da Silva. Pombalismo e teoria política. *Cultura: História e Filosofia*. Lisboa, v.1, p. 45-114, 1982. p. 109.

<sup>74</sup>Sobre o tema “vilas e povoações joaninas no Brasil”, ver SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanística pombalina*. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em História). Coordenação dos Cursos de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, p. 76-115.

também encontrava apoio nas vilas pertencentes à capitania de São Paulo, de fundações mais antigas. Deve-se também considerar que a preocupação portuguesa em ocupar institucionalmente as regiões sul e oeste do Estado do Brasil refletiu-se ainda na administração eclesiástica, com a criação, em 1745, dos bispados de Mariana (Minas Gerais) e de São Paulo, e das prelaças de Goiás e de Mato Grosso.

Entretanto, as Resoluções que criaram as vilas de Icó e Vila Boa de Goiás podem ser consideradas como inauguradoras da presença de normas explícitas sobre a morfologia das cidades portuguesas instaladas na América, assinalando o momento em que melhor se identifica a presença de uma relação entre o ato de se instalar uma Cidade – institucional e fisicamente – e a “transformação no sistema político colonial” português, como referido anteriormente. Ou seja, a fundação de Icó e Vila Boa assinalam o momento em que o “semeador” português transformou-se em construtor de cidades que seguiam um *modelo* conformador de uma unidade (nacional!) pretendida.

Assim, no reinado de D. João V, a instalação das “justiças d’El Rei” e o governo civil que se estabelecia a partir delas caracterizam a preocupação do Estado português em submeter populações espacialmente distantes e dispersas às leis gerais do reino. Diversos ‘vazios’ institucionais foram preenchidos, e a Coroa portuguesa logrou distender seu território, na América, para além dos fugídios limites definidos pelo meridiano de Tordesilhas.



## MORRO DA BOA VISTA: segregação social e exclusão territorial

*Ancelmo Schörner*

Doutorando em História - PGHST-UFSC  
Bolsista CAPES

*Eunice Sueli Nodari*

Professora do PGHST-UFSC

### Resumo:

O objetivo desse artigo é historicizar o processo de exclusão territorial e social da população migrante do Morro da Boa Vista, em Jaraguá do Sul/SC. Diversos elementos se confundem dentro dessas exclusões, tais como a degradação ambiental.

### Palavras-chave:

exclusão social - degradação ambiental - Jaraguá do Sul

### Abstract:

*The aim of this article is to historicize the territorial and social exclusion process of migrant population of the Morro da Boa Vista, Jaraguá do Sul/SC. Several elements are connected in those exclusions, like the environmental degradation.*

### Keywords:

*social exclusion - environmental degradation - Jaraguá do Sul*

Aqui no Morro da Boa Vista se plantava laranja e outras árvores frutíferas. Sempre foi plantado. Hoje tudo mudou e não tem mais quase nada disso porque os terrenos são pequenos, ocupados. (...) Tinha água correndo, piavinhas no riacho e pão feito com inhame que se colhia no mato. Hoje não tem mais nada disso. (...) Era bom de tomar banho na cachoeira, mas hoje ela é tão pequena de água que não dá nem prá entrar, além de estar toda suja. (...) alguns tinham tipo sítios que foram loteando, vendendo pro pessoal que estava chegando no morro.<sup>1</sup>

Aqui a gente tinha pomares enormes de laranja, tangerina e limão, que a gente vendia, menos o limão que não dava muito, para a indústria [Duas Rodas, fábrica de essências]. Tinha muita madeira (...). Prá lenha a gente pegava ingá e uma madeira que a gente chamava jacaré, e também os galhos de outras árvores que nós vendia para serrarias da cidade. Madeira de lei tinha o jacorandá, aribá, tainheiro, bucuva, canela, cedro, matiambú, jacatirão, ipê e outros que não lembro o nome agora. Hoje não se pode tirar mais nada, nem palmito que se vai preso.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Entrevista concedida ao autor Ancelmo por moradora em 30/07/2003 e registrada em anotações.

<sup>2</sup> Entrevista concedida por morador ao autor Ancelmo em 05/08/2003 e registrada em anotação.

O Morro da Boa Vista<sup>3</sup> já era conhecido por este nome pelos menos desde 1880. Há registros de que a primeira indicação oficial tenha sido feita por Jourdan, quando naquele ano mandou estender uma faixa branca composta de duas peças de tecido de 10 m cada, firmadas em três varas de taquaruçu e fixada na parte oeste do pico com vista ao mar, de onde poderiam ser vistas desde o porto de São Francisco.<sup>4</sup>

A história do Morro da Boa Vista se confunde com a história de Jaraguá do Sul e vice-versa, e não há como falar de um sem falar no outro, pois "nasceram" praticamente juntos. Os primeiros habitantes do morro, de acordo com Stulzer, foram trabalhadores negros, vindos do Norte do país e do Rio de Janeiro, que trabalhavam para Emílio Carlos Jourdan no "Estabelecimento Jaraguá", um "complexo industrial" iniciado em 1877 "(...) e consistia de engenhos de açúcar, de farinha de mandioca, de fubá, de olaria e duma serraria".<sup>5</sup> De acordo com Emílio Silva, o "Estabelecimento Jaraguá", isto é, o engenho, que possuía um canal que cobria uma área aproximada de 30.000 m<sup>2</sup>, funcionou entre os anos de 1877 e 1893, quando paralisou as atividades por conta de dificuldades financeiras, haja vista os problemas encontrados para fazer chegar açúcar e aguardente ao porto de São Francisco.<sup>6</sup>

Na época da decadência de sua grande feitoria, em 1883 e 1884, seus colonos estavam atrasados no pagamento. Dinheiro não havia. Os extensos canais, desde a barra do Rio Jaraguá, subindo até a propriedade de Francisco Florêncio Mendes, ribanceiras do Itapocu acima, encontrando-se na barra do "Chico de Paulo" (...) foram incendiados. Sem dinheiro, roça queimada, o povo debandou. Poucos ficaram, entre estes, a família dos Rosa. Cana queimada, o que dava, se aproveitava. Faziam-se açúcar e cachaça. Esperavam-se dias melhores. Não vieram porém.<sup>7</sup>

Segundo Emílio Silva, "com a chegada de colonos europeus, vindos também dos municípios vizinhos, deparou-se uma regular favela, instalada na falda da elevação mais próxima da aldeia do velho Jaraguá, iniciada no ano de 1901,<sup>8</sup> cujos proprietários eram os ex-operários da fazenda do Jourdan, constituídos de gente, em sua maioria de cor negra, dos Rosa, Ventura, dos Rita e outros. Atualmente, bem poucos dos remanescentes sabem algo sobre o

<sup>3</sup> O Morro da Boa Vista está localizado no Bairro Ilha da Figueira.

<sup>4</sup> SILVA, Emílio. *O Il livro Jaraguá do Sul: um capítulo na povoação do Vale do Itapocu*. Jaraguá do Sul, 1975, p. 54.

<sup>5</sup> STULZER, Frei Aurélio. *O primeiro livro de Jaraguá*. Petrópolis, Vozes, 1972, pp. 11-12.

<sup>6</sup> SILVA, Emílio. *O Il livro Jaraguá do Sul...* p. 54.

<sup>7</sup> SILVA, Emílio. *O Il livro Jaraguá do Sul...* pp. 33-34.

<sup>8</sup> Se Domingos Rosa foi um dos primeiros moradores do Morro da Boa Vista, ou Morro da África, como era mais conhecido na época, e ele ficou na área do engenho até 1896, mesmo ele não pertencendo mais a Jourdan, então o morro começou a ser povoado, provavelmente, a partir dos anos de 1897, e não 1901 como sustenta Emílio Silva. (SILVA, 1975, p. 54).

nome grotesco<sup>9</sup> de “Morro da África”.<sup>10</sup>

Para muitos, da mesma forma que as histórias do morro e de Jaraguá do Sul se confundem, não se pode separar a história de Domingos Rosa da do Morro da Boa Vista, pois teria sido ele, com sua numerosa prole, um de seus primeiros habitantes.

O pai de Domingos Rosa, João Estevão de Oliveira Rosa, acompanhado de sua família, veio, em princípios de 1880, trabalhar com Jourdan na abertura de um canal que facilitaria a ligação entre o Jaraguá e o porto de São Francisco. De João Estevão, negro, sabe-se que era natural do Porto de Ubanda, da África e que se casara com Rosa Thomasia da Conceição, aos 18 de outubro de 1867, em Joinville. Domingos Rosa, seu filho mais velho, casou-se com Rita Veríssima da Conceição, de 13 anos de idade (...) ele casou-se mais duas vezes e teve trinta e seis filhos, dos quais alguns ainda vivem e moram no Morro da Boa Vista.<sup>11</sup>

Em 1893 Jourdan vendeu as terras do Jaraguá a Pecher & Cia., das quais depois se tornou proprietário Domingos Rodrigues da Nova Jr., que em outubro de 1907 vendeu-as à sociedade formada por Francisco Tavares Sobrinho, César de Souza e Angelo Piazero (...). “A sociedade requereu despejo dos moradores sem títulos, em juízo, e assim, por despacho do juiz de direito de Joinville, o policial, Gabriel de Moraes, cumprindo o mandado, desalojou com violência e arrasou com fogo.”<sup>12</sup> Antes, porém, já existia um pequeno agrupamento no morro da Boa Vista, de descendentes de pretos, desde 1901. Domingos Rosa, João Ventura e Justino de Oliveira partiram, a pé, para Florianópolis a fim de sensibilizar as autoridades. O governo vendeu-lhes então três lotes de terras, onde já havia pequena favela”.<sup>13</sup>

É este morro e um pouco de sua história de ocupação e de degradação ambiental o sujeito e objeto desse artigo.

Localizado no Vale do Itapocu, na Região Nordeste de Santa Catarina, em uma altitude de 30 metros acima do nível do mar, o Município de Jaraguá do Sul conta com uma área de 540 quilômetros quadrados e integra a Região da Amvali.<sup>14</sup> Colonizada principalmente por negros, alemães, italianos e húngaros, a cidade manteve uma característica rural até o início da década de 1960, quando começou seu processo de industrialização, que mais tarde transformaria o município no terceiro maior pólo industrial do Estado – título

<sup>9</sup> Percebe-se que nas palavras “grotesco” e “favela” já está presente o preconceito e a discriminação que vão marcar até os dias de hoje a localidade. Atualmente alguns o chamam de Morro das Antenas, se referindo à ela como ponto turístico, o que não diminui os problemas vividos pelos moradores, sejam eles os reais ou os da representação do morro como um lugar “muito mal falado”, segundo um depoimento concedido ao autor em 08/08/2003 e registrado em anotações.

<sup>10</sup> SILVA, Emílio. *O Il livro Jaraguá do Sul...* p. 54.

<sup>11</sup> SILVA, Emílio. *O Il livro Jaraguá do Sul...* p. 58.

<sup>12</sup> Essa limpeza de área foi feita juntamente com a matança dos indígenas que viviam na região.

<sup>13</sup> SILVA, Emílio. *O Il livro Jaraguá do Sul...* p. 59. (grifo nosso).

<sup>14</sup> Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá, Massaranduba, Schroeder, São João do Itaperiú e Barra Velha).

que detém até hoje. Esta mudança na atividade econômica jaraguense, com a instalação e o crescimento de muitas indústrias em torno do núcleo do município, acelerou o processo de urbanização e provocou o aumento de sua população urbana.<sup>15</sup>

O crescimento dos setores industrial e comercial locais aumentou a oferta de empregos, atraiu um grande número de trabalhadores sem especialização e, em menor quantidade, profissionais especializados, oriundos principalmente do Oeste de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul, contribuindo para o aumento da população urbana de Jaraguá do Sul. Atualmente, o município passa por um processo ainda mais acentuado e crescente de urbanização, gerando constantes problemas para a cidade. No Quadro 1 podemos visualizar este crescimento:

Quadro 1. Crescimento relativo da população de Jaraguá do Sul entre os anos de 1940 e 2000.

Ano	População	Crescimento
1940	23.495	*
1950	27.240	16%
1960	23.197	-17,5%**
1970	30.246	30,5%
1980	48.534	60,5%
1991	76.968	58,6%
1996	93.076	21%
1997	96.614	3,8%
1988	99.594	3,1%
1999	102.580	3%
2000	105.575	2,9%

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos.

\*\* Queda populacional decorrente do desmembramento de Corupá, ocorrido em 21/07/1958 através da Lei Estadual nº. 348.

Como o Município não estava preparado para receber tantas pessoas em tão pouco tempo, problemas de moradia, emprego, educação, por exemplo, surgem, fazendo com que a avaliação positiva que se tinha deles anteriormente passasse a ser negativa, responsabilizando-os por vários problemas, tais como o aumento da marginalidade, a ocupação dos morros e áreas de risco, o desemprego e a diminuição dos salários. Em outras palavras, um processo de segregação (tanto geográfica quanto social e econômica) começava a se definir e consolidar na região.

O processo de desmatamento e a ocupação de vários morros do Município podem servir como exemplo desse processo, bem como a abertura de vários loteamentos em diversas regiões da cidade com vistas a dar conta da demanda por moradia, seja qual for à qualidade que elas tenham. Entre outros problemas,

<sup>15</sup> AYROSO, Anelyse Rosany et al. A produção do espaço urbano em Jaraguá do Sul – SC. *Percursos. Revista do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, vol. 3, julho de 2002, p. 136.

essas populações de “outros” convivem com a falta de esgoto, água encanada, infra-estrutura básica, acesso a ônibus e violência urbana.

Como em qualquer cidade capitalista, que está projetada para atender os interesses do capital, Jaraguá do Sul conta com uma organização espacial voltada inteiramente para os setores da indústria, do comércio e serviços, articulando-os para facilitar a estrutura urbana da cidade. Conseqüentemente, lazer, cultura e transporte estão distantes e pouco acessíveis aos bairros periféricos, tais como o Morro da Boa Vista.<sup>16</sup>

No município de Jaraguá do Sul, os principais agentes sociais responsáveis pela produção do espaço urbano são os proprietários dos meios de produção (sobretudo os grandes industriais), os proprietários imobiliários e o Estado, constituindo tais agentes um único bloco com interesses não antagônicos, com acesso a todo tipo de equipamentos urbanos, ficando os demais grupos sociais, praticamente, excluídos<sup>17</sup> e tendo acesso aos equipamentos comunitários e infra-estrutura básica somente quando a problemática social se torna uma ameaça à sociedade como um todo, e produzindo espaços “ilegais”, como os loteamentos clandestinos.<sup>18</sup>

A ação do Estado, através dos poderes executivo e legislativo municipais, concentra-se na tentativa de implementar medidas tendentes a amenizar o problema do déficit habitacional, promovendo a regularização dos loteamentos irregulares e a construção de conjuntos habitacionais de caráter popular em áreas de segregação.<sup>19</sup>

Assim, o crescimento urbano de Jaraguá do Sul é marcado por uma dupla situação: a segregação social e a exclusão territorial.<sup>20</sup> A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado de parte do contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pelas necessidades de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo. “A cidade ilegal e precária é um subproduto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização”.<sup>21</sup>

Claudia Seibert ao analisar a cidade de Blumenau constatou que:

A aceitação tácita da ilegalidade expressa na falta de fiscalização e no fornecimento de infra-estrutura e serviços urbanos (água, luz, coleta de lixo, escola, etc.) é um ato

<sup>16</sup> O Morro da Boa Vista não é distante geograficamente do centro, mas está distante social, cultural e economicamente, isto é, naquilo que diz respeito ao atendimento das questões básicas da população: água, saneamento, coleta de lixo, creche etc.

<sup>17</sup> A essa outra camada da população, mais empobrecida e excluída do acesso às condições mínimas de habitação, resta o respaldo do poder público, que desenvolve ações paliativas. Fica esta camada desprotegida e encarregada de modelar seu próprio espaço de acordo com suas possibilidades.

<sup>18</sup> AYROSO, Anelyse Rosany et al. A produção do espaço... p. 137.

<sup>19</sup> AYROSO, Anelyse Rosany et al. A produção do espaço... pp. 141-142.

<sup>20</sup> MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 22.

<sup>21</sup> MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades...* p. 41.

de tolerância – mas não por razões humanitárias – em relação ao espaço urbano ilegal, uma aceitação do Estado de que a legislação urbanística não é aplicável a toda a cidade. No entanto, ao invés de elaborar uma legislação menos exigente, adaptada às reais possibilidades da população de baixa renda, que lhes concederia enfim o direito à cidadania, o Estado opta por deixar esta população refém das práticas clientelistas.<sup>22</sup>

O controle urbanístico (a fiscalização sobre o uso e a ocupação do solo), de competência municipal, se dá somente na cidade legal. Para os assentamentos precários ilegais, em áreas que não interessam ao mercado imobiliário, a fiscalização é precária. Nem mesmo em áreas de proteção ambiental, sobre as quais incidem leis federais, estaduais e municipais, a fiscalização e a aplicação da lei se dão com mais rigor do que nas áreas valorizadas pelo mercado. O mercado imobiliário controla os investimentos públicos urbanos que são o fator mais importante de valorização imobiliária. O árbitro acarreta uma tensão na aplicação da lei e a relação de favor reina soberana na gestão, na regulação, nos pequenos investimentos que são feitos na periferia, e que obedecem à lógica da promessa, da troca clientelista.<sup>23</sup>

Quando é tempo de política aparecem aqui no morro vários políticos, uns nem vêm e mandam cabo eleitoral de medo do povo. Na política eles aparecem e prometem um monte de coisas pro pessoal do morro, mas depois da eleição não se vê mais ninguém aqui e tudo continua como antes.<sup>24</sup>

O desenvolvimento industrial de Jaraguá do Sul foi acompanhado por um projeto de modernização excludente, ou seja, o investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade hegemônica ou oficial, com a conseqüente segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos, segregando o trabalhador.

A distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização é historicamente injusta e resultante de décadas de descaso, preconceito e de atuação privilegiada voltada apenas para alguns setores da cidade. Atuações sucessivas, porém pontuais, foram comprovadamente insuficientes para diminuir ou resolver as questões mais agudas dessa população.

Os loteamentos clandestinos<sup>25</sup> são a dimensão mais aguda da dinâmica de um tipo de urbanização que resulta numa gigantesca construção de cidades dentro da cidade, feita de forma ilegal, sem a participação dos governos, sem

<sup>22</sup> SIEBERT, Cláudia. *A evolução urbana de Blumenau: o (des)controle urbanístico e a exclusão social*. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, p. 133.

<sup>23</sup> MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades...* p. 43.

<sup>24</sup> Entrevista concedida ao autor por moradora em 01/08/2003 e registrada em anotações.

<sup>25</sup> "Dez por cento da população vive em loteamentos irregulares". (*Jornal do Vale*, 16 a 22 de novembro de 1995, p. 3). "Projeto "Chão Legal" quer acertar 99 loteamentos irregulares". As irregularidades dizem respeito à documentação, desmembramentos, certidões de compra e venda. Além disso eles, em sua maioria, não apresentam condições de moradia: infra-estrutura necessária (rede elétrica, drenagem, água, abertura de vias, terrenos planos), que acaba ficando por conta do comprador.

recursos técnicos e financeiros significativos, ou seja, “um (...) empreendimento, bastante descapitalizado e construído com técnicas arcaicas, fora do mercado formal”.<sup>26</sup> Esse processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente. “A cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria. O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade”.<sup>27</sup>

Esse é o caso de S., morador do Morro da Boa Vista há 11 anos. Sua história é interessante porque ele mora em uma área verde, de preservação. Segundo ele, quando chegou em Jaraguá do Sul vindo do Paraná não tinha onde morar “e um secretário da prefeitura”<sup>28</sup> disse que podia construir uma casa no morro, desde que cuidasse para que outros não viessem, desmatassem e construíssem casas. Exatamente o contrário aconteceu e hoje naquele espaço do morro moram várias famílias, todas morando nas mesmas condições de ilegalidade e de conveniência do poder público municipal.

Aqui as casas foram construídas dentro do alcance de cada um, com a ajuda dos outros no final de semana, nos tempos de folga. Um ajudava o outro e assim se ergueram todas essas casas que se pode ver daqui. Até a Igreja Evangélica foi construída assim. Tudo com muita dificuldade e sofrimento, que ninguém podia se mostrar muito que a Prefeitura vinha e mandava embora. Mas não aconteceu nada, graças a Deus. (...) a água a gente pega do morro porque a Samae<sup>29</sup> não liga dizendo que não tem legalização do terreno. (...) o esgoto com a rede geral que não tem aqui em cima do morro já era coisa pra tá pronta e eles tinham que mexer nisso.<sup>30</sup>

A falta de recursos financeiros faz com que se reaproveitem materiais usados ou se adquiram os de pior qualidade. Em casos mais graves se utilizam dejetos de vários tipos (latas, zinco, madeira) para a construção da habitação. Aliada à questão do material, a autoconstrução, realizada normalmente à noite e nos fins-de-semana (com ajuda da família e eventualmente de amigos) por pessoas normalmente cansadas e nem sempre com a qualificação necessária, dá bem a idéia do tipo de habitação que inicialmente a maioria das famílias constroem. Em suma, em média são residências acanhadas, de péssima qualidade, de construção deficiente e com acabamento precário. Em decorrência de falhas técnicas e do longo período de construção, a deterioração se inicia antes mesmo que o projeto final da casa se encontre terminado, ou seja, é o novo em ruínas.<sup>31</sup>

<sup>26</sup> MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades...* p. 37.

<sup>27</sup> MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades...* p. 39.

<sup>28</sup> Lei de Crimes Ambientais, nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Art. 67: “Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público”. Pena – detenção, de um a três anos, e multa”.

<sup>29</sup> Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

<sup>30</sup> Entrevista concedida ao autor Ancelmo por morador em 21/08/2003 e registrada em anotações.

<sup>31</sup> Além disso, o processo de ocupação destas áreas, através da “autoconstrução”, sem critérios técnicos, com remoção da cobertura vegetal, com cortes e aterros não estabilizados e sem obras de drenagem, aumenta os riscos de deslizamento.

A ocupação indiscriminada do Morro da Boa Vista,<sup>32</sup> com suas áreas ambientalmente frágeis e “protegidas” por lei ocorreu vis-à-vis à falta de alternativas de moradia no mercado legal. Este é o caso do Decreto nº. 1.549/87, de 22/09/1987, que declara de interesse social terras no Morro Jaraguá (Morro da Boa Vista).

Para tal, o decreto considerou: a) o parecer da COMDEMA – Comissão Municipal de Defesa do Meio Ambiente, expresso no ofício nº. 6/86, de 5 de novembro de 1986, e acatado pelo Prefeito através de despacho do dia 11 de fevereiro de 1987, que recomendou a desapropriação de terras do Morro Jaraguá de forma gradativa de cima para baixo, com vistas a sua proteção, preservação e utilização racional; (...) c) que o Morro Jaraguá, composto de 3 picos com altitudes de 926m, 897m e 894m, vem sendo vítima de agressões predatórias que colocam em risco os seus atributos hídricos, flora, fauna e solo, comprometendo mananciais, devastando a sua cobertura vegetal, afugentando seus animais e causando erosão; d) a tradição histórica da elevação em pauta, que confere identidade ao Município e se constitui em elemento geográfico de grande notoriedade, figurando no Brasão e na Bandeira Municipais; (...) f) a localização privilegiada do Morro Jaraguá, que permite o descortinamento de uma panorâmica visão de todo o Vale do Itapocu, e os seus dotes paisagísticos, turísticos e recreativos característicos, contendo uma das melhores rampas de vôo livre do País”.

Apesar disso e do segundo artigo<sup>34</sup>, as ocupações irregulares aumentam os problemas a cada dia e os moradores sofrem com falta de luz, segurança, coleta de lixo, água encanada, esgoto a céu aberto etc.<sup>35</sup>

Quem chegava no morro e queria plantar alguma coisa, bastava se apossar de um terreno e criar as condições necessárias para isso, isto é, desmatar, tocar fogo e plantar. Atualmente, com exceção dos porcos e gado, essa prática ainda hoje é comum na comunidade. O., por exemplo, que mora no Morro Boa Vista há 29 anos, planta “umas terrinhas” que um vizinho lhe

<sup>32</sup> O crescimento desordenado do Morro da Boa Vista o transformou num dos locais de maior degradação ambiental de Jaraguá do Sul. A erosão, o desmatamento e a ocupação desordenada acabaram interferindo no ecossistema do local; a ausência de esgoto doméstico polui os mananciais e a presença do homem afugentou a fauna e comprometeu a flora.

<sup>33</sup> “As terras objeto da presente declaração destinar-se-ão à proteção, preservação e aprimoramento dos recursos naturais nelas contidos, e a implantação racional de projetos turísticos, paisagísticos e de lazer, com ou sem exploração econômica, bem como a instalação e manutenção de antenas receptoras, transmissoras ou repetidoras de sinais de televisão e equipamentos acessórios, com recursos financeiros do Erário Público, compatibilizando-os com o ecossistema do local, objetivando o melhor aproveitamento, utilização ou produtividade das mesmas em benefício da coletividade”.

<sup>34</sup> “Preocupação com as crianças que brincam nas imediações da vala. A empregada doméstica Evanira Rosa e a auxiliar de serviços gerais, Joceli Adriana de Mello, contam que solicitaram à Prefeitura há mais de um ano tubos para colocar em uma vala onde passa o esgoto próximo da casa, mas até agora não receberam nada. “O cheiro aqui é muito forte e a gente tem que cuidar o tempo todo para as crianças não brincarem nessa água suja”, reclama Joceli. O diretor do Samae, Nelson Klitzke, comenta que a instalação de esgoto e ligações de água nas partes mais altas do bairro não são possíveis devido à localização das casas, que estão em locais irregulares e acima da cota 130 (até onde chega o abastecimento de água e foi implantado o sistema de esgoto no bairro)”. (AN Jaraguá, 13/08/2003, p. 3).

<sup>35</sup> Entrevista concedida por morador ao autor Ancelmo em 08/08/2003 e registrada em anotações.



cedeu. Pertinho de casa ele planta aipim, cana, verduras e hortaliças para o sustento da família. Raramente vende alguma coisa, mas “se alguém passar e pedir, eu deixo levar sem problema. Tem muita gente daqui que vem pegar aipim. Até um fiscal da Prefeitura que veio me dizer que eu não podia plantar no morro, nesses dias passou aqui e me pediu aipim. Eu não dei porque ele foi grosseiro comigo no dia que disse que eu não podia plantar. O dono tinha me deixado e eu plantei. Já faço isso há um tempão e vou fazer até que ele me mandar embora, mas eu sei que isso não vai acontecer”.<sup>36</sup>

O terreno nem sei de quem é certo. Eu acho que é da Prefeitura, uma área de preservação, mas não sei certo. Um homem da prefeitura disse que a gente podia morar aqui. Aí pegamos e construímos a casa. (...) hoje em dia eu vivo de plantar uma rocinha de aipim, cana e pepino, que eu planto com mais três filhos. A rocinha é lá em cima,<sup>37</sup> lá no morro.<sup>38</sup>

Os moradores do Morro da Boa Vista, que tem 800 metros de altura, se concentram até os 600 metros, mas quanto mais alto, maiores são os problemas. Depois da igreja São Benedito, mantida pela própria comunidade, falta iluminação elétrica. E não são poucos os trabalhadores que enfrentam a escuridão para ir ou voltar do trabalho. Apesar de boa parcela da localidade ser considerada como perímetro rural pela Secretaria Municipal de Planejamento, a maioria dos moradores não são agricultores, haja vista que a inclinação do morro dificulta o trabalho agrícola.<sup>39</sup>

Em 1999 a Associação de Moradores encaminhou ofícios para a prefeitura e para a Celesc<sup>40</sup> pedindo iluminação para as quase 100 famílias que moram em terrenos acima da igreja, mas o problema é o modo de ocupação desenfreada do morro, sem a menor preocupação com normas de segurança e infra-estrutura básica.

Aqui é assim. Quando a pessoa chega ela derruba umas árvores e começa fazer a casa. Se puder chama uns conhecidos para ajudar, se não faz sozinho mesmo. Geralmente é uma casa bem simples, que vai ser terminada depois, porque o negócio é só ter onde morar uns tempos até a coisa melhorar. (...) não, o tipo de árvore que se derruba não importa muito. Se está atrapalhando a gente derruba e vai pregando tábuas. (...) tem vezes que alguém da Prefeitura aparece, mas não é muito. Eles mandam parar a obra (risos), mas não temos como obedecer se não a família fica sem teto. Então se espera ele ir embora e começamos trabalhar de novo.<sup>41</sup>

<sup>36</sup> De sua casa até a roça são 187 degraus encastrados no morro.

<sup>37</sup> Entrevista concedida por moradora ao autor Ancelmo em 21/08/2003 e registrada em anotações.

<sup>38</sup> No morro, tudo é vertical. Os vizinhos se falam a um desnível de, no mínimo, três metros de altura. O morador do lote inferior ergue a cabeça cada vez que precisa falar com o vizinho, que por sua vez precisa abaixar-se para manter uma comunicação efetiva.

<sup>39</sup> Centrais Elétricas de Santa Catarina.

<sup>40</sup> R. veio de Quedas do Iguacú (PR) e está morando no Morro da Boa Vista há sete anos. Entrevista concedida ao autor em 28/07/2003 e registrada em anotações.

<sup>41</sup> O caminhão de combate a incêndios do Corpo de Bombeiros Voluntários teve dificuldade para entrar no local e apagar o fogo devido à estrada estreita e íngreme. Hoje, técnicos da Gerência do Meio Ambiente visitarão o local para

Esses não são os únicos problemas no morro. A falta de creche para os filhos dos trabalhadores que costumam ficar o dia inteiro fora de casa já que o transporte é escasso, tem provocado preocupações. A orientação da prefeitura é de utilizar opções das localidades de Ilha da Figueira ou Vila Nova, mas nenhuma das duas fica próxima da comunidade.

As queimadas também são outro problema vivenciado pelos moradores do Morro da Boa Vista, que constantemente vêem o fogo queimar parte considerável do morro. O último caso foi registrado no dia 12 de agosto de 2003, quando um incêndio, provavelmente provocado pela queima de lixo e entulhos, devastou cerca de 10 mil m<sup>2</sup> de área verde.<sup>42</sup>

A explosão demográfica do período (anos 70 aos 90), fruto principalmente da migração, mais do que crescer e aumentar a complexidade de sua administração contribuiu para que Jaraguá do Sul se redefinisse territorialmente. A emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais transformações que ocorreram no período, evidência que se manifesta ainda hoje. Nunca é demais lembrar que a segregação urbana é determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais. Essas regiões apresentam, de modo geral, sérios problemas ambientais, com áreas críticas de degradação: assentamentos ilegais, sistemas de transporte e de saúde falidos, déficit habitacional, saneamento básico precário, falta de escolas e creches, menores abandonados, violência urbana acentuada e outros".<sup>43</sup>

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado.<sup>44</sup>

Distribuição incompleta de água, sistemas de esgoto quase inexistentes, coleta inadequada do lixo, construção em morros muito inclinados e sujeitos a erosão e em várzeas sujeitas a enchentes, casas mal-construídas, mal-ventiladas e mal-iluminadas combinam para produzir o ônus ambiental da vida diária na periferia.<sup>45</sup>

---

averiguar estragos, a fim de emitir laudo sobre as causas do incêndio. A hipótese mais provável é que pessoas residentes próximas da área tenham queimado o lixo doméstico no fundo do quintal, e devido ao tempo seco e ao vento o fogo tenha se espalhado e queimado parte da mata das proximidades. (AN Jaraguá, 13/08/2003, p. 1).

<sup>42</sup> MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento e meio ambiente: a experiência de Curitiba*. Campinas: Papirus, 2<sup>o</sup>. ed., 2001, pp. 23-24.

<sup>43</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 4<sup>o</sup>. ed., 2002, p. 29.

<sup>44</sup> HOGAN, Daniel Joseph. Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras. In: HOGAN, Daniel Joseph e VIERA, Paulo Freire. (Orgs.). *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 2<sup>o</sup>. ed., 1995, p. 162.

<sup>45</sup> Deve-se reconhecer os ambientes construídos como resultado da interação entre natureza e sociedade, evidenciando interesses em conflito e relações desiguais de poder.

A apropriação do espaço geográfico pode ser vista pelo desenvolvimento histórico de uma ocupação, explicando, desta forma, os condicionamentos urbanos existentes hoje. Um olhar para a cidade de Jaraguá do Sul permite dizer que ao longo da expansão urbana houve uma segregação social e espacial,<sup>46</sup> que levou as populações a ocuparem espaços não adequados para a moradia, tais como as partes íngremes dos morros, onde se observa que a ocupação possui um padrão de urbanização mais precário, com lotes menores e arruamento mais estreito e tortuoso, e às vezes com escadas de terra no lugar de ruas de acesso às casas.

Não é por acaso que muitos espaços periféricos são morros; também não é ocasional que populações mais pobres, desprovidas de serviços básicos, ocupem áreas menos valorizadas no mercado imobiliário regular, que correspondem não raro a áreas com características naturais específicas (sujeitas a inundações, desabamento, alta declividade). A cidade informal marcha em direção à periferia, a cidade "ilegal" ocupa terrenos onde consegue, em interstícios do tecido urbano rejeitados ou reservados pelo mercado imobiliário público ou privado.<sup>47</sup>

Os discursos oficiais não assumem a cidade como um todo, mas elegem apenas as centralidades globalizantes,<sup>47</sup> plenas de significados e altamente visíveis, como objeto de intervenção, em uma clara demonstração de que a parte da cidade que conta é aquela cujas localizações têm maior potencial de rentabilidade imobiliária e carga simbólica. Esta "cidade oficial" tem outro padrão de manutenção: suas ruas são varridas com mais frequência, a sinalização urbana é reposta, a iluminação pública é melhor, o policiamento é maior, as praças e jardins merecem maiores cuidados. Finalmente, essa cidade é objeto, por incrível que pareça, de maiores investimentos públicos.

Diante disso podemos dizer que o município de Jaraguá do Sul apresenta duas partes bem distintas, duas cidades, por assim dizer. Uma delas é a cidade legal, a cidade assistida pelos órgãos públicos, da infra-estrutura (calçamento, água, esgoto e ônibus). A outra é a cidade "ilegal", construída em loteamentos clandestinos e habitada por migrantes, por pessoas que sonham em serem incorporados ao progresso da cidade, de terem chances de crescerem e de viverem dignamente. Ou seja, são trabalhadores que participam do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos, haja vista que para o capital os trabalhadores só interessam como fonte de acumulação, que é conseguida através da produção de mercadorias e outras riquezas.<sup>48</sup>

<sup>46</sup> TASCHNER, Suzana Pasternak. Degradação ambiental em favelas de São Paulo. In: TORRES, Hararoldo da Gama e COSTA, Heloísa Soares de Moura. (Orgs). *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 274.

<sup>47</sup> MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades...* p. 69.

<sup>48</sup> SCHÖRNER, Anselmo. *O arco-íris encoberto – Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos-operários e faccionistas*. Joinville: Oficina Comunicações, 2000, p. 81.

### Quem paga o preço da degradação ambiental?

Os problemas ambientais de cidades modernas são combinados com aqueles do subdesenvolvimento, sendo que suas conseqüências são socialmente dirigidas. A segregação residencial aloca os pobres à periferia da cidade, onde problemas ambientais são nada menos que catastróficos. Padrões de migração em grande escala garantem a manutenção desse sistema. "Na ausência de políticas de distribuição de renda ou investimentos maiores em saneamento, moradia e saúde, tais processos garantem que o ônus ambiental será carregado principalmente pelos pobres."<sup>49</sup>

Não devemos estar atentos à migração enquanto crescimento somente, mas investigar o processo migratório via mecanismos específicos e como eles determinam quem paga o preço da degradação ambiental na cidade, que é muito maior do que a inconveniência da fuligem, barulho ou cheiros desagradáveis.<sup>50</sup> Esgoto a céu aberto, poluição da água e sua utilização, favelização e formação de cortiços, aterros clandestinos, ocupação de encostas etc., são moeda corrente nas cidades brasileiras. De tão vulgar, o problema se torna opaco e natural.

Independentemente da ocorrência mais intensa de poluição, oriunda diretamente do processo de industrialização, a urbanização, dentro destes parâmetros de escassez de recursos para políticas sociais, contribuiu crescentemente para a degradação do ambiente. O espaço foi ocupado de maneira desordenada, a coleta de lixo, o calçamento das ruas, as redes de água, luz e esgoto não acompanharam o ritmo de crescimento da cidade.

As explicações do processo de desenvolvimento econômico de Jaraguá do Sul abordam principalmente as origens e as conseqüências relativas à industrialização da região, enfocando fatores como a relação entre os colonos e os vendeiros, a distribuição espacial das indústrias, a capacidade de empreendimento e inovação dos setores empresariais, o processo de especialização das atividades produtivas, os conflitos políticos gerados pela dinâmica de organização dos setores patronal e operário, o desenvolvimento econômico da região.<sup>51</sup>

Independentemente da matriz analítica ou das posturas ideológicas adotadas no sentido de explicar o desenvolvimento, verifica-se que a dimensão natural, ou mais precisamente, os impactos ambientais associados ao processo de ocupação e desenvolvimento têm sido sistematicamente marginalizados. As autoridades mostram-se pouco sensibilizadas quanto à problemática ambiental, que é tratada como a antítese do desenvolvimento almejado.

<sup>49</sup> HOGAN, Daniel Joseph. *Migração, ambiente...* p. 166.

<sup>50</sup> A qualidade ambiental deve levar em conta a qualidade de ar e de água, espaço verde per capita, qualidade de moradia, poluição sonora, padrões nutricionais etc.

<sup>51</sup> MATTEDI, Marcos Antônio. Subsídios para a análise da relações sociedade-natureza no Vale do Itajaí. In: THEIS, Ivo Marcos, TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima e MATTEDI, Marcos Antônio. (Orgs.). *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau*. Blumenau: Editora da FURB, 2000, p. 216.

Pergunta-se: por que, apesar dos sinais evidentes de sobrecarga exercida pelo processo de ocupação e desenvolvimento da região, os impactos ambientais não são considerados adequadamente nessas análises? Por que se ignora o fato de que a sociedade depende do ambiente para sua sobrevivência? Para Mattedi, "a maior parte dos estudos que abordam os processos de ocupação e desenvolvimento empregam a mesma postura metodológica: consideram, conceitualmente, sociedade e natureza como entidades que se opõem mutuamente e que se reproduzem de forma independente. Este viés analítico resulta de dois fatores que se encontram interligados: as raízes antropocêntricas do pensamento ocidental, que representa os seres humanos de forma separada da natureza, e a difusão de uma imagem otimista das sociedades humanas na qual a história da humanidade é vista como progresso".<sup>52</sup>

As conseqüências mais evidentes deste tipo de tratamento foram o encobrimento das ambivalências inerentes ao processo de ocupação e desenvolvimento da região. Somente nos últimos anos, no contexto da disseminação da problemática ambiental, fenômenos como a intensificação dos impactos das enchentes, o processo de desflorestamento, a concentração espacial da população, a ocupação de áreas de risco, a poluição dos recursos hídricos, entre outros processos, tornaram-se mais evidentes."<sup>53</sup>

Nesse sentido, os principais impactos ambientais provocados pelo processo de ocupação e desenvolvimento de Jaraguá do Sul são: desflorestamento para abertura de loteamentos, derrubada de árvores em áreas verdes para construção de casas, ocupação de morros, depósito de lixo de rios e córregos, poluição de rios com dejetos industriais.

O povo do Morro da Boa Vista joga o lixo aqui no rio ou queima. O caminhão do lixo não chega até aqui em cima e fica difícil levar até lá embaixo. Aí o povo não tem outra alternativa se não jogar por aqui mesmo. Podes ver lá, na beira do mato, lixo jogado, sacolas, latinhas, litros. Mas lá embaixo, perto da cachoeira, tem muito mais. Tem colchão velho, fogão a gás em pedaços, pedaço de televisão, parte de cama, armário, tapetes, pneus. É uma loja de móveis usados (risos)<sup>54</sup>

A questão ambiental, que nas últimas décadas alcançou maior visibilidade, constitui um fator complicador das ocupações ilegais, uma vez que, em sua maioria, elas ocorrem em áreas que deveriam ser preservadas em função dos mananciais hídricos, da mata e fauna nativa e como forma de evitar processos erosivos.

<sup>52</sup> MATTEDI, Marcos Antônio. Subsídios para a análise ... p. 216.

<sup>53</sup> MATTEDI, Marcos Antônio. Subsídios para a análise ... p. 217.

<sup>54</sup> P. mora no morro "há muitos anos. Nasci no Paraná e corri o mundo". Entrevista concedida ao autor em 21/08/2003 e registrada em anotações.

Entre os principais fatores relacionados à destruição do ambiente natural destacam-se, principalmente, a dinâmica de crescimento econômico, a inovação tecnológica, o aumento populacional, a racionalidade individual que gera irracionalidade coletiva. Nenhum destes fatores, isoladamente, é suficiente para gerar a formação dos problemas ambientais, e somente as sociedades modernas apresentam as pré-condições necessárias para a combinação destes fatores. Estas pré-condições dizem respeito aos processos de produção do espaço e de apropriação dos recursos naturais.<sup>55</sup>

Considerando os processos de formação dos problemas ambientais, pode-se dizer que o desenvolvimento das sociedades modernas vem acompanhado de uma sucessão de riscos desconhecidos até então, pois se mostram inéditos, perigosos e iminentes. Nestes termos, talvez seja conveniente descrever os problemas ambientais como expressão de uma crise que representa, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma ruptura ecológica e de uma ruptura ambiental. Por ruptura ecológica, deve-se entender a *sobrecarga da capacidade regenerativa* da natureza exercida por atividades produtivas que promovem o esgotamento progressivo da base de recursos naturais necessários para a sobrevivência (fontes energéticas e matérias-primas). A ruptura ambiental, por outro lado, refere-se à *sobrecarga da capacidade assimilativa*, na medida em que este sistema produtivo converte a natureza em recipiente dos dejetos gasosos, líquidos e sólidos, reduzindo drasticamente a capacidade de recuperação dos ecossistemas.<sup>56</sup>

Um complexo conjunto de mecanismos migratórios contribui para a composição e a direção das correntes migratórias, para o agravamento da pressão ambiental na origem e no destino e para a imposição do ônus ambiental sobre os pobres, que passam a morar em bairros atingidos pela poluição, pela falta de água e por sistemas de esgoto ou de coleta de lixo deficientes, agregando-se um fator ambiental ao peso da desigualdade social".<sup>57</sup> Em outras palavras, é importante caracterizar o problema socialmente, haja vista que a poluição atinge diferencialmente a população.<sup>57</sup>

Se começarmos, empiricamente, a identificar os *locais* da poluição da cidade, podemos nomear alguns que são óbvios: as fábricas de algumas indústrias, os bairros onde estão localizadas essas fábricas, áreas ribeirinhas que, com a poluição dos rios, sofrem o mau cheiro, a falta de água potável, a falta de peixes, os córregos, valetas e canais que cruzam as grandes cidades e que são focos de ratos, insetos, água poluída, são até fonte de esquistossomose e, às vezes, servem para a criançada brincar. Ou seja, a falta de saneamento

<sup>55</sup> MATTEDI, Marcos Antônio. Subsídios para a análise... p. 219.

<sup>56</sup> MATTEDI, Marcos Antônio. Subsídios para a análise... pp. 219-220.

<sup>57</sup> HOGAN, Daniel Joseph. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. *Revista Lua Nova*, Campinas, n.º. 31, 1993, pp. 72-73.

básico, de abastecimento de água e de coleta do lixo, além de altos riscos para a saúde, são fatores de degradação do meio ambiente.

A contaminação do lençol freático afeta não só as hortaliças dos pobres (muito raras, em todo caso), mas também a própria água da torneira que, nas periferias vem de poços rasos, de fontes, da cachoeira, pois a rede de água e esgotos ainda não chegou até lá.

Os quadros abaixo nos mostram a situação dos moradores do Morro da Boa Vista quando ao abastecimento e tratamento da água, rede de esgoto, coleta do lixo e destino das fezes e urina.

Quadro 2. Abastecimento de Água.

Condição	Número	%
SAMAE	29	44,6
Poço	1	1,5
Fonte/morro	27	41,6
Poço/SAMAE	—	—
SAMAE mas usa a do morro	8	12,3
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa feita pelo autor Ancelmo nas casas do Morro da Boa Vista entre os dias 24/07 e 21/08/2003. Foram realizadas 65 entrevistas a partir de um roteiro de questões previamente estabelecidas.

Obs: três disseram que têm água da SAMAE, mas utilizam também água do morro. Outros pegaram água do morro por mais de 15 anos.

Quadro 3. Rede de Esgoto.

Condição	Número	%
Sim	33	50,8
Não (céu aberto)	32	49,2
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa feita pelo autor Ancelmo nas casas do Morro da Boa Vista entre os dias 24/07 e 21/08/2003. Foram realizadas 65 entrevistas a partir de um roteiro de questões previamente estabelecidas.

Quadro 4. Coleta de Lixo.

Condição	Número	%
Sim	61	93,8
Não	0	0
Céu aberto (barranco)	3	4,7
Queima*	1	1,5
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa feita pelo autor Ancelmo nas casas do Morro da Boa Vista entre os dias 24/07 e 21/08/2003. Foram realizadas 65 entrevistas a partir de um roteiro de questões previamente estabelecidas.

Obs: alguns têm coleta, mas dizem que é muito longe e que têm que levar o lixo até o ponto de coleta, por isso jogam na rua ou no riacho.

Ao analisarmos os diferentes dados obtidos neste trabalho, observamos que a qualidade de vida alcançada por parte das áreas consideradas

privilegiadas da cidade de Jaraguá do Sul deverá ser estendida a todas os demais espaços. Caso isto não ocorra, certamente, a cidade de Jaraguá do Sul terá dificuldades em manter o seu atual padrão de desenvolvimento urbano e colocará em xeque a imagem de uma cidade socialmente justa, ecologicamente sustentável, politicamente participadora e economicamente viável.



## ENTRE PEDRAS E BANANAS, UMA (?) CIDADE<sup>1</sup>

Emerson César de Campos  
Doutor em História

### Resumo:

A cidade de Criciúma até pouco tempo era visivelmente reconhecida como a capital brasileira do carvão. A exploração do chamado ouro negro provocou transformações significativas na pequena vila de agricultores erguida no final do século XIX. Este artigo tem a pretensão de contribuir para uma introdução ao debate sobre a cidade de Criciúma ao longo do século XX, especialmente em sua última década.

### Palavras-chave:

Criciúma - carvão - agricultura

### Abstract:

Until now Criciúma city was clearly recognized as the Brazilian charcoal capital. The extraction of the so called black gold incited significative transformations in the small agriculture village built by the end of XIX century. This article has the urge of contributing to the beginning of a discussion about Criciúma during the XIX century, specially its last decade.

### Keywords:

Criciúma - charcoal - agriculture

"... [quanto] aos bárbaros, não precisamos ficar à sua espera nos portões. Eles já estão sempre entre nós"

(Enzensberger)

Antes de qualquer reflexão havia a imagem impressa naquele papel jornal. Poderia ser contrário ao que ali indicava; ao andamento do "movimento", ou tomando um caminho inverso, ser solidário a ela, persistir no ritmo agonizante de uma experiência que clamava socorro. Estas eram duas opções entre as muitas que se poderia escolher. Mas é certo que não poderia ser indiferente a ela, pois em sua justa forma, aquela imagem instalava a diferença. Um cacho de banana, pendurado no pescoço daquele mineiro estilizado em bronze, fazendo referência a um momento ainda de transição entre uma urbanidade incipiente e uma periferia rural ou operária muito viva<sup>2</sup>. O tempo histórico

<sup>1</sup> O presente artigo é parte menor de um capítulo de minha tese de doutorado: *Territórios Deslizantes: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

<sup>2</sup> O monumento aos homens do carvão foi instituído em 1946, quando Criciúma explodia em sua demografia e uma urbanização pouco elaborada se cruzava com experiências ainda bem vivas dos homens da roça, em sua maioria descendentes dos primeiros imigrantes italianos e os operários do mundo do carvão.

pode ser apreendido em sua intensidade e não apenas em sua cronologia<sup>3</sup>. Tempo anunciado e enunciado na crônica bem humorada e sarcástica de um jornalista da cidade:

Há muita gente que fala mal de Criciúma. Porém cumpre-nos dizer que Criciúma não é tudo aquilo que falam os cronistas ou outras pessoas. A capital do carvão é apenas uma cidade diferente. (...) Criciúma é a perfeita concretização do velho sonho de Platão. É a cidade perfeita, a terra da luz, a terra da compreensão e da bondade. É onde de vez em quando se tem a fúnebre honra de assistir a um solene féretro em que um venerável cadáver canino é transportado palidamente pelas águas límpidas do Rio Criciúma, envolvendo as circunvizinhanças com o agradável aroma que em muito faz lembrar as mais finas resinas da longínqua Índia. A nossa prefeitura, longe como está situada do aludido Rio não goza deste privilégio.<sup>4</sup>

No momento em que preparava um estudo sobre Criciúma ainda, em 1999, aquela foto era a confirmação mais evidente de que ali existia e aflorava um modo diferente da cidade se construir. Os desejos já não podiam mais ser sublimados, estava acontecendo. A cidade que tinha na exploração carbonífera uma referência, um modo de se construir, escolhia outros caminhos. Antes, mesmo em seu centro urbano limpo da aridez carbonífera, era possível a todos a percepção de um mundo de pedras negras, estava no ar. Mas o que fazia então aquele cacho de bananas no monumento? Se precisamos estar atentos à intensidade, vamos então a primeira delas.

Um senhor de nome Paulo Marcus, engenheiro de minas, nascido em Bucarest, Romênia, chega em Urussanga por volta de 1915, para trabalhar na pesquisa do solo carbonífero. Estabelece contatos, forma amizades que hoje desfilam em placas colocadas nas esquinas de ruas lhes dando nomes. Entre suas ações se encontra a criação da Carbonífera Próspera em 1920, da qual se torna sócio fundador. Em 1925 um mal súbito lhe traz a morte. A primeira grande morte carbonífera. Não parece necessário dizer o prestígio social que um engenheiro de minas contava naquele momento num local que estava para se emancipar politicamente de Araranguá.

O dilema está criado. Paulo Marcus além de estrangeiro, de não ser da cidade ou da Vila de Criciúma, era luterano, ou seja, protestante. Neste momento, o cemitério que se tinha na cidade, ao menos no centro dela, era administrado pela igreja, católica, com padre italiano em seu segundo ministério na igreja matriz, Ludovico Coccolo. O padre não aceita enterrar um protestante. Impossível dizer que desconhecia outra fé que não a católica, pois já havia na região um núcleo de protestantes instalados desde 1890. Mesmo assim a recusa se fez. O que fazer então? O corpo precisava de um enterro.

<sup>3</sup> Este é um olhar próprio de Walter Benjamin. Para ver uma discussão mais elaborada a respeito, consultar: GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 8 e seguintes.

<sup>4</sup> Tribuna Criciumense. Criciúma, 23 set de 1957, p. 5 e 8.

Naquele momento a solução posta em prática foi a de dividir o cemitério em duas partes, pondo nele uma cerca. A fronteira delimitava aqueles que seriam enterrados com benção do descanso eterno, e outros, aqueles que no caso de Paulo Marcus, nem a sorte econômica servia, que seriam postos no lado sem benzedura alguma.

Acontece que Paulo Marcus era um homem do carvão, vivia entre administradores e operários. Estes tinham o costume desde 1918 de organizar a festa de Santa Bárbara. Naquela, realizada em 04 de dezembro de 1925, houve um grande protesto, um desfile de empregados da Carbonífera Próspera pelo centro da cidade, reclamando o fim da fronteira em forma de cerca e a conseqüente administração do cemitério passada à prefeitura, que somente seria instalada em primeiro de janeiro de 1926. Um traslado (desfile) foi feito da capela ao cemitério próximo dela. Deste protesto foi produzido um ofício e encaminhado ao Bispo em Florianópolis. O primeiro prefeito da cidade foi Marcus Rovaris, sócio e amigo de Paulo Marcus. Rovaris tinha vindo da Itália no fim do século XIX. Especula-se que a cerca tenha sido retirada a mando dele. Mas nisto poucos colocam fé. Há notícias desta cerca presente no cemitério na década de 1940<sup>5</sup>. Mas a intensidade disto tudo está na morte e no desfile. Era o mundo do carvão em toda a sua efervescência. Era também um desfile étnico<sup>6</sup>, sim pois entre aqueles que correram no socorro da memória de Paulo Marcus, havia gente de toda sorte, e a espetacularização disto pertencerá a outros tempos, quando se instalará a reprodutibilidade de ações e uma economia capitalística que integram um outro desfile, como veremos.

Há outro padre, em outro presente. Carlos Wecter foi pároco da igreja Santa Bárbara, no bairro de mesmo nome, entre 1964 e 1974. Apontado pela maior parte da população daquele bairro, colado ao centro da cidade, como um grande fazedor de festa da padroeira dos mineiros, padre Carlos foi o organizador de um outro desfile. Em 1972, durante o cortejo da imagem de Santa Bárbara do Bairro São Cristóvão à Paróquia Santa Bárbara, passando pelo centro da cidade, em cima da carroceria de um caminhão, o padre falava ao microfone: *"Vejam senhores comerciantes e mineradores, estes são*

<sup>5</sup> Assim era noticiado o evento pelo jornal "O Mineiro" n. 19, de 15/12/1926, cujos números impressos, apesar de muitos esforços, não consegui ter contato: "Aos quatro do corrente, Criciúma engalanou-se em homenagem à padroeira dos mineiros, elementos que dão vida ao comércio local, como braço preponderante à vitalidade de Criciúma, que depende muito das minas de carvão (...) Os mineiros da Cia. Próspera lembraram-se de prestar uma homenagem póstuma ao Dr. Paulo Marcus, fundador desta mina, alma mater da exploração mineira nesta cidade. Após a procissão, admiradores desse mineiros dirigiram-se à seu túmulo onde flores foram depositadas. Orando, no momento. O sr. Costa Arantes, funcionário do tribunal de Justiça do Estado. Dali partindo a comissão popular, após ter conduzido desde a igreja de Criciúma até a capela de Santa Bárbara a imagem protetora dos mineiros. Ficou resolvido que um abaixo assinado seria feito, com o intuito de ser retirada a cerca que separa o túmulo do engenheiro querido, do cemitério geral, sob pretexto de que este não era católico. Sentimos dizer que foram malsucedidos os operários da Próspera, embora amparados pelo comércio local, pois não obtiveram este desideratum" In: MILANEZ, Pedro. Fundamentos Históricos de Criciúma. Criciúma: Ed. Do Autor, 1991, p. 95.

<sup>6</sup> Não era contudo um desfile "típico", se entendermos por isto uma gama de diacríticos, entre estes, a vestimenta, por exemplo. Mulheres e homens não andavam vestidos de italianos, poloneses, portugueses ou lhes estavam colocadas.

*os homens que lutam pela sua sobrevivência e arriscam suas vidas nas minas. Olhem pra eles. Alguns sem braços, outros sem pernas, outros em cadeiras de rodas*<sup>7</sup>.

Animadas com o desfile que seus filhos participariam naquele sete de setembro de 1976, as senhoras Zonilda e Maria das Dores estavam também orgulhosas. Era o primeiro desfile dos filhos na escola com o nome de *Filho do Mineiro* situada no bairro Metropolitana. A tristeza chegou quando souberam que seus filhos desfilariam trajados de mineiros. Sujos de carvão e carregando uma lanterna, como todo mineiro. Aquilo era para elas ver transferida nos filhos a experiência diária acompanhada cada qual com seu marido mineiro. Foram solicitar à diretora uma mudança no traje. Encontrada a solução. Um dos meninos desfilou de Lobo Mau, o outro de Mickey Mouse<sup>8</sup>. Além de um time de futebol famoso na década de 1960<sup>9</sup>, o bairro agora tinha sinal de televisão chegando nele.

Quando foram vistos aqueles tratores no centro da cidade, fazendo barulho, pisando nas estradas com o vigor de suas rodas de máquinas imponentes, a população que assistia o desfile se perguntou: “*E essa agora?*”. Como podem falar em preservação, agricultura e outras coisas do gênero, se em nome de uma tradição de exploração desenfreada viramos as costas para isto tudo? Mas as máquinas continuavam por ali, e eram barulhentas. Em realidade o barulho, mansamente começou a ser produzido um pouco antes daquele ano, 1996.

---

<sup>7</sup> Trecho de depoimento concedido a mim pelo Padre Carlos Wecter, na cidade de Nova Veneza, em 17-10-2000. de:

<sup>8</sup> Episódio relatado a mim na cidade de Criciúma, por Maria das Dores Silveira Campos, em 21-07-2002.

<sup>9</sup> O bairro Metropolitana, lugar onde a exploração do carvão foi muito intensa, entre as décadas de 1950 e 1970 conseguiu projeção na cidade de Criciúma. Eram muito concorridos os bailes de carnaval realizados no Clube Recreativo e Esportivo Metropolitana. Ainda em 15 de novembro de 1945 havia sido fundado o Metropol Esporte Clube, modesto clube de um pequeno bairro de Criciúma. Mas em 1959, com dificuldades para por fim a uma greve mineira que mexia com a cidade, os dirigentes das Companhias Carbonífera, em especial o diretor da Cia. Metropolitana, senhor Dite Freitas, profissionaliza o time do bairro, contratando jogadores de prestígio nacional e investindo forte na idéia do futebol como aliviador de tensões. A profissionalização se efetiva em 1960, com a sociedade Freitas-Guglielmi administrando o clube através da Carbonífera Metropolitana. O Metropol ganha fama na década de 1960, se consagra tri-campeão catarinense, disputa o campeonato brasileiro, na época chamado de Taça Brasil e faz uma excursão pela Europa. Foi o primeiro time catarinense a realizar uma viagem deste porte. A sociedade se desfaz em 1969 e com ela o time profissional chega ao fim. É possível hoje chegar no Clube Metropolitana e ainda ver, numa sala pequena e pouco cuidada, os troféus obtidos pelo time. Atualmente (2003) o bairro Metropolitana não possui nenhuma mineradora em atividade. Aos domingos ainda se realizam jogos. Os jogadores são em sua maioria moradores do bairro. O cenário é desolador. A pirita colocada nos fundos das ruínas do antigo Estádio Euvaldo Lodi, inaugurado em 23/12/1952, dão conta de informar o abandono que está colocado o bairro, onde funciona aliás uma escola pública municipal de nome “Filho do Mineiro”. Os mais velhos torcedores do clube parecem ainda acreditar numa volta do Metropol aos seus grandes momentos. Como já disse José da Silva Junior, hoje jornalista conhecido no país e que tem familiares ainda no bairro, são “homens que se alimentam de lembranças”. Este é um tema que gostaria de desenvolver mais vagarosamente e com maior densidade. Contudo, dado aos recortes que realizei não foi possível tal lentidão. A fundação cultural de Criciúma desde de 2001 vem estudando o “Caso Metropol” e buscando alternativas para se visibilizar esta memória. Para um estudo mais cuidadoso sobre o time de futebol Metropol, ver: SILVA JUNIOR, José da. *Histórias que a bola esqueceu* – a trajetória do Esporte Clube Metropol e de sua torcida. Florianópolis: CMM Comunicação, 1996.

Corria o ano de 1989 da graça carbonífera e preocupados com o avanço da mineração de carvão realizada pela CSN, à época estatal, no subsolo de um morro ironicamente chamado Albino<sup>10</sup>, alguns homens moradores do local, entre eles engenheiros agrônomos e agricultores, iniciam uma luta com tino delimitado: Preservar o último manancial de água potável e terras agricultáveis em Criciúma. Em 1990 é aprovada por unanimidade na câmara de vereadores a lei 2.459 de oito de junho do mesmo ano, e mais que um simples número, tal lei declara área de proteção ambiental os Morros Estevão e Albino. A lei de autoria do vereador Vital Plotegher recebe o apoio do executivo municipal, sendo prefeito Altair Guidi, o prefeito do Centenário e também da Quermesse<sup>11</sup>. Guidi nunca fez muita questão em ser *simpático*, para usar uma expressão inteligível, ao setor carbonífero. No corpo da lei, precisamente seu art. 5, era permitido ao chefe do executivo, mediante decreto, restringir, proibir ou permitir, atividades econômicas ou não que causassem poluição no ar, solo ou águas na região. A tradição dos governos brasileiros de legislar sob decretos estava ali presente. Quando a lei foi aprovada, a situação de exploração de carvão em Criciúma já era difícil.

Em 1992, após inúmeras discussões, a Carbonífera Próspera é vendida ao minerador Realdo Guglielmi, de descendência italiana e membro representante dos empresários do setor carbonífero da região. É criada a companhia Nova Próspera. Em maio de 1995, as comunidades de Morro Estevão e Albino percebem furos de sondas naquela região. Feito vulcão que desperta de um longo sono, as sondas pareciam cuspir fogo sobre as comunidades. O medo se instaura. É deste sentimento que se produz as primeiras reuniões com os membros das comunidades. Em agosto de 1995 eles se reúnem inicialmente na câmara de vereadores, sabendo que não seria fácil derrotar um paradigma de existência que era até então a ação carbonífera na cidade. Bem articulados, convidam para a reunião o promotor público Jacson Correa, que sugere a criação de uma ação pública.

Era setembro de 1995 quando ocorre uma grande reunião com as comunidades envolvidas, em Morro Estevão, da qual participam mais de 300 pessoas. Naquela reunião seria criada a comissão de trabalho que iria montar um levantamento completo dos mananciais de água e do meio ambiente da região. Em novembro este levantamento se encontra pronto e é entregue no Centro das Promotorias da Coletividade, e encaminhado ao promotor como

---

<sup>10</sup> O nome deriva de uma expressão italiana: Alba. Chegando no local no final do século XIX, no momento a alvorada (Alba em italiano), e admirando a beleza que de cima do morro era possível vislumbrar, lhe deram o nome de Morro Albino. Não existe um consenso para o nome, mas entre outras possibilidades que me foram contadas, esta que apresento me parece mais viva entre as pessoas do local.

<sup>11</sup> Altair Guidi foi prefeito em Criciúma quando da realização dos festejos do Centenário da Colonização da cidade, realizado durante todo o ano de 1980. A Quermesse: Tradição e Cultura também conhecida como Festa das Etnias, a maior festa de Criciúma atualmente (2004), foi criada na segunda Gestão de Altair na Prefeitura de Criciúma, ainda no ano de 1989.

ação pública. O relatório com o qual tive contato é muito bem elaborado e não resisto à tentação de deixar aqui assinalado uma de suas partes. O histórico deixado para a promotória busca em famílias tradicionais  $\frac{3}{4}$  em sua maioria italianas  $\frac{3}{4}$  seus feitos. Contudo, o movimento é muito mais amplo que apenas uma convenção histórica pode dar conta. Vejamos:

A colonização efetiva do Morro Estevão iniciou-se nos idos de 1890, quando as famílias Zanette, Lutemberg, Bortuluzzi, De Luca, Dagostim, Dal Toé, Bortogollo, Dal Pont, Tognon entre outras, lá fincaram suas bandeiras da colonização, iniciando um processo, já naquela época, de preservação ambiental, pois ainda hoje, nota-se matas nativas que cobrem grande parte do referido local. Nestas condições dedicavam-se exclusivamente à agricultura, ao manuseio de gado leiteiro e criação de suínos, cuja comercialização era feita na própria região e estendia-se até o Vale do Araranguá e Pedras Grandes. (...). Grandes personalidades daqui saíram, dentre as quais, destaca-se João Zanette que foi o primeiro conselheiro de Criciúma e, seus restos mortais encontram-se sepultados no cemitério de Morro Estevão. Ana Casagrande, esposa de João Zanette, encontra-se perpetuada no Museu de Criciúma, batizado com seu nome.<sup>12</sup>

Um conselho, segundo Walter Benjamin, se conecta à necessidade de se continuar narrando algo, e neste caso o que se podia ouvir entre a gente das comunidades era que *"gato escaldado tem medo de água fria"*. Os agricultores não esperavam outra postura dos mineradores e também dos mineiros que não fosse a tentativa de minerar nos Morros. A campanha que desenvolvem a partir das comunidades alcança ressonância em vários segmentos: entre empresários, entre políticos, entre movimentos sociais, igrejas<sup>13</sup>. O documento já citado, em seu fechamento diz o seguinte:

A comunidade do Morro Estevão questiona: para atender interesses econômicos de uma empresa é válido agredir o ambiente em equilíbrio em prejuízo de mais de cinco mil pessoas que dependem direta ou indiretamente da riqueza do solo, da água em abundância e da boa convivência com a natureza???

<sup>12</sup> Documento protocolado pelo Centro das Promotorias da Coletividade, no Fórum de Criciúma.

<sup>13</sup> Na documentação disponível que está com Ricardo D. Zanette, foi possível constatar várias entidades e associações fornecendo apoio ao movimento de preservação. São exemplos: EPAGRI, IAB-Institutos de Arquitetos do Brasil - SC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Criciúma, ASCEA - Associação Sul Catarinense de Engenheiros e Arquitetos, AEASC - Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, COOPERA - Cooperativa Mista Pioneira Ltda., Pórtico Comercial de Criciúma, RG Bastos - Indústria de Móveis Ltda., Diocese de Tubarão - Comissão Pastoral da Terra. Um último apoio apresentado de forma lacônica me chamou a atenção: da a Ricardo Zanette, presidente da comissão de proteção ambiental dos Morros, ELIANE Revestimentos Cerâmicos, umas das maiores empresas de cerâmica do país, informa nesta carta que: "A unidade IV, localizada na Rodovia Luiz Rosso - km 4, Morro Estevão, consome diariamente 66.000 litros de água por dia, na fabricação dos revestimentos cerâmicos", assinando o Sr. Jovani Fernandes, gerente industrial. Perguntado o porquê do tom lacônico e pouco comprometido da carta, Ricardo Zanette relata que "as cerâmicas tinham receio de comprar briga com as carboníferas". Depoimento concedido a mim na cidade de Criciúma em 13-07-2002.

<sup>14</sup> Extraído do documento já citado. O referido documento foi assinado por Ricardo D. Zanette (presidente da comissão do movimento), que gentilmente também me concedeu vários depoimentos.

Depois destas mobilizações, a Câmara Municipal deu nova forma à lei 2.459 de oito de junho de 1990, proibindo sob quaisquer hipóteses a mineração ou atividade depreciadora do meio ambiente. Foi criada então, em novembro de 1995 a lei 3179, aprovada por unanimidade novamente. Os problemas estavam apenas começando...

A companhia Nova Próspera, que na oportunidade tinha uma mineradora em atividade no bairro Verdinho, próximo aos Morros Albino e Estevão, começava a ter dificuldades na exploração de carvão. Parte então da empresa o desejo de minerar em Morros Albino e Estevão, já que era certo que havia uma jazida considerável de carvão no subsolo destes Morros. Nos discursos realizados na Câmara de Vereadores quando da aprovação da lei, com grande presença dos moradores dos Morros Albino e Estevão, se pode perceber o apoio de todos os vereadores à causa, embora no desfecho final as coisas tomassem outros rumos. Vejamos algumas partes destas falas:

Vereador Vital Plotegher: "(...) foi elaborado uma área de reserva ambiental, uma pequena arma na tentativa de impedir as minas de fazer a extração de carvão naquela área (Morros Albino e Estevão). Os anos foram passando, houve paralisação das minas, não houve mais ameaça, e a comunidade ficou quieta. Agora com manifesto dos mineradores de voltar a explorar, retornou a preocupação". Vereador Manoel Satiro: "Dirijo-me às comunidades dos Morros Estevão e Albino aqui presentes: A poluição provocada pelas minas é grande na região em que moro (Boa Vista) a gente sofre com 21 hectares de pirita a céu aberto. (...) Nós sabemos o quanto sofre o mineiro e quanto nós sofremos também, nós que somos da periferia (...) e se vocês não se cuidarem e não tiverem acesso (a preservação) vocês também vão ter (problemas com a poluição)". Vereador Valdemar Serafim: "Com relação ao substitutivo, nós acreditamos que vamos obter aprovação por unanimidade, já votei no projeto anterior, acho que é de suma importância, e é injusto que uma meia dúzia de empresários, que enriqueceram nas costas dos pobres, que queiram tirar o pouco verde que nós ainda temos, que Criciúma tem, levando a mineração para Morro Estevão, Morro Albino e outras localidades<sup>15</sup>

Conforme comentado, a lei aprovada por unanimidade, aumentava a área de preservação, antes de 2.970 hectares, para 3.600 hectares. Voltando à Companhia Nova Próspera, a mineradora coloca a seguinte situação aos criciumenses: tem-se no Verdinho, 480 mineiros trabalhando. Lá já não existe mais nada a ser explorado. Então se a Câmara Municipal fornecer autorização para minerar nos Morros Estevão e Albino, reduzindo a área de proteção de 3.600 para 1.500 hectares, os empregos serão mantidos, caso contrário não poderemos garanti-los. A situação criada era bastante delicada e vai dividir opiniões, pareceres, ações<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> Trechos da Ata 58 da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Criciúma. Disponível no citado local.

<sup>16</sup> Uma professora universitária envolvida com os movimentos sociais da cidade comenta: "naquela oportunidade nós não sabíamos ao certo de que maneira posicionaríamos. Se ficávamos junto aos mineiros ou se éramos solidários à

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado pelo promotor Jacson Correa, entra com Ação Civil Pública contra a Nova Próspera Mineração S.A. em dezembro de 1995. O Juiz Jânio Machado concede liminar proibindo a mineração até o julgamento da Ação. Em seguida, janeiro de 1996, a Nova Próspera consegue o efeito suspensivo desta liminar. A cidade, antes capital brasileira do carvão, começa desejar respirar novos ares. Em pequeno trecho da Ação Civil se pode ler:

Os operários das minas, antes atraídos pela esperança de uma vida mais digna, também foram lenta e gradativamente sendo corroídos pelas doenças adquiridas em razão das condições hostis de trabalho, transformando-se ao longo do tempo em uma legião de inválidos. A situação agravou-se a tal ponto que em sua fase áurea, a poluição atmosférica decorrente da exploração das jazidas de carvão respondeu de cerca de 70% das internações hospitalares, isto somente aqui, que tais tempos ostentou com orgulho o título de Capital Nacional do Carvão.<sup>17</sup>

No início de abril, junto às águas que fecharam o verão, num dia quente, mais de cem tratores e máquinas agrícolas desfilam pela cidade, estacionando em frente do Fórum Municipal, à época situado bem no centro. A cidade começa a ter uma idéia mais viva da força e organização daquele movimento, e especialmente a imprensa local passa a dar visibilidade a ele. Voltaremos ao *tratoração* mais à frente.

Em maio se realiza uma grande missa campal, sendo que em seguida o movimento irá receber (junho) uma moção de apoio da CNBB. Ainda no mesmo mês sai o resultado da Ação Civil. O Juiz Jânio Machado julga o município competente para agir em relação ao meio ambiente e confirma a proibição à mineração de carvão sob a área de proteção ambiental dos Morros Estevão e Albino. Seguem-se vários depoimentos dos agricultores e moradores daquela região, todos afirmando a solidez do movimento e também sua organização.

Em outra dimensão, causava surpresa a fragilidade organizacional dos mineiros  $\frac{3}{4}$  muitos acreditam agora (2003) que o despertar foi tardio  $\frac{3}{4}$  e mais ainda do minerador Realdo Guglielmi. Ao que tudo indica, acreditando no prestígio social que contavam, mineiros e minerador apostavam numa resolução a favor da mineração. Em junho se esgota o prazo para que a empresa mineradora recorra da decisão. No dia seguinte ao fim do prazo, a empresa anuncia o encerramento das atividades e a demissão de 480 funcionários. Quando todos acreditavam que tudo estava resolvido, foi justamente a partir disto que se iniciou a etapa mais difícil para a consolidação da área de proteção ambiental.

---

causa ambientalista e dos agricultores dos Morros Estevão e Albino. Uma coisa era certa: a cidade tava mudando". Depoimento concedido a mim por Marli Costa na cidade de Criciúma, em 21-04-2001.

<sup>17</sup> Parte da Ação Civil Pública assinada pelo promotor Jacson Corrêa e disponível no Fórum de Criciúma.



O sindicato dos mineiros inicia campanha para derrubada da lei. O vereador José Paulo Serafim (em 2003, deputado estadual), que nas duas oportunidades de votação da lei de proteção ambiental, se manifestou a favor de sua manutenção, era morador da região do Morro Estevão e também vice-presidente do sindicato dos mineiros. Os mineiros, em grande medida, constituíam a base eleitoral de José Paulo Serafim. Mineradores e mineiros, que de longa data sempre tiveram um relacionamento difícil, agora estavam juntos. Uns não querendo perder as benesses que o carvão havia lhes fornecido<sup>18</sup>, outros desejando manter seu emprego. Junto a isto uma cidade com diferenças fervilhando.

Desde a decisão tomada seguiram-se, entre junho e setembro de 1996, várias sessões na Câmara de Vereadores, sempre muito tensas, marcadas pela pressão psicológica e ameaças físicas<sup>19</sup>. A Câmara solicita realização de laudo técnico para auxílio na tomada de decisão. Os mineiros, em aviso prévio trabalhista, deixavam claro que o desejo maior era a preservação do emprego e não do meio ambiente<sup>20</sup>. A falta de credibilidade que as mineradoras tinham frente à população criciúmena no sentido de minerar sem causar danos ao ambiente era muito grande<sup>21</sup>.

Ao menos três laudos são emitidos por instituições<sup>22</sup> e pesquisadores distintos e, apesar do protesto dos mineiros, em todos eles houve o condicionamento da exploração carbonífera ao prejuízo do meio ambiente, especialmente dos recursos hídricos. À decisão judicial não cabia mais recurso, mas a Câmara poderia alterar a lei.

A proposta da redução da área de proteção ambiental de 3.600 hectares para 1.500 foi assinado por sete vereadores e encaminhado para tramitação pelo vereador José Paulo Serafim<sup>23</sup>. O mesmo vereador deixa claro que os mineiros não reconhecem competência nos técnicos do Estado de Santa Catarina,

<sup>18</sup> A explicação dada pelo empresário Realdo Guglielmi foi a seguinte: "*Decidi desativar o setor de produção da Nova Próspera e rescindir contrato com a CSN pois a mesma me informou sobre a legislação de 1990, que já impedia as atividades das minas A (em atividade) e B, projetada para 1995. Cansei de ser pressionado e vou cumprir a decisão da justiça*". In: *Jornal da Manhã*. Criciúma. 16-06-1996, p. 8

<sup>19</sup> Em vários depoimentos, colocados nos jornais, os vereadores se mostram pressionados. Em depoimento concedido a mim na cidade de Criciúma, Ricardo Zanette relata que nestes meses era muito comum receber ligações em sua casa ou empresa ameaçando sua integridade física. Fato compartilhado também por alguns agricultores envolvidos no movimento. In: *Depoimento já citado*.

<sup>20</sup> Ver entre outras notícias aquela veiculada em 17-06-1996, p. 6, no *Jornal da Manhã*: "*ecologia é assunto pra conversar lá fora do sindicato, aqui nós queremos emprego com ou sem preservação ambiental*".

<sup>21</sup> Vários vereadores nesta época diziam isto abertamente à imprensa. Casos, por exemplo, para ficar apenas neles, das vereadoras Maria Dal Farra Napolini e Ivone Farias. A primeira afirma o seguinte: "*se hoje 480 mineiros ficaram sem emprego em consequência do fechamento da mina, com a mudança na lei, 700 famílias de agricultores poderão ficar sem terra fértil para tirar seu sustento*". A segunda coloca que: "*os agricultores tem seus motivos para não acreditarem que é possível minerar e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente. Eles têm muitos motivos para desconfiarem*". In: *Jornal da Manhã*. Criciúma, 04 jul de 1996, p.7.

<sup>22</sup> Entre estas, três universidades: UNESC, UDESC e UFSC.

<sup>23</sup> O poder executivo também se manifesta. O prefeito à época era Eduardo Moreira, atual vice-governador do Estado de Santa Catarina, assume para a prefeitura os custos envolvidos nos laudos técnicos que precisavam ser realizados. O projeto custou 12 mil reais, fora custos com hospedagens e transporte.

especialmente os indicados pela UFSC. Assim mesmo, em outubro de 1996, uma parceria da UFSC com a UNESCO conclui o laudo técnico, favorável aos agricultores. Enquanto isso os mineiros estão desempregados, alguns deles trabalhando gratuitamente na mina para evitar que a mesma seja inundada por falta de manutenção.

Um último laudo envolvendo profissionais da USP, UFSC e UDESC foi concluído. Exposto em mais de quatro horas na Câmara de Vereadores. Nele, o representante dos mineiros, José Paulo Serafim, reconhece a importância das colocações, mas acaba dizendo que *"parece que o resultado deste diagnóstico é acabar com a categoria, entendendo que pode ter mineração de forma responsável"*, ao que responde o geólogo Aldo Cunha Rebouças: *"a execução das tarefas na área em questão implica em fatores limitantes, não é possível assegurar que não haverá riscos"*<sup>24</sup>. Após incontáveis adiamentos, é marcada a sessão da Câmara dos Vereadores. Por vislumbrar uma sessão tensa, os vereadores decidem, como medida de segurança, transferir a sessão para o Fórum municipal. Era chegada a hora da *"onça beber água"*.

Estavam todos lá. Ou quase todos. Boa parte dos agricultores que participaram do Tratoração, mais os mineiros, polícia, vereadores, promotor, juiz, curiosos, sorveteiros, fotógrafos, gente da imprensa. O dia 12 de novembro de 1996 começou quente. Naquela terça-feira, desde muito cedo, faixas e máquinas dividiam espaço com muitas pessoas. O vereador José Argente que já havia se manifestado favorável à causa ambiental foi vaiado e xingado ao entrar no Fórum para a votação. O som no alto falante dizia: *"se mineiro perder, pau vai comer"*. Os momentos de luta do movimento dos mineiros haviam voltado, mas não era o mesmo, tampouco era a mesma cidade. Mesmo porque, o passado enquanto tal *"somente pode voltar como não identidade consigo mesmo"*<sup>25</sup>. O futuro estava aberto. Todos aguardavam o resultado da votação, realizada em aberto pelos vereadores. A ex-capital do carvão assistiu ativamente à vitória dos agricultores por doze votos contra oito, sem a necessidade do voto do presidente<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> Jornal da Manhã. Criciúma, 02 nov de 1996, p.5. No referido laudo técnico, em sua parte conclusiva é possível encontrar: "Em relação aos aspectos econômicos tem-se claro que a conservação do uso do recurso a longo e indefinido prazo é mais determinante para a estratégia do desenvolvimento sustentável, do que a maior rentabilidade mercadológica que poderia ser auferida de imediato em sua exploração submetida ao risco da escassez ou até mesmo da extinção do recurso" In: Diagnóstico Preliminar dos impactos da mineração na área do Morro Estevão e Morro Albino - Criciúma - S.C. disponível na Câmara de vereadores e na biblioteca da UNESCO em Criciúma.

<sup>25</sup> GABNEBIN, Jeanne Marie. História e narração em Walter Benjamin. São Paulo: perspectiva, 1999, p 14.

<sup>26</sup> Os votos foram dispostos da seguinte forma: A favor dos agricultores: José Argente Filho (PFL) Marcio Zaccaron (PSDB), Adair Locks (PPB), Vital Plotegher (PMDB), Wilson Faraco (PPB), Itamar da Silva (PPB), Maria Dal Farra Naspolini (PSDB), Albertino Pacheco (PDT), Ivone Faria (PFL), Luis Dal Toé (PFL), Astor dos Santos (PPB), Valdemir Rosso (PPB). A favor dos mineiros: Manoel Satiro (PDT), Perez Dutra Lemos (PPB), José Hilariano (PMDB), Agecy Xavier (PMDB), José Paulo Serafim (PT), Antônio de Jesus Costa (PMDB), Tadeu Mossmann (PMDB), Adão da Silva (PMDB). Informações obtidas junto à Câmara de vereadores. Também disponível, contudo sem relação dos nomes com os partidos, na edição do Jornal da Manhã do dia 14 de novembro na página 10.

Sobre o resultado, comentaria Ricardo Zanette, presidente da Comissão de Preservação Ambiental de Criciúma: *"Nesta batalha, não houve vitoriosos nem derrotados. Todos ganhamos com a manutenção da lei, evitando que a área de preservação ambiental fosse minerada. Afinal é o futuro de Criciúma que estava em jogo, e os 12 vereadores que votaram pela preservação, certamente serão lembrados com orgulho pelas gerações emergentes"*<sup>27</sup>. Carlos Antunes, 40 anos, técnico em mineração, que trabalhou na antiga CSN (Nova Próspera), comentaria posteriormente o episódio<sup>28</sup>: *"eu acho que os agricultores mostraram grande capacidade de organização, ajudados que foram também por movimentos mundiais que se dedicam à preservação ambiental. Para Criciúma foi positiva a preservação dos mananciais e do verde"*. Criciúma contava nesta época com aproximadamente 160.000 habitantes, sendo que 90,45% deles situavam-se na área urbana da cidade e o setor agrícola respondia por apenas 4,8% da população economicamente ativa da cidade, o que fornece uma relevância considerável à decisão tomada<sup>29</sup>. A cidade agora tinha também outras preocupações além daquelas voltadas apenas às conquistas econômicas.

Pedras, gritarias, depredação, espancamentos, perseguições, prisões. O prédio do Fórum teve quase todas as suas vidraças quebradas, e no final de todo o protesto foram presas nove pessoas<sup>30</sup>, oito mineiros  $\frac{3}{4}$  entre estes o vereador José Paulo Serafim  $\frac{3}{4}$  e um estudante universitário. No dia seguinte Criciúma ganhava a manchete de quase todos os maiores jornais do estado, bem como rádio e televisão local, estadual e nacional. Todos queriam entender o que havia acontecido.

Sete dias depois, sob fiança paga com dinheiro arrecadado entre várias pessoas, são libertados os presos. As nove pessoas acompanhadas por familiares e amigos realizam uma passeata, um desfile pela Avenida Getúlio Vargas em direção a Praça Nereu Ramos. O cacho de bananas é alçado ao pescoço do

<sup>27</sup> Tribuna Criciumentense. Criciúma: 16 de novembro de 1996, p. 07.

<sup>28</sup> Depoimento concedido a mim na cidade de Criciúma em 22/06/2000. Continuará ainda Carlos Antunes: *"No Japão tiram carvão até do oceano, mas aqui em Criciúma a gente sabe como é, minerador fala que vai explorar sem poluir, consegue licença, depois alega que deu um problema e tal..daí o estrago já foi feito. Por isto acho que a medida, apesar do custo social inicial, foi correta"*. Em realidade o depoimento de Carlos Antunes, ex-mineiro, atualmente um micro empresário bem sucedido no setor de panificação, reforça a idéia de que havia chegado o fim da onipresença dos mineradores em decisões significativas para a cidade. Ao menos o fim de um famoso *"Pipoca's Club"*, um lugar conhecido de muitos na cidade e freqüentado por um seleto grupo de empresários, do carvão em sua maioria, que durante muitas décadas, se pode dizer ao menos até 1988, tinha a capacidade de indicar muitos dos destinos que tomaria a cidade. Segundo o que se fala, ressalto que virtualmente inexistente documentação comprobatória, muitas eleições foram decididas nos encontros realizados no tal Clube, do qual hoje existe apenas uma porta de metal a encerrar suas histórias. Não fechou, dizem, "implodiu".

<sup>29</sup> Informações obtidas in: Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico - PBDEE. Criciúma: UNESC, 1997. Ver páginas 208 e seguintes. Os dados aqui apresentados são relativos ao ano de 1995, exceção feita a PEA que é relativa a 1991.

<sup>30</sup> A relação dos presos é a seguinte (mantidas as idades e as funções de cada um em 1996): José Paulo Serafim, vereador e sindicalista, 37 anos, Celso Delmar Ianke, mineiro desempregado da Nova Próspera, 37 anos; José Ana Vicente, motorista desempregado, 47 anos; Edevaldo de Oliveira, estudante de direito, 29 anos; Arlindo Barzan, presidente da Federação Interestadual dos Mineiros, 52 anos; José Luiz Rodrigues, mineiro, 33 anos; Joceni Lopes, mineiro soldador, 42 anos; Vanderlei Gomes, mineiro da CBCA, 35 anos, Gelson Luiz Paes, mineiro eletricista, 35 anos. Dados publicados in: Jornal da Manhã. Criciúma: 15-16-17 novembro de 1996, p.7.

mineiro de bronze. Não coube ao presente realizar a promessa de um passado carvoeiro. As bananas colocadas no pescoço de bronze foram celebradas em festa. Conectada às manifestações politicamente corretas e a novas sensibilidades em relação ao meio ambiente, em 1997 se realiza uma campanha entre agricultores, gente da indústria, da Universidade local (UNESC), Epagri, empresas cerâmicas, no sentido de uma maior conscientização ecológica. Após grande esforço, é criada em dezembro de 2000 a CEMEA (Consciência Ecológica Meio Ambiente), uma Organização Não Governamental  $\frac{3}{4}$  sinal explícito da chamada nova forma de organização social  $\frac{3}{4}$  dos Morros Estevão e Albino. Em outubro de 2001 se realiza a Primeira Festa da Banana e derivados, no Morro Estevão. Nesta festa o artista plástico Edison Paegle Balod (conhecido como Edi Balod) coloca um cavalete com fotos da mineração em Criciúma, justo naquele lugar. As bananas e os homens que as cercam nesta alegoria ligam imagens a sentidos, se opondo ao ideal de eternidade de um mundo do carvão ou da agricultura. Inicia uma nova história. Que não se repete. Nem como tragédia, tampouco como farsa. É preciso estar atento aos desfiles.

RAMPINELLI, Waldir José (org.). *História e Poder. A reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2003.

Rogério Luiz de Souza

Professor do Departamento de História da  
Universidade Federal de Santa Catarina

## História e Poder

### A reprodução das elites em Santa Catarina

Caminhando pelos espaços ordenados das cidades nos acostumamos a visualizar a permanente aparição de uma materialidade que surgiu do desejo, do embate e do investimento de pessoas sobre os lugares. A violência com que esta materialidade se constituiu é sentida nas relações do cotidiano, porém obscurecidas pela forjada "evidência" da harmonia social. E isso porque está carregado de efeitos de sentido simbólico e político o espaço urbano. Portanto, nasce a cidade postulando não somente trajetos, vias, regulamentos, praças, indústrias, monumentos, mas encerrando os sujeitos numa lógica de sentidos e domínios a serem vistos e aceitos. Em outras palavras, os espaços públicos apresentam, como forma de garantir a revitalização daqueles que os produziram, um sistema de memória, indicando aos sujeitos a posição que eles devem colocar-se na ordem simbólico-política. Os monumentos, nomes de ruas e praças servem para estimular uma prática de leitura uniforme e homogênea da história das cidades e do próprio país, produzindo - porque esse é o desejo - leitores para ler aquilo que deve ser lido e reforçando um conjunto de significados fixos e semanticamente únicos. Isso quer dizer que a memória de um determinado grupo social se diz e se simboliza na materialidade e na espacialização da cidade.

O corpo de uma cidade com suas inúmeras avenidas e ruas batizadas, bustos e estátuas engalanadas não é como o espelho de um lago que reflete a cada dia um céu diferente, mas a pura imagem de algo que pretende inscrever no presente uma idéia de continuidade e permanência históricas. Existe um discurso visual memorável que entra pela retina e que se esforça por eliminar o produto memorável produzido e mantido pela oralidade. A tentativa de anulação de certas construções da memória de grupo traduz a própria relação conflitiva do processo de constituição desses espaços. Assim, aquilo que é feito na cidade para ser visto vai além da vontade de fixar valores e impor uma

memória, quer tornar também irrecuperável ou pelo menos insignificante e fugidia a memória do outro. Por essa razão, os monumentos, por exemplo, impressionam pela sua suntuosidade, pois a estratégia é capturar e aprisionar o olhar dos sujeitos. Este efeito de prisão cria a sensação de submissão e de desvanecimento dos sonhos.

Rerler essas construções do espaço político-simbólico a partir de um outro ponto de vista, entendendo que não foi sem sacrifício e exclusão social que se estruturaram as cidades catarinenses, é o escopo do livro "História e Poder. A reprodução das elites em Santa Catarina", organizado pelo professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Waldir Rampinelli, e lançado recentemente pela Editora Insular. Integrando estudos de acadêmicos e políticos, os nove textos que compõem a obra prefaciada pelo professor Américo Augusto da Costa Souto perscrutam o processo de significação do espaço material-simbólico das cidades e as estratégias de afirmação e reprodução das elites em Santa Catarina.

Derrubar símbolos é uma tarefa tão difícil quanto querer colocar outros no lugar. Mesmo assim, os autores da obra não se omitem em querer substituí-los. Além da crítica à ordem simbólico-política impetrada pela elite nos espaços públicos, revelam-se algumas experiências construídas pela "vontade popular". E aqui, talvez, esteja a diferença entre as duas escritas do livro: uma que - burilada por pesquisadores da academia - apropria-se de um referencial teórico respeitável, sem, contudo, ultrapassar os limites da problematização e denúncia às estratégias de dominação das elites; e outra que - elaborada por políticos - chama para si a responsabilidade de transformação dos "lugares da memória" urbana, baseando-se em experiências lidas a partir daquilo que consideraram positivo, porém sem problematizá-las em sua própria positividade. A obra não se anula por isso, pelo contrário, situa muito bem o lugar de ação dos autores e sua perspectiva analítica, deixando claro para o leitor, desde as primeiras páginas da apresentação, que, ao se questionar sobre os monumentos oficiais e sua dominação cultural, se está construindo um projeto social de transformação da realidade.

O texto "A história: uma arma de dominação", do historiador Waldir Rampinelli da UFSC, abre a discussão da obra. É a razão disso talvez esteja na sua abrangência de análise espacial. Menos interessado no estudo centrado de uma história local, envereda na reflexão do processo de dominação político-financeiro do "imperialismo neo-liberal". Para o autor, os monumentos e o próprio produto do saber histórico servem como mecanismos estratégicos de poder, reproduzindo os interesses da "classe dominante" nacional e da economia internacional. Afinal, os símbolos de dominação espalhados nos espaços públicos objetivam a perda das raízes históricas de solidariedade e o esquecimento de uma memória coletiva e estabelecem por meio de uma coerção visual o

supostamente “normal” e “desejável”. Ao citar Chossudovsky e Ortega y Gasset, reconhece tanto a tentativa da academia de eliminar o intelectual engajado como a incapacidade de muitos cursos de economia e história em desvendar os fundamentos sociais da economia, entrando, assim, em rota de colisão direta com outras abordagens teórico-analíticas. Daí também fazer referência, por exemplo, ao desprezo da *Escola dos Annales* pelo estudo da política e do acontecimento. A sua linguagem é clara e direta, fazendo severa crítica à ocultação da história anônima e às medidas governamentais de restrição aos documentos sigilosos. A proposta que elabora passa pela superação da forma de conceber a história, a fim de que se possa revelar os verdadeiros agentes de transformação e tornar visível os conflitos sociais tão presentes em nossas sociedades.

A autora do segundo capítulo “Teatro de Memória - ocultando conflitos/produzindo imagens em Joinville”, Iara Andrade Costa, professora do Curso de História da UNIVILLE, debruça-se sobre o estudo da “linguagem das imagens”. Mesmo detendo-se à análise do patrimônio cultural da cidade de Joinville, estimula o leitor a ficar atento às imagens que estão em seu entorno, visto que elas se propõem a fixar uma memória e uma identidade social homogênea, deixando submersas outras expressões e “anulando” as divisões e conflitos. Os monumentos erguidos para os festejos comemorativos de Joinville, por exemplo, teriam servido para capturar os olhares daqueles sujeitos, a fim de inculcar-lhes a memória dos vencedores. A vontade da elite local era reinscrever na realidade valores sociais por meio da materialização simbólica daquilo que deveria ser lembrado e daquilo que deveria ser esquecido. Ao rastrear o caminho de formação da cidade, mostra o quanto foi ocultado desta história e as inúmeras interferências estereotípicas produzidas pelo discurso e pelos monumentos edificadas pela elite local. Por isso, dentro dessa mesma estratégia, silenciados e manipulados foram os bens culturais construídos pelos vários protagonistas. Ademais, segundo a autora, os símbolos são criados para expressar uma única versão do passado e forjar uma sociedade disciplinada, onde tudo se passa como se a continuidade histórica fosse garantida exclusivamente pela elite. A intenção é fazer com que os sujeitos percam a visibilidade de suas ações, resistências e projetos coletivos ao mesmo tempo em que tenta criar um “consenso coletivo” e destinar papéis sociais. Neste sentido, é possível perceber na análise da autora uma tendência em atribuir às imagens materializadas a garantia da permanência da memória (quase que exclusiva da elite), identificando como efêmera aquela que se mantém pela oralidade. Talvez, em alguns casos, mais rapidamente se perca a formação do sentido que se quer dar às imagens materializadas - como os monumentos de nossas praças - do que a narrativa que garante a circulação do sentido.

○ historiador e político, Pedro Uczai, e o professor da Faculdade de

Educação da Universidade de Passo Fundo (RS), Telmo Marcon, elaboram o ensaio "O fazer-se da cidade de Chapecó: disputa pelas memórias de ruas, praças e bairros". A partir da experiência política na cidade de Chapecó refletem os autores sobre as fronteiras, os investimentos de significado e as apropriações dos espaços públicos. Para que esse estudo fosse possível, realizaram um mapeamento dos nomes de ruas de Chapecó, no qual se verificou a predominância de nomes de personagens ligados à política e à economia local. Este mapeamento realça a complexa relação de disputas dos espaços e do poder, cuja nomeação de uma rua implica a consolidação de uma forma "hegemônica oficial" e o silenciamento de uma outra "popular" que pode, todavia, em determinadas circunstâncias emergir. E a partir daqui, entendem que as duas últimas "administrações populares" teriam criado as condições para o questionamento das representações da elite e a possibilidade de "ressignificação dos lugares", tomando como exemplos as experiências realizadas em dois bairros de Chapecó. Em certo sentido, sugerem que estas condições políticas teriam permitido a adoção de uma nova prática capaz de romper com as "consciências ingênuas e passivas", tendendo, contudo, a empalidecer a própria circunstância reivindicadora daqueles sujeitos e o grau com que contribuíram com esforços conscientes antes da atuação municipal.

Uma história esmiuçada e arguta é construída pela professora de História da UNIOESTE, Méri Frotscher, para revelar o investimento da elite blumenauense em monumentos e "lugares de memória" na primeira metade do século XX. "Mãos que esculpem a memória nos espaço urbano" intitula-se o trabalho que desmascara as intenções político-empresariais de submeter o "outro" à limitação de uma memória elitista, onde os conflitos sociais são elididos naqueles espaços simbólicos e a sociabilidade fica regida pela memória que se quer construir. Afinal, recordando José Murilo de Carvalho, o monumento quer dizer mais sobre a sociedade que o produziu do que o "herói" representado nele. Na forma de dizer da autora, mãos vão esculpindo estátuas e monumentos com o propósito de fixarem a memória da elite, tornando outras esquecidas. O desejo, portanto, é um só: produzir uma forma de "evidência". E talvez acrescentaria dizendo ainda que o desejo daqueles que esculpem é produzir uma forma de "evidência" que dissimule o seu funcionamento estratégico e na qual se possam constituir os sujeitos.

A autora do quinto capítulo "As identidades e os monumentos: a experiência de Criciúma-SC", Marli de Oliveira Costa, professora de História da UNESC e Diretora do Departamento de Patrimônio Histórico da FCC, ao fazer a leitura de dois monumentos oficiais da cidade de Criciúma, discute as identidades veiculadas e materializadas pela elite local. Os conceitos "memória" e "identidade" assumem uma importância significativa em todo seu trabalho, o que lhe permite perceber o constante movimento de resignificação dos espaços



simbólicos e de recriação das identidades sociais. Essa fórmula apresentada pela autora também sugere entender as “resistências” interpostas aos marcos de memória forjados pela elite. Isso a levaria a querer tratar dos “usos” que a população vem fazendo desses espaços ao longo do tempo, o que, todavia, não faz com a mesma profundidade analítica quando observa a “formação de sentido” dos monumentos criados pelos “donos do poder” local.

No ensaio “De Floriano Peixoto a Chico Mendes”, o político Afrânio Boppré lê a história da formação do espaço urbano de Florianópolis à luz das preocupações ideológicas da “classe dominante” como forma de garantir e manter a ordem social capitalista. Ao denunciar as práticas de culto às personalidades vinculadas a esta classe, sustenta que as denominações de lugares - como a da própria capital do Estado de Santa Catarina - e os monumentos demarcam as estratégias de reprodução das relações de dominação burguesa. Em razão da demonstração histórica dessas afirmações, mereceria o trabalho um exame também mais atendo ao modelo de homenagem da “sociedade socialista”, a fim de que todo o cotejo viesse referendado pelo mesmo peso histórico-analítico. De qualquer maneira, é significativo seu olhar sobre o processo de significação do espaço urbano de Florianópolis, mostrando que não é neutra ou pacífica a opção de nomear um lugar. Por este motivo, “a camada popular” também consegue no embate social homenagear seus pares. O aparecimento do bairro Chico Mendes em Florianópolis exemplifica e confirma este argumento do autor.

m:A professora do Curso de História e de Ciência Política da UNIVALI, Cristiane Manique Barreto, em seu trabalho “Entre Laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX” tem com objetivo central entender a formação e atuação das elites no Vale do Itajaí. Ao percorrer historicamente os espaços da cidade e observar a ostentação de uma riqueza que rapidamente vai-se materializando, logo identifica e confirma o domínio “tradicional” e “racional” de uma elite que se beneficiou da esfera pública exatamente porque nela se perpetuou através de uma intrincada rede de relações de solidariedade e de representação política. Seu interesse, portanto, não está voltado às operações de formação de símbolos da memória e de seus efeitos de sentido, como propõem os autores dos primeiros capítulos, mas tão-somente no esquadramento das “origens” de uma elite e de um poder organizador do espaço urbano-simbólico.

O autor do oitavo capítulo “Guerra do Contestado: construção da imagem do caboclo”, Delmir José Valentini, professor de História da Universidade do Contestado, faz um estudo da imagem construída sobre o caboclo do Contestado. Após um breve relato dos fatores que provocaram mudanças profundas no modo de vida daqueles que viveram na região, mostra o quanto a historiografia silenciou e condenou ao esquecimento os sertanejos. Todavia,

prefere perceber o quanto de resistência e admiração conserva a memória, servindo de faculdade mantenedora dos costumes, valores e hábitos. As rezas, as devoções, os lugares sagrados e a oralidade excitam à lembrança da experiência "guardada" na memória, o que permite a estes sujeitos dar sentido à sua história e permanência social. Mesmo considerando essas marcas profundas e indelévels, muitos se aproveitam, conforme o autor, para expropriar os símbolos e fazer aparecer outros "sentidos" e "imagens" do caboclo do Contestado. Como se pode ler no texto, o modo de compreender o conceito de memória possibilita uma apropriação pouco explorada pelos outros autores nessa obra.

Por fim, está o ensaio "Uma nova história para velhos fatos" elaborado pela Deputada Federal Luci Choinacki. Num grande esforço de contextualizar a história brasileira no período do Regime Militar, este trabalho nomeia políticos ligados à ditadura em Santa Catarina e propõe romper com a história oficial. Para isso, a autora não se fixa a determinadas categorias de análise, mas elabora uma crítica alicerçada nas próprias contradições político-econômicas do Regime, embora se possa discordar de algumas dessas interpretações.

Cabe dizer ainda que a obra assinala para a necessidade de se rever a própria produção do saber acadêmico atual e denuncia com "um grito de existência" as operações de alijamento da memória dos vários agentes sociais e de suas resistências. Em cada página virada, enerva e vibra a mão do leitor social impedido de poder se ver também representado na paisagem monumental de sua própria cidade. Por isso, os autores reivindicam um lugar para os que realmente figuram nas construções dos espaços urbanos; uma nova proposta de história engajada e comprometida, que as pesquisas acadêmicas e os manuais escolares poderiam muito bem incorporar.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Lílian Lemos  
Graduanda em História - UFSC

## Uma História do Feminismo no Brasil

Céli Pinto tem formação em História e doutorado em Ciência Política pela Universidade de Essex, na Inglaterra. Atualmente, é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde também desenvolve atividades de pesquisa relativas às relações entre ONGs, sociedade civil, Estado e noções de participação e representação política. O foco principal de suas pesquisas tem sido a atividade de ONGs feministas.

Em seu livro *Uma História do Feminismo no Brasil*, Céli Pinto pretendeu escrever uma história, "entre muitas outras que poderiam ser contadas",<sup>1</sup> sobre o fenômeno social chamado feminismo, este que "tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas"<sup>2</sup> e que, segundo a autora, ainda está longe de seu fim. Um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações e efêmeros momentos unitários, organizado a partir de pequenas reuniões ou grandes encontros, mas "muitas vezes a reunião semiprivada tem repercussões tão grande a médio prazo como o grande evento."<sup>3</sup>

Assim, Céli Pinto teve que escolher estratégias de pesquisa para escrever essa história. Sua escolha foi perseguir tendências e traçar um quadro daquelas que se expressaram e se expressam no movimento feminista brasileiro. Pretendeu perceber um campo de luta particular, onde as tendências do feminismo internacional estiveram presentes, mas sofreram novas leituras. Dessa maneira, o livro percorre a chamada primeira fase do feminismo brasileiro, entre as finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, até a década de 1990. A proposta da autora, portanto, foi mostrar uma trajetória geral das principais tendências do feminismo brasileiro, percebendo rupturas e continuidades, até o momento atual, em que se percebe uma nova fragmentação do feminismo em múltiplos temas e sujeitos focados.

Para este trabalho, a autora não contou com uma pesquisa histórica exaustiva, mas com informações coletadas, em sua maioria, "entre mulheres

<sup>1</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.12.

<sup>2</sup> PINTO, Céli. Op. Cit., p. 09.

<sup>3</sup> PINTO, Céli op.cit., p. 09.

que realizaram trabalhos anteriores,"<sup>4</sup> como Miriam Moreira Leite, Anette Goldberg e Miriam Grossi. O livro está dividido em quatro capítulos: "Em busca da cidadania", "O novo feminismo nasce na ditadura", "O feminismo na redemocratização", e "A virada do milênio". A autora percorre praticamente a trajetória do feminismo brasileiro durante todo o século XX, deixando apenas de analisar os períodos em que o movimento enfraquece e praticamente se dissolve, entre 1932 até princípios da década de 1970, momento em que "as lutas sociais estavam no Brasil e no mundo, muito determinadas pela vaga socialista e pela utopia comunista, em que não havia espaço para lutas, chamadas na época de particularistas"<sup>5</sup> ou mesmo pela repressão da ditadura de 1964.

### Em busca da cidadania

No primeiro capítulo, Céli Pinto aponta o momento, na história brasileira, em que as mulheres estão lutando, a princípio de maneira individual, por maiores direitos políticos, principalmente pelo direito ao voto. No fim do século XIX algumas mulheres intelectualizadas tentam se alistar como eleitoras e candidatas, já que a Constituição republicana de 1891 simplesmente se omite quanto à regulamentação da participação das mulheres nas eleições, seja para autorizar ou proibir. São as "vozes solitárias", mulheres que, por sua instrução e posição social, se destacaram e pretenderam romper com as posições a que normalmente estavam destinadas. Durante as primeiras décadas do século XX, essas vozes passam a se organizar, daí em diante poderíamos falar de um movimento feminista, que pretenderia principalmente lutar por maiores direitos políticos. A autora difere três tendências principais nesse primeiro momento do feminismo brasileiro: as *feministas bem-comportadas* lideradas principalmente por Bertha Lutz e tinha como principal questão "a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos,"<sup>6</sup> eram também chamadas de sufragistas. Uma tendência menos comportada, chamada pela autora de *feminismo difuso* e formada por mulheres com grande prestígio intelectual, tinha como reivindicações um campo mais vasto de questões (como a educação da mulher) e identificavam um interesse masculino em deixar as mulheres fora do mundo público. As *feministas mal-comportadas* da época eram sobretudo anarquistas e comunistas. Defendiam uma libertação radical da mulher, mas tal libertação estava geralmente focada na questão da exploração do trabalho. Essas vozes, mesmo quando solitárias, "não eram apenas exceções excêntricas numa época de recato, mas pessoas que pretenderam ampliar sua base de apoio buscando formar uma opinião pública a seu favor."<sup>7</sup> As primeiras

<sup>4</sup> PINTO, Céli op.cit., p. 12.

<sup>5</sup> PINTO, Céli. Op.cit., p. 10, 11.

<sup>6</sup> PINTO, Céli. Op.cit., P. 14.

<sup>7</sup> PINTO, Céli. Op.cit., P.18.

décadas do século XX também mostram que novos atores políticos entraram em cena e começavam, às vezes com pequenas iniciativas como os jornais anarquistas independentes, a questionar a forma oligárquica de fazer política, essa que definia questões importantes de todo um país em salões de festa da oligarquia rural. Céli Pinto quer chamar a atenção, nesse primeiro capítulo, para um caldo de cultura que estava formava e estava sendo formado, dentro do qual emergem as primeiras formas de organização do feminismo brasileiro. De um lado, temos um feminismo bem-comportado que agia no limite da pressão intraclasse; de outro, as mulheres anarquistas começam a usar o espaço que tem como companheiras revolucionárias para expor a exploração promovida pelo homem capitalista que explora as mulheres no trabalho e no sexo. Principalmente pelas questões levantadas pelo feminismo anarquista, as questões de gênero são aos poucos colocadas como *uma outra forma* de dominação: há o reconhecimento da especificidade da opressão. Mesmo com as distâncias entre o movimento libertário e feminista, acontecem influências mútuas. Durante todo o capítulo, Céli Pinto vai costurando o debate entre os diferentes feminismos e o contexto histórico brasileiro, de forma que os feminismos emergem não como um “grito histérico na escuridão”, mas como desafiadores de um modo de sociabilidade vigente no Brasil durante muito tempo.

Nesse primeiro momento as vitórias foram poucas. Talvez a única concreta tenha sido a conquista do direito de voto. Mesmo considerando essa fragilidade, as primeiras manifestações são reveladoras de uma inquietação na sociedade brasileira que se expressava fragmentariamente, revelando mesmo assim os primeiros sinais de organização, tanto entre as elites cultas como entre os setores trabalhadores. O golpe de 1937 matou o embrião da organização da sociedade civil brasileira nesse período.<sup>8</sup>

No segundo capítulo, Céli quer chamar a atenção para as especificidades nas quais se formou o feminismo brasileiro. Para isso, percebe suas articulações e influências dos movimentos feministas de outros países. Se nos EUA e na Europa o feminismo surge, assim como outros movimentos sociais, para colocar em xeque a decadência do “american way of life” e os valores conservadores (tanto da direita como da esquerda), no Brasil existe a violência ditadura militar e a luta para derrubá-la. Assim, o feminismo cresce a partir de um paradoxo: as militantes provêm do campo de esquerda e lutam contra a ditadura, no entanto têm que lutar também contra a opressão de gênero dentro das organizações de esquerda. Refletir sobre uma condição feminina é tido como um desvio pequeno-burguês. O novo feminismo também se encontra com o velho: algumas militantes se engajam, junto com grandes empresas, na defesa do planejamento familiar para os pobres. O cenário brasileiro na década de 70, portanto, é diverso e muito hostil. No exílio, algumas militantes têm a

<sup>8</sup> PINTO, Céli. Op.cit., p. 38.

oportunidade de discutir o feminismo mais abertamente, ao mesmo tempo em que entram em contato com as feministas que não tiveram os obstáculos de uma ditadura. A partir de influências como estas foi possível uma nova fase do feminismo brasileiro, em que as reuniões pequenas e fechadas aos poucos deram lugar às manifestações públicas e à edição de jornais feministas. Em 1975, ano considerado o “momento inaugural” do novo feminismo, acontecem muitos eventos que marcam a entrada definitiva das mulheres e de suas questões na esfera pública, como a declaração da década da mulher pela ONU. As “questões das mulheres” ganham novo status. A partir daí, vem a anistia e a reforma partidária de 1979, momento em que a pouca unidade do movimento fica novamente comprometida. Além das divergências entre os diversos campos políticos aos quais se aproximam as militantes, entra em cena a questão da institucionalização do movimento: com a criação do PT e do PMDB, algumas militantes optam pela via institucional.

### **O feminismo na redemocratização**

Nesse capítulo, Céli Pinto comenta principalmente a década de 1980, em que parte do movimento feminista se institucionaliza, lutando por espaços dentro da estrutura do Estado para discutir a “questão da mulher”. Se observarmos, de um lado, as militantes ligadas aos partidos políticos tentando articular suas convicções e lutas partidárias às lutas feministas, de outro lado temos as militantes que se opuseram a esse tipo de atuação, pois defendiam uma maior autonomia do movimento. De qualquer maneira, foi na década de 1980 que os estudos dos problemas das mulheres ganham espaço dentro das universidades e centros de pesquisa. Assim, se de um lado a institucionalização comprometia a autonomia do movimento, de outro lado possibilitou novas experiências, como a criação de conselhos, programas e mesmo os estudos universitários. Houve também a importante luta pela adesão das reivindicações feministas na Constituinte de 1988. A década de 1980 é, assim, aquela em que as mulheres experimentam um reconhecimento na esfera pública; e aquela em que novos temas de pesquisa, principalmente em torno das questões de violência e saúde, vão proporcionar um interessante acúmulo teórico e prático, que se verá na década seguinte.

Como foi visto ao longo deste capítulo, o feminismo brasileiro chegou ao fim da década de 1980 com uma feição muito diversa daquela com a qual entrou. É difícil avaliar se o movimento se fortaleceu ou não ao longo do período. Se tomarmos como parâmetros sua capacidade de aumentar o número de militantes e promover uma ampla discussão no país sobre as questões das relações de gênero, certamente o movimento não saiu fortalecido. Teremos a mesma avaliação se considerarmos a sua capacidade de ocupar espaços na agenda política partidária. Entretanto, se for tomada como parâmetro a capacidade de se infiltrar no aparato estatal, sem dúvida não se

pode deixar de observar avanços. Paralelamente à sua vida política, o movimento, como foi possível observar, avançou, com certeza, na discussão das questões de saúde e violência.<sup>9</sup>

## A virada do milênio

No quarto e último capítulo de seu livro, Céli Pinto identifica um esmaecimento do movimento feminista, tanto no Brasil como no exterior, onde por vezes teve formas mais robustas. Na década de 1990, segundo a autora, é possível identificar uma dissociação entre o pensamento feminista e o movimento, no qual o segundo segue uma tendência à profissionalização através de ONGs.

O fenômeno das ONGs parece ser típico da década de 1990 e atinge diversos movimentos sociais. A autora identifica no Brasil uma dificuldade que tais movimentos se encontram para a organização, daí uma das portas que possibilitou a ampliação das ONGs. Podemos citar também a tendência de certos governos em terceirizar algumas responsabilidades, repassando-as para ONGs. O capital privado também atua nesse meio, financiando e às vezes exigindo certa política das ONGs que patrocina.

Mas por que o movimento feminista foi tomado tão fortemente pela organização em ONGs? Céli Pinto identifica, de um lado, a separação entre o pensamento feminista e o movimento, de outro o crescimento de um feminismo difuso, que é a profusão das idéias feministas na sociedade, sem que no entanto seus possíveis “defensores” se reconheçam enquanto feministas, ou mesmo saibam da trajetória histórica do feminismo. Além disso, a autora percebe ainda a participação política da mulher: elas estão lutando por seus direitos, mas não exatamente nos espaços tradicionais da política. Assim, a militância feminista e social em geral, durante a década de 90, parece ter se diluído em “múltiplas possibilidades”, que no entanto tem encontrado muita dificuldade para articular qualquer prática política mais unificada, ao mesmo tempo em que leva em conta os numerosos movimentos sociais de “minorias”.

c:Céli Pinto descreve ainda uma série de tipos de ONGs, em que estão presentes vários tipos de organização, desde aquelas fundadas por militantes provenientes de movimentos sociais, desde aquelas que prestam acessoria a esses movimentos e serviços ao Estado ou à população. O feminismo das ONGs é a fragmentação das lutas, afirma a autora. Mesmo assim, o feminismo é um fenômeno que parece estar longe de seu fim, mesmo fragmentado: a década de 1990 assistiu também o crescimento de tendências antifeministas, as conquistas sociais das mulheres nunca estão totalmente garantidas, tanto que velhos conservadorismos vestem novas roupagens e voltam com novos discursos.

---

<sup>9</sup> PINTO, Céli. *Op.cit.*, p. 89.

O feminismo acabou? Se perguntam Céli Pinto e Margareth Rago.<sup>10</sup> No texto de Céli Pinto, parece existir uma comparação entre uma época em que o feminismo tinha ousadia o suficiente para ser mal-educado, e que a fragmentação atual o deixou profissionalizado demais. A autora, no entanto, não deixa muito claro suas críticas específicas ao texto, o que por certo o tornaria muito mais rico. Na nota introdutória, afirma sua intenção em traçar um quadro geral. Para isso, volta à primeira onde feminista, e percorre toda a trajetória feminista, seguindo as principais tendências, até o início do século XXI. Sua estratégia, portanto, parece ser a de perceber as continuidades para que seja possível uma maior compreensão do quadro do feminismo na virada do século, um movimento certamente muito enfraquecido. No entanto, se há a crítica, por um lado, da profissionalização das ONGs, falta de outro a crítica do próprio feminismo acadêmico, que apesar de ter se disseminado bastante, também se especializou. Esse duplo caminho do feminismo acadêmico não é de todo ruim, pelo contrário, ampliou as problematizações de gênero. Mas ainda está muito dentro de si mesmo, e uma reversão em seu caráter provavelmente iria disseminar ainda mais as questões de gênero no cotidiano e na vida social brasileira, não só como possibilidade de voto, mas como premissa fundamental para transformações sociais mais profundas.

---

<sup>10</sup> Em seu texto "Adeus ao Feminismo: Feminismo e (pós) Modernidade no Brasil.



## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA FRONTEIRAS: REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA

1. Os trabalhos enviados para publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea em outro periódico. De preferência redigidos em Português; FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História publicará eventualmente textos em Espanhol.
2. Os trabalhos enviados serão apreciados pelo Coselho Editorial, que buscará pareceres de Consultores ad-hoc. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos. Os nomes dos consultores permanecerão em sigilo, omitindo-se os nomes dos autores perante os consultores.
3. Os originais deverão ser encaminhados em três vias, digitados em espaço duplo, em torno de 20 laudas, incluindo tabelas e bibliografia, além de um disquete com o artigo digitado em formato Word for Windows. Cada lauda deverá ter 30 linhas com 80 caracteres.
4. A apresentação dos trabalhos deve seguir a seguinte ordem:
  - a. Título pleno em português.
  - b. Sugestão de título abreviado.
  - c. Nome de cada autor, seguido por afiliação institucional.
  - d. Indicação do autor e a quem a correspondência sobre o artigo deve ser enviada, com o endereço completo e e-mail.
  - e. Resumo em português com, no máximo, 5 linhas.
  - f. Palavras-chave, em português (no mínimo 3 e no máximo 5).
  - g. Título pleno em inglês, compatível com o título em português.
  - h. Abstract, em inglês, compatível com o texto do resumo.
  - i. Keywords, em inglês, compatíveis com as palavras-chave.
5. Texto. As notas de rodapé, quando existirem, deverão ser de natureza substantiva, e indicadas por algarismo arábicos em ordem crescente. As menções a autores, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema:  
Sobrenome do autor, data ou Sobrenome do autor, data, página.  
Ex. (GINZBURG, 1997) ou (GINZBURG, 1997, p. 76).  
Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra depois da data. Ex. (Le Goff, 1997a), (Le Goff, 1997b).

## NESTE NÚMERO:

A cidade de Rio de Janeiro e as fronteiras luso-espanholas ao sul da América  
Christiane Figueiredo Pagano de Mello

Reconstruindo as vivências: a memória emergente de um egresso da TFP  
Gizele Zanotto

Radical, tradicionalista, monarquista, abolicionista: a trajetória de Joaquim Nabuco  
Ricardo Luiz de Souza

Sobre o mundo rural e a Escola Fisiocrata  
Jó Klanovicz

Estranhamento: indígenas versus colonizadores  
Edna Elza Vieira e Ana Lúcia Vulfe Nötzold

Encontros transversos: a questão da identidade cultural italiana em  
Santa Catarina no final do século XX  
Luiz Felipe Falcão

Para a civilização da América Portuguesa: povoações no Brasil das primeiras  
décadas do século XVIII  
Antônio César de Almeida Santos

Morro da Boa Vista: segregação social e exclusão territorial  
Ancelmo Schörner e Eunice Sueli Nodari

Entre pedras e bananas, uma (?) cidade  
Emerson César de Campos

### RESENHAS/LIVROS

História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina  
Rogério Luiz de Souza

Uma história do feminismo no Brasil  
Lílian Lemos